

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
DOUTORADO EM COMUNICAÇÃO

Mônica Mourão Pereira

Jornalistas comunistas na década de 1970: entre a resistência e a adaptação

Niterói, RJ
2016

Jornalistas comunistas na década de 1970: entre a resistência e a adaptação

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do título de doutora em Comunicação

Orientador:
Prof. Dr. Marco Antônio Roxo da Silva

Niterói, RJ
2016

MÔNICA MOURÃO PEREIRA

Jornalistas comunistas na década de 1970: entre a resistência e a adaptação

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do título de doutora em Comunicação

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Marco Antonio Roxo da Silva – Orientador
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr^a Marialva Carlos Barbosa
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr^a Leticia Cantarela Matheus
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr^a Denise Rollemberg
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Adilson Cabral
Universidade Federal Fluminense

Niterói, RJ
2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M929 Mourão, Mônica.

Jornalistas comunistas na década de 1970: entre a resistência e a adaptação / Mônica Mourão. – 2016.

238 f. : il.

Orientador: Marco Antonio Roxo da Silva.

Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2016.

Bibliografia: f. 233-238.

1. Ditadura Militar, 1964-1979. 2. Jornalista. 3. Partido Comunista Brasileiro. 3. Modernização do jornalismo. 4. Memória. I. Silva, Marco Antonio Roxo da. I. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

DEDICATÓRIA

A todas as pessoas portadoras de sonhos que vivem perigosas utopias

Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu *posso* e que eu *escreverei*, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.

(Glória Anzaldúa)

O que transforma o velho no novo bendito fruto do povo será
E a única forma que pode ser norma é nenhuma regra ter
É nunca fazer nada que o mestre mandar
Sempre desobedecer
Nunca reverenciar
(Belchior)

Nostra patria è il mondo intero
e nostra legge è la libertà
ed un pensiero
ribelle in cor ci sta
(Pietro Gori)

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a todas as pessoas que colaboraram para a concretização deste trabalho. Citar nomes seria cometer injustiças, mas estou segura de que saberão a quem me refiro: longe de auxílio meramente acadêmico, escrevo para vocês que permitiram ricas trocas intelectuais e afetivas. Que continuemos lado a lado, com as boas armas lemskianas da luta de classes: pedras, noites, poemas.

SUMÁRIO

Resumo

Abstract

Introdução	11
Apontamentos teórico-metodológicos	23
Capítulo 01 – A modernização do jornalismo brasileiro e a ditadura de 1964	31
1.1. A modernização do jornalismo brasileiro.....	32
1.2. Jornalismo brasileiro nos anos 1960 e 1970: cerceamento e colaboracionismo.....	49
1.3. Jornalistas: uma classe em luta?.....	55
Capítulo 02 – O PCB e a modernização brasileira	63
2.1. Da criação do PCB aos anos 1960.....	64
2.2. O PCB e a interpretação do país: modernização à brasileira.....	74
2.3. O PCB e a ditadura.....	84
Capítulo 03 – Jornalismo comunista	99
3.1. Jornalismo comunista e PCB.....	99
3.2. Voz Operária: condições de produção.....	111
3.3. Comunistas e redes de comunicação.....	119
3.3.1. Circuito aberto/fechado: a imprensa burguesa no jornal comunista.....	120
3.3.2. Circuito fechado: o reforço da militância.....	127
3.4. A linguagem do Voz Operária.....	133
3.5. Comunistas: militância como profissionalismo.....	136
Capítulo 04 – Jornalistas e comunistas	141
4.1. Identidade.....	146
4.2. Intelectualidade.....	152
4.3. Independência, mas não indiferença? Os intelectuais e o PCB.....	157
4.4. Identidade: comunista.....	164
4.5. Identidade: jornalista.....	172

Capítulo 05 – Jornalistas do PCB na imprensa burguesa durante a década de 1970.....	179
5.1. A “moderação” do PCB durante a ditadura e os jornalistas do Partido nas empresas jornalísticas.....	185
5.2. Tênuas fronteiras entre militância e trabalho: a atuação dos jornalistas do PCB.....	194
5.3. Os múltiplos sentidos da atuação nas redações.....	198
Conclusão.....	212
Bibliografia.....	219

Resumo

Esta tese analisa a atuação dos jornalistas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na imprensa burguesa durante a década de 1970. Durante este período, o PCB sofreu intensa repressão da ditadura, apesar de ter sido o início do processo de transição democrática. O trabalho procurou compreender esta atuação a partir da perspectiva dos jornalistas comunistas, buscando, com suas narrativas, estabelecer que conexões entre trabalho e militância eles estabelecem em suas construções memoráveis. A partir daí, busca-se contar uma *história subterrânea* da imprensa que colabora para um reposicionamento do debate sobre a modernização do jornalismo brasileiro.

Palavras-chave: ditadura; jornalistas; Partido Comunista Brasileiro; modernização do jornalismo; memória.

Abstract

This thesis analyses the performance of the journalists of the Brazilian Communist Party (PCB) in the bourgeois press during the 1970s. During this period, the PCB suffered intense repression from the military dictatorship, even though it was the beginning of the democratic transition process. The study tries to understand this action from the perspective of the communist journalists, seeking, based on their narratives, to understand which connections, between work and militancy, they established in their memoirs. Then on, we seek to tell an *underground story* of the press that contributes to a repositioning of the debate on the modernization of Brazilian journalism.

Keywords: dictatorship; journalists; Brazilian Communist Party; modernization of journalism; memory.

Introdução

Dezembro de 1979. Fazia seis meses que o Brasil vivia uma nova condição, que mostrava bem os rumos da ditadura instalada quinze anos antes com um golpe militar: a Lei da Anistia e a volta dos exilados eram, ao mesmo tempo em que uma demonstração de que o regime finalmente se encaminhava para o seu fim, um sinal de qual a maneira como se daria a abertura política. Sem investigação ou possibilidade de punição dos agentes do Estado que efetuaram prisões ilegais, torturas e assassinatos, a anistia brasileira não tratou com profundidade as feridas provocadas pela ditadura. Mais uma vez na história do país, a conciliação e os acordos “pelo alto”, sem participação social mais profunda, eram a saída. Ainda assim, os ares eram de mudança e renovação, com a esperança de retorno à democracia estampada nos semblantes dos presos e exilados políticos que podiam finalmente voltar a atuar, ainda que com cuidados e sobressaltos, na esfera pública de seu país.

Nesse contexto de incertezas e esperanças, o jornalismo também se equilibrava entre permanências e rupturas; entre o conservadorismo e a ousadia. Nos subterrâneos desta história, atuava na imprensa um grupo de jornalistas ligado ao mais antigo partido do país naquele período, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), posto na ilegalidade junto com todas as demais organizações partidárias com a promulgação do Ato Institucional nº 2, de 1965, que permitia apenas a existência da Aliança Renovadora Nacional (Arena), de situação, e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a única oposição legalmente consentida. A presença de jornalistas do PCB na imprensa não se resumiu ao período da abertura: foi permitida (ou desejada?) durante todo o período de exceção e também em décadas anteriores. Entre os vários indícios de que eles eram aceitos em redações de veículos conservadores apesar de sua ideologia, um é bastante conhecido e contado por diferentes pessoas que viveram aqueles anos: a defesa do jornalista e proprietário das Organizações Globo, Roberto Marinho, dos “seus” comunistas, em reunião com o ministro da Justiça Juracy Magalhães. Em dezembro de 1979, o jornal O Globo publicou uma matéria feita pela revista Visão em homenagem a Roberto Marinho, ganhador do prêmio Homem de Visão, concedido pela revista naquele ano. Neste texto, Marinho conta o que teria respondido ao ministro quando foi questionado acerca da intensa presença de comunistas na redação d’O Globo:

“[...] Considero um crime proibir que um homem exerça sua profissão e ganhe o seu sustento. Além disso, aquilo que é publicado nos jornais

e revistas constitui matéria da responsabilidade dos editores desses jornais e revistas. *Não se indaga a um profissional leal e competente qual o seu pensamento político*, pois isto é questão de foro íntimo. Os editoriais de O GLOBO são escritos por um jornalista cassado, Franklin de Oliveira, que merece minha *integral confiança* e que continuará a escrevê-los” (O Globo, 16 de dezembro de 1979, p. 14, grifo nosso).

Lealdade, competência e confiança aparecem na narrativa de Roberto Marinho como palavras-chave para a relação estabelecida entre ele e os “seus comunistas”. Certamente, são valores muito diferentes do que se poderia esperar de um jornal politicamente conservador e que, como quase toda a imprensa do eixo Rio de Janeiro/São Paulo – com a exceção do Última Hora e com a rápida mudança de postura do Correio da Manhã – apoiou um golpe com caráter explicitamente anticomunista. O início desta Introdução se refere a dezembro de 1979, contexto da publicação por O Globo da defesa de Roberto Marinho dos jornalistas comunistas. O caso, contudo, havia acontecido ainda nos primeiros anos de ditadura, visto que Juracy Magalhães deixou o governo já em 1967. No fim dos anos 1970, década que será o principal foco desta pesquisa, mesmo os veículos de linha político-editorial mais conservadora buscavam se adaptar ao momento histórico e repercutir os debates em torno da redemocratização. Porém, isso era feito de forma *gradual e segura*, assim como a abertura prometida pelos militares.

Posturas como a de Roberto Marinho foi o que primeiro me chamou a atenção para o tema desta tese, por mostrar as complexas relações entre jornalismo e comunismo no Brasil. Como era possível que veículos favoráveis ao golpe, anticomunistas, conservadores, tivessem como profissionais de confiança jornalistas ligados ao PCB? Procurei, no entanto, compreender essa questão a partir da perspectiva dos jornalistas comunistas, não de seus patrões. Como eles compreendiam seu trabalho nas redações conservadoras? Como esse trabalho se conectava (ou se distanciava) de sua militância? Que *memória* esses jornalistas constroem de sua atuação na imprensa e como essa memória dialoga com certas *identidades* de jornalistas e de comunistas? O que suas *narrativas* nos ensinam acerca da relação entre jornalismo e política durante a ditadura e na abertura para o regime democrático? Como se pode reposicionar o debate sobre a modernização do jornalismo brasileiro a partir destas narrativas? Estas são algumas das perguntas que orientaram o desenvolvimento desta tese.

O início do caminho

No dia 26 de junho de 2009, na banca de defesa da minha dissertação de mestrado, um dos professores alertou para um detalhe de uma das entrevistas, feita com um jornalista do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Carlos Azevedo, ao ser perguntado por mim sobre sua atuação na imprensa alternativa, se era por ser jornalista ou seguia uma diretriz do partido, havia respondido que “tudo era vida partidária, tudo fazia parte do meu trabalho” (Mourão, 2009). A totalidade das condições de comunista e de jornalista da qual falava Azevedo se referia à sua situação de clandestinidade, porém ela pode apontar para algo além disso: a impossibilidade de separação entre trabalho e militância no caso de jornalistas comunistas que visavam ao fim da ditadura. No caso do PCB, que optou por manter a maior parte de sua militância na legalidade, o dilema se acentuava, com a necessidade de se manter num jogo duplo de resistência associada a um partido clandestino dentro dos limites das instituições legais.

Essas questões ficaram latentes por alguns anos, até que caiu em minhas mãos um livro de memórias de Paulo Markun sobre o período em que conviveu com Vlado Herzog. Markun cita mais de dez jornalistas¹, assim como eles dois, filiados ao PCB que trabalhavam em redações conservadoras no período da ditadura, em São Paulo. A narrativa da aceitação de comunistas na imprensa, fortemente representada pelo caso de Roberto Marinho contado acima, é reforçada por Paulo Markun: segundo ele, depois que saiu da prisão, teve dificuldade de conseguir emprego e pediu a um amigo que intercedesse para marcar uma audiência com Ruy Mesquita:

Foi uma conversa muito curta: expliquei que estava desempregado, que fora preso por pertencer ao Partidão, que precisava ganhar a vida e que sabia que a família Mesquita *não costumava perseguir ninguém por causa de sua ideologia*. Uma semana depois, estava contratado. E aproveitei para agradecer mais uma vez a compreensão (Markun, 2005, p. 160, grifo nosso).

Aqui, mais uma vez, agora do ponto de vista de um comunista, a questão da ideologia ou das convicções políticas fica para segundo plano quando se trata de contratação de um profissional de imprensa. A grande quantidade de jornalistas ligados

¹ São eles: Anthony de Christo, Dilea Frate, Frederico Pessoa, George Duque Estrada, Luiz Weis, Marcelo Bairão, Marco Antônio Rocha, Miriam Inês Ibañez, Neuza Fiorda (Neuza Chacha), Ricardo Moraes, Sergio Gomes e o próprio Markun.

ao PCB citada por Paulo Markun, dessa vez na cidade de São Paulo, mostrava que o fenômeno ia bem além da redação do jornal O Globo. A naturalidade com que a contratação de comunistas pela imprensa burguesa é relatada em entrevistas e livros de memórias de jornalistas chamou minha atenção. Um segundo livro importante no início deste percurso foi “Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC” (Abreu et. al., 2003). A publicação reúne entrevistas com seis jornalistas considerados pelos organizadores de fundamental importância para a história do jornalismo brasileiro. Entre os muitos aspectos abordados por eles, é citada a presença de jornalistas comunistas ou de esquerda nas redações. Um dos exemplos mencionados é o caso do editorialista d’O Estado de S. Paulo, o comunista português Miguel Urbano Rodrigues.

Apesar de o tema ser recorrente em entrevistas e livros de memórias, ele costuma ser apenas tangenciado. A relação entre comunismo e jornalismo da grande imprensa tem sido objeto de poucas produções no Brasil. Algumas são os artigos “Preparados, leis e disciplinados” – escrito por Afonso de Albuquerque e Marco Roxo (2007) – e “O PCB e a modernização midiática” – publicado por Igor Sacramento, Marco Roxo e Ana Paula Goulart Ribeiro (2009), com enfoque sobre os comunistas e a televisão nos anos 1970. O livro “Depois da revolução, a televisão: cineastas de esquerda no jornalismo televisivo dos anos 1970”, de Igor Sacramento, também dialoga com o objeto desta pesquisa, mas se restringe à tevê e enfatiza mais a esfera cultural do que a jornalística. Sacramento e Roxo também organizaram a coletânea “Intelectuais partidos” (2012), que reúne artigos sobre a atuação de intelectuais comunistas no cinema, no teatro, na literatura, no rádio, na tevê, no mercado editorial e na imprensa. Em 2013, Marcos Napolitano, Rodrigo Czajka e Rodrigo Patto Sá Motta publicaram “Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural”, também uma reunião de artigos, cujo único texto sobre o tema desta tese foi escrito por Marco Roxo, com minha participação como coautora.

As obras em relação à história do jornalismo brasileiro referem-se à proximidade entre jornalismo e política, especialmente antes da década de 1950, sem dar relevância especial para os comunistas². Esta tese se insere nesta lacuna, procurando trazer contribuições para a história do jornalismo brasileiro a partir do papel do PCB na resistência à ditadura através da inserção na vida legal do país. O Partido pode ser

² Bethania Mariani (1998) publicou “O PCB e a imprensa”; porém aborda a cobertura sobre os comunistas, não sua atuação no jornalismo.

considerado central na formação da cultura política de esquerda no Brasil, por ter sido a organização comunista mais antiga do país e da qual diversas outras surgiram, em processos de ruptura que foram resultado de divergências políticas, mas tampouco podem ser considerados capazes de romper completamente com uma identidade comunista fortemente associada ao PCB.

Organizando o percurso

A primeira sensação ao lidar com os relatos sobre jornalistas do PCB na imprensa burguesa foi de curiosidade acerca do que a princípio considerei uma contradição, por se pensar essa relação como de oposição. Este aspecto controverso da história do jornalismo se acentua quando se vê que alguns desses jornais foram ativos na campanha anticomunista desenvolvida no período anterior ao golpe de 1964³. Rodrigo Patto Sá Motta (2002) apresenta dois casos exemplares. Um deles data de 1961 e diz respeito à distribuição gratuita, pelo jornal O Estado de S. Paulo, de um encarte com o manifesto da organização anticomunista Rearmamento Moral, com sede nos Estados Unidos e atuação também no Brasil.

O outro trata da publicação pelo jornal O Globo, em 1961, de matéria atacando Luiz Carlos Prestes, em referência ao aniversário da “Intentona Comunista”, tentativa de tomada do poder pelo PCB em 1935 (Motta, 2002, p. 240; p. 245). A campanha anticomunista da imprensa foi um dos instrumentos para construir discursivamente a necessidade do golpe de 1964. O jornalismo atuou como um agente ativo deste processo, ao pedir a queda do então presidente João Goulart. Por este ponto de vista, de fato, havia uma forte contradição em ser comunista e jornalista da imprensa burguesa⁴.

A linha política subjacente a este tipo de campanha não foi totalmente abandonada após o golpe, mas sofreu algumas mudanças ao longo de décadas de ditadura. Assim,

³ Sobre o papel das empresas (em geral) no golpe de 1964, ver Dreifuss (1981).

⁴ Considero que a expressão “grande imprensa”, bastante usual no senso comum, não constitui a forma mais adequada de se caracterizar o que, de acordo com uma leitura marxista, seria imprensa burguesa. Bruno Marinoni (2013), em sua tese de doutorado, defende que os proprietários de empresa de radiodifusão do Brasil utilizam os meios de comunicação para sua reprodução econômica e ideológica, numa lógica de acumulação capitalista e num contexto de consolidação do capitalismo tardio (mesmo que uma modernização limitada, como se pode ler a partir de Florestan Fernandes). Sobre a imprensa escrita, Lênin já fazia a diferença entre a burguesa e a imprensa operária: “Na luta entre os órgãos da imprensa, os partidos, as frações e os grupos vão se cristalizando as tendências ideológicas e políticas com caráter realmente de classe; cada uma das classes forja para si uma arma ideológica e política para as batalhas futuras” (Lênin, “Esquerdismo, doença infantil do comunismo”). Assim, o termo “imprensa burguesa” serve melhor para caracterizar parte desse setor no país.

em 1979, período a que nos referíamos no início desta introdução, vê-se um cenário diverso: fosse por convicção ideológica ou para se adaptar ao público-leitor, a imprensa burguesa buscava se mostrar atrelada a grupos que viam a necessidade de pactuar uma transição democrática, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Assim, o comportamento da imprensa burguesa não pode ser considerado homogêneo durante todo o período da ditadura de 1964 devido aos diferentes momentos políticos da própria ditadura – que também não era um bloco único, com suas contradições internas – e também devido às diferenças nas linhas editoriais destes veículos (por mais que prevalecesse o conservadorismo). Portanto, o terreno da contradição já começa a se mostrar melhor: ela variava de intensidade a depender do veículo e do período da ditadura.

Por outro lado, este caminho não é trilhado apenas no terreno da imprensa, e sim inclui o Partido Comunista Brasileiro. Ao procurar conhecer o posicionamento político do PCB durante a ditadura, vê-se que ele foi bastante marcado por um debate anterior ao golpe e materializado no documento intitulado Declaração de Março, de 1958. Este documento foi elaborado no bojo do traumático processo de desestalinização, iniciado pelo Partido Comunista da União Soviética (PCURSS) a partir das denúncias dos crimes cometidos por Josef Stálin em relatório do então primeiro-secretário do PCURSS Nikita Krushev, em 1956. O debate sobre centralismo, autoritarismo e culto à personalidade incluiu, além da democracia interna dos partidos comunistas, as táticas para se conquistar o socialismo. Seguindo a linha da União Soviética, o PCB passou a considerar que o caminho para a revolução seria pacífico e pela via da legalidade (Chilcote, 1982; Carone, 1982). Sua negação da luta armada se manteve durante toda a ditadura – e impactou consideravelmente em sua relação com as demais organizações de esquerda, muitas surgidas a partir de rupturas internas, e com outras formas de oposição à ditadura, como o MDB e os sindicatos. A inserção em instituições legais foi a tônica da atuação do PCB durante a ditadura de 1964 (Santana, 2012). Frente a essa informação, o trabalho de jornalistas comunistas na imprensa perde um tanto de seu caráter contraditório e ganha desde já uma explicação inicial. Porém, ela não se resolve completamente: entre militar pela derrubada da ditadura dentro de instituições legais, porém com objetivo explicitamente político, como o MDB ou os sindicatos, e trabalhar na imprensa burguesa, que se arrogava um espaço da objetividade, há uma grande diferença que complexifica nosso objeto.

Na tentativa de enfrentar tal complexidade, foram feitas algumas opções de caminho. Um deles foi focar a pesquisa nos anos 1970, período em que o PCB torna a se fortalecer depois das perseguições do início da ditadura e também volta a sofrer os mais fortes abalos. Para ficar com um exemplo que se relaciona diretamente com esta pesquisa, pode-se citar o assassinato do diretor da TV Cultura Vladimir Herzog, num processo que envolveu a prisão de mais de uma dezena de jornalistas do Partido. Além disso, esta é a década do processo de abertura política, e esse período de transição evidencia um reposicionamento da imprensa e aponta para tendências que se consolidarão no período democrático posterior. O outro é estabelecer como fronteiras a imprensa dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, por serem as maiores cidades do país e, conseqüentemente, importantes cenários de atuação do PCB e da imprensa de repercussão nacional. Mais uma opção que a esta altura já deve ter ficado evidente é a de concentrar este trabalho nos jornalistas do PCB, mesmo tendo consciência de que havia jornalistas comunistas em outras organizações.

Nossa jornada é feita em cinco etapas. Na primeira delas, o desafio é nos inserirmos em alguns debates acerca do jornalismo brasileiro. O primeiro deles diz respeito à modernização do jornalismo, não só seu processo, mas especialmente as narrativas construídas em torno dela. Elas são, em geral, personalistas e mitificadoras, no sentido de buscar construir um momento de fundação do jornalismo a partir das reformas modernizadoras, como as da imprensa carioca da década de 1950. Os relatos dos protagonistas destas reformas tentaram criar uma narrativa de que um novo fazer jornalístico havia sido instalado naquele momento, desconsiderando ou secundarizando as permanências e continuidades. A crítica ao lugar das reformas modernizadoras na história do jornalismo brasileiro já foi feita por outros pesquisadores – como Ana Paula Goulart Ribeiro, Marialva Barbosa e Afonso de Albuquerque. Ainda assim, considero que a retomada deste debate é fundamental para esta pesquisa, pois ele se associa a outras questões, como a visão do PCB acerca da modernização brasileira e a maneira autoritária como a profissão se organizou no Brasil. Acrescento a tais críticas a posição de que o distanciamento do jornalismo da esfera política não se deu com as reformas modernizadoras dos anos 1950. Afinal, entre outros aspectos, na década seguinte, como já mencionado, boa parte da imprensa atuou como um ator político de mobilização e

legitimidade social para o golpe de 1964⁵.

Os anos subsequentes aos das reformas dos jornais cariocas – 1960 e 1970 – são especialmente conhecidos na história do jornalismo como de perseguição política e cerceamento da liberdade de imprensa. Porém, mais uma vez a procura aqui é por um desvencilhar de generalizações excessivas e ideias cristalizadas. Para isso, já se pode ter como base trabalhos bem consolidados que dão destaque ao viés colaboracionista e à postura ambivalente da imprensa durante a ditadura de 1964, por mais que a memória construída pela própria imprensa sobre si seja de bastião da resistência ou – no caso dos *mea culpa* publicados nos últimos anos – de mera reverberação dos anseios de parte da sociedade dentro das possibilidades daquele período histórico.

Também nessa tentativa de buscar fissuras em discursos que se repetem em relatos memoráveis de profissionais da imprensa, procura-se conhecer a atuação dos jornalistas como classe de trabalhadores durante a ditadura de 1964. Os sindicatos do Rio de Janeiro e de São Paulo e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) são os espaços privilegiados para a compreensão de como se dava a militância de jornalistas nas entidades de representação de classe. Os dois primeiros possuem trajetórias semelhantes e têm os jornalistas do PCB como alguns de seus protagonistas. A princípio dirigidos por grupos que os jornalistas de oposição caracterizavam como pelegos⁶ – ou seja, líderes sindicais que, na mediação entre reivindicações de trabalhadores e demandas do Estado e dos patrões acabavam privilegiando os interesses dos dois últimos –, ambos os sindicatos passaram por um processo de renovação caracterizado pelos que o empreenderam como uma “retomada” dos sindicatos pelos jornalistas. A expressão remete-se a uma disputa de identidade da profissão, que passou por uma “depuração” dos modos de inserção no jornalismo em que os sindicatos se apresentaram como espaço privilegiado.

Já a ABI, em seu difícil equilíbrio entre ser uma entidade pluriclassista, teve uma atuação que em alguns momentos se mostrava controversa, ao fazer contundentes denúncias, como no episódio do assassinato de Herzog, e também emitir notas elogiosas

⁵ A imprensa tem atuado como agente político também após a redemocratização. Apenas para citar casos de grande repercussão nacional, pode-se exemplificar com a campanha pelo impeachment de Fernando Collor de Melo, em 1992, e a recente cobertura das Organizações Globo de apoio às movimentações a favor da derrubada da presidenta Dilma Rousseff.

⁶ Marco Roxo afirma que a imagem de Adriano Campanholi, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, e a de José Machado, presidente do Sindicato dos Jornalistas da Guanabara, era considerada “de direita”, “tecnicista” ou “pelega” pelos jornalistas que faziam oposição sindical e se consideravam “de esquerda” (Roxo, 2013, p. 81).

a representantes do governo militar, quando estes tomavam alguma medida mínima que fosse em direção à liberdade de imprensa. De acordo com a historiadora Denise Rollemberg, a leitura das atas das reuniões ordinárias mostram que a instituição – que não apoiou o golpe – teve uma atuação marcada por um caráter corporativo de defesa dos jornalistas. “Evidentemente, eram pontos de pauta de grande importância na chamada resistência democrática, mas estavam longe de esgotar a agenda de temas que se impunham, mesmo – ou sobretudo – numa instituição de jornalistas” (Rollemberg, 2010, p. 07).

Vencida essa primeira etapa, o segundo capítulo trata do PCB, com um breve apanhado de sua história e de seus posicionamentos em alguns debates – externos e internos à sigla. É feito um resumo da trajetória do Partido desde a sua fundação, como primeira organização comunista do país, em disputa com os anarquistas, até os anos 1960, que se iniciam com a linha pacífica e aliancista do Manifesto de Março de 1958 – linha essa que será seguida, como já foi afirmado, durante as décadas seguintes. Com o resumo da história do Partido, é possível contrastar dois momentos que se alternaram na trajetória do PCB e dizem respeito a duas formas de fazer a revolução: pela via legal ou pela via insurrecional. Desde os levantes de 1935, porém, essa segunda via deixou de ser considerada, e mesmo na clandestinidade, o Partido buscou participar – com militantes filiados e até candidatos por outras organizações e através dos movimentos sociais – das instituições legais.

Em seguida, é situada a posição do PCB como um dos importantes atores que procuraram elaborar interpretações e propostas de intervenção quanto à modernização do país, um tema caro ao pensamento social brasileiro. Este tema está ligado ao debate sobre a revolução burguesa, feito por Antonio Gramsci, entre outros, para compreender o desenvolvimento do capitalismo tardio em países periféricos. O PCB considerava que as forças de produção do Brasil ainda não tinham se desenvolvido a ponto de o capitalismo ter se completado, havendo restos feudais que precisariam ser superados para, só então, se conseguir lutar pelo socialismo. A proposta, considerada etapista e resultado de uma vulgarização stalinista das ideias de Karl Marx, levava o Partido à conclusão de que sua tarefa era primeiramente a conclusão do processo de modernização. Para isso, buscava associar-se à burguesia nacional, vista como um ator político progressista, embora esta burguesia tivesse sempre se mantido mais próxima das forças conservadoras.

Apesar do centralismo democrático que marca o PCB e os demais partidos comunistas ortodoxos, havia divergências internas quanto a esse e outros temas. Caio Prado Jr. é o maior exemplo de discordância – interna, já que era filiado ao Partido, e externa, por sua projeção não se limitar a ele. Para Caio Prado, o Brasil sempre esteve inserido no sistema capitalista mundial, e a tese dos resquícios feudais não fazia sentido. Nos anos 1970, embora essas concepções e divergências se mantivessem, outros dilemas rondavam os comunistas. O principal deles dizia respeito aos rumos a tomar a partir da abertura política. Foi justamente nessa transição para a democracia que a política do PCB acabou se diluindo em sua própria linha de frente ampla.

Depois de discutidas as questões pertinentes em relação ao jornalismo e ao comunismo, atravessadas pelo tema da modernização, entramos no terceiro capítulo, sobre o jornalismo comunista, por compreender que é fundamental compreender o lugar do jornalismo e dos jornalistas nos partidos comunistas. Esses partidos nascem com o respaldo teórico do marxismo, cujo pensamento inclui um debate sobre o jornalismo. O próprio Karl Marx escreveu para a Nova Gazeta Renana, jornal alemão contrário ao poder prussiano, entre 1848 e 1849. Parte de suas reflexões está reunida no livro “Karl Marx e a liberdade de imprensa”. Em seus textos, o autor falava sobre a necessidade de a imprensa ser o cão de guarda da população contra seus opressores. Assim, o jornalismo era visto como uma arma na luta contra as injustiças, longe de estar atrelado ao conceito de neutralidade ou imparcialidade.

Foi Vladimir Lênin quem aprofundou o debate sobre a função do jornalismo na luta revolucionária. Além de, como Marx, também ter atuado como jornalista, ele teorizou sobre essa atividade, propondo um conjunto de periódicos e funções que deveriam ser elaborados por partidos comunistas ao longo do processo revolucionário. Para Lênin, o jornalismo teria o papel, a depender da situação política, de estruturar o próprio partido, a partir de seus correspondentes, além de formar os quadros que trabalhassem na elaboração dos veículos.

Desse modo, o jornal, para o partido comunista, era um instrumento de conscientização das massas, um organizador da militância, um intérprete dos acontecimentos da conjuntura, com potencial para educar a população. Essas funções deveriam ser cumpridas, porém, não só por um jornal, mas por uma rede de periódicos. No Brasil, durante os anos 1970, com a dura clandestinidade, essa rede não existia de forma consolidada, mas o órgão central – aquele que seria voltado para a vanguarda do

proletariado – continuou a ser produzido: o Voz Operária. Assim, é abordado um período da história do jornalismo do PCB no país, com foco nessa publicação: primeiramente, suas condições de produção, que envolvem a criação e o desbaratamento, pelas forças da repressão, de uma gráfica clandestina no subúrbio do Rio de Janeiro, e as redes de comunicação que o envolvem, em comparação a outras iniciativas dos comunistas durante a ditadura de 1964.

Alguns dos jornalistas do PCB que organizaram a imprensa partidária foram os mesmos que trabalharam profissionalmente na imprensa burguesa. Esse trânsito também se deu entre os gráficos. A relação entre profissionalismo e militância já surge aqui ao vermos que alguns dos gráficos e jornalistas que eram ligados ao Partido trabalhavam em sua imprensa – composta inclusive por gráficas organizadas na forma de empresas – como funcionários remunerados. Por outro lado, sua atuação extrapolava o âmbito meramente trabalhista, pois a dedicação às vezes exigia um esforço militante. Esse dilema, apenas pincelado neste capítulo, antecipa um dos debates centrais do capítulo 05 – porém, aqui, a partir da imprensa comunista e, no quinto capítulo, da imprensa burguesa.

Antes de chegar à etapa final, contudo, faz-se necessário um debate mais direcionado sobre identidades, em relação com a memória, de comunistas e de jornalistas. Os dois grupos guardam suas especificidades, mas também semelhanças. Busca-se aqui escapar de generalizações absolutas, mas considerando que certo grau de generalização é necessário, até para se confrontar os *tipos ideais* de jornalistas e de comunistas com as experiências concretas dos atores sociais pesquisados nesta tese. Eles inclusive são melhor apresentados na abertura do capítulo 04, com um breve mapeamento dos 16 entrevistados para esta pesquisa⁷.

Após uma discussão teórica sobre o conceito de identidade, são apontados alguns aspectos históricos da problemática relação entre intelectuais e PCB. O dilema se relaciona com a questão dos jornalistas, tanto porque eles podem em dada medida e em condições específicas ser considerados também intelectuais quanto por alguns intelectuais – especialmente escritores – terem trabalhado na imprensa. A relação desse

⁷ São eles: Alberto Dines, Álvaro Caldas, Arthur Poerner, Carlos Jurandir, Dênis de Moraes, Enio Squeff, Fichel Davit, Frederico Pessoa, Hamilton Octávio de Sousa, Henrique Cordeiro Filho, Luiz Weis, Milton Coelho da Graça, Milton Temer, Paulo Markun, Sérgio Cabral e Sergio Gomes.

grupo com o Partido atravessou diferentes momentos históricos, em que o problema da interferência do PCB nas atividades de intelectuais foi mais ou menos intenso. Do período do stalinismo, com suas cartilhas de realismo socialista que buscavam regradar a criação artística, à década de 1970, muito mudou em relação a esse aspecto. O PCB perdeu também a quase exclusividade que tinha como organização de esquerda entre artistas e intelectuais, mas seguiu sendo uma matriz importante para esse grupo.

A identidade de comunistas, que passava pela intelectualidade, mas não se limitava a ela, é discutida também no quarto capítulo. A partir de relatos narrados para esta pesquisa ou presentes em documentários e entrevistas feitas para outros projetos, busca-se compreender os afastamentos e proximidades entre um tipo ideal de comunista e os jornalistas comunistas brasileiros. O mesmo movimento é feito na sequência em relação à identidade de jornalistas, quando também são apontadas interseções entre estes dois grupos – comunistas e jornalistas – para que se perceba um diálogo entre eles, numa possível chave explicativa para o fenômeno da forte presença de pecebistas nas redações da imprensa burguesa.

A quinta e última parte desta jornada tem os objetivos de conhecer as atividades dos jornalistas do PCB durante a transição democrática, os sentidos criados por eles para explicá-las e desnudar suas narrativas a fim de construir o nosso próprio sentido acerca deste capítulo subterrâneo da história do jornalismo brasileiro. Em primeiro lugar, são retomados alguns aspectos do posicionamento político do PCB que o colocava, no período, como um ator social mais moderado do que boa parte das demais organizações de contestação da ditadura de 1964. Aqui, vemos como esse posicionamento era compreendido pelos jornalistas comunistas e como implicava na atuação deles na imprensa burguesa. Essa atuação variava de acordo com a posição hierárquica nas redações, a linha editorial de cada veículo e também o período da ditadura (associado à geração dos jornalistas).

Em seguida, buscamos identificar as fronteiras entre militância e trabalho na atuação deste grupo. Entre suas principais atividades, estavam reuniões das bases de jornalistas, venda do jornal Voz Operária, colaboração com a imprensa alternativa, mobilização da classe de jornalistas e disputa pela linha da cobertura jornalística. No desenvolvimento destas tarefas, nem sempre a definição como profissionais ou como militantes era precisa.

Não se pode, contudo, deixar de atentar para as narrativas desses jornalistas, que

sofrem atravessamentos diversos no momento das entrevistas – como as diferenças etárias, de gênero e de acúmulo intelectual entre eles e eu – possibilitando distintas interpretações das atividades acima mencionadas. Isto é feito ao fim deste capítulo, ao elaborar quais balizas considero fundamentais na construção destas narrativas.

Apontamentos teórico-metodológicos

Não resguardei os apontamentos obtidos em largos dias e meses de observação: num momento de aperto fui obrigado a atirá-los na água. Certamente me irão fazer falta, mas terá sido uma perda irreparável? Quase me inclino a supor que foi bom privar-me desse material. Se ele existisse, ver-me-ia propenso a consultá-lo a cada instante, mortificar-me-ia por dizer com rigor a hora exata de uma partida, quantas demoradas tristezas se aqueciam ao sol pálido, em manhã de bruma, a cor das folhas que tombavam das árvores, num pátio branco, a forma dos montes verdes, tintos de luz, frases autênticas, gestos, gritos, gemidos. Mas que significa isso? Essas coisas verdadeiras podem não ser verossímeis. E se esmoreceram, deixá-las no esquecimento: valiam pouco, pelo menos imagino que valiam pouco. Outras, porém, conservaram-se, cresceram, associaram-se, e é inevitável mencioná-las. Afirmarei que sejam absolutamente exatas? Leviandade (Graciliano Ramos, 2011, p. 11).

Lembranças guardadas em anotações ou apenas na memória. Verdade e verossimilhança. Memória e esquecimento. Os pares dicotômicos que aparecem nas reflexões do comunista Graciliano Ramos sobre o período em que foi preso em Ilha Grande, pelo Estado Novo, expressam grande parte do debate sobre o trabalho com o passado e as formas de acessá-lo.

Algumas das ideias do senso comum relativas à memória a relacionam sempre e exclusivamente com o passado, colocando-a numa situação de oposição ao esquecimento, sendo a primeira positiva e este último, negativo. Não são essas as noções que vão basear o nosso trabalho. Ancoramo-nos na perspectiva social da memória, inaugurada com Maurice Halbwachs (2006), que dá ênfase nos processos coletivos de *construção* da memória e, com o termo *construção*, evidencia também o caráter seletivo dos processos mnemônicos, em substituição à ideia de *evocação*. Ou seja: o passado não reaparece tal e qual aconteceu a partir das operações de memória, mas partes dele são lembradas, enquanto outras são esquecidas.

O caráter seletivo da memória é bastante evidenciado por Paul Ricoeur (2000). Segundo ele, haveria a seguinte distinção: memória impedida (ligada à noção de inconsciente freudiano), memória manipulada (relacionada à narratividade) e

esquecimento comandado ou institucional (anistia). Deve-se considerar que toda memória é manipulada, no sentido de que ela só tem materialidade a partir do momento em que é narrada, e narrar é sempre uma escolha. Além disso, as narrativas partem da experiência vivida, independente de qual o seu gênero (ficção, texto acadêmico, jornalismo...). Sendo assim, são documentos usados nesta tese não só aqueles convencionais – como os produzidos pela polícia política –, mas também a literatura. Neste sentido, o autor Nicolau Sevcenko, ao pesquisar o caráter missionário de escritores brasileiros na Primeira República, faz uma boa defesa da literatura como documento histórico:

A exigência metodológica que se faz, contudo, para que não se regreda a posições reducionistas anteriores, é de que se preserve toda a riqueza estética e comunicativa do texto literário, cuidando igualmente para que a produção discursiva não perca o conjunto de significados condensados na sua dimensão social. Afinal, todo escritor possui uma espécie de liberdade condicional de criação, uma vez que seus temas, motivos, valores, normas ou revoltas são fornecidos ou sugeridos pela sua sociedade e seu tempo – e é destes que eles falam. Fora de qualquer dúvida: a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover; mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender das características do solo, da natureza do clima e das condições ambientais? (Sevcenko, 1983, p. 20).

Os diferentes tipos de narrativas, portanto, são potenciais indícios da experiência vivida de mulheres e homens de seu tempo. Tais indícios são, ao mesmo tempo, restos (não são conta da totalidade da vida) e construtos (tem também caráter criador). Nesse jogo, estão presentes a memória e o esquecimento, que pode ter um caráter impositivo, de uso político, mas pode também ser apenas parte das operações mnemônicas: para lembrar, faz-se necessário esquecer, e teríamos sociedades doentes caso tudo fosse recordado e nada nos escapasse. O esquecimento, portanto, pode significar apenas a seleção necessária para que se recorde, mas pode também ser sintoma de que sociedade se vive ou de que memória se deseja (ou se obriga) legar para o futuro.

Quando se menciona o futuro, já fica explícito que a memória não trabalha apenas com o passado, mas sim opera com diferentes temporalidades. Afinal, é no presente que se recordam acontecimentos passados. A depender da maneira como se constrói tais recordações, deixa-se certo recorte de memória para o futuro. A memória, portanto, é também um projeto e pode ter um forte teor de intencionalidade. Talvez por isso

mesmo, ela seja alvo de disputas, algo pouco enfatizado na obra de Halbwachs (2006). Segundo esse autor, nossa memória sempre é memória coletiva, por mais que se refira a acontecimentos que vivenciamos sozinhos. Isso porque “nunca estamos sós” (Halbwachs, 2006, p. 30), sempre carregamos conosco, embora às vezes não esteja materialmente presente, os grupos sociais dos quais fazemos parte e com os quais “dialogamos” ao construir nossa memória.

Assim, mesmo havendo uma memória individual, para Halbwachs, ela é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e “este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (Halbwachs, 2006, p. 69). Então, pessoas que fazem parte do mesmo grupo não se lembram dos fatos de maneira idêntica, embora haja grandes semelhanças, que tornam esse grupo coeso. Halbwachs considera que a memória coletiva é “uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (Halbwachs, 2006, p. 102). Essa memória coletiva, entretanto, não é única: existem tantas quantos foram os grupos humanos.

Embora ele não insira de maneira clara a questão da dominação, pode-se relacionar esse pensamento ao de Michael Pollak (1989). Para este, nem todas as memórias coletivas de uma sociedade coexistem pacificamente, integrando-se sem dificuldades à memória nacional – dominante e hegemônica. Em desacordo com a memória nacional, os grupos portadores de memórias subterrâneas, em geral, silenciam até que mude o contexto político-social que os impede de manter uma posição diferente da memória hegemônica e enquadrante. O autor também problematiza as mudanças nos rumos da memória de instituições, como no caso do Partido Comunista da União Soviética, e a discrepância que pode haver entre essa imposição e as memórias das pessoas que formam determinado grupo (no exemplo mencionado, os comunistas). As memórias coletivas não seriam, portanto, um “fluxo contínuo”, algo “natural”, mas sim resultado de tensões, disputas e consensos possíveis. A identificação dessas disputas também dá certa margem de ação para os agentes históricos, suavizando o que em Halbwachs parece uma excessiva determinação da coletividade sobre os indivíduos.

Um dos empecilhos que Graciliano Ramos colocava em seu projeto de escrita sobre a experiência do cárcere foi o fato de não ter mais as anotações que havia feito. Como contar uma história sem o respaldo do suporte escrito? É possível confiar apenas

na memória? O pesquisador italiano Alessandro Portelli (1991), em defesa da história oral, aponta que muitos documentos escritos têm sua origem na oralidade, como, por exemplo, os policiais e judiciais. Ele buscava, assim, quebrar a diferenciação que se faz entre os dois tipos de fonte e acentuar o caráter subjetivo que existe em todas elas. Mas, além dessa ligação intrínseca entre oralidade e escrita, considerar a intencionalidade da elaboração, “preservação” e disponibilização de documentos também contribui para que se estendam os cuidados em relação aos depoimentos orais a outras fontes.

O uso das aspas no substantivo “preservação” não é injustificado. Como já foi afirmado, considera-se aqui que o passado não é simplesmente evocado pela memória, mas sim construído a partir dela, já que se trata de um trabalho de seleção. Este trabalho de seleção, quando se refere a narrar o passado através da história (como disciplina), inicia-se desde a escolha do tema, da problematização e da constituição das fontes pelos pesquisadores. Essa é, como afirma Paul Ricoeur, a primeira fase do fazer história, a fase documental⁸.

Le Goff (1994) faz uma importante reflexão com relação a esse ponto. Ele estabelece uma diferença entre monumentos (heranças do passado) e documentos (escolhas do historiador). O monumento seria então legado para o futuro por quem detém o poder no presente e deseja perpetuar determinada memória. Já o documento, numa visão positivista da história, anterior à Escola dos Annales (desenvolvida principalmente a partir da década de 1930), seria uma prova histórica. Estaria embebido de um caráter objetivo e, portanto, serviria melhor aos propósitos do historiador.

O que a nova história vai contestar é que esses documentos ainda estão impregnados de subjetividade. Foram criados por homens que podem, inclusive, ter tido a intencionalidade de legar certa concepção para o futuro, podendo se constituir também em monumento, se a transformação de documentos em monumentos for, como afirmou Paul Zumthor, definida por sua utilização pelo poder (Zumthor apud Le Goff, 1994, p. 545). Para Marc Bloch, um dos criadores da Escola dos Annales:

Não obstante o que por vezes parecem pensar os principiantes, os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imperscrutável desígnio dos deuses. A sua presença ou a sua ausência nos fundos dos arquivos, numa biblioteca, num terreno, dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os

⁸ Paul Ricoeur, remetendo-se a Michel de Certeau, lembra que o fazer história é formado por uma tríade: a fase documental, a fase explicativa e a fase representativa (Ricoeur, 2007, p. 146).

problemas postos pela sua transmissão, longe de serem apenas exercícios de técnicos, tocam, eles próprios, no mais íntimo da vida do passado, pois o que assim se encontra posto em jogo é nada menos do que a passagem da recordação através das gerações (Bloch apud Le Goff, 1994, p. 544).

Portanto, se concordamos com as afirmações de Zumthor e de Bloch, todo documento tem uma dupla intencionalidade: a dos que o elaboraram e a dos que, posteriormente, analisam-no. Antes da contestação às noções positivistas de história, os documentos tradicionais eram considerados essenciais, fundamento do conhecimento histórico. Com a Escola dos Annales, contudo, começa uma defesa de que, se documentos são importantes, eles não são apenas os documentos escritos. Seu conceito se amplia, como se pode observar a partir do trecho da primeira edição da revista da Escola, lançada em 1929:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedra feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (Febvre apud Le Goff, 1994, p. 540).

A história oral ganha força justamente a partir dessa noção. De acordo com François (in Amado; Ferreira, 1996), ela colabora para o conhecimento histórico de forma geral e demonstra de forma convincente o quanto todo objeto histórico é resultado de uma escolha. Desse modo, embora seja comum utilizar-se o termo “preservar” o passado ou a memória de algo, sabe-se que se trata mais de uma elaboração, construção, seleção ou escolha.

No debate sobre construção do passado, os conceitos de memória e história muitas vezes se misturam. Apesar de semelhantes, existem diferenças entre eles. De acordo com Lowenthal:

Memória e história são processos de introspecção (*insight*): uma envolve fragmentos da outra, e suas fronteiras são tênues. Ainda assim, memória e história são normalmente, e justificadamente, diferenciadas: a memória é inevitável e indubitável *prima-facie*; a

história é contingente e empiricamente verificável (Lowenthal, 1981, p. 66).

O autor destaca ainda que a história seria coletiva, corroboraria com a identidade coletiva, enquanto a memória com a individual. A primeira seria mais estável e permitiria conhecer coisas de tempos que não o que vivemos. Contudo, a história carrega também subjetividade, visto que necessita de um mediador, intérprete dos acontecimentos (Lowenthal, 1981, p. 113).

Apesar de trazer essa nuance de apresentar a história como uma construção subjetiva, a ideia se aproxima, em certa medida, com a de Halbwachs, para quem a memória coletiva seria memória viva, presente de forma espontânea nos grupos que compartilham vivências, relatos e valores. A memória se tornaria memória histórica quando passa a ser exterior às pessoas, sendo fixada em formas esquemáticas, como datas, eventos e representações. Para Halbwachs, a memória única é a histórica, e esse termo não faria muito sentido caso se pensasse que a história só começa “no momento em que se apaga ou se decompõe a memória social” (Halbwachs, 2006, p. 101).

A divisão feita por Halbwachs é bem mais radical do que a de Lowenthal, para quem história e memória têm mais aspectos em comum. Deve-se considerar que Halbwachs fez tais reflexões no fim da década de 1940 e se refere a uma concepção positivista de história. Para os objetivos deste artigo, iremos considerar que tanto memória quanto história são formas de se acessar o passado, a partir do presente, construindo legados para o futuro. Essas duas formas se aproximam quanto mais a história se desprende de suas fontes tradicionais e busca constituir “documentos” a partir de signos, paisagens e telhas, como afirmava Febvre. Ainda assim, há diferenças que se mantêm, sendo a memória, algumas vezes, matéria-prima para a história e, esta última, um relato que não apenas reproduz memórias, mas que as interpreta criticamente, como lembra Ricoeur, e as põe em relação com outros documentos, de tipos diversos.

A história oral, como metodologia de pesquisa, busca justamente fazer tais interpretações críticas a partir de fontes diversas. Conhecida por dar preferência a uma “história vista de baixo” (François, 1996, p. 04), a história oral contribui para que se conte a história do tempo presente, valorizando um tipo de fonte que depois ficará inacessível. Contudo, ela não se limita ao uso de fontes orais, mas sim as inclui, considerando suas especificidades em relação às fontes escritas, mas também que ambas

devem ser alvo de uma abordagem crítica. Nessa pesquisa, busco me situar no que Lozano chama de “estilo do analista complexo” (1996, p. 23). Segundo o autor, para esses pesquisadores, a fonte oral é considerada em si mesma, não só como “mero apoio factual ou de ilustração qualitativa” (Lozano, 1996, p. 23). Os relatos, nesse caso, são analisados e situados historicamente.

Cada entrevista tem um roteiro preparado a partir de leituras acerca do entrevistado, dos veículos em que ele atuou e do contexto histórico. Foram feitas entrevistas semidirigidas, do tipo temáticas, aos jornalistas comunistas e aos demais jornalistas que tenham trabalhado com eles ou que tenham atuado nos sindicatos de jornalistas do Rio de Janeiro e de São Paulo. O roteiro das entrevistas sofria adaptações de acordo com as informações levantadas previamente sobre os entrevistados e o próprio desenrolar do diálogo, mas incluía basicamente as seguintes questões:

- Onde nasceu?
- Como entrou para o jornalismo?
- Como entrou para o PCB?
- Como era sua atuação no Partido?
- O jornalismo era discutido no PCB?
- Como era fazer jornalismo durante a ditadura?
- Com relação às redações, como eram: as relações de trabalho; a modernização do jornalismo onde trabalhou; a repressão; a formação dos jornalistas; a relação com colegas e chefes?
- Teve atuação sindical?
- Teve atuação na ABI?
- Por que havia comunistas nas redações? Havia um objetivo do Partido em relação a isso?
- Fazia a disputa de linha editorial onde trabalhou?
- Qual o impacto do assassinato de Vladimir Herzog entre os jornalistas do PCB?

Todos os cuidados teórico-metodológicos aqui apontados com relação à seleção e confrontação de fontes são tomados também no caso das análises de livros de memórias de jornalistas e entrevistas já realizadas por outros autores, que também constituem uma fonte da pesquisa. Em especial, foram consultadas as entrevistas realizadas pelos projetos: Centro de Cultura e Memória do Jornalismo⁹, Resistir é Preciso¹⁰ e Memória do Jornalismo¹¹. Outros documentos analisados para a tese são documentos e jornais do Partido, jornais burgueses e arquivos da repressão, como Inquéritos Policiais Militares

⁹ <http://www.ccmj.org.br>

¹⁰ <http://resistirepreciso.org.br>

¹¹ <http://memoriadojornalismo.com.br>

sobre os jornalistas do PCB. Para isso, foram consultados os seguintes acervos: da Biblioteca Nacional, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), do Arquivo Nacional, do Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro (Asmob), do Instituto Antonio Gramsci e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.

A partir de todos os pressupostos teórico-metodológicos aqui colocados e do material produzido e coletado para a pesquisa, chegamos à terceira etapa do trabalho de fazer história, que é o da representação. A forma como escrevi materializa numa narrativa o percurso aqui desenhado. Porém, repetindo Graciliano Ramos: “Essas coisas verdadeiras podem não ser verossímeis”, assim como o que é verossímil não necessariamente é verdadeiro. O uso de documentos de diversos tipos e todos os cuidados metodológicos na constituição e acesso a tais documentos, sua interpretação e, por fim, a própria narrativa desta tese, pode não nos levar a uma *verdade*, mas certamente colabora para a compreensão de como os jornalistas do PCB atuaram no período da ditadura e de que modo eles (re)elaboram sua própria história e a de seus companheiros.

Capítulo 01 – A modernização do jornalismo brasileiro e a ditadura de 1964

O processo de modernização que esteve em debate por décadas nos meios intelectuais brasileiros tem também relação intrínseca com o desenvolvimento da imprensa no país. A modernização, contudo, tem diferentes significados. Ao se tratar de jornalismo, está associada, por um lado, à industrialização da imprensa, e, por outro, a mudanças no fazer jornalístico. No segundo caso, obviamente, não se trata de uma completa metamorfose: mesmo que algumas mudanças precisassem de instrumentos disciplinadores para que fossem implementadas, outras significam mais a confirmação de movimentos anteriores do que novidades completas. Essa modernização também não se circunscreve exclusivamente ao campo jornalístico: insere-se num processo mais amplo pelo qual passava o país, principalmente ligado à industrialização. Porém, embora seja um ponto pacífico entre pesquisadores de história da mídia que o desenvolvimento da imprensa brasileira passa pela transformação dos jornais em empreendimentos industriais, o momento em que isso acontece não é um consenso.

A virada do século XIX para o século XX ou a década de 1950 são duas datas apontadas, a segunda delas intrinsecamente ligada ao outro significado de modernização aqui citado e materializado historicamente através das reformas modernizadoras da imprensa carioca. O destaque dado ao Rio de Janeiro em detrimento de São Paulo se dá por conta de dois motivos (um, de certa forma, consequência do outro). O primeiro deles é que foi no Rio que se desenvolveram as reformas modernizadoras da década de 1950; o segundo é que, até 1970, “a imprensa brasileira de maior ressonância estava sediada no Rio de Janeiro, onde imperavam o Correio da Manhã e o Jornal do Brasil, além de O Globo, que começava a ganhar importância” (Pilagallo, 2012, p. 10).

Neste capítulo, serão discutidos os diferentes significados de modernização, que, especialmente no caso dos anos 1950, também se desenvolveu através do discurso dos que a executaram, que constitui parte significativa do próprio processo. Ele está ligado a uma mítica do jornalismo brasileiro e não condiciona os desdobramentos posteriores envolvendo as organizações jornalísticas e os sindicatos em relação ao autoritarismo. Ambos tiveram posturas ambivalentes, como veremos. No caso das empresas, o maior ou menor grau de apoio ao regime influenciou no suporte econômico, provocando uma reorganização do setor no sentido oligopolista. Dezenas de jornais e revistas desapareceram, e o mercado de revistas praticamente sumiu do Rio de Janeiro e se fixou

em São Paulo. O fenômeno da concentração midiática não se desenvolveu de forma independente pelo mercado, mas sim com forte intervenção estatal.

No caso dos sindicatos dos jornalistas, embora com pautas políticas e linha ideológica diversas das empresas de comunicação, a ação do Estado também esteve presente. Os protestos contra a perseguição a jornalistas, em especial o assassinato de Vladimir Herzog, e contra o cerceamento à liberdade de expressão não impediram que a intervenção estatal fosse desejada por parte dos profissionais de imprensa quando se tratava de regular a profissão. Como exemplo, houve a nomeação de interventores no Sindicato dos Jornalistas da Guanabara, processo apoiado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

Assim, este capítulo debate as implicações de se fazer jornalismo no contexto da ditadura militar. Repressão do Estado, efervescência da imprensa alternativa e dribles à censura estão presentes no imaginário, mas veremos até que ponto revelam uma seleção memorável, excluindo outras características do período, como aliança entre o regime e boa parte dos proprietários de meios de comunicação, acatamento às ordens censórias, colaboração com a repressão e a própria aceitação da intervenção do Estado em casos de regulação da profissão, como citado no parágrafo acima.

A atuação em entidades de classe, os sindicatos (exclusivos para jornalistas) e as associações de imprensa (que abrigam também donos de veículos de comunicação), não se dissociam do contexto geral do regime, com a perseguição aos sindicatos mais combativos e o fortalecimento do movimento sindical no período de abertura política. No caso dos jornalistas, deve-se acrescentar ainda como importantes elementos o reduzido histórico de atuação da categoria como classe em luta por seus direitos e o fato de se lidar com um trabalho intelectual, que envolve produção simbólica. Apesar do pouco interesse da categoria pela organização sindical, apesar de se ter um número considerável de jornalistas com envolvimento em grupos políticos, os sindicatos se mostraram espaços de disputa, especialmente no final dos anos 1970, quando a polarização nas esquerdas entre PCB e PT havia chegado à atuação sindical.

1.1. A modernização do jornalismo brasileiro

As características que se convencionaram atribuir ao jornalismo vêm do que se chama de modelo norte-americano de jornalismo, que influenciou a prática em outros países, e seria uma invenção do século XIX, a partir de um momento peculiar de

desenvolvimento econômico e tecnológico (Schudson, 1978)¹². Embora tenha se espalhado pelo mundo, esse modelo não foi assimilado completamente; serviu de referência e sofreu adaptações.

No Brasil, a década de 1950 ficou marcada por ter sofrido influência do jornalismo norte-americano. Os anos 1950 são considerados ícone da mudança de um jornalismo abertamente opinativo e influenciado pela política e pela literatura por outro tipo, calcado em informações objetivas. Essa mudança não se deu de forma absoluta, desenvolveu-se através de avanços e recuos (Ribeiro, 2007) que levaram o jornalismo brasileiro a se tornar de um tipo diverso daqueles que o influenciaram (Albuquerque, 2011).

Mas um jornalismo que se engaja explicitamente nas questões de seu tempo e não as apresenta como dados irrefutáveis era produzido no Brasil – e em outras partes do mundo – mesmo depois de a influência norte-americana levar à criação de novas práticas no fazer jornalístico¹³. Chalaby (1998) trata do desenvolvimento do jornalismo nos países anglo-americanos e na França, colocando esse último como retardatário em relação à evolução da profissão nos Estados Unidos e na Inglaterra. Enquanto os franceses estariam vinculados à política e à literatura, escrevendo com base em suas próprias opiniões, nos países anglo-americanos teriam surgido um estilo de texto telegráfico e novas práticas discursivas, como a reportagem e a entrevista.

Em um estudo comparado de jornalismo, Hallin e Mancini (2004) propõem três modelos: o Modelo Liberal, que prevaleceria na Grã-Bretanha, Irlanda e América do Norte; o Modelo Democrático e Corporativista, que prevaleceria na Europa Setentrional; e o Modelo Pluralista Polarizado, que prevaleceria nos países mediterrâneos da Europa Meridional. Eles lembram que não se pode perder de vista que tais modelos são tipos ideais. As características que os definem são inter-relacionadas, resultam de um desenvolvimento histórico e, dentro de cada país, os sistemas midiáticos em certos aspectos se aproximam e se afastam desses padrões¹⁴.

¹² O próprio Schudson afirma que não houve um momento mágico no qual surge a objetividade nos Estados Unidos e depois se espalha pelo mundo (Schudson, 1978). Além disso, nem sempre o jornalismo dos Estados Unidos teve a objetividade como um paradigma.

¹³ O jornalismo operário, sindical e partidário, por exemplo, apesar de em alguns momentos utilizar-se da linguagem baseada nessas novas práticas, seguiu tendo outros paradigmas e inspirações. Veremos mais sobre isso no Capítulo 03.

¹⁴ Em 2011, Hallin e Mancini lançaram um livro com artigos de outros pesquisadores, intitulado “Comparing media systems: beyond the western world”. Nele, autores convidados escreveram sobre sistemas de mídia de países que não foram contemplados nos modelos sugeridos por Hallin e Mancini em

Pode-se perceber uma valorização do Modelo Liberal, como se os demais modelos fossem inferiores a esse, casos em que o jornalismo ainda não teria atingido seu desenvolvimento pleno. Contudo, diferente de Chalaby, Hallin e Mancini consideram que práticas diversas são também “jornalismo”. Por outro lado, Chalaby e Schudson, embora situem historicamente o jornalismo, consideram que essa prática é apenas o que surgiu a partir do século XIX na Inglaterra e nos Estados Unidos, desconsiderando as demais como não pertencentes ao gênero, enquanto Hallin e Mancini as situam como menos desenvolvidas.

Chalaby, por exemplo, designa jornalismo um modelo informativo em oposição ao publicismo, que, segundo ele, seria a tradição seguida pelos jornalistas franceses que escreviam para propagar doutrinas políticas e defender os interesses de um determinado grupo político. O autor também situa como publicismo a prática dos jornais ingleses dos anos 1830, por afirmar que não se poderia ainda chamá-la de jornalismo ou de jornalismo de partido, já que o jornalismo seria uma invenção posterior a esse período.

Considera-se aqui que mesmo essas práticas diferentes do modelo liberal (que se assemelha ao informativo ou estadunidense) podem também ser definidas como jornalismo. O que acontece com a transformação de determinado tipo em designação do conjunto das práticas jornalísticas é que, além de se desprezar as diferenças, também se constrói a ideia de *origem* ao que seria melhor definido como o assentamento de um conjunto de práticas e valores.

É importante, portanto, antes de discutir o processo de modernização do jornalismo brasileiro, partir do pressuposto de que ele não é a única forma de se fazer jornalismo nem substituiu as demais. O excesso de valorização da modernização do jornalismo brasileiro tem relação com a forma como parte da historiografia narra a história da imprensa no país: centrada em “grandes” personagens e seus feitos, como se a história não fosse um processo, e sim feita por bruscas rupturas empreendidas por mentes geniais de “homens à frente do seu tempo” (Barbosa, 2007; Ribeiro, 2007; Albuquerque, 2008).

A partir dessa perspectiva, a década de 1950 surge como um divisor de águas na história do jornalismo brasileiro. “Parte da historiografia da imprensa costuma dividir o século XX em duas etapas bem definidas: antes de depois dos anos 1950” (Ribeiro, 2007, p. 17). Esse período ficou marcado como o que transformou o jornalismo

2004, mostrando que eles mesmos incorporaram algumas das críticas apontadas em seu trabalho.

brasileiro, que teria deixado de ser dependente das esferas política e literária e tornado-se autônomo, a partir da realização de mudanças implementadas em reformas textuais e gráficas inspiradas no jornalismo dos Estados Unidos.

A história dessa década e de seu lugar no conjunto da história do jornalismo no Brasil é contada, muitas vezes, sem considerar a perspectiva processual de qualquer acontecimento histórico. Arriscamo-nos a afirmar que parte desse problema se dá devido às pesquisas que utilizam história oral sem problematizar os depoimentos, limitando-se a reproduzir o que dizem os jornalistas que viveram o período, além do uso também acrítico de livros de memórias.

Os entrevistados e os autobiógrafos lembravam, quase sempre, os mesmos eventos, selecionavam os mesmos fatos, contavam as mesmas anedotas, tinham uma versão mais ou menos idêntica a respeito do período estudado. Quase todos apontavam a década de 50 como o apogeu da imprensa brasileira, os seus anos dourados, o momento em que o jornalismo se afirmou como força industrial (Ribeiro, 2002, p. 02).

Marialva Barbosa também reforça a ideia de que os anos 1950 ganharam relevância a partir do discurso construído sobre eles pelos que os vivenciaram.

E nada mais condizente com o momento social da década de 1950 do que se transformar mais do que em porta-voz da modernização, mas em seu próprio emblema, produzindo um jornalismo em padrões completamente diversos do que fora feito até então, pelo menos no discurso com que referendam esse processo (Barbosa, 2007, p. 153).

Essas características fizeram com que Afonso de Albuquerque (2008) considerasse que os anos 1950 são relatados como constituindo o mito de origem do jornalismo brasileiro: marcam, portanto, o início de um processo de racionalização através do qual o jornalismo brasileiro se põe no mundo. Ainda segundo o autor, as narrativas em torno desse momento relacionam-se mais com as estruturas míticas do que com relatos historiográficos.

Ao abordar a modernização como desenvolvimento da indústria jornalística, pode-se considerar um primeiro impulso modernizador no fim do século XIX e início do século XX. Com o advento do telégrafo, o uso de notícias de agências internacionais e a compra de máquinas que permitiam mais rapidez e qualidade na impressão, a atividade teria iniciado sua transição de empreendimentos individuais para industriais.

A modernização é um tema caro ao pensamento social brasileiro. Numa concepção marxista, ela estaria associada à revolução burguesa, ao fortalecimento da burguesia nacional e, portanto, ao desenvolvimento de mais uma etapa do capitalismo. O PCB também foi um importante interlocutor do pensamento social brasileiro, na tentativa de caracterizar nosso capitalismo tardio e as formas de superação da situação de subdesenvolvimento. Modernizar o país seria fazê-lo passar por uma revolução burguesa, superando sua condição de país dual: conviveriam um Brasil moderno, industrializado e urbano com outro feudal e centrado no campo. A tese dos restos feudais foi feita pelo PCB ainda na década de 1920, mas permaneceu, em linhas gerais, mesmo nos anos da ditadura (Dória, 1998; Vários Autores, 1976).

Nelson Werneck Sodré, que fez parte do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), alinhava-se à tese dualista do PCB. Essa perspectiva está presente em seu livro *História da Imprensa no Brasil*, principal obra de referência sobre o tema.

No Brasil, a formação do proletariado não foi apenas tardia; recrutado no campo e, por isso mesmo, com mentalidade camponesa, e num campo em que as relações feudais ainda eram predominantes e sofriam também do longo passado escravista – o regime escravo fora extinto há pouco – teve a agravante de receber considerável reforço de elementos estrangeiros, também oriundos do campo, em seus países de origem (Sodré, 2011, p. 455).

Se o autor também afirma que “o desenvolvimento da imprensa, no Brasil, foi condicionado, como não podia deixar de ser, ao desenvolvimento do país”, sua caracterização de Brasil é fundamental para compreender sua história da imprensa (Ibidem, p. 577). Para Sodré, por exemplo, com o processo de industrialização se tem também a divisão do trabalho dentro das redações, marcada por uma divisão de classes: proprietários, repórteres e gráficos. A modernização da imprensa estaria também no bojo desse processo, que, segundo ele, teria ocorrido no início do século XX.

A passagem do século, assim, assinala, no Brasil, a transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Se é, assim, afetado o plano da produção, o da circulação também o é, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Essa transição começara antes do fim do século, naturalmente, quando se esboçara, mas fica bem marcada quando se abre a nova centúria. Está naturalmente

ligada às transformações do país, em seu conjunto, e, nele, à ascensão burguesa, ao avanço das relações capitalistas: a transformação na imprensa é um dos aspectos desse avanço; o jornal será, daí por diante, empresa capitalista, de maior ou menor porte (Sodré, 2011, p. 405, 406).

Essa incipiente industrialização do jornalismo brasileiro está ligada ao processo modernizador mais amplo pelo qual passava o país e se relaciona com o imaginário de “modernidade” que se tinha: sociedades predominantemente urbanas e um ritmo de vida mais acelerado. Trata-se de ideias ainda não concretizadas no Brasil, mas que já povoavam o discurso autorreferente do jornalismo, através da valorização das novas tecnologias e da rapidez que elas permitiam.

Desde ontem o Jornal do Brasil conta com uma Marinoni dupla, podendo tirar 4, 6, ou 8 páginas de modo que assim conseguiremos satisfazer as exigências da nossa extraordinária tiragem, pondo a trabalhar simultaneamente quatro máquinas singelas de quatro páginas, cada uma, ou duas máquinas duplas para 6 ou 8 páginas. O serviço telegráfico aumentou (...) uma expedição biquotidiana para dois sistemas intermediários. Especialmente cuidamos de melhorar as fontes de informação esperando que o Jornal do Brasil não deixe de verificar nelas com a maior rapidez, completando até a última hora as recebidas, tudo quanto possa interessar a legião dos nossos amigos leitores (Jornal do Brasil, 1º de janeiro de 1901, p. 01 in Barbosa, 2007, p. 23).

Nelson Werneck Sodré (2011) faz questão de pontuar o quanto o processo de industrialização do jornalismo, enaltecido pelo Jornal do Brasil no trecho acima, era complexo. O autor relaciona a modernização do jornalismo com a industrialização e com o processo modernizador da própria sociedade brasileira, compreendido por ele como formado, entre outras características, pelo fortalecimento do capitalismo através da ascensão da burguesia nacional.

Contudo, segundo ele, ainda dominavam a imprensa as forças do Estado e do capital comercial, na época, majoritariamente relacionado aos empreendimentos portugueses (Sodré, 2011). As mudanças que se desenrolam nesta transição do século XIX para o XX não são definitivas; na verdade, vão funcionar como breves ensaios que levarão a primeira metade do século para se consolidar.

Apesar de registrar esse momento como sendo marcado por importantes mudanças, Ana Paula Goulart Ribeiro concorda com Juarez Bahia, que o caracteriza como uma “aventura industrial” (Ribeiro, 2007, p. 26). Bahia dirá que a imprensa só se

consolida como indústria na década de 1930. Ribeiro se debruça sobre os anos 1950 para mostrar que mudanças de fato ocorreram no período e que outras estão mais na esfera do discurso, principalmente dos protagonistas das chamadas reformas modernizadoras. Embora pontue sempre que não se tratou de uma década de ouro, em que teria acontecido uma brusca ruptura com a forma anterior de se fazer jornalismo, Ribeiro defende que esses seriam anos de consolidação de uma mudança que já estaria em curso.

As reformas dos anos 50, de qualquer maneira, representam um marco na história da imprensa brasileira, que assinala a passagem do jornalismo político-literário para o jornalismo informativo. A imprensa abandonou definitivamente a tradição opinativa que, desde 1821, a havia tão profundamente marcado. Esse modelo foi gradualmente substituído por um jornalismo que privilegiava a informação “objetiva”, separada editorial e graficamente do comentário pessoal (Ribeiro, 2007, p. 28).

Assim, mesmo que num tom ponderado em relação ao entusiasmo dos relatos dos protagonistas das reformas, Ribeiro defende que elas constituíram sim um marco histórico para o jornalismo brasileiro. Esse marco se daria principalmente porque, “no seu conjunto, essas mudanças parecem apontar para o processo de autonomização do campo jornalístico, sobretudo com relação às esferas políticas e literárias, que até então o dominaram” (Ibidem, p. 13). Contudo, a própria autora conclui que, no Brasil, o campo jornalístico “jamais conseguiu se autonomizar totalmente em relação à política” (Ibidem, 347).

Relações arcaicas, como as estabelecidas entre proprietários de jornais e forças políticas tradicionais, financiaram a “modernização” do jornalismo. Nesse sentido, pode-se afirmar que foi uma *modernização conservadora*¹⁵, termo usado por diversos autores para caracterizar o processo de modernização sem ruptura com as forças arcaicas; uma modernização controlada. A racionalização da produção não é levada a seus últimos termos: mantém-se no limite de servir aos velhos interesses político-econômicos de uma elite midiática atrelada a uma elite política.

Essa modernização conservadora já havia se iniciado na virada do século XIX para o XX, no que diz respeito à industrialização. Para Sodré, esse é o período da

¹⁵ Diversos autores utilizam o conceito de “modernização conservadora”. Aqui, fazemos referência a Barrington Moore Jr (1983).

passagem da imprensa artesanal para a industrial (Sodré, 2011) e coincide com o início da fase de expansão do capitalismo competitivo que, de acordo com Florestan Fernandes, vai dos últimos anos do século XIX até a década de 1950. A relação entre esses dois autores foi feita por Bruno Marinoni, em sua tese de doutorado sobre os proprietários de meios de comunicação no Brasil. Segundo ele, os processos de mudança na imprensa e as transformações no capitalismo são pólos que “se retroalimentam, fazendo com que de certa forma ‘coincidam’ o desenvolvimento da comunicação de massa e do capitalismo competitivo” (Marinoni, 2010, p. 03). O autor aponta também para o caráter conservador desse processo:

A continuidade de critérios da ordem senhorial não impediu que a imprensa desenvolvesse o seu potencial mercantil. No entanto, permeou seu caminho de desmandos e subverteu a compreensão das modernizações em andamento que solapavam as antigas instituições, o que nas folhas impressas encontrava um lugar privilegiado de debate e interpretação. A nova dinâmica da sociedade brasileira se reencontrava com antigas práticas e com representantes da dominação senhorial, reabsorvendo-os de acordo com seus interesses e arcando com as conseqüências que daí derivavam. Mas a informação já havia tomado o caminho que aos poucos lhe transformava em mercadoria, as empresas jornalísticas atraído capitais, a divisão do trabalho se ampliado e a longevidade dos jornais com perfis mais comerciais se ampliado (Marinoni, 2010, p. 75).

Faltou a Marinoni apontar a relação entre o processo descrito acima e o conceito de “modernização conservadora”, que traduz bem a ideia de desenvolvimento do capitalismo e industrialização da imprensa sem que sejam superadas características de “ordem senhorial”. A organização dos jornais como indústrias modernamente conservadoras ainda no início do século XX, além de apontada por Sodré, é relatada literariamente no romance autobiográfico “Recordações do escrivão Isaías Caminha”, em que Lima Barreto critica de forma contundente a sociedade e a imprensa, em 1909:

Era uma sala pequena, mais comprida que larga, com duas filas paralelas de minúsculas mesas, em que se sentavam os redatores e repórteres, escrevendo em mangas de camisa. Pairava no ar um forte cheiro de tabaco; os bicos de gás queimavam baixo e eram muitos.

O espaço era diminuto, acanhado, e bastava que um redator arrastasse um pouco a cadeira para esbarrar na mesa de trás, do vizinho. Um tabique separava o gabinete do diretor, onde trabalhavam o secretário e o redator-chefe; era também de superfície diminuta, mas duas janelas para a rua davam-lhe ar, desafogavam-no muito. Estava na

redação do O Globo, jornal de grande circulação, diário e matutino, recentemente fundado e já dispendo de grande prestígio sobre a opinião (Barreto, 1995, p. 53).

O jornal O Globo representa o Correio da Manhã; seu dono, o “doutor Ricardo” do romance, é inspirado em Edmundo Bittencourt, proprietário do Correio. Com todas as liberdades criativas próprias da literatura, as “Recordações” não deixam de ser um documento do período. Apesar da acidez que atravessa a narrativa, tem-se na descrição acima características de uma redação com marcada divisão social do trabalho (redatores, repórteres, redator-chefe). Em outros momentos, Lima Barreto cita também o secretário de redação e os intelectuais, que “ficavam fora da ação ordinária daquele exército. Nunca se metiam nas polêmicas, não procuravam escândalos, não escreviam alusões” (Ibidem, p. 58). Porém, as redações também eram ainda acanhadas, diminutas, e o trabalho jornalístico era usado para se obter influências na política e assim conseguir outra atividade mais rentável, como mostra a irritação do doutor Ricardo: “Eu já disse aos senhores que isto não é escada para ninguém subir... É um escândalo! Todo dia elogios, adjetivos a encher o... desses pulhas aí! Já disse que “eminente” aqui é só o José Bonifácio” (Ibidem, p. 55). O trabalho no jornalismo como escada ou trampolim para um convite ao emprego público dá bem a noção da lógica conservadora; enquanto a divisão do trabalho apresenta características de empreendimento industrial.

Assim, mesmo que sob os moldes conservadores, já havia uma modernização no jornalismo, ao menos no sentido de que não eram empreendimentos artesanais. Quanto à sua autonomização como campo separado da política, cabe relativizá-la a partir do exemplo de dois dos jornais cariocas pioneiros nas reformas modernizadoras e que estavam diretamente ligados, desde o nascedouro, a interesses explicitamente políticos: Última Hora e Tribuna da Imprensa. O jornal Última Hora foi fundado por Samuel Wainer, em 1951, a partir de um pedido de Getúlio Vargas (foi vendido para o grupo Folha em 1971). Seu processo de modernização não o impediu de ter um claro posicionamento político, que inclusive contribuiu fortemente para seu fim pós-golpe militar¹⁶. A Tribuna da Imprensa, de 1949 até 1962, foi o jornal do Carlos Lacerda, jornalista e político da União Democrática Nacional (UDN), inimigo público de Samuel Wainer e Getúlio Vargas.

¹⁶ Levando-se em consideração a publicidade governamental, a dependência do jornalismo da esfera política acontece ainda hoje.

Com relação ao fazer jornalístico, Sodré aponta que as alterações textuais são “mínimas” (Ibidem, p. 282). Já Marialva Barbosa pontua que há “mudanças no teor das notícias publicadas e na forma como são distribuídas nas páginas. A valorização do caráter imparcial do periódico leva à criação de colunas fixas para a informação e para a opinião” (Barbosa, 2007, p. 48). A pesquisadora, contudo, concorda que o processo ainda é incompleto.

Os anos 1920 marcam o início do império midiático de Assis Chateaubriand. Foi o ano em que o futuro diretor dos Diários Associados – rede de jornais, revistas, emissoras de rádio e tevê (no último caso, as primeiras do país) – comprou o impresso O Jornal. Segundo Barbosa, ao lado da idealização da atividade jornalística, a noção de modernidade também é acionada nos relatos memorialísticos dos que se consideram protagonistas da história da imprensa. A valorização da informação e a mítica da imparcialidade também já estavam presentes.

O Chateaubriand transformou O Jornal em um órgão austero, independente, do mais alto nível, que tinha os melhores colaboradores, inclusive estrangeiros. (...) Foi o Chateaubriand que introduziu, sem dúvida, no Rio, a separação completa entre informação e comentário. A opinião era emitida em editoriais, em artigos dele ou em cartas no máximo (Barreto Leite Pinto in Barbosa, 2007, p. 80-81).

O início da década já anuncia, então, valores que serão reforçados posteriormente pelos protagonistas das reformas modernizadoras da década de 1950, o que relativiza o seu significado como marco temporal da história do jornalismo brasileiro e insere sua relevância do ponto de vista dos sentidos construídos pelos jornalistas acerca de sua própria profissão.

Em parte dos anos 1930 e 1940, a imprensa brasileira viveu sob o signo do controle e da cooptação pelo Estado Novo. A relação se dava com base no incentivo financeiro (através de descontos no imposto sobre importação do papel e de publicidade oficial), da patrulha ideológica através do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, criado em 1934, e substituído pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, e do empastamento de jornais (já a partir da “revolução” de 1930, como foi o caso do Diário Carioca, em 1932).

Um ou outro jornal que tentou se rebelar foi imediatamente fechado. Mas a grande imprensa daquele tempo imediatamente aderiu ao

Estado Novo. Toda. Com exceção de O Estado de S. Paulo. É só você pegar as manchetes do dia 28 (Joel Silveira in Barbosa, 2007, p. 112).

O depoimento do jornalista Joel Silveira ressalta o colaboracionismo em relação ao regime. Segundo Marialva Barbosa (2007), muitos periódicos concordavam com a ideologia nacionalista e com a visão iluminista da imprensa que era difundida pelo Estado Novo, que passou a utilizar também o rádio como veículo de comunicação de massa.

No período, a atividade jornalística era desenvolvida de forma amadora. Um relato do jornalista Martins Alonso, um dos que comandava a redação do Jornal do Brasil (JB) no começo da década de 1930, é exemplar da forma não profissional como se formavam os jornalistas. O trecho se refere à chegada de Edmar Morel, que havia saído de Fortaleza para tentar uma vaga como repórter na imprensa carioca, no JB, em 1931:

Vivíamos, na imprensa diária, uma época em que os profissionais como que se improvisavam. Não havia escola de jornalismo, nem cursos de comunicação. O jornalista provinha de atividades auxiliares na arte de fazer jornal ou já trazia experiência noutro jornal ou, ainda, seria uma vocação a se manifestar (Alonso in Morel, 1999, p. 33).

A primeira ação estatal com o objetivo de regulamentar a profissão é o Decreto 910, instituído por Getúlio Vargas em 1938. A norma estabeleceu carga horária e salário mínimo, além de diferenciar a profissão de outros trabalhadores da imprensa, como os gráficos. Vargas também ofereceu vantagens para os jornalistas, como descontos em passagens aéreas, o que acabou atraindo pessoas que não tinham a profissão e buscavam se aproveitar de suas vantagens.

O jornalismo, porém, continuou tratado como um “bico”. Com baixos ordenados, os jornalistas muitas vezes acumulavam o trabalho nas redações com cargos públicos. Ainda de acordo com as memórias de Morel, o JB seria, na época, “um órgão oficioso da Prefeitura e com seus principais redatores ocupando cargos na Municipalidade, com gordos proventos” (Ibidem, p. 34).

A vida jornalística de Edmar Morel mostra que, já naquele período jornalistas comunistas atuavam também em veículos da imprensa conservadora. O trânsito entre jornais do PCB e da mídia burguesa não era, então, uma especificidade da ditadura militar. O próprio Morel trabalhou no A Manhã, da Aliança Nacional Libertadora

(ANL), fundado em 1935 – fechado após o fracasso do levante comunista no mesmo ano – e dirigido pelo comunista Pedro Motta Lima¹⁷. Ele também trabalhou com Morel no jornal O Globo, depois de sair da prisão, durante o Estado Novo (1937-1945). Segundo Morel, lá também havia outros comunistas, como Antonio Mesplé e Pedro Teixeira.

Além de serem aceitos em redações anticomunistas, os comunistas também eram agregados à estrutura estatal, numa relação dúbia do governo com jornalistas e intelectuais, pois eles também eram reprimidos, sofrendo a censura executada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), também. Nas lembranças de Edmar Morel, mais uma semelhança entre dois dos períodos ditatoriais brasileiros:

Em meados de 1937 cheguei a O Globo pelas mãos de Herbert Moses, seu diretor-tesoureiro e presidente da ABI. Fiquei na reportagem de polícia, sob o comando de Alves Pinheiro, o maior chefe de reportagem de todos os tempos. Ele acumulava as funções de brilhante jornalista com a de investigador da polícia, agregado ao gabinete de Filinto Müller. A minha procedência, vindo de dois jornais que pregavam o comunismo, poderia causar certos aborrecimentos, pois estava em voga a indústria do anticomunismo. Entretanto, em momento algum senti o menor constrangimento (Ibidem, p. 56).

Como será discutido adiante, a presença de policiais-jornalistas-censores também aconteceu durante a ditadura militar (Kushnir, 2012). No Ministério da Educação e Saúde Pública, chefiado por Gustavo Capanema, havia alguns comunistas, como Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Cândido Portinari. O caso de Graciliano, escritor que também colaborou com alguns veículos da imprensa, aponta para o extremo dessa contradição.

Restar-me-ia alegar que o DIP, a polícia, enfim, os hábitos de um decênio de arrocho, me impediram o trabalho. Isto, porém, seria injustiça. Nunca tivemos censura prévia em obra de arte. Efetivamente se queimaram alguns livros, mas foram raríssimos esses autos de fé. Em geral a reação se limitou a suprimir ataques diretos, palavras de ordem, tiradas demagógicas, e disto escasso prejuízo veio à produção literária.

Certos escritores se desculpam de não haverem forjado coisas excelentes por falta de liberdade – talvez ingênuo recurso de justificar inépcia ou preguiça. Liberdade completa ninguém desfruta:

¹⁷ Pedro Motta Lima também comandou o Imprensa Popular, uma das experiências da imprensa legal do PCB, que funcionou no mesmo período de legalidade do partido, entre 1945 e 1947.

começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer. Não será impossível acharmos nas livrarias libelos terríveis contra a república novíssima, às vezes com louvores dos sustentáculos dela, indulgentes ou cegos. Não caluniemos o nosso pequenino fascismo tupinambá: se o fizermos, perderemos qualquer vestígio de autoridade e, quando formos verazes, ninguém nos dará crédito. De fato ele não nos impediu escrever. Apenas nos suprimiu o desejo de entregar-nos a esse exercício (Ramos, 2011, p. 10).

Mesmo tendo sido encarcerado pelo governo Vargas (Graciliano foi preso em 1936, após a Intentona Comunista, mas antes do estabelecimento do Estado Novo), o escritor, comunista e jornalista trabalhou como revisor da revista *Cultura Política*, do Ministério Capanema. A atividade não o impedia, porém, de declarar-se publicamente contra atos do governo, como assinar um manifesto de intelectuais contra a II Guerra Mundial, em 1942, e participar do I Congresso dos Escritores, em 1945, que reivindicou, entre outras questões, liberdade de expressão, anistia, eleições diretas (Moraes, 2012, p. 82-83).

O Congresso de Escritores foi o primeiro golpe na estrutura do Estado Novo, que, desde 1937, proibira reuniões desse tipo, mantendo rígida censura sobre a imprensa, os espetáculos, os livros, impedindo o debate de ideias, a livre expressão de pensamento. Convocado pela Associação Brasileira de Escritores (ABDE), organização recém-fundada, o Congresso reuniu em São Paulo intelectuais do país inteiro¹⁸ [...]. O Congresso transcorreu em clima de grande entusiasmo e de muita alegria – entusiasmo e alegria que caracterizavam o ano de 1945, ano do fim da guerra e da ditadura do Estado Novo (Gattai, 1982, p. 28-29).

Nas memórias de Zélia Gattai, a ditadura do Estado Novo parece mais dura do que nas lembranças de Graciliano Ramos. O entusiasmo com seu estertor, contudo, justifica-se não só por outros relatos memorialísticos, que dão conta de um período de intensas atividades legais do PCB, mas também por dados referentes à imprensa do partido, que se ampliou bastante de 1945 a 1947. O partido chegou a coordenar pelo menos oito jornais diários, nas principais capitais do país, uma agência de notícias,

¹⁸ Zélia Gattai cita: Oswald de Andrade, Sérgio Milliet, Caio Prado Jr., Paulo Mendes de Almeida, Mário de Andrade, Aníbal Machado, Sérgio Buarque de Hollanda, Vinicius de Moraes, José Lins do Rego, Aparício Torelli (o Barão de Itararé), Moacyr Werneck de Castro, Dionélio Machado, Carlos Lacerda, Dalcídio Jurandir, Paulo Mendes Campos, James Amado, Rossini Camargo Guarnieri Alina Paim e seu futuro marido Jorge Amado.

tipografias, livrarias, editoras e o jornal considerado seu órgão central (Serra, 2007, p. 2).

Com relação à imprensa burguesa, a década de 1950 é considerada, pelos protagonistas das reformas modernizadoras da imprensa carioca, um período de mudanças radicais. Esses anos estão envoltos em torno do mito da modernização, no contexto desenvolvimentista resumido no *slogan* do presidente Juscelino Kubitschek, que afirmava que o país cresceria “cinquenta anos em cinco”. Contudo, é importante ressaltar que, no jornalismo, “a cada década uma nova modernidade é construída” (Barbosa, 2007, p. 80). Sob esse ponto de vista, os anos 1950 perdem a centralidade como década de modernização. Ainda assim, o jornalismo mudou, em alguns aspectos, o seu modo de fazer e a sua organização.

O formato do texto, da diagramação e o uso da fotografia passaram por transformações. O primeiro sofreu influência de procedimentos estadunidenses, a princípio com a adaptação da técnica do lide¹⁹ pelo jornal Diário Carioca, em 1950. A diagramação passou a valorizar a primeira página e a hierarquizar informações; a fotografia, com o uso de lentes mais potentes, tornou-se menos posada e mais espontânea, além de poder ganhar destaque com a melhoria da impressão.

A adoção de novas técnicas de apuração e redação veio acompanhada de ferramentas para garantir o caráter disciplinador das reformas modernizadoras iniciadas nos jornais cariocas em 1950. Uma dessas ferramentas era o manual de redação, criado pelo Diário Carioca, que estabelecia regras para que a escrita fosse mais objetiva, com menos adjetivos e organizada a partir das informações principais. Outra era o copidesque: corpo de redatores que colocava os textos dos repórteres nos novos padrões jornalísticos.

Esse disciplinamento foi acompanhado da necessidade de profissionalização do jornalismo. Como afirma Renato Ortiz, “o processo de racionalização da sociedade implica também num novo tipo de relacionamento entre a empresa e o empregado” (Ortiz, 2006, p. 141). No entanto, mesmo nas décadas seguintes, a profissionalização ainda tinha suas brechas: era comum que a entrada nos veículos de comunicação se desse a partir de relações de amizade e a presença do proprietário nas redações ainda era forte.

19 Primeiro parágrafo das notícias, deve trazer as principais informações sobre o acontecimento relatado, através das respostas às perguntas: o quê? Quem? Onde? Quando? Como? Por quê?

Conforme aponta Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), a historiografia atribui aos anos 1950 o período em que o jornalismo brasileiro se afastou das esferas política e literária, focando-se na informação. A constatação, no entanto, não pode ser absolutizada: as mudanças não se deram de forma linear. Mesmo dentro do universo de jornais e revistas do eixo Rio-São Paulo, é possível encontrar exceções. Basta lembrar o caso do jornal Última Hora, fundado por Samuel Wainer, em 1951, a partir de um pedido de Getúlio Vargas (foi vendido para o grupo Folha em 1971). UH fez parte dos veículos cariocas que empreenderam reformas modernizadoras na década de 1950, apresentando novidades em seu design gráfico e diagramação, especialmente na primeira página. Tais mudanças, no entanto, não o impediram de ter um claro posicionamento político, que inclusive contribuiu fortemente para seu fim pós-golpe militar²⁰.

Durante os anos 1950, as redações receberam os primeiros jornalistas formados em escolas universitárias. Embora o diploma ainda não fosse obrigatório, o primeiro curso de jornalismo foi criado em 1947, pela Fundação Cásper Líbero (Ribeiro, 2007, p. 294). Os cursos seguiam a lógica do jornalismo de inspiração norte-americana, inclusive agregando professores que implementaram as reformas modernizadoras dos anos 1950, como Danton Jobim e Pompeu de Sousa. Apenas em 1961, o Ministério da Educação organizou um currículo mínimo de jornalismo, estabelecendo uma grade que formava um “especialista em generalidades” e, como resquício dos tempos em que proprietários de meios de comunicação eram também jornalistas, incluía disciplinas de administração e publicidade (Lopes, 2013, p. 81). Até essa data, havia somente 11 cursos no país.

A regulamentação que vigora atualmente é o Decreto-Lei 972, de 1969, com a mudança da derrubada da obrigatoriedade do diploma pelo Superior Tribunal Federal, em 2009. Como havia ainda poucos cursos superiores de jornalismo e a maioria dos que exerciam a profissão não havia passado por eles, a norma estabeleceu a categoria de “provisionado”, que seriam os jornalistas sem diploma, porém limitava a presença deles a um terço das novas admissões nas redações.

Por conta disso, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) pronunciou-se contra o artigo que se referia aos provisionados. Em 1973, porém, no Documento Final de Fortaleza, resultado da IX Conferência da entidade, a Fenaj solicitava “o fiel

²⁰ Levando-se em consideração a publicidade governamental, a dependência do jornalismo da esfera política acontece ainda hoje.

cumprimento do Decreto-Lei 972 pelas empresas” e classificava a obrigatoriedade do diploma como “reivindicações de uma categoria legitimamente reunida e representada” (in Lopes, 2013, p. 91).

As mudanças no campo jornalístico que se desenvolveram durante a década de 1950 vão se consolidar nas duas décadas seguintes, coincidindo com o período da ditadura militar e do estabelecimento de um mercado interno de bens de consumo integrado nacionalmente. Se a história é um processo, as demarcações de cada período de tempo não necessariamente correspondem ao fluxo histórico. Tem-se, portanto, uma separação entre os anos 1950, década de “ouro” do jornalismo brasileiro, e as décadas posteriores, quando o golpe militar certamente muda os rumos da imprensa – assim como de diversos setores – do país. Essa mudança, porém, acontece a partir de caminhos já inicialmente traçados nos anos anteriores, por fatores diversos.

Um desses caminhos é o da concentração midiática. Ao se tornar um empreendimento capitalista de complexidade cada vez maior, o jornalismo se torna atividade concentrada em poucas empresas²¹. Mais uma vez, a história da imprensa contada por Nelson Werneck Sodré coincide com as fases do desenvolvimento tardio do capitalismo de acordo com Florestan Fernandes: inicia-se a fase do capitalismo monopolista:

Acentuando-se desde os terceiro e quarto dec nios do século, a concentra o da imprensa era tão marcante, em sua segunda metade que, tendo desaparecido numerosos jornais e revistas, uns poucos novos apareceram. As revistas que haviam marcado sua posi o, algumas desde o início do século, desapareceram todas [...]. Mantinha-se O Cruzeiro, que começara a circular em 1928 e seria incorporada   empresa dos Diários Associados. Uma grande revista apenas apareceu nessa fase de concentra o: Manchete, em 1953. Os jornais desaparecidos no início da segunda metade do século foram dezenas. Dois novos surgiram, e justamente vespertinos, última Hora e Tribuna da Imprensa, dirigidos por Samuel Wainer e Carlos Lacerda, respectivamente. A concentra o tomaria aspectos ainda mais acentuados com o desenvolvimento do rádio e da televisão: a tendências às grandes corpora oes, de que os Diários Associados constituem o primeiro exemplo, agravar-se-ia com a constitui o de corpora oes complexas, reunindo jornais e revistas, emissoras de rádio e televisão (Sodré, 2011, p. 567, 568).

²¹ Há também, no período, outros formatos que não de empresas, como cooperativas de jornalistas que editam veículos da imprensa alternativa. A imprensa de partido não deixa de existir, mas   majoritariamente clandestina.

Os dois mais importantes veículos dos Diários Associados não sobreviveram à ditadura: a revista O Cruzeiro, que deixou de circular em 1975, e a TV Tupi, fechada em 1980. Última Hora foi vendida, em 1971, para a empresa da qual faz parte a Folha de S. Paulo. Ainda antes da ditadura, em 1961, Carlos Lacerda vendeu a Tribuna da Imprensa para a família Nascimento Brito (dona do Jornal do Brasil). No ano seguinte, o periódico foi adquirido pelo jornalista Hélio Fernandes e ainda hoje existe, na versão online. O próprio Jornal do Brasil, desde 2010, circula apenas na internet. Enquanto isso, o mercado de revistas de circulação nacional se concentrou quase que completamente na cidade de São Paulo.

Regime de restrições de direitos e de liberdades, a ditadura militar desempenhou um papel desenvolvimentista, impulsionada por uma ideologia da modernização conservadora que guiou o crescimento econômico sem distribuição de renda.

Certamente os militares não inventam o capitalismo, mas 64 é um momento de reorganização da economia brasileira que cada vez mais se insere no processo de internacionalização do capital; o Estado autoritário permite consolidar no Brasil o “capitalismo tardio”. Em termos culturais essa reorientação econômica traz consequências imediatas, pois, paralelamente ao crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, fortalece-se o parque industrial de produção de cultura e o mercado de bens culturais (Ortiz, 2006, p. 114).

Assim, a despeito da limitação imposta à criação artística e à divulgação jornalística, as décadas de 1960 e 1970 foram anos fundamentais para a indústria cultural brasileira, tanto a partir da consolidação do capitalismo tardio no país como do incentivo direto do governo, com a criação de empresas estatais cujo papel era estimular a produção cultural (a Embrafilme, fundada em 1969, é um exemplo). Desse modo, a ditadura foi um período de contradições da modernização conservadora dos militares e de consolidação das reformas modernizadoras da imprensa e da indústria cultural brasileira. Envolveu um incremento no mercado de produção simbólica decorrente da própria dinâmica do capitalismo, mas também um cerceamento dessa produção, devido ao caráter reacionário do regime.

1.2. Jornalismo brasileiro nos anos 1960 e 1970: cerceamento e colaboracionismo

Às vezes se cobra, desta Folha, ter apoiado a ditadura durante a primeira metade de sua vigência, tornando-se um dos veículos mais críticos na metade seguinte. Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro.

Este jornal deveria ter rechaçado toda violência, de ambos os lados, mantendo-se um defensor intransigente da democracia e das liberdades individuais.

É fácil, até pusilânime, porém, condenar agora os responsáveis pelas opções daqueles tempos, exercidas em condições tão mais adversas e angustiosas que as atuais. Agiram como lhes pareceu melhor ou inevitável naquelas circunstâncias (“Editorial: 1964”, Folha de S. Paulo, 30/03/2014).

Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964.

A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como “O Estado de S. Paulo”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil” e o “Correio da Manhã”, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais.

[...] Naquele contexto, o golpe, chamado de “Revolução”, termo adotado pelo GLOBO durante muito tempo, era visto pelo jornal como a única alternativa para manter no Brasil uma democracia (“Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”, O Globo, 13/08/2013).

No constante trabalho de elaboração e reelaboração da memória, os jornais são um agente cuja narrativa impacta tanto pelo que constrói em relação aos acontecimentos diversos como à sua própria trajetória. Os dois trechos dos editoriais da Folha de S. Paulo e d’O Globo mostram o quão premente é a necessidade de se posicionar em relação ao passado para erigir determinada autoimagem e garantir a identidade de veículos de comunicação idôneos com seu público-leitor. A ditadura militar, como fato traumático recente na história brasileira, é um alvo privilegiado nos movimentos de reorganização da memória feitos pela imprensa nacional.

Apenas a leitura completa de cada editorial e a relação com o momento em que foram publicados (O Globo, em agosto de 2013, como resposta às palavras de ordem ditas em manifestações – “A verdade é dura! A Rede Globo apoiou a ditadura! Ainda

apóia!” –, e a Folha na véspera do aniversário de 50 anos do golpe militar) podem mostrar as nuances que diferenciam seus posicionamentos. O que interessa aqui é lançar um olhar sobre a forma como dois veículos conservadores de grande circulação, cada um situado numa das duas maiores cidades do país, está relacionada com certa opção de revisitação dos acontecimentos de 1964.

A escolha dos periódicos é por assumir o apoio à ditadura como erro, porém um erro que se justifica por diversos motivos: tais jornais estariam em confluência com o pensamento de grande parte da imprensa e de outros setores da sociedade civil; o apoio foi a parte da ditadura, aquela que corresponderia ao período menos violento e quando ainda se acreditava que a intervenção militar teria curta duração; tal suporte se deu por se acreditar em valores que são vistos hoje de maneira positiva, como a democracia e, por isso, foi “inevitável”. Assim, as declarações de que houve apoio (parcial) à ditadura vêm cercadas de atenuantes que evidenciam o quanto se assemelha a uma *memória envergonhada* (Pollack, 1989), algo que seria mais confortável que permanecesse na esfera do não dito.

Esta memória envergonhada revela, por outro lado, qual o projeto memorável que a imprensa busca construir de si: como combativa, democrática e defensora da liberdade de expressão. Portanto, as narrativas de jornalistas sobre a ditadura privilegiam as tentativas de escapar da censura e as violências sofridas pelo regime. Os diabinhos da revista Veja, as receitas de bolo e os poemas de Camões n’O Estado de S. Paulo²², por exemplo, são recorrentes em relatos de jornalistas e dificilmente deixam de ser mencionados em pesquisas sobre mídia e ditadura. Porém, ao ressaltar essa memória da atuação da imprensa, quais outras são obscurecidas?

Algumas importantes pesquisas apontam, com os devidos cuidados metodológico, redacional e político, os limites da combatividade da imprensa. “Um acordo forçado”, de Annie Marie Smith, aprofunda e sistematiza algumas questões já apontadas por Paolo Marconi em “Censura política no Brasil”, porém enfatizando o seguinte viés: a não publicação de determinados temas que o governo determinava e fazia informar, através de bilhetinhos ou telefonemas, que eram proibidos, foi vista pela pesquisadora como acatamento à censura. Embora seja um acatamento – como diz o próprio título do livro, forçado pelo medo da repressão, pela falta de diálogo sobre o tema nas redações,

²² Esses elementos foram publicados por esses veículos, de forma recorrente, no lugar das matérias cortadas pela censura. O livro “Manobras da informação”, de João Baptista de Abreu, mostra um apanhado de estratégias que os jornalistas usavam para driblar a censura.

pela obediência de repórteres e redatores a seus superiores –, considerar que se cumpriram ordens, ao invés de desafiá-las, é uma quebra na construção memorável hegemônica em torno do tema²³.

Uma nuance da memória construída em relação à atuação da imprensa durante a ditadura é colocar a responsabilidade do suporte ao golpe nas instituições-jornais, não nos indivíduos-jornalistas. Esse aspecto está presente nos editoriais d'O Globo e da Folha, mas é também lembrado nos relatos sobre o golpe. São recorrentes, por exemplo, as lembranças dos editoriais do carioca Correio da Manhã às vésperas de 1º de abril de 1964: “Basta!” e “Fora!”, referindo-se ao presidente João Goulart, que havia assumido o posto democraticamente. Logo em seguida, o Correio já se posicionou contra a ditadura, ao contrário de grande parte da imprensa. A jornalista Thereza Cesário Alvim, em busca de disputar essa memória, organizou o livro “O golpe de 1964: a imprensa disse não”. Nele, estão publicados artigos e crônicas contrários ao regime. A própria autora, porém, aponta que se trataram de “brechas”; ou seja, a oposição ao regime de 1964 não foi institucional nem sistemática, ao menos na maior parte da imprensa conservadora brasileira.

A historiadora Beatriz Kushnir foi além na quebra dessa construção, pesquisando os censores-jornalistas e jornalistas-policiais. Em sua tese, ela mostrou que, no final da década de 1960, de 34 censores de carreira, funcionários da polícia, sete eram jornalistas e dois eram ex-integrantes da Polícia Especial (Kushnir, 2012, p. 176-177). A autora apontou também que as ordens censórias tinham um centro organizativo e um conjunto de regras. Não se tratavam, assim, de decisões tomadas a critério de cada censor²⁴.

Muitos relatos criam a imagem do censor (ou censora)²⁵ como um bobo, ingênuo, com pouca capacidade de interpretação, sem cultura geral ou inteligência para perceber certas nuances que contestavam a ditadura ou de uma obediência cega ao corte de determinadas palavras ou temas que não necessariamente contrariavam o governo. Os jornalistas d'O Pasquim são pródigos nesses relatos, presentes em diferentes livros

²³ Houve dois tipos de censura: a prévia, em que os censores ficavam dentro das redações ou recebiam o material em Brasília antes de ser publicado; e a autocensura, em que eram acatadas as proibições recebidas por telefonemas e bilhetinhos. Annie Marie Smith (2000) contabilizou apenas sete veículos que sofreram o primeiro tipo de censura.

²⁴ Beatriz Kushnir discorda de Annie Marie Smith e considera que a censura foi legal (dentro da legalidade construída pelo regime militar).

²⁵ De fato, houve muitas mulheres. Em ofício que nomeou dez censores em 1975, sete eram mulheres (Kushnir, 2012, p. 200-201).

(como os de Smith e Kushnir) e também no documentário “O Pasquim: a subversão do humor”, da TV Câmara.

Entre os diversos casos contados por eles, está o da censora que gostava de uísque, passou a ser presenteada sempre com uma garrafa em sua mesa e a relação de cordialidade (assim como a autorização de temas que deveriam ser proibidos) fez a ditadura afastá-la d'O Pasquim. Outro relato diz respeito ao general Juarez, pai da inspiradora da música Garota da Ipanema (Helô Pinheiro), que atendia aos jornalistas na praia, e chegou a cortar da publicação a foto de uma estrada que, devido ao efeito distorcido da lente “olho de peixe”, se assemelhava a um órgão genital feminino e foi por ele considerada uma crítica à Transamazônica. A turma d'O Pasquim, mesmo presa (a famosa gripe que acometeu quase toda a redação²⁶), deu ênfase ao bom tratamento recebido, que incluiu rodinha de violão para agradar um dos guardas, aparentemente um admirador dos rapazes detidos.

Todas essas narrativas podem ser relacionadas a uma estratégia comum no humor e presente não só nos bastidores, mas nas páginas da imprensa brasileira desde o Império: a ridicularização da figura de autoridades. Tal constatação não significa que esses episódios sejam inverídicos, mas que esse foi o viés escolhido por seus protagonistas para relatá-los. A pesquisa de Kushnir aponta que os censores eram profissionais bem preparados e que seguiam uma política de proibições, não faziam seu trabalho de forma aleatória. Sérgio Cabral, em entrevista para essa pesquisa, relata que a relação cordial com a censora era um caso isolado:

Foi um caso especial. Foi o único caso em que eu tive contato com um censor. Foi a dona.... esqueci o nome dela. Ela gostava de uísque, tinha essa vantagem. Mas foi um caso. Censor, eu não tinha paciência pra falar com eles. [Além d'O Pasquim] eu trabalhei num jornal que eu sabia que tinha censura, mas eu não via, a censura eu não via. N'O Pasquim, antes dela, teve um cara, que eu me lembro que até discutia com ele, foi quando resolveram fazer censura dentro da redação. Eu me lembro que eu discutia “você devia ter vergonha do seu trabalho e tal”... Essa história. Que, aliás, uma maldade. Eram policiais que enfrentavam aquela missão. E n'O Pasquim era essa moça. Também não tive muito contato com ela não. Eu não queria muita conversa com censura não (Sérgio Cabral, 2013).

²⁶ A edição de número 74 justificava a ausência da equipe a um surto de gripe. Assim, o jornal saiu com o trabalho de parte da redação e de colaboradores (habituais ou que apareceram em solidariedade), que publicaram na capa os seguintes dizeres: “Enfim um Pasquim inteiramente automático. Sem o Ziraldo, o Jaguar, o Tarso, o Francis, o Millôr, o Flávio, o Sérgio, o Fortuna, o Garcez. Sem a redação, sem a contabilidade. Sem gerência e sem caixa”.

Segundo normas das portarias 123 e 134, de 1966, que existiram por quase 20 anos, os censores passavam por cursos de aperfeiçoamento e especialização na Academia Nacional de Polícia. Entre os temas, estavam: técnica de censura, direito aplicado e teatro (lembrando que a censura também incluía a classificação etária de artes e espetáculos) (Kushnir, 2012, p. 177). Em relação às regras para se exercer a censura, elas foram compiladas em um volume, em 1971, conhecido como “Bíblia”, que compilava os decretos e leis que justificavam os pareceres censórios (Ibidem, p. 186).

Esse tipo de censura, em que o censor ia para dentro das redações, era um das duas formas de se proibir a veiculação de determinados temas. Chamada de censura prévia, era o tipo que mais prejudicava os empreendimentos jornalísticos, inclusive do ponto de vista econômico. Era preciso produzir uma grande quantidade de material para ainda haver conteúdo suficiente após os cortes. Em alguns casos em que a censura dentro das redações foi considerada branda, periódicos foram obrigados a enviar seu conteúdo para ser avaliado previamente em Brasília. Todos os custos com o envio, além da manutenção, algumas vezes, de um profissional do veículo na capital, eram pagos pelo próprio meio de comunicação. Com a impossibilidade de produzir mais no lugar do que era cortado, tinham-se jornais que perdiam o *timing* jornalístico, o que diminuía o interesse de leitores e anunciantes, constituindo assim em mais um fato para o estrangulamento econômico.

Porém, essa censura mais árdua não foi a mais comum. Segundo Anne-Marie Smith, ela atingiu apenas sete periódicos no Brasil²⁷. Embora o número talvez deixe escapar jornais de circulação local, ainda assim é significativo, visto que circulavam no país mais de mil jornais e revistas no período. Assim, a censura mais comum durante a ditadura foi a autocensura, que constituía no envio de proibições por bilhetes ou telefonemas, pela Polícia Federal, para as redações. O termo subentende uma corresponsabilidade dos jornalistas no processo que não condiz com a correlação de forças envolvidas, porém acabou sendo difundido para designar essa prática.

Além de não ter sido a mais comum, a censura prévia também não atingiu todos os veículos com a mesma intensidade. Enquanto Veja, Estadão e Jornal da Tarde conseguiram preencher os vazios das matérias cortadas de forma a tentar “avisar” aos

²⁷ Sofreram censura prévia: os jornais O Estado de S. Paulo, Jornal da Tarde (ambos da família Mesquita); O São Paulo (da arquidiocese desse Estado); os alternativos Movimento, Tribuna da Imprensa e Pasquim; a revista Veja (da Editora Abril, família Civita).

leitores que estava sendo censurado (já que um dos temas proibidos era a própria existência de censura), os alternativos tiveram que se submeter à censura na capital federal. O proprietário do Estadão, Ruy Mesquita, por outro lado, chegava a abordar representantes do alto escalão do governo para demonstrar seu incômodo com a censura, como através do telegrama abaixo, enviado ao ministro da Justiça Alfredo Buzaid:

Parece incrível que os que decretam hoje o ostracismo forçado dos próprios companheiros de Revolução, que ocuparam ontem os cargos em que se encontram hoje, não cogitem de 5 minutos do julgamento da História. O Senhor, Sr. Ministro, deixará de sê-lo um dia. Todos os que estão hoje no poder dele baixarão um dia e, então, Sr. Ministro, como aconteceu na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini, ou na Rússia de Stalin, o Brasil ficará reduzido à verdadeira história deste período em que a Revolução de 1964 abandonou os rumos traçados pelo seu maior líder, o Marechal Castelo Branco, para enveredar pelos rumos de um caudilhismo militar, que já está fora de moda inclusive nas repúblicas hispano-americanas (in Rollemberg, 2010, p. 26).

O telegrama mostra várias questões que se assemelham à posição da Folha e d'O Globo em seus recentes editoriais, porém sem o *mea culpa* presente quando fizeram a revisitação histórica: houve apoio à ditadura (*Revolução*), porém apenas a seu período inicial (Castelo Branco era o *maior líder* do movimento), não ao que se assemelha à Alemanha de Hitler, Itália de Mussolini ou Rússia de Stalin. O envio da mensagem é uma demonstração de proximidade entre o dono do jornal e o governo; as perseguições sofridas não eliminam essa relação, mas evidenciam que a ditadura não era um bloco monolítico de poder e mesmo apoiadores de primeira ordem poderiam ser enquadrados por discordância com os rumos da *Revolução*.

Independente de qual tipo e de que forma foi feita, a censura tem como principal efeito tirar do debate público determinados temas, causando a falsa impressão de que eles não existem. A censura talvez só tenha sido de fato vencida nos casos de troca de presos políticos por diplomatas, quando mensagens dos grupos guerrilheiros tiveram de ser veiculadas por toda a imprensa. Foram quatro casos: sequestro do embaixador dos Estados Unidos Charles Elbrick, em 1969; do cônsul japonês Nobuo Okushi, em 1970; do embaixador alemão Von Holleben, no mesmo ano; e do suíço Giovanni Enrico Burcher, entre 1970 e 1971.

Ao silenciar certos sentidos, a censura dá relevo a outros. O objetivo do regime era não ter contrariada a ideia de Brasil grande, de país que vai para frente, que ninguém segura, nos dizeres dos slogans criados pela Assessora Especial de Relações Públicas (Aerp) do governo militar . Cercear a imprensa (e outros produtos culturais, como peças de teatro, novelas e músicas) era tarefa estratégica para exercer o controle da produção de sentidos sobre o próprio país. É, portanto, desse período histórico complexo que buscamos contar uma história subterrânea da imprensa: período em que os jornais já eram definitivamente organizados como empresas, não como empreendimentos individuais; em que se havia passado por transformações na forma de escrever e apresentar graficamente notícias e artigos opinativos; em que se sofria censura, mas, ao mesmo tempo, em grande parte da imprensa conservadora, apoiava-se o regime que a impunha; em que, apesar da roupagem moderna, jornais e revistas ainda serviam, muitas vezes, a forças conservadoras; em que a tentativa de autonomização do campo jornalístico, na década anterior, não tinha logrado pleno sucesso e ele seguia – como segue – imbricado à esfera política.

Assim, os efeitos negativos da censura para a livre circulação de ideias e a visibilidade para uma pluralidade de valores existente na sociedade são inegáveis, e a responsabilidade sobre eles deve recair, principalmente, sobre o regime militar que a implementou. Não se tratou aqui, portanto, de defender que houve mais colaboracionismo e acatamento do que combate. A realidade é bem mais complexa do que se pode analisar, compreender, sistematizar ou categorizar sobre ela. Se houve mais ênfase nas atitudes pouco combativas dos jornalistas, isso se deu com a única razão de procurar consertar, adaptando as palavras de Lênin em seu debate com os economicistas, o bastão curvado pelos relatos heroicizantes.

1.3. Jornalistas: uma classe em luta?

O partido não discutia a atuação na redação. Os militantes da redação eram jornalistas na redação. A militância era na preparação de eleição, era na interferência nos sindicatos, era na interferência na ABI [Associação Brasileira de Imprensa], era na organização de movimento na sociedade civil, na associação de moradores, era aí que se fazia política (Milton Temer, 2012).

A atuação dos jornalistas comunistas nas organizações de classe é mencionada em diferentes entrevistas realizadas para esta pesquisa. Dênis de Moraes, no Rio de Janeiro,

e Sergio Gomes, em São Paulo, falaram sobre as disputas pelas diretorias dos sindicatos de jornalistas dos respectivos Estados no período de abertura. Durante os anos anteriores, contudo, havia pouca participação da base. Mesmo assim, esses espaços, como no caso da relação da imprensa com a censura, são reelaborados pela memória como bastiões de luta, trincheiras da liberdade. Ao ter acesso a fontes primárias ou a pesquisas que as utilizaram, percebe-se que entre a resistência e o colaboracionismo existem mais tons de cinza do que preto e branco.

A relação com o regime militar é uma questão que surge em meio a outras que já permeavam a vida sindical dos jornalistas. Um debate definidor para a categoria se desenrolou ao longo de parte da ditadura: a regulamentação da profissão e a determinação de que formação seria necessária para exercê-la. Como debate de fundo, formador da identidade jornalística, está a autoprocamação como trabalhadores ou intelectuais. O debate tem implicação nas reivindicações trabalhistas que tiveram como momentos-chave as greves de 1961 e 1979, em São Paulo.

Segundo Marco Roxo, até 1961, os jornalistas não tinham consciência de classe, sendo a greve realizada nesse ano – em que essa questão foi colocada pelos próprios jornalistas – um processo formador da identidade ligada a uma classe trabalhadora. Tal identidade se fortaleceu na greve de 1979, especialmente pela proximidade com os metalúrgicos do ABC paulista. Essa é uma questão importante para se compreender a valorização do trabalho sindical e das pautas trabalhistas, mas também para se entender de que maneira o jornalismo ganhou os contornos identitários que apresenta hoje.

Tais contornos passaram por uma disputa interna pela retirada da categoria de malandros, estelionatários e aproveitadores que se utilizavam das vantagens que eram oferecidas a jornalistas sindicalizados, como a compra de passagens aéreas a menor custo. Essas e outras regalias tinham sido estabelecidas no governo Vargas, fazendo parte da sua relação de tutela com as entidades de classe. De acordo com o jornalista Alberto Dines:

A legislação do Getúlio deu grandes vantagens aos jornalistas: isenção do imposto de renda, isenção do imposto de transmissão na compra do primeiro imóvel. Isso desonerava, facilitava. Até para viajar Getúlio criou facilidades. O jornalista pagava 50% da passagem aérea. Mas aí, virou um negócio espúrio. O Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro era uma agência de viagens. Era uma corrupção tremenda (Dines in Abreu et. al., 2003, p. 169).

A observação de Dines tem respaldo nas fontes primárias. Atas do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro (então Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Guanabara) do período da ditadura mostram discussões sobre subsídios para compra de veículos e de passagens.

Em reunião da diretoria, em agosto de 1966, Dines falava sobre os abusos na emissão de passagens aéreas pelo Sindicato. No dia 09 de setembro de 1964, consta em ata, sem nenhum tom de crítica, o financiamento de carros pela Caixa Econômica Federal para a entidade. O fato de se ter esse tipo de temática nas reuniões da diretoria do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro durante o regime militar aponta para duas questões: as disputas de identidade em torno da profissão de jornalista passavam por uma limpeza da categoria de certo tipo de “jornalistas” que não seriam merecedores do título e por um processo de elitização da profissão, relacionado à exigência de formação superior; as preocupações com as perseguições sofridas pela ditadura não eram a única e talvez nem a principal pauta dos sindicatos durante a maior parte da vigência do Estado de exceção.

Além do que é dito, os silêncios também significam. Entre as raspas e restos, aquilo que não é encontrado pode dizer mais do que memórias-monumento, edificadas para a posteridade. Que sentidos estão presentes no ausente? Pelos registros das reuniões da diretoria do Sindicato dos Jornalistas da Guanabara, não foi desfechado nenhum golpe em 1964; jornalistas não foram perseguidos e as intervenções na entidade não eram fatos excepcionais que demandassem justificativas.

As 11 reuniões ordinárias da diretoria após o golpe não foram realizadas por falta de quórum, devido às ausências, “sem motivos justificados” de todos os integrantes, exceto o presidente Luiz Ferreira Guimarães e o primeiro-secretário João Guimarães Junior. A primeira reunião pós-golpe aconteceu no dia 15 de julho de 1964 e teve como pauta principal as eleições para a futura diretoria, para as quais concorria apenas uma chapa. O encontro também deliberou a perda de mandato de todos os diretores faltosos, de acordo com violação do artigo 34 do Estatuto do Sindicato²⁸. Apenas no dia 23 de setembro de 1964, é registrado um caso de perseguição a jornalistas: o pai de Carlos

²⁸ Ata da Reunião Ordinária da Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Guanabara de 15 de julho de 1964. A consulta foi feita na sede do Sindicato, que mantém os seguintes registros de reuniões da diretoria no período da ditadura: Livro de Atas Nº 08 (23/01/1963 a 26/11/1965); Livro de Atas Nº 10 (01/08/1966 a 22/12/1971); Livro de Atas Nº 11 (03/01/1972 a 11/08/1975) e Livro de Atas Nº 12 (11/08/1975 a 26/10/1978).

Heitor Cony (associado à entidade) informou que seu filho havia recebido *habeas corpus*. Não houve debate sobre o tema²⁹.

Diversas reuniões do Sindicato dos Jornalistas da Guanabara registram congratulações a deputados e ministros da Arena. A atitude também foi comum nas reuniões da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que chegou a prestar homenagens a generais-presidentes. Porém, nem sempre isso se deu sem haver divergências entre os diretores.

Na reunião de julho de 1967, o conselheiro Oswaldo Paixão propôs o voto de pesar pela morte de Castelo Branco. Apesar dos “acalorados debates”, quando os que se manifestavam contrários à proposta alegaram, “entre outros motivos, a perseguição movida pelo ex-presidente aos homens de imprensa”, foi aprovada com um único voto contrário, do conselheiro Miguel Costa Filho (Rollemberg, 2010, p. 11).

As mensagens simpáticas aos militares se baseavam em pequenas conquistas para a liberdade de imprensa, como a aprovação da “moção de simpatia ao Marechal Costa e Silva, destacando o lado positivo de seu governo, que atendendo apelo da ABI, restabeleceu o direito para o exercício da profissão de jornalistas aos Srs. Antonio Callado e Leo Guanabara” (Rollemberg, 2010, p. 16). A ABI não apoiou oficialmente o regime, mas se focou na luta corporativa e na defesa da liberdade de imprensa, contemporizando muitas vezes com os generais no poder, através do convite para que fizessem parte de atividades organizadas pela entidade, do envio de representantes para encontros com o governo e do registro de congratulações. No lado mais resistente dos tons de cinza, a ABI apoiou jornalistas presos e se posicionou contra a reforma da Lei de Imprensa e contra a censura (Rollemberg, 2010, p. 09).

O presidente da ABI a partir de agosto de 1964, Celso Kelly, foi um dos interventores nomeado pelo ministro do trabalho Arnaldo Sussekind para a junta governativa que deveria comandar o Sindicato dos Jornalistas da Guanabara por um prazo de 60 dias prorrogáveis por mais 30 (Jornal do Brasil, 13/10/1965, p. 11). Os três nomes foram indicados à revelia da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj): além de

²⁹ Ata da Reunião Ordinária da Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado da Guanabara de 23 de setembro de 1964.

Kelly, Alberto Dines, do *Jornal do Brasil*, e Tobias Pinheiro, do *Diário de Notícias*. Os dois últimos, porém, foram aprovados pela categoria.

Dines chegou a afirmar que deixaria a junta no momento em que ela deixasse de atender às necessidades da classe: “Essas necessidades – frisou – incluem a completa moralização do Sindicato e sua transformação em autêntico órgão representativo não só sob o ponto-de-vista puramente social, como técnico e moral”. Já Celso Kelly, segundo a Fenaj, “há muito não representa os interesses da classe” (Ibidem).

As declarações acima mostram o quanto o episódio, aparentemente apenas uma atitude repressiva, é bem mais complexo e se mistura à defesa da classe jornalística, inclusive do ponto de vista moral. Essa moralização passaria pela elitização da profissão através da obrigatoriedade do curso superior para o exercício do jornalismo, como apontaram Audálio Dantas (presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo de 1975 a 1978) e Carlos Lacerda. Segundo Dantas, “cuidar para que a profissão seja exercida por profissionais qualificados de acordo com o decreto-lei 972 é uma tarefa de todos os jornalistas”. Lacerda pontuou ainda mais fortemente a necessidade de se criar uma elite de jornalistas:

A ascensão do jornalismo à dignidade universitária, e com isto quero dizer também a acentuação de suas responsabilidades na comunidade brasileira, representa um esforço de que não deveis esquecer-vos. Pois o nosso país precisa que existam as elites, isto é, os melhores em cada categoria, os mais capazes em cada setor de sua vida coletiva (A Imprensa, abril de 1951, p. 7).

A atuação dos jornalistas em suas entidades representativas no período da ditadura, portanto, passa por questões diversas e não se resume à memória de resistência. Apenas no período da abertura, grupos que se consideravam de esquerda e que criticavam as diretorias anteriores por serem oficialistas conseguiram estar à frente das entidades. Segundo Roxo, em São Paulo, a chapa vencedora nas eleições de 1975 era formada por integrantes de diferentes contornos ideológicos: do PCB, da Ação Popular, do Partido Socialista Brasileiro, trotskistas, liberais de centro e de centro-esquerda (Roxo, 2013, p. 82-83). O presidente Audálio Dantas estaria nesse último grupo e não era filiado a nenhum partido.

Dantas viria, ainda no começo do seu mandato, a desempenhar um papel que repercutiu muito além do microcosmo jornalístico: foi durante sua gestão a prisão de

dezenas de jornalistas, numa operação que encarcerou e assassinou Vladimir Herzog³⁰. Com reconhecida habilidade política, Audálio Dantas conduziu a atuação do sindicato na denúncia contra a ditadura, que divulgou a versão de suicídio. A Associação Brasileira de Imprensa também teve postura combativa nesse episódio, através dos textos publicados no Boletim da ABI (Jordão, 2005). Herzog era diretor de jornalismo da TV Cultura, ou seja, nomeado pelo próprio governador de São Paulo, Paulo Egydio da Arena. O caso sintetiza o dilema dos jornalistas do PCB durante a ditadura: por um lado, eram aceitos por parte até do governo militar, e cumpriam a tarefa jornalística com cuidados com os limites impostos por ele; por outro, sofreram drasticamente a repressão, sendo presos, torturados e, no caso de Vlado, até assassinado.

Na Guanabara, Dênis de Moraes participou da segunda chapa eleita após a “retomada do sindicato do peleguismo”, conforme ele mesmo aponta, como suplente. O mandato foi de 1981 a 1983, já durante o governo Figueiredo. Antes disso, em 1972, um acordo com o presidente do Sindicato, José Machado, levaria dois jornalistas do PCB a compor a chapa única junto aos considerados pelegos: Célia Maria Ladeira e Anderson de Santana Campos. Porém, apenas Célia Maria assumiu; Anderson Campos foi impugnado pela Delegacia Regional do Trabalho. O caso é avaliado da seguinte maneira pelo jornalista Marcelo Beraba, que não foi do Partido e fazia parte de outro grupo de jornalistas de esquerda que atuavam na política sindical:

Formamos uma oposição sindical, porque nós achávamos que o PC não fazia oposição sindical; o PC fazia uma conciliação nas chapas do Zé Machado. O PC tinha já indicado o Domingo Meirelles, que já era diretor do sindicato, o Davit Fichel era diretor do sindicato. Então esse era o clima. Depois a gente consegue derrubar o Machado e o Caó [Carlos Alberto Oliveira] é eleito. No momento seguinte, você tem a anistia e a formação do PT [Partido dos Trabalhadores]. Aí também tem um outro corte na redação, uma outra politização (Marcelo Beraba, 2008, p. 07).

O episódio de composição desta chapa demonstra bem a disponibilidade dos jornalistas do PCB para a negociação, a preocupação em não extrapolar limites e se conservar à esquerda de forma moderada. Beraba já adianta também que a redemocratização é uma fase de enfraquecimento do PCB com o surgimento de outras forças políticas que irão influenciar mais nas redações. Independente do protagonismo

³⁰ Nascido na Iugoslávia com o primeiro nome de Vlado, com o estabelecimento da família no Brasil, ainda criança, ele adaptou seu nome para Vladimir.

ter sido dos pecebistas, como eles defendem, ou de outros grupos, como conta Beraba, foi a partir da mobilização de jornalistas de diferentes concepções e organizações, porém à esquerda, que chapas também plurais foram vencedoras em São Paulo, com a eleição de Audálio Dantas, em 1975, e de Carlos Alberto Caó, no Rio de Janeiro, em 1978. O Rio abrigava ainda a sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que foi um dos espaços de resistência durante a ditadura. Além das atividades ligadas à representação de jornais e jornalistas³¹, em geral tendo como bandeira unificadora a defesa da liberdade de imprensa, de forma moderada³², a ABI era ponto de encontro para programações culturais, como o Cineclube Macunaíma.

Fundado em 1975, ele aglutinava jornalistas do PCB e outros que não eram do Partido, mas a organização era liderada pelos primeiros. As reuniões para organizar o Cineclube foram questionadas pelo DOPS no Inquérito Policial Militar 01/76, que investigou a atuação dos jornalistas do PCB (e foram também usadas pelos comunistas para desvencilhá-los de acusações de reorganização partidária). A estratégia era manter os jornalistas em contato uns com os outros para, a partir daí, conseguir maior mobilização no processo de enfraquecimento da ditadura. Não que o interesse por cinema não fosse genuíno e ocupasse também um espaço de resistência cultural, assim como foi feito com o Clube do Choro, criado em maio de 1977, em São Paulo. O Clube teve sua secretaria improvisada no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo até conseguir ter sede própria, em dezembro do mesmo ano. A ideia, segundo Sergio Gomes, era formar um “Sérgio Cabral coletivo”, na ausência de uma única pessoa que, como Cabral, tivesse contato com grupos de música popular, movimentos sociais e ainda escrevesse em jornal (Sousa, 2009).

A proximidade do Clube do Choro com o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e do Cineclube Macunaíma com a ABI era possível porque, naquele período, dirigiam essas entidades grupos predominantemente de esquerda ou que respeitavam as liberdades individuais. Na ABI, Prudente de Moraes Neto, presidente de 1975 a 1977, embora tivesse apoiado a derrubada de João Goulart, agiu em defesa dos jornalistas

³¹ A ABI tem esse caráter dúbio desde sua fundação, o que Sodré relata, inclusive, como sendo um problema para sua articulação inicial: reúne tanto os proprietários de jornais quanto os seus funcionários (Sodré, 2011).

³² A historiadora Denise Rollemberg (2010) registra diversas mensagens simpáticas enviadas aos generais pelas diretorias da ABI durante a ditadura, especialmente em agradecimento ao restabelecimento do direito de exercício da profissão por algum jornalista que havia sido punido ou outra atitude que amenizasse a restrição à liberdade de imprensa.

perseguidos pela ditadura durante o seu mandato. Foi inclusive durante sua gestão, em 1976, que a ABI sofreu um atentado a bomba de um grupo terrorista de direita.

“Chegou a hora de começar a escalada contra a nova tentativa de comunização do Brasil que está em marcha. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), totalmente dominada pelos comunistas, foi escolhida para esta primeira advertência. De agora em diante tomem cuidado, seus lacaios de Moscou. Não daremos trégua. Já que as autoridades recolhem-se covardemente, passaremos a agir. Morte à canalha comunista! Viva o Brasil” (Cartografias da Ditadura, 2014).

O texto acima foi divulgado através dos panfletos deixados para serem descobertos após a explosão da bomba. Os clichês do anticomunismo³³ associavam, no contexto da guerra fria, quaisquer iniciativas contrárias à ditadura ao comunismo, considerando-as numa posição de subserviência em relação à União Soviética. Embora esse entendimento passasse longe de uma compreensão das especificidades do Partido Comunista Brasileiro e de outros grupos comunistas no país, de fato havia jornalistas ligados ao PCB e que trabalhavam por sua reorganização na diretoria naquele período, como era o caso de Fichel Davit Chargel.

Sergio Gomes, em entrevista para esta pesquisa, também falou sobre a militância dos pecebistas nos sindicatos, em busca de fortalecê-los independente da sigla partidária de seus integrantes. No Rio de Janeiro, Dênis de Moraes apontou para a disputa entre PCB e PT no período de abertura. Nesse Estado, foi eleito, em 1978, o presidente Carlos Alberto Oliveira dos Santos, conhecido como Carlos Alberto Caó, que depois se elegeu deputado federal pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Nesse momento, porém, já havia se iniciado o processo de abertura “lenta, gradual e segura”; o novo sindicalismo sacudia o país; a Lei da Anistia e o retorno dos exilados colocavam a luta pela democracia em outro patamar, firmando a necessidade de defendê-la como projeto memorável de uma classe que nem sempre se compreendeu como tal e nem sempre teve caráter combativo.

A esfera cultural era ocupada como uma forma de escape às restrições que havia para as atividades estritamente políticas. Misturando-as, os jornalistas do PCB atuavam de forma a agregar seus colegas de trabalho e mesmo um público diverso em torno de discussões que considerassem interessantes para fortalecer o sentimento de resistência e oposição à ditadura, testando os limites da abertura e buscando diminuí-los.

³³ Ver “Em guarda contra o perigo vermelho”, de Rodrigo Patto Sá Motta (2002).

Capítulo 02 – O PCB e a modernização brasileira

O debate sobre a modernização brasileira se insere numa preocupação mais ampla, compartilhada por intelectuais e dirigentes comunistas, pesquisadores (inclusive não-marxistas) e organismos nacionais e internacionais (como Iseb e Cepal) durante décadas. A questão diz respeito a uma leitura adequada acerca de qual seria o modo de produção brasileiro, o que, para a vertente revolucionária, era uma resposta necessária para elaborar a melhor tática para superar o capitalismo e, para os demais, para conseguir vencer a situação de dependência econômica em relação a outros países.

Em meio a esse debate, que se inicia na década de 1920, a partir da influência da III Internacional Comunista (Comintern), criada em 1919, e da Revolução de Outubro na Rússia, em 1917, o movimento operário brasileiro, então hegemonizado pelo anarcossindicalismo, passa a ter um novo ator social: o Partido Comunista do Brasil (PCB). Para reivindicar-se comunista, o partido precisava atuar de acordo com os preceitos marxistas, o que implica uma necessária relação entre teoria e prática. O PCB, então, a despeito de todas as dificuldades de se ter acesso à bibliografia marxista no Brasil, precisava desenvolver-se também do ponto de vista teórico.

É nesse contexto de efervescência revolucionária internacional, escassez de teoria marxista no Brasil (muito dessa literatura ainda não havia chegado ao país) e de hegemonia do anarcossindicalismo (cujas influências podiam ser encontradas mesmo entre os pecebistas), que se inicia o esforço do partido em compreender a realidade para transformá-la. É difícil dizer, contudo, que há um pensamento desenvolvido pelo PCB; se ele existe, é formado pelas ideias que foram vencedoras em debates internos e acabaram por dar a linha de atuação partidária, consubstanciando-se em suas resoluções e informes. Mesmo intelectuais do Partido apresentavam, por muitas vezes, divergências com as concepções majoritárias da sigla.

Porém, não se pode negar que o PCB, que nasceu pequeno, em número e em influência política, em poucos anos conseguiu ser um ator fundamental – ainda para que se discordasse dele – num dos debates essenciais do pensamento social brasileiro: como levar o país a consolidar o processo de modernização?

2.1. Da criação do PCB aos anos 1960

[...] no correr dos anos, ao invés de se tornar revolucionário e militante na medida em que crescia sua organização e solidariedade, o partido foi ficando cada vez mais prudente e tímido, como resultado direto da ameaça contínua exercida pelo Estado contra sua própria existência (Chilcote, 1982, p. 26).

A dura afirmação do pesquisador norte-americano Ronald H. Chilcote diz muito sobre algumas tomadas de posição do PCB, fundado em março de 1922, ao longo de sua trajetória. O partido, muitas vezes, utilizou táticas e articulações políticas mais próximas da social-democracia do que de uma concepção revolucionária de transformação da sociedade. Com poucas exceções, como os acontecimentos de 1935, chamados pejorativamente de “Intentona Comunista”, o PCB manteve uma linha moderada.

Apesar disso, o Partido sofreu intensa perseguição, tendo conseguido exercer uma atuação legal por breves períodos: de março a junho de 1922; de janeiro a agosto de 1927; e de 1945 a 1947. Depois disso, apenas após o fim da ditadura militar. Esteve, assim, na maioria das vezes, na peculiar situação de ser uma oposição moderada, buscando construir aliança com a burguesia brasileira e aprofundar o capitalismo nacional antes de empreender a revolução pacífica, porém sendo alvo de repressão tão aguda quanto de grupos que empreenderam a luta armada durante a ditadura.

Junto com essa peculiaridade, algumas outras características delineiam a trajetória do Partido no Brasil. Uma delas é sua relação com a intelectualidade. De acordo com Chilcote, “a liderança principal não era, geralmente, dominada pela classe operária” (1982, p. 33). A mais conhecida delas, Luiz Carlos Prestes, ingressou no Partido em 1934 e foi seu secretário-geral (e, além disso, figura de proeminência fora do partido) por décadas. Engenheiro e tenente, Prestes não pode ser considerado um representante do proletariado, assim como alguns de seus companheiros que fundaram o PCB:

Eles eram poucos
e nem puderam cantar muito alto a Internacional
naquela casa de Niterói em 1922. Mas cantaram.
E fundaram o partido.

Eles eram apenas nove: o jornalista
Astrogildo, o contador Cordeiro,
o gráfico Pimenta, o sapateiro José Elias, o vassoureiro
Luís Peres, os alfaiates Cendon e Barbosa

o ferroviário Hermogênio
e ainda o barbeiro Nequete
que citava Lênin a três por dois.

Em todo o país,
eles não eram mais de setenta.
Sabiam pouco de marxismo
mas tinham sede de justiça
e estavam dispostos a lutar por ela.

Faz sessenta anos que isso aconteceu.
O PCB não se tornou o maior partido do Ocidente
nem mesmo do Brasil.
Mas quem contar a história de nosso povo e seus heróis
tem que falar dele.
Ou estará mentindo (Ferreira Gullar, 1982).

Dos nove delegados fundadores do PCB, a maioria vinha do proletariado: gráfico, vassoureiro, alfaiates, barbeiro, ferroviário. Ainda assim, seu primeiro secretário-geral foi um dos poucos intelectuais, o jornalista Astrojildo Pereira, que depois viria a publicar o jornal oficial do PCB, A Classe Operária, junto com o também intelectual Octávio Brandão.

O poema de Ferreira Gullar, que foi integrante do Partido, comemora os 60 anos do PCB e oferece outras pistas para que se percebam características da organização quando foi fundada. O PCB era um partido pequeno, tendo sido criado com 73 membros em todo o país em seu I Congresso, mas cresceu rapidamente: no fim do mesmo ano já tinha 250 integrantes, passando para mil apenas oito anos depois, em 1930 (Carone, 1982, vol. 01, p. 03). Sua ampliação também se deu em termos de força política: apesar de o barbeiro Nequete citar Lênin a três por dois, eles, de fato, sabiam pouco de marxismo e tiveram que empreender uma luta contra o anarcossindicalismo que não foi apenas externa, já que mesmo integrantes do partido se originavam desse grupo.

Cantar baixinho o hino da Internacional mostra, além do ambiente repressor em que o Partido foi criado, a ligação com a Internacional Comunista, organização criada em 1864 a partir da Associação Internacional dos Trabalhadores, organizada por Karl Marx. A Internacional (ou Comintern) se refez diversas vezes; quando o PCB foi criado, vigorava a III Internacional, liderada pelo Partido Comunista da União Soviética.

Como se vê pela única referência teórica mencionada no poema, o PCB também se baseava nos princípios leninistas de organização partidária. Ser considerado a

“vanguarda do proletariado” era um preceito presente desde o Manifesto Comunista, de Marx e Engels. Mas a ideia permeia a Internacional Comunista, e Lênin a reforça quando discute as questões de espontaneísmo e tomada de consciência.

Segundo Lênin escreveu em *Que fazer?* – em diálogo com os economicistas e em busca de acertar “o bastão curvado” por eles –, o movimento operário não levaria espontaneamente à consciência social-democrata. Isso só aconteceria a partir “de fora” da luta econômica e sindical. O elemento que introduziria tal consciência seria o partido comunista (Gerratana, 1987, p. 226; 228). Daí seu papel de vanguarda e também educativo, num sentido iluminista do termo. Por isso, tamanha a importância da imprensa partidária, que tinha como uma de suas funções divulgar a teoria marxista para os filiados:

“Nós tínhamos uma orientação não só pela vivência (...) [mas também] pela leitura e pela busca de informações. É uma obrigação de todo militante comunista buscar informação. Sem isso ninguém está em lugar nenhum. Não só buscar informação, buscar e filtrar a informação, porque é um princípio comunista de ser dialético” (Mattos in Roxo; Sacramento, 2012, p. 141).

O trecho acima é uma fala do militante bancário Walter Stern Pompeu e reflete duas características do militante comunista que foram afirmadas pelo leninismo: a importância da formação e a da disciplina. No texto *Um passo adiante e dois atrás*, Lênin declara que o partido, por ser organizado ao máximo, só pode aceitar em suas fileiras “aqueles elementos que admitem pelo menos um mínimo de organização”. “Sem teoria revolucionária não pode existir movimento revolucionário” é o axioma leninista do *Que fazer?* que resume a importância da formação dos quadros (Gerratana, op. cit., p. 234).

Nas primeiras produções de intelectuais do partido se veem temáticas caras ao PCB por toda sua trajetória. No livro “Agrarismo e industrialismo”, escrito por Octávio Brandão em 1924 (e publicado sob pseudônimo e com indicação falsa de lugar), já se discute o papel da pequena-burguesia na luta contra a oligarquia agrária. A ideia de que a primeira seria aliada da classe operária conduz à tática aliancista do Partido, concretizada, em 1927, no Bloco Operária Camponês (BOC), articulado pelo PCB, que lançou candidaturas comunistas nas eleições do ano seguinte e elegeu um deputado e dois vereadores no Rio de Janeiro (Chilcote, 1982, p. 64-65). A estratégia de participar

dos pleitos eleitorais através de articulações e de outras legendas será utilizada outras vezes na história do Partido, marcando sua característica de buscar inserção na vida legal do país apesar da ilegalidade da legenda.

Em 1930, contudo, o BOC foi criticado pela Internacional Comunista por se afastar do objetivo final dos comunistas (Pandolfi, 1995, p. 88). No III Congresso do partido, avaliou-se que colocar demasiado esforço nas disputas eleitorais poderia levar os pecebistas ao erro de considerar o BOC o verdadeiro partido do proletariado, ao invés de uma articulação hegemônica pelo PCB. Foi decidido então centrar força nas atividades ilegais (Chilcote, 1982, vol. 01, p. 05-06). Quatro anos depois, a primeira Conferência Nacional do PCB indicou a adoção de uma política antifascista.

Nesse período, aproximava-se do Partido aquele que viria a ser um dos seus principais líderes e dirigente por mais de 30 anos.

Para trás ficou o Brasil. Agora são novos caminhos, amiga, os caminhos do exílio. Nessas três etapas do exílio de Prestes: La Gaiba, o Prata e a U.R.S.S., o seu pensamento vai andar um largo caminho, vai encontrar o seu porto de destino. Esse homem que penetra os portões da imortalidade na frente da sua Coluna não sabia dormir sobre louros conquistados. Não saíra da Grande Marcha para um descanso em meio à admiração daqueles que aplaudiram seus feitos. Saíra inquieto e ávido de encontrar soluções para as inúmeras perguntas que fazia a si mesmo. Viera de realizar a luta armada. Mas ele queria era encontrar a revolução, aquela que fosse realmente capaz de solucionar os imensos problemas que ele vira e sentira (Amado, 1981a, p. 209).

Com essa narrativa heroicizante, Jorge Amado descreveu Luiz Carlos Prestes em 1944, sublinhando seu aspecto revolucionário como uma característica inata e enaltecendo sua coragem e bravura – insuficientes, porém, para a Revolução com R maiúsculo; para ela, era preciso a teoria marxista, o que Prestes passou a buscar. O “cavaleiro da esperança” era o líder popular que faltava ao PCB, e por isso foram levados a ele livros e pedidos marxistas para ingressar na organização, o que se deu durante seu exílio na União Soviética, em 1934.

Em 1935, Luiz Carlos Prestes, recém-filiado, portanto, ao Partido, voltou ao país com uma equipe da Internacional e dirigentes do PCB. Naquele momento, a organização julgava que o Brasil – ao contrário de outras nações – era um país onde a insurreição seria a tática apropriada. Nesse ano, foi organizada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), da qual Prestes foi presidente de honra, responsável pelas

insurreições de quartéis, em novembro de 1935, em Natal, Recife e Rio de Janeiro, num movimento conhecido como “Intentona Comunista” (Chilcote, op. cit., p. 76-77).

O termo “intentona”, segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2002), não foi adotado de imediato para se referir ao levante, mas incorporado posteriormente como parte de estratégias anticomunistas, já que o termo significaria “motim insensato”. Para o autor, o episódio teve uma importância marcante para o imaginário anticomunista, mas também representou efetivamente uma demonstração de força dos comunistas (Motta, 2002, p. 76). Ele analisa o acontecimento da seguinte forma:

O programa defendido pelos revolucionários não era exatamente bolchevique, embora estivesse de acordo com a estratégia emanada do Komintern. Baseava-se no tripé antiimperialismo, antifascismo e antilatifundismo, o que explica a participação de elementos não-comunistas no levante, outro indicador de que a realidade era mais complexa do que a versão anticomunista faz crer. Mas é inegável que a ação foi dirigida pelo PCB, o que implicaria provavelmente um governo hegemônico pelos comunistas no caso de vitória. Inquestionável também foi a presença do “dedo de Moscou”, participação que a abertura recente dos arquivos soviéticos veio comprovar (Waack, 1993), mesmo que a discussão sobre o grau de subordinação dos comunistas brasileiros aos líderes estrangeiros ainda esteja aberta (Motta, 2002, p. 78).

Os episódios dos anos 1920 (BOC) e 1930 (Intentona Comunista) são exemplares das formas de intervenção política do PCB. Embora ambos os acontecimentos tenham se dado em períodos de clandestinidade, no primeiro, vê-se a linha que predominou durante a maior parte da vida partidária: inserção na vida legal do país através da participação nas eleições via outras legendas. O segundo caso constitui um excepcional momento de uso da força armada, porém também através da articulação com outros atores sociais, através da ANL. Segundo defende Gil do Marçal Brandão, jornalista filiado ao Partido, em sua tese de doutorado, a ANL abrigava as duas “almas” da esquerda: a institucional e a insurrecional. Era uma formação de frente popular com viés golpista. Tanto BOC quanto ANL representam momentos de fortalecimento da atuação do PCB, sendo que o segundo foi seguido por período de repressão e desarticulação do Partido. Assim, propõe-se aqui a seguinte classificação, generalizante como todas são,

mas que colabora para a compreensão da trajetória do PCB: 1) aliança pacífica; 2) insurreição armada; 3) repressão desarticuladora; 4) enfraquecimento político³⁴.

Alguns períodos somam mais de uma dessas classificações. A diferença entre o terceiro e o quarto é que, na repressão desarticuladora, o enfraquecimento do partido é imposto de fora, pela força coercitiva do Estado, o que permite sua combinação com outra classificação que aponte para as decisões internas de atuação na vida política pelo Partido. O enfraquecimento político, embora tenha seus componentes exógenos, refere-se mais à incapacidade do PCB de agir como ator social relevante frente à conjuntura. Em linhas ainda mais gerais do que as apontadas acima, o que se quer destacar é que a história do partido é marcada por momentos de expansão/retração, ligados a fatores internos e externos.

Na primeira divisão, encontram-se os anos 1920 e a experiência do BOC, o período legal de 1945 a 1947, o fim da década de 1950 (com a crise Krushev) e o período da ditadura de 1964. Na segunda, encontra-se a Intentona Comunista na década de 1930; na terceira, os períodos do Estado Novo e, novamente, da ditadura de 1964. Na quarta e última, a perda de força do Partido a partir da redemocratização até sua dissolução/transformação em Partido Popular Socialista (PPS), em 1992.

Assim, depois da tentativa de ação armada em 1935, veio um período de retração para o PCB. Apesar de reprimido, o Partido ainda se prepararia para as eleições de 1938. Porém, elas foram interrompidas com a decretação do Estado Novo, em novembro de 1937, por Getúlio Vargas. Vale destacar que a instalação da ditadura estadonovista sucedeu uma campanha anticomunista que se desenrolou em setembro do mesmo ano e que culminou na “descoberta” do Plano Cohen. O documento, com a assinatura apócrifa “Cohen”, foi atribuído aos comunistas e tratava de uma trama para a tomada do poder. Graças a ele e ao suposto “perigo vermelho”, o governo teve poder de convencimento sobre o Congresso para decretar Estado de Guerra e, em seguida, instalar o Estado Novo (Motta, 2002, p. 217).

Os comunistas foram perseguidos e presos, e o Partido foi desmobilizado. Começou a ser reorganizado, em 1943, por dois grupos de comunistas, um de São Paulo e outro do Rio de Janeiro, chamado de Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP). O PCB conseguiu reunir seus militantes clandestinamente em sua II

34 Para outras classificações da trajetória do PCB, ver Edgard Carone (1982) e Ronald H. Chilcote (1982).

Conferência Nacional, a Conferência da Mantiqueira, quando Prestes foi eleito secretário-geral e decidiu-se apoiar Getúlio Vargas na guerra contra o nazismo. No plano internacional, a União Soviética combatia o nazismo de Adolf Hitler, derrotando as tropas alemãs em 1942 (Chilcote, 1982, p. 89; “O partido – instrumento fundamental da transformação revolucionária”, 1997, sem página).

Os comunistas brasileiros foram anistiados, Prestes saiu da cadeia, e o Partido foi legalizado, em 1945. Desse ano até 1947, o PCB viveu uma peculiar fase em sua história. Buscou ampliar sua inserção na sociedade, com participação em sindicatos e eleições e uma rede legal de periódicos, e descartou a tática da luta armada. Nesse período, o partido chegou a eleger 14 deputados e um senador. Mesmo depois de cassado, elegeu vereadores no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Fortaleza e no Recife, entre outras cidades, através de diferentes legendas. A fase do “partido amplo” coincidia com a estratégia da União Soviética de coexistência pacífica com o mundo capitalista e com a tese de União Nacional do PCB, que apoiava Getúlio Vargas. O Partido recomendava a eleição de uma Assembleia Constituinte e o adiamento das eleições presidenciais (Chilcote, op. cit., p. 95, 97).

Esse movimento de ampliação do Partido e inserção nas massas foi interrompido pela revogação do registro do PCB pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, em 1947, seguido de cassação de seus parlamentares no ano seguinte. Com a Guerra Fria em curso, a perseguição aos comunistas tornou a se intensificar, e eles voltaram a assumir, no Brasil, uma posição de defesa da luta armada. Esse posicionamento foi expresso através do Manifesto de Agosto, documento do partido de 1950.

O Manifesto faz duras críticas à guerra – “que nos bate às portas e ameaça a vida de nossos filhos e o futuro da nação” – e às eleições – “o que pretendem as classes dominantes é substituir Dutra por outro Dutra” (Prestes, 1950, p. 01; 06). Dessa forma, conclui que “diante da violência dos dominadores, a violência das massas é inevitável e necessária” (Prestes, 1950, p. 07). A forma como essa luta deveria acontecer seria através da formação de uma Frente Democrática de Libertação Nacional, formada por trabalhadores do campo e da cidade. O documento propõe também “armamento geral do povo e reorganização democrática das forças armadas na luta pela libertação nacional e para a defesa da nação contra os ataques do imperialismo e de seus agentes no país” (Prestes, 1950, p. 11-12).

Não houve, contudo, ações concretas para o desenvolvimento da luta armada. Nesse mesmo ano (1950), realizaram-se eleições, e Getúlio Vargas foi escolhido presidente de forma democrática, através de um processo no qual o PCB se absteve, instruindo seus integrantes a votarem em branco. Nesse momento, o Partido não fazia mais parte dos apoiadores de Vargas, que se elegeu com o respaldo das tradicionais oligarquias rurais, através do Partido Social Democrático (PSD), e dos centros urbanos, através do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (Chilcote, 1982, p. 106). O PCB, nesse período, fazia duras críticas a Vargas, só revendo suas posições após o suicídio do presidente, em 1954, quando a comoção popular o fez considerar que estava assumindo uma postura de direita (Pandolfi, 1995, p. 175-176).

Em 1956, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o presidente da URSS, Nikita Krushev, divulgou um relatório³⁵ no qual denunciava crimes de Stálin e conclamava o fim do culto à personalidade. A descoberta de que o socialismo real utilizou métodos autoritários teve grande impacto entre os comunistas do mundo inteiro. Afinal, até poucos anos antes, quando foi enterrado ao lado de Lênin, em 1953, Stálin foi merecedor das seguintes palavras proferidas pelo escritor russo Mikhail Cholokhov: “Sempre e em todos os lugares, estarás conosco, querido pai” (Konder, 1980, p. 97). Era tamanha a confiança na União Soviética e em Stálin que, no Brasil, publicado pelo jornal O Estado de S. Paulo e pelo Diário de Notícias, o relatório teve sua autenticidade questionada pelos comunistas. Ao se constatar que ele era verdadeiro, os efeitos foram devastadores para a militância e a intelectualidade:

Arrasado escuto da boca dos presentes no atropelo da língua húngara, na tradução implacável, histórias de arrepiar, detalhes que me atingem no coração, me destroçam, sinto-me desonrado, conspurcado meu orgulho comunista: “torturam, sim, e como!”. Os policiais que servem e defendem o regime são os mesmos do tempo da ocupação nazista, a profissão de guardião da ordem está acima e além das ideologias.

Com febre e frio atravesso a primeira noite de dúvida, o coração transpassado, o estômago embrulhado, ânsia de vômito: a polícia comunista me espanca e pisoteia, obriga-me a confessar o que não fiz. Assim começou minha travessia no deserto (Amado, 2012, p. 37).

35 O Relatório Secreto ou Relatório Krushev, como ficou conhecido, criticava, mas apontava qualidades de Stalin e justificava seus atos por serem em defesa da classe operária (Falcão, 2006, p. 01).

Jorge Amado descreve, em seus apontamentos de memória, a sensação que teve ao ouvir, ainda em 1951, em Budapeste, que a polícia soviética torturava seus presos. A descoberta golpeia identidade comunista também de outros pecebistas que, em meio a uma disputa interna sobre a necessidade do debate público e os limites desse debate, desabafou na imprensa do Partido:

O escritor Delcídio Jurandir fez uma autocrítica pungente: penitenciou-se de sua participação nas “agitações da ABDE” e de seus artigos “grosseiros” e “injustos” contra Matos Pimenta, Aníbal Machado e Ricardo Ramos (*IP*, 9-10-56). Fernando Guedes, crítico implacável de Érico Veríssimo, secundou Delcídio em sua crítica: “também participei daqueles métodos de fazer inimigos entre os escritores” (*IP*, 21-10-56). Astrojildo Pereira, o veterano fundador do PCB, não se esquivou à autocrítica: “incluo-me, cem por cento, entre aqueles que mais entusiasticamente participaram do culto à personalidade de Stálin”. Mas fez, igualmente, críticas à direção do PCB, lamentando o excesso de traduções (sobretudo soviéticas) que a revista *Problemas* publicava e o “desapreço ao trabalho intelectual” (*IP*, 4-11 e 16-12-56) (Konder, 1980, p. 99-100).

O processo de desestalinização vai ser fundamental para a história do Partido. ele leva, por exemplo, à sua divisão entre PCB e PCdoB em 1962, por discordâncias não só de método, mas também da estratégia que o PCUS passaria a recomendar para a atuação dos comunistas nos demais países: a convivência pacífica com as nações capitalistas e a luta pacífica para se alcançar o socialismo. Além disso, vai colocar em destaque a questão da democracia para os partidos comunistas.

O PCB publicou informações sobre a denúncia soviética contra Stalin em março de 1956, mas apenas em outubro o Comitê Central permitiu o debate interno (Chilcote, 1982, p. 117-118). Em novembro de 1956, Prestes escreveu uma carta ao Comitê Central do PCB:

São inadmissíveis, portanto, em nossas fileiras e na imprensa feita com o dinheiro do povo quaisquer ataques à União Soviética e ao Partido da União Soviética, ao baluarte do socialismo no mundo e ao Partido que dirige a construção do comunismo (apud Pandolfi, 1995, p. 177).

Depois de iniciado, o debate na imprensa partidária foi suspenso por determinação do Comitê Central enquanto este não divulgasse seu posicionamento, o que aconteceu cerca de dois meses depois do início das manifestações de múltiplos pontos de vista dos

militantes acerca do Relatório Krushev. A resposta veio através de uma carta de Luiz Carlos Prestes, afirmando o apoio à União Soviética, a necessidade de união do partido e a inadmissão de “ataques contra a teoria do proletariado” (Falcão, 2006, p. 04).

O documento que viria a respaldar a nova fase partidária seria a Declaração de Março, de 1958, que previa a luta legal, através de eleições e por pressão pacífica das massas (Chilcote, 1982, p. 123). Esse documento expressa a repercussão nacional do XX Congresso do PCUS, e terá um papel marcante na trajetória do PCB, por apontar pela primeira vez para a centralidade da questão democrática. A ala liderada por Prestes, que considerava que a tática política adequada, no Brasil, era efetivar aliança com a burguesia e com o presidente João Goulart (Jango), saiu vitoriosa no V Congresso do PCB, realizado em agosto de 1960. É com essa linha política que o PCB participa ativamente dos movimentos da sociedade civil e até mesmo da institucionalidade do governo Jango. Apesar de ilegal, atuava com ampla liberdade, interrompida com o golpe de 1964, que persegue e desestrutura o Partido e abala sua militância. O PCB sobrevive, reorganiza-se e vai seu fim começa a se desenhar – ironicamente – durante o processo de redemocratização.

O objetivo desse resumo da história do Partido é contrastar dois momentos distintos que consubstanciam duas diferentes análises acerca da maneira de se fazer a revolução: pela via legal, através de um leque de alianças que englobava setores não proletários, como a burguesia nacional; pela via insurrecional, que poderia agregar outros atores sociais, como os tenentes no levante de 1935, mas que previa uma ruptura feita por fora das instituições democráticas.

A primeira tática esteve bem mais presente ao longo de diferentes momentos do PCB, sendo que a criação do BOC, constitui um dos primeiros exemplos dessa prática. Passada a Intentona Comunista e o período de repressão posterior, ela voltou a se consolidar: primeiro, com um período de legalidade, exceção na vida partidária comunista desde sua fundação, em 1922, até o fim da ditadura de 1964, em 1985. Depois, a partir da Declaração de Março de 1958, que, mesmo com a mudança profunda na política brasileira depois do golpe de 1964, manteve-se como a linha geral do PCB. Assim, mesmo durante os períodos de repressão desarticuladora, predominou como decisão do partido atuar de acordo com o que se classifica como aliança pacífica.

Essa tática de aliança, cuja principal pretensa parceira foi a burguesia nacional, possuía um embasamento analítico que se relaciona com a interpretação do Brasil feita pelo Partido, como será discutido na próxima parte deste capítulo. Mas tais análises são também tributárias, em grande medida, de posicionamentos adotados pela Internacional Comunista para os países latino-americanos e adaptados à realidade brasileira através de um esforço ligado à disciplina partidária. A seguir, veremos que concepções sobre o Brasil levaram à tática aliancista e como ela dialogava com as ideias de parte da intelectualidade que também buscava compreender o país e, principalmente, seu processo de modernização.

2.2. O PCB e a interpretação do país: modernização à brasileira

A dinâmica histórica da sociedade brasileira – de industrialização “tardia”, de dependência do mercado externo e de prolongamento das relações escravistas no seu interior – faz da modernização um tema mais complexo do que uma simples dificuldade ordinária ao se enfrentar o conceito. Os elementos da modernização capitalista se encontram fora dos padrões clássicos analisados pelas teorias socioeconômicas eurocêntricas, como se vê na citação a seguir.

Essa posição subalterna das classes caracteriza o período colonial, com o prolongamento até os dias recentes, sem que o industrialismo atual rompesse o quadro; industrialismo, na verdade, estatalmente evocado, incentivado e fomentado (Faoro, 2008, p.237).

Embora ideologias modernas fossem em boa medida “importadas” dos grandes centros capitalistas, nessa conjuntura em que a estratificação das classes não ocorreu de forma nítida pelo prolongamento da estrutura colonial-escravista (Faoro, 2008, p. 250), não se tratavam simplesmente de “ideias fora do lugar” e participavam dos processos históricos como peças fundamentais no dinamismo que se intensificava na nova ordem social competitiva que se consolidava com o fim do regime de exploração do trabalho escravo.

Os movimentos de massas de trabalhadores que agitavam os centros industriais europeus ao longo do século XIX eram uma novidade pontual num Brasil que via o alvorecer do século XX. As ideias que sacudiam os operários brasileiros nas primeiras décadas se fundamentavam nos resíduos de pensamento anarquista, importados

principalmente por meio dos imigrantes estrangeiros que aportavam em solo brasileiro em busca de trabalho.

No plano social, as transformações que aconteceram no período que vai do fim do século XIX até 1937 levaram ao surgimento de uma burguesia industrial vinculada ao mercado interno e um novo proletariado que pressionava os antigos grupos dominantes para obter um lugar próprio na sociedade política. O processo levou ao Estado Novo, quando a burguesia industrial se estabilizou no poder, associada aos proprietários de terra e aos velhos grupos comerciantes, e o proletariado se beneficiou com algumas concessões sociais, ao mesmo tempo em que foi enquadrado à estrutura corporativista do sindicalismo de tipo varguista (Marini, 2008, p. 26-27).

Essas são as bases da dinâmica sociopolítica para a qual o PCB buscava uma interpretação. O Partido considerava fundamental compreender o quadro histórico que lhe permitiria dar resposta à pergunta: como fazer a revolução comunista no Brasil? Sua tese de que era necessário se aliar à burguesia nacional contra o feudalismo e o imperialismo se defrontou com o fato de que o seu pretense aliado estava inclinado a dar preferência a outros favorecidos e de que sua caracterização da realidade brasileira era marcada pela transposição pouco crítica de conceitos clássicos.

Boa parte do debate do pensamento social brasileiro se deu posteriormente se confrontando com essa posição do PCB, subordinada às análises que o movimento dos partidos comunistas no plano mundial, dominado pelo stalinismo soviético, exportava. São exemplos os casos da preocupação de Caio Prado Jr. (1966) com a “revolução brasileira”, de Florestan Fernandes (2006 [1975]) com a “revolução burguesa no Brasil” e de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (1973) com sua “teoria da dependência”³⁶.

No caso de Caio Prado Jr., o intenso debate acerca da caracterização do Brasil tinha como principal interlocutor o próprio PCB, ao qual o autor era filiado. Prado Jr. discordava da análise do Partido de que existiam resquícios feudais no país e considerava que o Brasil, desde sua “descoberta” por Portugal, fez parte de um empreendimento mercantil. As datas dos textos do historiador mostram o quanto o debate feito por ele estava diretamente ligado ao Partido. Escreveu “Os fundamentos econômicos da revolução brasileira” em 1947, quando deveria acontecer o IV

36 A teoria da dependência não foi uma criação destes dois autores, mas eles fazem parte de um conjunto de pensadores que trabalhou com essa chave interpretativa.

Congresso, adiado para 1953; “As teses e a revolução brasileira”, em 1960, ocasião do V Congresso; e publicou uma síntese da sua obra, “A revolução brasileira”, em 1966, para o VI Congresso, que ocorreu entre 1966 e 1967.

Segundo Caio Prado Jr., a tese de resquícios feudais tem relação com o Programa da Internacional Comunista, adotado no VI Congresso Mundial, ocorrido em Moscou, em 1928. A avaliação dele se refere, assim, não apenas à tese em si, mas à aplicação acrítica, no Brasil, de teorias elaboradas fora da realidade nacional. Essa tese do PCB se manteve inclusive durante a ditadura civil-militar (Toledo, 1998, p. 264).

Para Caio Prado, ao contrário do industrialismo europeu e norte-americano, onde a questão marxista clássica da produção era central, no contexto brasileiro de modernização tardia e incompleta, o principal era o mercado. O país teria assim uma classe econômica débil, e seu campo popular seria pouco coeso. No que tange à questão agrária, reside sua principal diferença em relação ao PCB. Segundo o autor, a maior contradição entre latifundiários monopolistas e camponeses não era a questão da posse da terra, pois não considerava haver resquícios feudais no Brasil. A ação acertada a se desenvolver nas regiões rurais seria, portanto, criar e fortalecer uma rede de sindicatos de trabalhadores na agricultura.

Nesse ponto, Caio Prado Jr. estava em concordância com a Resolução Política do PCB de 1960, que orientava os comunistas a “dar atenção principal aos assalariados e semiassalariados agrícolas. Sua organização em sindicatos deve constituir a base para a mobilização das massas camponesas” (Vários Autores, 1976, p. 36-37). O mesmo documento, contudo, caracteriza a revolução brasileira como “anti-imperialista e antifeudal” (Vários Autores, 1976, p. 34) e repetidas vezes menciona “relações pré-capitalistas” no campo. Justamente por isso, Caio Prado Jr. considera que

[...] a tese inscrita no citado texto do item 25 da Resolução não tenha passado de um cochilo dos seus redatores. Não se encaixa coerentemente no conjunto da Resolução, e está em completo desacordo com o restante de seu texto; e naturalmente, em particular, com suas premissas teóricas. Não foi assim mais que uma réstia de luz em meio à escuridão, pois essa luz não vai além das poucas linhas em que se inscreve o texto citado. Tanto que logo em continuação imediata a ele, sempre no mesmo item, e sem ao menos abrir um novo parágrafo, passa a Resolução, em flagrante incoerência e inconsistência, a assunto distinto, não cogitando mais de questões ligadas à relação de emprego que constitui o tema do trecho anterior (Prado Jr. in Santos, 2007, p. 172-173).

A postura crítica de Caio Prado Jr. em relação ao Partido repercutia na imprensa do PCB: Rui Facó publicou texto n'A Classe Operária, em 1947, como resposta a comentários do autor às teses do IV Congresso; Luiz Carlos Prestes rebateu as ideias do intelectual n'A Voz Operária, em 1956, e Paulo Cavalcanti lançou um folheto intitulado "Os equívocos de Caio Prado Jr.", em 1967, como resposta ao livro "A revolução brasileira". Porém, a inserção de Caio Prado ia bem além do PCB, através, por exemplo, de textos publicados pela revista Encontros com a editora Civilização Brasileira (de propriedade do marxista Ênio Silveira, mas com participação de intelectuais de diferentes matizes), importante espaço de debate de pensadores de esquerda durante o primeiro período da ditadura de 1964.

Caio Prado Jr. manteve-se, assim, como forte crítico à tese pecebista dos resquícios feudais, apesar de permanecer também como integrante do Partido. A postura dele, porém, foi considerada mais moderada que a do PCB por Florestan Fernandes, que posteriormente chegou a ser eleito deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1968, Fernandes considerou que o programa proposto por Caio Prado poderia ser realizado por uma burguesia nacional autônoma, associando-o ao mais ao *welfare state* do que ao comunismo (Santos, 2007, p. 24).

Fernandes é o autor de outro livro muito discutido entre a intelectualidade de esquerda: "A revolução burguesa no Brasil", lançado em 1975, uma década depois de "A revolução brasileira", de Caio Prado. Em busca de compreender a dinâmica das classes sociais no processo de modernização brasileira, Florestan Fernandes considera que houve uma revolução econômica, mas não política. A burguesia, no Brasil, preferiu compor com as oligarquias a assumir um papel que levasse à revolução política pendente para a esquerda, diferente da expectativa do PCB.

Assim, mantida a dupla articulação, a alta burguesia, a burguesia e a pequena-burguesia "fazem história". Mas fazem uma história de circuito fechado ou, em outras palavras, a história que começa e termina no capitalismo competitivo dependente. Este não pode romper consigo mesmo. Como a dominação burguesa, sob sua vigência, não pode romper com ele, a economia capitalista competitiva da periferia fica condenada a dar novos saltos através de impulsos que virão de fora, dos dinamismos das economias capitalistas centrais (Fernandes, 1975, 2006, p. 293).

Dessa forma, o aspecto conservador das burguesias é que predominaria no país, mantendo não apenas o modo de produção capitalista, como também o vínculo de dependência com os países centrais. Além destes autores, no debate público sobre a caracterização da situação brasileira, tiveram importante participação intelectuais ligados a dois organismos: o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Iseb, fundado em 1955, durante o governo Juscelino Kubitschek, reuniu intelectuais engajados, de posicionamento progressista. Segundo Caio Navarro de Toledo, não se pode afirmar que havia um pensamento único isebiano, mas seus autores se relacionaram com o pensamento marxista e com as políticas de esquerda. Não à toa, o Instituto – vinculado ao Ministério da Educação e da Cultura, mas dotado de autonomia administrativa – foi extinto com o golpe de 1964.

Toledo discute como alguns isebianos se relacionaram com a ideologia pecebista nos anos 1950 e 1960, pontuando diferenças entre as posições teórico-políticas desses intelectuais. Hélio Jaguaribe, da primeira geração do Instituto, considerava, em 1953, que “só a socialização da economia suprime as relações de dependência econômica fazendo desaparecer o poder econômico privado” (Jaguaribe apud Toledo, 1998, p. 247). Em 1958, o autor deixou de usar expressões marxistas (como “luta de classes”), defendendo o nacional-desenvolvimentismo como caminho para superar a condição brasileira de dependência, em detrimento do socialismo. Este passou a ser visto como um perigo à segurança nacional, devendo seus agentes, identificados como os filiados ao PCB, ser reprimidos.

Postura crítica em relação ao Partido, porém de intenso respeito pela abnegação e disciplina de seus militantes, foi adotada por Alberto Guerreiro Ramos. O autor nunca teve posicionamento anticomunista, porém criticou (segundo ele, pela esquerda) o marxismo-leninismo (“stalinismo envergonhado”) e a dependência do PCB em relação às teses da Internacional Comunista e do Partido Comunista da União Soviética (Jaguaribe apud Toledo, 1998, p. 251-252). Ramos procurou ressignificar o conceito de “revisionismo”, usado pelos comunistas como um termo pejorativo relacionado à capitulação à direita, defendendo-o como um exercício necessário de crítica.

Guerreiro Ramos entrou em debate direto com Jacob Gorender, do PCB, que criticava as noções de ideologia do desenvolvimento e de sociologia nacional, por

entender que as contradições existiriam entre classes sociais, não entre nações. Alinhava-se com Hélio Jaguaribe sobre o papel da burguesia, que lideraria o processo de desenvolvimento nacional, aproximando-se assim dos liberais e se afastando da esquerda populista, representada por Vieira Pinto, que considerava que o papel central no processo de desenvolvimento seria das massas populares.

Vieira Pinto, junto com Nelson Werneck Sodré, representa os isebianos de orientação marxista. De acordo com Toledo, Sodré seria o autor mais independente do Iseb, o que se caracteriza pela falta de interlocução com seus colegas de Instituto e pelo seu posicionamento, único no grupo, contrário à tese da necessidade de se fabricar ideologias desenvolvimentistas. Para o historiador, a ideologia representava falsa consciência, assim como nas leituras marxistas ortodoxas.

Apesar de não defender a ideologia nacional-desenvolvimentista, Sodré considerava o nacionalismo como libertação, assumindo assim a mesma interpretação pecebista de que, junto às oligarquias tradicionais, o imperialismo era o principal inimigo da revolução no Brasil. Sodré também esteve alinhado ao Partido no que tange à tese da presença de relações feudais no país, assim como Alberto Passos Guimarães e Ignácio Rangel. Nesse ponto, eles se opunham à tese de Caio Prado Jr., que criticava o PCB e ganhou mais notoriedade do que a convicção na tese dos resquícios feudais.

A partir dos anos 1960, o Iseb intensifica sua atuação engajada de esquerda, envolvendo-se nas principais questões do início da década, até o golpe de 1964: apoio à candidatura Lott, defesa da legalidade constitucional na crise de 1961, apoio à restauração do presidencialismo. Muitos intelectuais isebianos atuaram junto ao Centro de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE), nos Cadernos do Povo Brasileiro (publicação da editora Civilização Brasileira, do comunista Ênio Silveira) e do Comando dos Trabalhadores Intelectuais³⁷.

Em período semelhante ao da atuação do Iseb, outro grupo de intelectuais tinha um projeto diferente. Os uspianos, nas palavras de Fernando Henrique Cardoso, em matéria d'O Estado de S. Paulo, em 07 de agosto de 1983, não dialogavam com o Iseb (e vice-versa), considerando-o

“[...] pouco rigoroso, não tinha a nossa bagagem acadêmica. Para o Iseb, o povo era o sujeito da História, enquanto para nós esse sujeito

37 Ver mais na dissertação “Páginas de resistência: intelectuais e cultura na revista Civilização Brasileira”, de Rodrigo Czajka (2005).

era indeterminado. Enquanto pensávamos em classe, o Iseb pensava em povo. Nós éramos, assim, uma 'esquerda acadêmica'. A verdade é que, na prática, o Iseb teve uma influência muito maior do que a do nosso grupo, que ficou isolado em São Paulo. Reconheço que fomos bastante cegos com relação às mudanças que ocorriam” (Cardoso apud Toledo, 1998, p. 274).

Em coautoria com Falleto, em 1975, FHC publicou “Dependência e desenvolvimento na América Latina”. A partir de demanda da Cepal, o livro era fruto de uma pesquisa comparativa entre nove países da América do Sul e a América Central, na qual utilizavam o conceito de dependência como “instrumento teórico para acentuar tanto os aspectos econômicos do subdesenvolvimento quanto os processos políticos de dominação de uns países por outros, de umas classes sobre as outras, num contexto de dependência nacional” (Cardoso; Falleto, 1975, p. 139).

Os autores, não-marxistas, desacreditavam do socialismo como uma saída viável para a situação brasileira de dependência, por considerar que a sociedade civil não estaria suficientemente forte e bem articulada para empreender essa mudança radical. Os autores acreditavam que “a passagem para o estabelecimento de um modo capitalista-industrial de produção relativamente desenvolvido em países dependentes assente-se em regimes políticos autoritários”, reforçando a ideia de falta de protagonismo popular, conforme afirmado pelo próprio FHC como uma diferença entre uspianos e isebianos (Cardoso; Falleto, 1975, p. 138). Distinto também dos pesquisadores nacional-desenvolvimentistas, Cardoso e Falleto não condenavam a injeção de capital estrangeiro no Brasil como mecanismo de superação da condição de dependência.

Apesar de muitas vezes haver acentuadas diferenças entre as teses defendidas pelos autores e grupos aqui mencionados, um elemento importante na leitura feita por eles e pelo PCB é a associação da industrialização com o progresso e com a modernização, que abrange, de acordo com alguns autores (marxistas e não-marxistas) e com o Partido, a revolução burguesa.

O papel “revolucionário” que o PCB reservou à burguesia nacional fez com que, em boa parte da história, tenha se aliado ao trabalhismo varguista, mesmo tendo sido vítima da perseguição da ditadura durante o Estado Novo e sendo lançado à clandestinidade algumas vezes ao longo de sua história. O projeto desenvolvimentista de cores nacionalistas que defendia visava a extirpar as supostas correntes de um poder

feudal e imperialista por meio do crescimento econômico dirigido por agentes da burguesia brasileira.

De que forma o PCB chegou à conclusão de que sua tarefa era combater as características pré-capitalistas remanescentes no Brasil e de que o caminho para a revolução passava necessariamente por uma aliança com setores da burguesia? A interpretação stalinista da teoria dos modos de produção de Marx compreendia-os como etapas sucessivas cronologicamente até a criação das condições materiais necessárias para o socialismo, o que viria após a sociedade baseada nas relações de produção burguesa. A adaptação destas ideias para o contexto brasileiro, junto com interpretações desenvolvidas por pesquisadores estrangeiros³⁸, levou à ideia de que o país era dividido em dois *Brasis*: um moderno, industrializado e urbano; outro de tipo feudal, predominante no campo.

Assim, o Brasil seria um país *dual*, ainda atrasado no processo de evolução dos modos de produção. A noção de que o Brasil era um país cuja economia se apoiava nas “formas de exploração feudais” e na interpenetração do “capital industrial” e do “capital agrário” estava presente, por exemplo, em tese aprovada no III Congresso do PCB, em 1928 (Dória, 1998, p. 214). Já no pós-guerra, Luiz Carlos Prestes reforçava essa visão:

Sem dúvida vivemos no regime capitalista; no entanto, se aprofundarmos a análise das relações de produção em nossa pátria, vamos verificar que na sua parte mais importante, naquela que determina o fator fundamental da economia nacional, as relações de produção não são tipicamente capitalistas. As relações de produção principalmente na nossa agricultura são tipicamente pré-capitalistas. São relações de regime anterior ao capitalismo. Os restos de regime escravista ainda existem em nossa pátria, e a eles me referi no meu último discurso. Os restos do feudalismo também ainda estão vivos. Por isso, nós, comunistas, definimos de semifeudal o regime social predominante, principalmente no nosso campo (Prestes apud Dória, 1998, p. 214).

Essa ideia de que os modos de produção se constituíam em etapas sucessivas, cuja culminância seria o estabelecimento da sociedade comunista, levava o PCB a considerar como tarefa do momento em que o Brasil ainda seria um país feudal o aprofundamento do capitalismo. Segundo o PCB, o país ainda não tinha seu capitalismo plenamente desenvolvido e, por isso, a revolução deveria acontecer em duas etapas: uma para

38 Carlos Alberto Dória cita, por exemplo, Roger Bastide de Jacques Lamber (Dória, 1998, p. 208).

derrotar as forças conservadoras e outra para instalar o socialismo. Nessa primeira etapa, o papel da burguesia nacional seria fundamental, já que ela apresentaria, como característica necessária à revolução, um caráter antifeudal e anti-imperialista, necessário para o fim do atraso e o pleno desenvolvimento nacional. Essa visão dualista se respalda no movimento comunista internacional. O programa aprovado pelo VI Congresso Mundial da Internacional Comunista, em 1928, ano de formação do Bloco Operário Camponês (BOC), afirmava que os países latino-americanos estavam em transição do feudalismo para o capitalismo:

Presumiu-se então [...] que, não se encontrando naqueles países coloniais, semicoloniais ou dependentes (era entre estes últimos que se colocaram os países latino-americanos, incluindo o Brasil) um desenvolvimento apreciável, eles se encontrariam, de acordo com o esquema geral adotado, em transição do feudalismo para o capitalismo. A sua etapa revolucionária seria portanto, sempre dentro do mesmo esquema consagrado, o da revolução 'democrático-burguesa' segundo o modelo leninista relativo à Rússia czarista, também país atrasado, do ponto de vista capitalista, e ainda emergindo dos remanescentes do feudalismo para o capitalismo (Programa do VI Congresso Mundial da Internacional Comunista in Dória, 1998, p. 207).

A leitura que o partido fazia do Brasil relaciona-se diretamente com o projeto modernizador defendido pelos comunistas e com a tática de aliança com a burguesia nacional, que esteve presente em diferentes períodos da história do partido e deu o tom de toda sua atuação durante a ditadura de 1964.

Algumas das chaves de compreensão de como se daria a revolução brasileira foram elaboradas por Lênin e por Gramsci e posteriormente adaptadas por diferentes intelectuais brasileiros. Pela importância que terá no debate do PCB, vale apenas reproduzir a explicação de Celso Frederico sobre a “via prussiana”, termo já presente em Marx e, depois, desenvolvido por Lênin, Lukács e Gramsci. Ela seria:

[...] uma forma de modernização social, feita de cima para baixo, através da conciliação das elites e da exclusão das massas nas decisões sociais e políticas. Contrariamente ao modelo clássico de transição, no qual ocorre uma ruptura entre o velho (as relações de produção no campo, as instituições políticas autoritárias etc.) e o novo (o capitalismo, a democracia política etc.), na via prussiana o desenvolvimento tardio das relações de produção capitalista é feito pela composição entre as classes dominantes, sem a democracia

política e sem contar com a participação popular (Frederico, s/d, p. 08).

Gramsci, por seu turno, utiliza o termo revolução passiva para um processo semelhante de mudança histórica: o caso em que, diante de pressões vindas “de baixo”, dos movimentos populares, as elites promovem uma “restauração” social, atendendo a determinadas demandas, porém sem perder o controle do processo. A noção de “revolução passiva” sublinha os aspectos superestruturais das mudanças, o momento político, não as relações econômicas. Dá destaque à ausência de golpe de Estado para que se encaminhem os processos revolucionários. O termo “via prussiana” dá destaque ao papel do Estado como agente empreendedor da revolução, numa situação de afastamento e/ou enfraquecimento da participação da sociedade civil. Não à toa, refere-se ao modelo soviético de revolução.

No caso de países em que ainda não havia se consolidado a chamada revolução burguesa, a modernização – ou seja, onde ainda subsistiam resquícios pré-capitalistas ou feudais –, era preciso ainda pensar em como superar essa fase do desenvolvimento. A visão aqui é evolucionista e etapista, tomando como modelo os países de capitalismo desenvolvido. Assim, compreendendo-se a revolução realizada por etapas, seu primeiro passo seria a formação dos Estados burgueses modernos. Na Itália, Gramsci considera que esse passo foi o *Risorgimento*, a unificação da Itália em torno de um único Estado-nação. O *Risorgimento* italiano é considerado, por Gramsci, um caso de revolução passiva e é também um exemplo de revolução burguesa.

Para o norte-americano Barrington Moore Jr., o termo “revolução burguesa” designa “determinadas alterações violentas que se verificaram nas sociedades inglesa, francesa e americana, no seu caminho para a transformação em modernas democracias industriais” e “uma característica-chave dessas revoluções é o desenvolvimento de um grupo na sociedade com uma base econômica independente” (1983, p. 04). O autor criou uma tipologia que classifica três modos de organização das sociedades resultantes desse tipo de revolução: o capitalismo associado à democracia; a forma capitalista e reacionária; e o comunismo. A forma capitalista e reacionária pode ser compreendida como fascismo, sistema político e ideológico que foi um “instrumento para explicar a fase da passagem concorrencial à fase monopolista do capitalismo” (Coutinho, 1998, p. 140).

Ou seja, a revolução burguesa não necessariamente tem um caráter progressista, embora necessariamente tenha um caráter modernizador. Nesses casos, que podem ser identificados no processo histórico brasileiro em diferentes momentos – especialmente a ditadura de 1964 –, trata-se de “modernização conservadora”, expressão recorrente no vocabulário das avaliações políticas desenvolvidas pela esquerda nos anos 1970. Leandro Konder resume bem a articulação entre “via prussiana” e “modernização conservadora”, materializadas no Brasil pela ditadura de 1964 e cuja saída seria justamente inverter a lógica prussiana, através do fortalecimento da sociedade civil.

Na medida em que reativou a tradição da “via prussiana”, impondo “de cima para baixo” uma “modernização conservadora” à nossa sociedade, reprimindo com brutalidade as forças populares, cassando mandatos, prendendo, torturando e matando adversários políticos, intervindo em organizações sindicais, impingindo o “arrocho salarial” aos trabalhadores, o novo regime fortaleceu velhas taras elitistas e deformações profundamente antidemocráticas da sociedade brasileira (Konder, 1980, p. 129).

Assim, tem-se aqui um apanhado de análises e conceitos interligados entre si que ajudam a compreender a situação brasileira e o posicionamento do PCB em relação a elas. Em última instância, a temática que os une é a modernização brasileira, que está relacionada à industrialização e pode ser compreendida como consolidação da revolução burguesa. Essa revolução implica, entre outras coisas, uma racionalização da política, assemelhando-se ao processo de modernização do jornalismo discutido no capítulo anterior.

2.3. O PCB e a ditadura

Independentemente do juízo sobre o seu conteúdo, a “Declaração de Março” é o primeiro documento em que, ao invés de se contentar com proclamações de princípios, invectivas contra os inimigos e propaganda do comunismo, se procede a uma análise (em linguagem) circunstanciada e comedida da estrutura social, do processo político em curso e do papel que pode ser cumprido pela esquerda no país. As mudanças que introduz, profundas a ponto de determinarem a primeira e mais arraigada cisão partidária e favorecerem, daí por diante, inserção permanente e experiência contínua, não têm, entretanto, empuxo suficiente para fundar uma nova teoria do Brasil, arrojada o bastante para reavaliar a visão niilista – tanto do capitalismo e do liberalismo como da democracia – que marca a ação política e a reflexão teórica de esquerda no país (Brandão, 1997, p. 246).

A avaliação de Gildo Marçal Brandão sobre a Declaração de Março de 1958 permite apontar para duas linhas importantes. A primeira delas é justamente a durabilidade das mudanças propostas por esse documento, que seguiria guiando a trajetória do Partido mesmo depois da drástica mudança na política do país a partir do golpe de 1964. A segunda é que tais mudanças não são acompanhadas por um consistente arcabouço teórico: a tese dos resquícios feudais e a estratégia etapista continuaram dando embasamento para as ações do Partido. A primeira e mais arraigada cisão à qual Brandão se refere é criação do Partido Comunista do Brasil, PCdoB, em 1962, que optaria pela luta armada³⁹. Ou seja: o PCB já vivia os primeiros anos de ditadura com uma cicatriz resultado da Declaração de 1958.

Análise semelhante à de Brandão é feita pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho, que considera que a Declaração de Março de 1958 e as resoluções do V Congresso de 1960 são centrais na compreensão da linha do PCB durante dos anos pré-golpe. Ele, contudo, enfatiza os desdobramentos em termos de atuação e alianças políticas:

A Declaração de Março [1958] saudava o desenvolvimento capitalista nacional como um elemento progressista por excelência, considerando-o irreversível. Mas era preciso localizar e denunciar os obstáculos que se colocavam em seu caminho: os resquícios feudais e a dependência ao imperialismo. A contradição progresso x atraso era a pedra de toque do conjunto da nova linha política. A favor do progresso estavam todas as forças nacionais, e mesmo entre as elites era possível localizá-las: a burguesia nacional, setores de latifundiários e mesmo grupos da burguesia internacional que tivessem contradições com os monopólios norte-americanos. Era necessário uni-los com a classe operária, os camponeses e a pequena burguesia urbana numa ampla Frente Única contra as forças do atraso: o imperialismo norte-americano e as relações semifeudais na agricultura (Reis Filho, 1990, p. 23-24).

O foco no progresso em aliança com a burguesia nacional é fundamental para a compreensão da relação entre comunistas do PCB e as empresas de comunicação. A forma como se daria tal aliança, numa frente única, não numa frente de esquerda, antecipa um dilema que levaria ao enfraquecimento do PCB na transição para a democracia. Mas às vésperas do golpe, o Partido, guiado pelo documento de 1958,

39 Durante a década de 1970, alguns militantes que haviam deixado o PCB e ido para a luta armada voltaram ao Partido. Com o desmantelamento da luta armada pela repressão, com a morte, a prisão e o exílio de companheiros, reviram alguns reviram suas posições e voltaram ao PCB. Entre eles, há os jornalistas José Luiz Del Roio, Ruth Leal Tegon e Aloysio Nunes Ferreira, que foram militantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN).

buscava tensionar o governo para a esquerda, a partir da pressão dos movimentos sociais pela aprovação das reformas de base. Além disso, coletava assinaturas para sua legalização e, numa dificuldade de interpretar a conjuntura, preparava-se para realizar seu VI Congresso.

O golpe de 1964 estancou um momento de ascensão dos movimentos sociais e, nesse bojo, do próprio Partido. No pós-golpe, depois de ter sido perseguido para que tivesse sua atuação desarticulada, o Comitê Central do PCB só conseguiu se reunir em 1967, quando elaborou extenso documento visando, entre outros objetivos, a compreender seu papel na crise que antecedeu a tomada do poder pelos militares. Afirmando o que já era possível entrever pelo intervalo de três anos depois de 1964, o PCB explicava sua dificuldade de reunião e articulação. Já naquele momento, apontava algumas questões que seriam discutidas posteriormente pelo historiador Daniel Aarão Reis Filho, apresentando interpretações à direita e à esquerda para entender de que forma a esquerda brasileira contribuiu por agudizar a crise que justificou o golpe de 1964.

No primeiro caso, a interpretação sobre o despreparo da esquerda brasileira para enfrentar a ofensiva conservadora compreendia que houve um excesso de confiança em forças políticas não revolucionárias. Essa ideia era defendida por parte da esquerda mais “radical” como crítica ao PCB, sua posição legalista e de suporte ao governo Jango⁴⁰. O PCB teria tido uma postura à direita do que o momento político reivindicava, seria preciso ter tensionado mais o governo para a esquerda. Já a tese de desvio à esquerda considerava exatamente o contrário: ainda não havia acúmulo de forças suficiente para se pressionar o governo Jango tão à esquerda como se havia feito, e isso teria levado à articulação da direita para minar a movimentação em torno principalmente das reformas de base⁴¹.

Mesmo depois da instalação da ditadura, no PCB, prevaleceu a ideia de que a superação do capitalismo e do próprio regime de exceção se daria de forma pacífica. A

40 A princípio, o PCdoB demarcava com o PCB, considerando-o revisionista por ter seguido a nova linha de Moscou depois do relatório Krushev sobre os crimes de Stálin. Ao longo da ditadura, outros grupos de esquerda surgiram ou se reorganizaram, muitos deles que faziam, como o PCdoB, a defesa da luta armada, como as que empreenderam a guerrilha urbana (Movimento Revolucionário 8 de Outubro, Vanguarda Popular Revolucionária, VAR-Palmares, etc). Mesmo entre os grupos que optaram pela luta armada, havia intensas divergências sobre de que forma ela deveria se desenvolver: se no campo ou na cidade; através do foquismo ou da guerra popular prolongada, por exemplo.

41 Reformas estruturais progressistas em diversos âmbitos: educacional, fiscal, político e agrário. O anúncio das reformas de base assustou os setores mais conservadores da sociedade brasileira. Embora não fosse um programa socialista, acendeu o pavio do anticomunismo.

linha não se modificou muito daquela defendida no pré-golpe, apesar da interrupção da onda otimista que banhava o Partido. Pode-se perceber a interrupção de um processo de participação política do PCB na vida legal do país a partir da comparação dos dois trechos abaixo: o primeiro, da Resolução Política do V Congresso do PCB, de 1960, e o segundo, do Informe de Balanço do Comitê Central para o VI Congresso do PCB, de 1967:

A revolução brasileira se processa na era da transição do capitalismo para o socialismo, quando um terço da humanidade vive sob o regime socialista. A superioridade crescente do socialismo sobre o capitalismo no plano mundial, o desenvolvimento ascendente do movimento de libertação dos povos e o conseqüente debilitamento do sistema imperialista exercem poderosa influência favorável ao crescimento das forças anti-imperialistas e democráticas no Brasil (Vários Autores, 1976, p. 18)

São decorridos sete anos da realização de nosso último Congresso. Nos primeiros meses de 64, preparávamo-nos para realizar o VI Congresso, quando o golpe militar interrompeu o processo democrático em nosso país, obrigando-nos a um recuo, que tornou praticamente impossível reunir a direção suprema do Partido nos anos que se seguiram. Ainda agora, é com sério risco que aqui nos reunimos, para coroar o processo de realização do Congresso (Vários Autores, 1976, p. 45).

Apesar da autocrítica e do esforço de análise acerca da atuação do partido nos anos que antecederam o golpe, a linha geral de atuação permaneceu a mesma. Caso se lance um olhar mais genérico sobre as teses partidárias, elas são semelhantes até ao que o PCB defendia no final da década de 1920, quando organizou o Bloco Operária Camponês (BOC). A principal virada que se pode observar nos documentos pecebistas do período da ditadura diz respeito ao caráter da mesma quando, nos anos 1970, o partido passou a considerá-la um regime fascista. Mas, em linhas gerais, a proposta de atuação não se modificou, apenas se propôs um leque ainda maior de alianças táticas a partir da ideia de que era necessário formar uma frente antifascista. Nessa frente, poderiam ser incluídos até inimigos históricos dos comunistas, conforme aponta a Resolução Política do CC do PCB de dezembro de 1975:

Na luta contra a ditadura fascista, os comunistas consideram necessário aglutinar todas as forças que, em maior ou menor grau, estão em contradição com o regime, incluindo não só o MDB [Movimento Democrático Brasileiro], a Igreja e a burguesia não

monopolista, mas também sectores da FFAA [Forças Armadas], da ARENA [Aliança Renovadora Nacional] e até mesmo de alguns representantes dos monopólios, descontentes com o caráter fascista assumido pelo regime (Vários Autores, 1976, p. 220).

A análise do partido, como vimos, era de que o Brasil, por ser um país atrasado, com relações pré-capitalistas no campo, precisava ainda completar o seu processo de modernização (vinculado à industrialização e à revolução burguesa) como primeira etapa necessária à revolução. O principal inimigo seria o imperialismo e, para combatê-lo, a burguesia nacional seria uma aliada, numa frente ampla que deveria ser hegemonizada pelo proletariado através de sua organização de vanguarda, o Partido Comunista Brasileiro.

Assim, a tática do partido durante a ditadura não era novidade na história do PCB⁴² e parte de algumas concepções teóricas acerca da própria organização partidária e da realidade brasileira que marcaram o PCB ao longo de sua trajetória. Uma delas, de que se tratou mais especificamente neste capítulo, pode ser chamada de etapismo. Nesse período, permaneceu a análise e orientação da Declaração de Março, documento de 1958 do PCB, que afirmava o caminho pacífico da revolução no Brasil.

Além da questão de como alcançar o comunismo, o PCB também oscilou entre identificar-se como partido de classe ou de massas. O dilema, no caso, não se fez somente devido a concepções teórico-políticas, mas também por conta das circunstâncias conjunturais. Mesmo se afirmando como partido de massas, os longos períodos de ilegalidade acabavam empurrando o PCB para uma posição de isolamento, que ele tentava compensar com inserções em outras organizações, como no MDB – único partido de oposição consentido pela ditadura – ou em espaços da esfera cultural durante a ditadura de 1964.

A opção pela via legalista, pela atuação parlamentar e pela formação de uma frente ampla contra a ditadura que priorizava a organização em torno do MDB deu a tônica da relação do PCB com a esquerda durante a ditadura⁴³. As organizações de esquerda favoráveis à luta armada viam como excessivamente moderada a linha do Partido, principalmente por sua atuação no MDB, a oposição consentida pelo regime e

42 Em 1943, por exemplo, em reunião conhecida como Conferência da Mantiqueira, o PCB aprovou a tese de “união nacional”, de apoio ao governo Vargas contra o nazifascismo (Pandolfi, 2007, p. 229).

43 Maria Paula Nascimento Araujo, Maria Alice Rezende de Carvalho e Rodrigo Patto Sá Motta fazem análises mais complexas da relação do PCB com outras organizações de esquerda e com o MDB em artigos da coletânea “Revolução e democracia” (2007).

que, por isso mesmo, a maior parte da esquerda considerava que acabava por legitimá-lo. Por outro lado, os comunistas foram também duramente perseguidos pela ditadura, especialmente a partir de 1974, quando a estratégia de atuação no MDB começou a gerar resultados eleitorais positivos para a oposição. A repressão foi brutal: foram seqüestrados e mortos ou desaparecidos vários integrantes do Comitê Central⁴⁴; o jornal Voz Operária, órgão central do Partido, deixou de circular, voltando apenas em 1976, feito fora do país; a direção do PCB também foi forçada a sair do Brasil.

Essa linha adotada pelo PCB se aplicava a diversos espaços. O Partido buscava ocupar brechas para exercer uma atuação dentro da legalidade, sempre que possível, e sem descartar as atividades clandestinas nos casos em que o cerceamento impedisse as ações legais. Desse modo, disputou a política sindical, inserindo-se nos organismos intersindicais, prática que já era desenvolvida desde a década de 1940 (Santana, 2001). Apesar da desarticulação de grande parte da categoria de jornalistas, no período de abertura, os comunistas também procuraram fortalecer as entidades dessa classe.

Postura semelhante foi adotada no movimento estudantil. Hegemonizado pela Ação Popular (AP) em coligação com o PCB no início dos anos 1960, a “infiltração comunista” foi desculpa para intervenções em diferentes escolas (como UnB e Faculdade Nacional de Filosofia da UFRJ) e até para o acordo MEC-Usaid (entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil e a United States Agency for International Development), em 1967. Os pecebistas permaneceram atuantes no ME, compondo chapas junto a católicos, socialistas e outros grupos até a reorganização da UNE, no fim da década de 1970. Sua presença se enfraqueceu a partir do início da década de 1980, com a hegemonização, que se mantém ainda hoje, das diretorias da UNE pelo PCdoB (Poerner, 2004). Também no movimento estudantil, a concepção política aliancista do PCB, considerada conciliatória e moderada pelas demais organizações de esquerda, era alvo de críticas:

Tinha também essa enorme rivalidade entre as organizações e particularmente o ódio que havia em relação ao Partidão, pois éramos os reformistas da época. Quando eu perdi a eleição pro Centro Acadêmico houve uma festa na USP que celebrou finalmente a derrota da reação, da direita, que éramos nós. Meses depois, eu fui preso, aí virei herói dos companheiros, porque era o companheiro preso. Era

44 David Capistrano da Costa, Luiz Ignácio Maranhão Filho, João Massena Melo, Walter Ribeiro, Elson Costa, Jaime Miranda, Itair Veloso, Hiram Lima e Orlando Bonfim Júnior são desaparecidos políticos; os dois últimos atuavam no Setor de Agitação e Propaganda, responsável pelas publicações do Partido.

uma coisa meio patética, toda essa história, e muito marcada por isso, por essa enorme rivalidade, onde essas organizações não atuavam de maneira unitária nunca (Paulo Markun, 2015).

O apoio assim viria apenas em momentos em que o PCB era alvo das mais profundas violências do regime, o que dava a seus militantes uma aura de heroísmo ou mesmo os aproximava do imaginário das demais organizações de oposição à ditadura. Se não conseguia a adesão da juventude estudantil, mais ligada à luta armada – parte dessa esquerda, depois de derrotada, com companheiros assassinados, presos e exilados, reveria suas posições – o PCB mantinha-se coerente com sua estratégia ao orientar seus quadros a filiar-se ao MDB.

A visão de que era preciso fortalecer uma união democrática contra a ditadura, vencendo-a de forma pacífica, e que tal união deveria se consubstanciar no MDB, foi defendida pelo PCB mesmo quando o regime já dava sinais de abertura. O processo de formação do Partido dos Trabalhadores (PT) foi um momento em que o debate acerca da tática para se conquistar a redemocratização e da organização da esquerda no país trouxe à tona as divergentes concepções sobre o tema. Mesmo em 1982, depois da aprovação da Lei da Anistia e do retorno dos exilados políticos, que marcam o processo de abertura, o PCB ainda defendia o fortalecimento do MDB e que a criação do PT seria um erro, apesar de defender o pluripartidarismo em uma “Nota da Comissão Executiva do PCB e Propósito da Campanha Eleitoral”, publicada no *Voz Operária* em 1978:

“Nós, comunistas, queremos reafirmar nesta oportunidade nossa posição de princípio em favor do pluripartidarismo. Consideramos o pluripartidarismo como condição necessária para a existência de uma democracia efetiva no Brasil” (in Konder, 1980, p. 125).

Um editorial em outro jornal do Partido, *Voz da Unidade*, afirmava que “enfraquecer o MDB é enfraquecer a frente democrática” (in Santana, 2012, p. 795). Por isso, o PCB considerava um erro a criação do PT e o acusava de divisionismo, estreiteza política, perspectiva sectária e espontaneísmo. O PT, por outro lado, não reconhecia no PCB o partido do proletariado e se afirmava como o verdadeiro espaço de auto-organização *dos* trabalhadores (e não *para* os trabalhadores).

Segundo Mauro Iasi, o PT se apresentava como novo ator político demarcando sua diferença do PCB, entre outras questões, devido à disputa pragmática no movimento sindical e também por agregar antigos e recentes divergentes do Partido Comunista

(como os trotskistas da IV Internacional). Em sua concepção teórico-política, pode-se vislumbrar duas importantes diferenças entre os dois partidos: o PT reivindicava uma alternativa democrática popular, diferente da nacional democrática do PCB, atrelado ainda à sua concepção de aliança com a burguesia brasileira; o Partido dos Trabalhadores considerava que o país já tinha um capitalismo moderno, enquanto o PCB insistia na necessidade de se realizar a etapa modernizadora do capitalismo brasileiro.

Essas duas concepções evidenciam a diferença do novo partido do tradicional PCB. Afirmar-se popular aproximava o PT dos movimentos sociais em reorganização no período de abertura, mostrava sua associação com movimentos de massa e o afastava da prática aliancista do PCB. O PT negava a necessidade de aproximação com a burguesia nacional, reafirmando explicitamente que tinha um projeto socialista. Também rejeitava, dessa forma, o etapismo pecebista, não só por operar numa lógica diferente da do PCB, como por acreditar que o capitalismo brasileiro já estava consolidado.

Porém, o debate de ideias no campo da esquerda durante os anos 1970 era intenso, e os posicionamentos do PCB, externalizados através de seus documentos, estavam longe de contemplar as diferentes posições e a luta interna ao Partido. Principalmente no período de abertura, a partir de 1974, com parte dos militantes do PCB no exílio⁴⁵, a forte influência do eurocomunismo, em especial do Partido Comunista Francês e do Partido Comunista Italiano, fortalece-se uma divisão interna. Naquele momento, ela se deu principalmente entre prestistas, à “esquerda”, e eurocomunistas, à “direita” do espectro ideológico. Essa divisão, porém, funciona mais como um vocabulário acusatório das esquerdas e pouco explica os contornos políticos de cada grupo. Pensar em termos de aproximação ou afastamento do Partido Comunista da União Soviética e compreender a articulação entre socialismo e democracia pode ser mais operativo para nossos propósitos.

Leandro Konder, ele mesmo um intelectual pecebista exilado na Alemanha em 1971, e identificado com o eurocomunismo, colabora para a compreensão do debate que se desenrolava no período a partir de seu livro sobre como os comunistas brasileiros

45 Apesar da inegável influência dos eurocomunistas sobre parte dos comunistas no exílio, as ideias acerca de frente ampla, democracia e desvinculação do comunismo soviético não se construíram a partir do contato dos exilados com os partidos da França e da Itália. A relação entre pecebistas e eurocomunistas antes fortaleceu tais ideias e dotou-as de maior força teórica (Napolitano, 2014).

lidaram, ao longo dos anos de existência do PCB, com a questão da democracia. Segundo ele, o processo de democratização e o fortalecimento da sociedade civil transmitiam um sentimento de insegurança entre os comunistas “ideologicamente mais atrasados” (Konder, 1980, p. 136). Um exemplo seria um folheto intitulado “Contra o revisionismo”, escrito sob pseudônimo em 1979, cujo objetivo havia sido criticar o artigo “A democracia como valor universal”, do também “eurocomunista” Carlos Nelson Coutinho, “o texto mais lido e debatido pela esquerda na década de 80” (Frederico, s/d, p. 09). A democracia era de fato um tema candente no fim da década de 1970, e a imprensa burguesa o repercutia e ouvia a opinião de líderes comunistas. No dia 29 de julho de 1979, Armênio Guedes falou sobre o tema ao Jornal do Brasil:

Você e o Partido sempre defenderam a concepção de democracia hoje mais difundida e aceita na direção?
Não. Eu acho que isso é uma conquista, que não me pertence, porque é do nosso Partido. Acho que houve um certo tempo em que nós identificávamos liberdades democráticas com o poder da burguesia. Mas a verdade é que, pouco a pouco, a vida foi-nos mostrando que a democracia é algo importante, permanente para o avanço da sociedade, para um próprio avanço no sentido do socialismo. E hoje o nosso trabalho é o de elaborar, de uma forma mais precisa, esse nexo entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo, sem fazer uma dissociação entre esses dois importantes momentos da luta do nosso povo no sentido do progresso, de um futuro de justiça social e de paz (Carone, 1982, p. 311).

Armênio Guedes admitia que a democracia nem sempre foi central para o PCB, ao mesmo tempo em que sua entrevista, somada às demais que foram concedidas ao JB por representantes do PCB em 1979 e 1980, são uma amostra das divergências internas que o Partido enfrentava. Tachar os adversários políticos de “revisionistas”, como feito no texto que criticava a linha de Carlos Nelson Coutinho endossada por Armênio Guedes, era um ataque comum entre a esquerda para apontar desvios de direita entre os pares. Por outro lado, os eurocomunistas acusavam seus críticos de “ultra-esquerda” – que, naquele momento, eram representados pelos “prestistas”, nome derivado do líder Luís Carlos Prestes. No dia 03 de fevereiro de 1980, foi publicada entrevista com Hércules Corrêa e Giocondo Dias, como representantes do Comitê Central do PCB, no Jornal do Brasil. Aqui as divergências internas do Partido já são tratadas de forma direta:

Os senhores concordaram com o sr. Prestes quando ele diz que os comunistas brasileiros devem estar preparados para adotar a prática da luta armada, caso as circunstâncias favoreçam essa ação?

G. Dias – Penso que o companheiro Prestes não colocou a questão nesses termos. A luta armada não é uma questão de princípio comunista, tanto que Lenine admitia, logo depois da revolução burguesa de fevereiro de 1917, a possibilidade de o proletariado realizar a revolução socialista pela via pacífica. Não vemos, na situação atual nem em futuro previsível, a ocorrência, no Brasil, da hipótese que você aventa em sua pergunta (Carone, 1982, p. 255-256, com grifo no original).

A reação de Prestes foi um texto intitulado Carta aos Brasileiros, em que além de tornar públicos seu posicionamentos, criticava o que via como uma campanha difamatória da imprensa, parte de um plano para desintegrar o Partido Comunista. Nas linhas seguintes, cita inclusive matéria publicada pelo JB no mesmo dia da entrevista acima, com dirigentes do Comitê Central:

Sinto-me no dever de alertar os companheiros e amigos para o real significado da vasta campanha anticomunista que vem sendo promovida nas páginas da imprensa burguesa. Campanha esta visivelmente orquestrada pelo regime ditatorial, visando a desmoralização, a divisão e o aniquilamento do P.C.B. Fica cada vez mais evidente que, através de intrigas e calúnias, o inimigo de classe – após nos ter deferido violentos golpes nos últimos anos – pretende agora minar o P.C.B. a partir de dentro, transformando-o num dócil instrumento dos planos de legitimação do regime. Este é o motivo pelo qual as páginas da grande imprensa foram colocadas à disposição de alguns dirigentes do P.C.B., enquanto em relação a outros o que se verifica é o boicote e a tergiversação de suas opiniões. Basta lembrar a matéria publicada no Jornal do Brasil de 3 de fevereiro último, quando esse jornal falseia a verdade ao dizer que me recusei a manifestar minha opinião e, ao mesmo tempo, serve de veículo a uma série de calúnias e acusações que lhe teriam sido fornecidas por algum dirigente que não teve a coragem de se identificar (Carone, 1982, p. 319-320).

Sobre a centralidade da democracia e a composição numa frente única, embora em outros trechos da Carta afirmasse concordar com tais posições, Prestes fazia algumas ressalvas que trazem à tona discordâncias de toda a linha adotada pelo PCB desde a Declaração de Março de 1958, pondo em xeque o papel do Partido na frente única contra a ditadura:

Um partido comunista não pode, em nome de uma suposta democracia abstrata e acima das classes, abdicar do seu papel revolucionário e

assumir a posição de freio dos movimentos populares, de fiador de um pacto com a burguesia, em que sejam sacrificados os interesses e as aspirações dos trabalhadores (Carone, 1982, p. 327).

Embora não citasse que era contrário à frente única, a crítica de Prestes certamente se dirigia à maneira como ela era conduzida. Por outro lado, para Hércules Corrêa, do Comitê Central do Partido, a outra opção debatida no período, a frente de esquerda, seria “um grave erro político”. Armênio Guedes reforçava essa ideia, considerando que ela seria sinônimo de isolamento, “e o isolamento, para um Partido operário e de vanguarda como é o P.C.B., é o caminho certo da derrota” (Carone, 1982, p. 258; 319).

Todo esse debate tornado público no período da transição democrática se insere no processo de reação dos comunistas de todo o mundo ao relatório Krushev e o conseqüente processo de desestalinização. A afirmação da democracia como valor fundamental para os comunistas e cuja defesa não poderia ser prescindida nas sociedades socialistas está estreitamente ligada às tentativas de atualização do comunismo após as denúncias de culto à personalidade, autoritarismo e violência contra adversários políticos encabeçadas por Stálin. Esses “reformadores” – sem a pecha negativa atribuída à palavra entre os comunistas – visavam ao comunismo com base no aprofundamento da democracia, sem uma etapa de ditadura do proletariado. Essas ideias caminhavam junto a uma maior independência dos partidos eurocomunistas em relação ao centralismo do Partido Comunista da União Soviética (PCURSS).

As ideias eurocomunistas tinham base principalmente em Antonio Gramsci. Seu maior tradutor e intérprete no Brasil, Carlos Nelson Coutinho, escreveu, em 1979, “A democracia como valor universal”, publicado pela Civilização Brasileira. O texto situa historicamente a discussão sobre a questão democrática para os comunistas, desde o momento imediatamente posterior à Revolução de Outubro, na polêmica entre Rosa Luxemburgo, de um lado, e Lênin e Trotski, de outro; defende que a democracia não necessariamente é democracia burguesa, sugerindo uma combinação entre democracia direta e representativa, com hegemonia do proletariado; e reafirma que essa deveria ser a principal bandeira dos comunistas brasileiros não apenas devido ao momento histórico de transição democrática, mas por considerar que o comunismo apenas poderia ser construído sobre solos democráticos.

A necessidade de que o processo de renovação democrática proceda de “baixo para cima”, consolidando e ampliando suas conquistas através de uma crescente incorporação de novos sujeitos políticos, impõe às forças populares – enquanto método de sua batalha política – a opção por aquilo que Gramsci chamou de “guerra de posição”. A progressiva conquista de posições firmes no seio da sociedade civil é a base não só para novos avanços, que gradativamente tornarão realista a questão da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras, mas é sobretudo o meio de evitar precipitações que levem a recuos desastrosos (Coutinho, 1979, p. 44).

A noção de “guerra de posição” caminha junto com a defesa do fortalecimento da sociedade civil como forma de se transformar a sociedade de maneira democrática, evitando ainda chamada “via prussiana”, os arranjos pelo alto. As interpretações gramscianas, que permitiam soluções para a revolução que escapavam do modelo soviético, não foram, contudo, assimiladas de imediato pelos comunistas brasileiros. A recepção dos textos do pensador italiano no Brasil passou por diferentes momentos, fortalecendo-se principalmente já nos anos 1970. Segundo o próprio Coutinho, “antes dos anos 60, ninguém conhecia efetivamente *o seu pensamento* em nosso país”, o que o autor atribui ao marxismo brasileiro ter como principais fontes, então “os manuais soviéticos de ‘marxismo-leninismo’” (Coutinho, 1998, p. 124, 125, com grifo no original). A inserção de Gramsci no Brasil fazia parte do processo de abertura e pluralismo do marxismo brasileiro em resposta à ortodoxia soviética. Porém, de acordo com Coutinho, a dimensão política de Gramsci ficaria secundarizada, num primeiro momento, pelo Gramsci filósofo e crítico literário. Depois, suas ideias seriam desprezadas pelo restante da esquerda como reflexo da desconfiança com que via os posicionamentos do PCB. Assim, as ideias gramscianas ganhariam maior aceitação no Brasil apenas a partir da segunda metade dos anos 1970, com a derrota dos empreendimentos de luta armada.

Além de Gramsci, outro marxista exercia forte influência entre os intelectuais do PCB durante a ditadura de 1964:

– Há um nome que saiu estampado em todos os números: o do diretor do jornal. Mas há outro nome que saiu estampado 11 vezes, porque, além de sair em todas as edições, saiu duas vezes em uma mesma edição. Estou me referindo ao teórico preferido do Leandro, o filósofo Lukács (Konder, 2008, p. 65).

A piada foi feita em reunião da redação do jornal Folha da Semana, que jornalistas e intelectuais do PCB conseguiram fazer circular logo no início da ditadura, entre 1965 e 1966. O Leandro em questão é Leandro Konder, maior intérprete e divulgador do pensamento de Lukács no Brasil. As ideias do filósofo húngaro, assim como Gramsci, chegaram ao Brasil no fim da década de 1950, mas sua inserção se fortaleceria apenas após o golpe de 1964. Também acabou sendo mais vinculado à dimensão da cultura. Estar atrelado à política cultural, segundo Celso Frederico, teria feito com que os jovens intelectuais ligados ao PCB, que foram os principais difusores da obra de Lukács, não incomodassem a direção do Partido e, assim, garantissem a autonomia de seu trabalho (Frederico, s/d, p. 04, 05). A divulgação de Lukács foi feita principalmente de fora da academia, por intelectuais militantes, como o já citado Leandro Konder e José Paulo Netto. Ela fortalecia a linha do PCB de atuação através de uma frente e também era um instrumento de combate às interpretações soviéticas do marxismo. Assim, esse autor, junto com Antonio Gramsci, foi um importante referencial para o grupo de pecebistas ligados ao eurocomunismo.

Essa ligação se dava não apenas no campo das ideias, como influência intelectual, mas também na realização de atividades conjuntas: elaboração e impressão do jornal Voz Operária no exílio; participação dos exilados em festas dos jornais do PCF e do PCI; e ajuda financeira dada a exilados. A força do PCF e do PCI estava tanto na influência política que exerciam nos seus países (o PCI foi considerado o maior partido comunista do Ocidente ao conquistar 35% dos votos nas eleições de 1976) quanto nas condições financeiras dessas organizações.

O acervo do PCI no Istituto Antonio Gramsci⁴⁶, em Roma, dá uma boa noção das relações entre comunistas brasileiros e italianos durante a ditadura de 1964. Além de inúmeros pedidos de auxílio material para exilados e de reuniões entre os líderes do PCI e do PCB, a solidariedade internacional chegou inclusive à realização de um tribunal para denunciar as violações de direitos humanos cometidas pelas ditaduras da América Latina: o Tribunal Russell, articulado principalmente pelo advogado e político italiano Lelio Basso, e realizado entre 1974 e 1976. A ligação com os eurocomunistas, contudo, mais do que marcar uma nova posição política e teórica em parte do grupo dos exilados, foi um reforço de uma linha já existente:

46 Foram pesquisados documentos e textos de jornais e revistas relacionados ao Brasil no arquivo do PCI de 1964 (início da ditadura) a 1979 (ano em que foi promulgada a Lei da Anistia).

A direção do nosso Partido, enquanto pôde se manter no país, lá esteve. Permaneceu no interior do país até 1975. Como você sabe, o Partido, nos anos 74 e 75, sofreu uma repressão brutal. Muitos de seus dirigentes, talvez quase metade dos membros efetivos do Comitê Central, desapareceram. Temos para nós que essas pessoas foram assassinadas pelos órgãos de repressão da ditadura. Portanto, só há quatro anos nos reorganizamos no exterior, em virtude de uma contingência que a isso nos obrigou. O importante era que o Partido não ficasse sem direção. Quando à segunda parte [da pergunta], eu diria que nossa linha não foi traçada agora, no exterior. É uma continuação da linha geral elaborada no VI Congresso do P.C.B. Linha que nosso Comitê Central, na sua última reunião (junho/79), mais uma vez considerou fundamentalmente justa (Carone, 1982, p. 315).

O exílio surgiu então como última solução possível para o PCB, depois de desbaratada a gráfica clandestina do Partido em Campo Grande, no Rio de Janeiro, e de desaparecida parte do Comitê Central. Mesmo do exterior, o trabalho de denunciar as arbitrariedades da ditadura era um dos principais objetivos da imprensa feita no exílio⁴⁷, além da divulgação de notícias sobre o Brasil para os exilados e também do debate de ideias (a revista *Études Bresiliennes*, feita entre 1975 e 1980 em Paris, foi um desses casos). Os pecebistas exilados também estiveram nesta empreitada: um exemplo foi a elaboração do boletim Frente Brasileira de Informações (FBI), publicado em diferentes línguas – como Italiano, Francês, Espanhol, Sueco – para ser distribuído em vários países. Boa parte dos exilados políticos brasileiros procuravam, mesmo de longe, lutar pelo retorno da democracia: esse tema tão caro quanto complexo entre as esquerdas durante a década de 1970.

De volta ao Brasil, o grupo ligado ao eurocomunismo hegemonizou a redação do jornal criado pelo PCB como seu porta-voz no período de abertura, o Voz da Unidade.

[Primeiro,] você tem que garantir a linguagem jornalística. Escrever como um bom jornalista. Segundo, você tem que assegurar que esse bom jornalismo também seja politicamente bem encaminhado segundo o que a gente achava que devia ser na luta pela democracia. O tempo todo era luta democrática. Não falava de revolução socialista, nada! Luta contra a ditadura, frente democrática. Isso era nossa orientação de São Paulo. Nós éramos “apodados” de eurocomunistas. Mas aí o começo do jornal era um caos. Você sabe como é gente de

47 Ainda pouco estudada, parte dela está organizada no Archivo Storico del Movimento Operaio Brasileiro, abrigado no Centro de Documentação e Memória da Unesp, na cidade de São Paulo. Uma amostra pode ser consultada no site do projeto “Resistir é preciso”: http://resistirepreciso.org.br/no_exilio

esquerda. Cada um se achava no direito de publicar qualquer bobagem. Resultado: ou eu podava ou perdia o controle do jornal (Gildo Marçal Brandão, 2011).

As lembranças de Gildo Marçal Brandão, diretor do jornal, evidenciam a linha do Partido naquele período, de defesa da democracia sem considerá-la uma etapa para o socialismo, e as disputas internas. Com relação a elas, Marcos Napolitano (2014), identifica, naquele período, três grupos: além dos “prestistas” e dos “eurocomunistas”, o grupo ligado aos dirigentes que não tinham saído do Brasil. A sequência com que foram citados vai da esquerda para a direita no espectro ideológico: embora todos defendessem a atuação numa frente, ela deveria ser restrita à esquerda, segundo os militantes ligados a Prestes; mais ampla, para os eurocomunistas, porém sem cair num pragmatismo eleitoral, que era a visão do último grupo e foi a que prevaleceu. Além destas dissidências internas, o PCB perdeu sua força política e cultural durante a década de 1980 com o surgimento de novos atores no jogo democrático, como o petismo e o trabalhismo brizolista.

Em 1985, nas primeiras eleições para presidente – embora ainda indiretas – após o fim da ditadura, ficaram evidentes as opções políticas do PCB e do PT. O primeiro deu suporte para a transição negociada para a democracia com o apoio ao candidato Tancredo Neves. Moderado, ele foi apoiado também por setores dos militares, como Ernesto Geisel, que, a despeito de ter sido responsável pelo início da abertura, sob seu governo o PCB sofreu as mais duras perdas. Já o PT, que se tornaria a maior força de esquerda no país nos anos seguintes, não apenas se posicionou contra o voto de seus deputados em Tancredo como expulsou os que assim o fizeram. A diluição do objetivo socialista e mesmo de um posicionamento de esquerda em nome da atuação aliancionista renunciaram o fim do Partido, cujo último episódio seria o X Congresso, em 1992⁴⁸.

48 Parte da militância comunista não aceitou a dissolução do Partido, que voltou a existir com o nome “Partido Comunista Brasileiro”, porém não manteve o mesmo número de legenda (25), transferido para o PPS. Fenômeno semelhante aconteceu com partidos comunistas de outros países, inclusive o PCI, fonte de inspiração para os comunistas brasileiros.

Capítulo 03 – Jornalismo comunista

O jornalismo esteve sempre próximo ao comunismo, desde as atividades jornalísticas de Karl Marx, passando pela elaboração mais bem definida das funções do jornal, dos panfletos e dos discursos orais por Vladimir Ilitch Lênin. No Brasil, o Partido Comunista foi criado posteriormente à revista Movimento Comunista, lançada em janeiro de 1921, depois incorporada pelo PCB, o que dá bem o tom da centralidade do jornalismo para a organização comunista. Apesar de uma existência praticamente inteira na ilegalidade, o Partido buscou, além da inserção dos seus militantes na imprensa burguesa, desenvolver seus próprios meios de comunicação. É principalmente a este tema que o presente capítulo se dedica.

Ele se divide em cinco partes. A primeira aborda o modelo leninista e algumas experiências históricas de jornalismo do PCB que buscaram se assemelhar a ele ou que foram desenvolvidas no início da ditadura. Em seguida, o foco recai sobre o jornal Voz Operária, órgão central do Partido durante praticamente toda a ditadura, deixando de circular apenas em 1980, quando o substituiu o Voz da Unidade. São abordadas as condições de produção do Voz, feito clandestinamente primeiro no Brasil e, depois da segunda metade dos anos 1970, no exterior, as redes de comunicação formadas em torno dele e a linguagem usada pelo jornal.

A imprensa foi um dos temas principais tratados pelo Voz, com informações que dão indícios da circulação de jornalistas entre a imprensa partidária e a burguesa. Na última parte deste capítulo, essa circulação e o dilema da relação entre profissionalismo e militância são abordados mais diretamente, antecipando os debates sobre identidade e atuação dos jornalistas do PCB na imprensa burguesa feitos nos capítulos seguintes.

3.1. Jornalismo comunista e PCB

O jornalismo de partidos comunistas está intrinsecamente ligado à organização deles. A centralidade dos jornais na vida partidária, portanto, não é uma exclusividade do PCB, e grandes referências do comunismo chegaram a desenvolver atividade jornalística, como Karl Marx, Vladimir Ilitch Lênin e Antonio Gramsci. Karl Marx escrevia na Gazeta Renana, jornal que também chegou a editar, entre 1842 e 1843. Depois, entre 1848 e 1849, escreveu para o Nova Gazeta Renana, fundado por ele. Também colaborou como articulista, correspondente na Europa para relatar a situação alemã ao Estados Unidos, para o New York Tribune (por oito anos, a partir de 1851).

Apesar disso, aspectos da biografia do autor dão conta de que ele fora empurrado para o trabalho como jornalista por necessidades materiais. Numa tentativa de reunir textos que deem um apanhado geral do “Marx jornalista” e ainda tragam as reflexões dele sobre a própria atividade, foi publicada uma coletânea de artigos de autoria dele no livro “Liberdade de imprensa” (2006a). Na própria apresentação da antologia, no entanto, afirma-se que não há pretensão de descobrir em Marx “um jeito original de fazer jornalismo” (Onofre in Marx, 2006a, p. 09).

Embora a origem do *Iskra* esteja em Marx (na sua maneira de entender um artigo) já componentes daquele projeto leninista que não aparecem aqui. O texto de combate, polêmico, doutrinário, panfletário, nunca chegou a ser muito privilegiado por Marx. Ele sabia que o panfleto, mais do que todo o resto, precisa de clareza, porque não há duas maneiras de explicar a um operário ou um camponês o que é valor, mais-valia ou salário (in Marx, 2006a, p. 10).

O *Iskra* foi o jornal da Rússia pré-revolucionária, publicado inicialmente de 1901 a 1903 pelos bolcheviques (posteriormente, passou para as mãos dos mencheviques). Nele, Vladimir Ilitch Lênin publicou, em maio de 1901, o artigo “Por onde começar?”, depois desenvolvido no livro “O que fazer?”, sobre a organização do movimento revolucionário. Diferente de Marx, Lênin se propôs a refletir sobre o jornalismo e, mais especificamente, o jornalismo como instrumento para a revolução, de forma mais organizada. Ainda assim, suas ideias sobre o jornalismo como instrumento político de partidos comunistas foram desenvolvidas em meio a outros debates e polêmicas em que se envolveu durante o período pré-revolucionário na Rússia czarista (fim da década de 1890 a 1917). Suas considerações sobre o jornalismo podem ser encontradas em diferentes textos; não há um específico sobre o assunto, o que mostra o quanto essa atividade era, para ele, parte da luta revolucionária.

As principais fontes usadas aqui sobre o tema são os textos de Lênin na publicação “Acerca de la prensa” e o livro “Lenine e a Imprensa”, de Madeleine Worontzoff (1977), que teve o trabalho de compilar e interpretar, a partir das obras completas de Lênin, suas ideias sobre a imprensa. O livro “Acerca de la prensa” reúne trechos de textos de Lênin que se referem ao jornalismo; porém, como não são reproduzidos na íntegra, muitas vezes, perde-se a noção geral contida nos textos completos. Por isso, em alguns casos, eles também foram acessados integralmente.

Para Lênin, todo tipo de jornalismo é ideológico⁴⁹. O que ele chamava de imprensa burguesa trazia embutida a ideologia burguesa, embora não de maneira assumida. Esse tipo de imprensa apresentava uma aura de objetividade e neutralidade, escondendo seu recorte de classe social. No caso da imprensa operária, ela seria assumidamente parte da ideologia proletária. Nas palavras dele, “cada uma das classes forja para si uma arma ideológica e política para as batalhas futuras” (Lênin, “Esquerdismo, doença infantil do comunismo”). Esse pensamento pode ser relacionado à criação do “universal burguês”, ou seja, a ideia – equivocada – de que certos valores ou comportamentos são universais quando, na verdade, são atrelados à classe burguesa.

Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de ruína total, ela obriga todas as nações a adotarem o modo burguês de produção, contrange-as a abraçar a chamada civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança (Marx; Engels, 2007, p. 44).

No Manifesto Comunista, cujo trecho foi reproduzido acima, vê-se que, para Marx e Engels, o que se considera “civilização” é a civilização burguesa. Ela cria um mundo à sua imagem e semelhança tanto nos aspectos econômicos e sociais quanto culturais e, para isso, o jornalismo “neutro” exerce, sem alarde, o papel de instrumento da classe burguesa. Ao desvendar esse papel, Lênin propõe que o jornalismo proletário e revolucionário assumam-se explicitamente como tal. Deveria ser, portanto, parte de uma estratégia da luta revolucionária, e essa estratégia seria múltipla, formada por diversas frentes, sendo que cada uma deveria ser carregada com tintas mais fortes ou mais sutis a depender do momento político.

Dois dos aspectos da estratégia revolucionária através da imprensa seriam a propaganda e a agitação. No trecho abaixo, do texto “Que fazer?”, publicado originalmente no jornal *Iskra*, em 1902, Lênin define e distingue essas funções:

⁴⁹ Aqui é importante pontuar as distintas imbricações das visões de ideologia em Marx e Lênin. Enquanto a do primeiro envolve a ideia de “falsa consciência”, no qual a ideologia encobre a realidade da opressão das relações de trabalho, para Lênin, não existe ideologia, mas ideologias (da classe operária, da burguesia, da classe média etc), cabendo a cada classe buscar as formas de conquista tal “consciência”, que não brota de forma espontânea.

...Um propagandista que trata, por exemplo, do problema do desemprego, deve explicar a natureza capitalista das crises, mostrar a causa que as faz inevitáveis na sociedade atual, expor a necessidade de transformar a sociedade capitalista em socialista, etc. Em uma palavra, deve comunicar “muitas ideias”, tantas, que todas elas em conjunto poderão ser assimiladas no ato apenas por (relativamente) poucas pessoas. Por outro lado, o agitador, ao falar do mesmo problema tomará um exemplo, o mais destacado e mais conhecido do seu auditório – vejamos o caso de uma família de desempregados morta de inanição, o aumento da miséria, etc – e, aproveitando esse caso conhecido por todos e cada um, orientará todos seus esforços a inculcar na “massa” *uma só ideia*: a ideia de quão absurda é essa contradição entre o incremento da riqueza e o aumento da miséria; tratará de *despertar* na massa o descontentamento e a indignação contra esta flagrante injustiça, deixando ao propagandista a explicação completa desta contradição. Por isso, o propagandista atua principalmente por meio da palavra *impressa*, enquanto o agitador o faz de *viva voz*. Ao propagandista se exigem qualidades diferentes do agitador... (Lênin, 1979, p. 63, com grifo no original).

A propaganda seria, então, uma explicação mais profunda do acontecimento, mostrando todas as questões que o envolvem, como fazia o jornalista Karl Max; enquanto a agitação escolheria, entre os aspectos do mesmo acontecimento, aquele que mais se relaciona com a realidade das massas, possibilitando que elas o identifiquem concretamente e, assim, sintam-se estimuladas a partir para a ação. Esse incitamento à ação se daria através de palavras de ordem elaboradas para traduzir a “tarefa da hora” do movimento. Embora Lênin considerasse que a agitação seria feita essencialmente de forma oral, ela também poderia ser realizada através de panfletos ou ainda é possível identificar, em jornais comunistas, a presença dessas diferentes funções que, afinal, não são estanques. É comum à imprensa comunista que um mesmo texto aponte com profundidade os diversos fatores que envolvem determinado acontecimento para, ao final, conclamar os leitores a seguir a linha de ação proposta pelo partido.

O objetivo principal destas duas funções, no entanto, é outra, de fundo: a organização do partido e/ou do processo revolucionário. No artigo “Por onde começar?”, de 1901, Lênin afirma que o jornal não é apenas um propagandista e um agitador, e sim um organizador coletivo. Isso significa que, em determinados momentos, especialmente nos de maior repressão, o jornal poderia ser um meio de estruturação partidária. Publicado no ano seguinte, o texto “Que fazer?” rebate algumas críticas feitas à ideia de organizar o partido em torno do jornal, que fora exposta em “Por onde começar?”. Nesse trecho, Lênin dialoga com L. Nadiezhdin, que publicou um

texto em que admite a importância de um jornal para o movimento social-democrata, mas não concorda que esse deve ser o primeiro passo do movimento, defendendo que o indispensável seria formar fortes organizações políticas locais. Para Lênin, ao contrário, a formação dessas organizações passaria necessariamente pela educação delas através de um jornal central para todo o país (Lênin, 1979, p. 87). Ele considerava que as estruturas de difusão criadas pelo jornal acabariam se tornando estruturas do próprio partido. O jornal teria ainda a vantagem de formar quadros para o partido, visto que as atividades de organização e propaganda fariam com que se desenvolvessem chefes políticos (Worontzoff, 1977).

Assim, Lênin definia três funções para a Imprensa Social-Democrata: 1) organizadora coletiva; 2) propagandista; 3) agitadora. Suas reflexões também dizem respeito ao público do sistema de imprensa, o proletariado. Ao pensar sobre ele, Lênin afirma que “o partido deve saber estabelecer relações de organização que *assegurem um certo nível* de consciência e elevem sistematicamente este nível” (Lênin, s/d, com grifo no original). Ele reconhece que o proletariado não é uma massa homogênea, embora todos os operários possam atuar como teóricos, a depender dos incentivos do partido para que seu nível seja elevado. O objetivo, nos termos de Lênin, era elevar o grau de consciência de classe do proletariado, o que se pode associar a uma disputa pela hegemonia na sociedade civil. Embora Lênin não use este termo, Gramsci interpreta a “ditadura do proletariado” como o momento prático em que a hegemonia do proletariado é realizada em sua forma estatal. Antes disso, foi preciso que a hegemonia do proletariado se desenvolvesse na sociedade civil. Assim, embora Lênin não tenha feito em seus textos essa associação de forma direta, é possível ligar a centralidade colocada por ele em relação ao papel do jornalismo para a organização do partido como um entendimento de que a atividade jornalística era fundamental para a conquista da hegemonia (Gruppi, 1978).

Utilizando os termos mais caros a Gramsci – cuja recepção no Brasil, como vimos, ainda era incipiente na primeira década de ditadura –, trata-se do debate sobre a possibilidade de as mudanças a caminho da superação do capitalismo se darem no plano superestrutural de forma complementar, mas não dependente, ao plano econômico. A superestrutura teria uma autonomia relativa quanto à estrutura, exatamente o que possibilitou a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia czarista. A experiência concreta de uma revolução socialista num país predominantemente agrário e de capitalismo

pouco desenvolvido abriu caminho para que se refletisse sobre como se fazer a revolução em outros países de capitalismo tardio. Essa experiência abre uma brecha para a elaboração de pensamentos que privilegiem o momento superestrutural no processo revolucionário. Para Gramsci, o partido tem papel central nesse processo. Ele seria o “moderno príncipe”, numa referência ao Príncipe da Maquiavel: segundo o teórico italiano, nas sociedades modernas as funções de “propagandista” e “organizador de uma reforma intelectual e moral” não poderiam se centrar numa só figura. Elas seriam então de responsabilidade do partido político, organizado hierarquicamente a partir do princípio de que existem “dirigidos e dirigentes”. Os partidos seriam “o modo mais adequado para aperfeiçoar os dirigentes e a capacidade de direção” (Gramsci, 1991, p. 20).

Por entender que há dirigentes e dirigidos, ou proletários com mais ou menos consciência de classe, o modelo leninista de jornalismo partidário estabelece também uma hierarquia entre os veículos de comunicação. Em 1899, no artigo “Um movimento retrógrado da social-democracia russa”, ele distingue três graus de consciência do proletariado e, para cada um, determinado tipo de publicação: 1) o órgão central estaria voltado para os operários avançados, menos numerosos e que formam a vanguarda do proletariado; 2) o jornal popular seria a publicação com foco nos operários médios, aqueles que aspiram ao socialismo, mas se limitam a questões locais; 3) os manifestos, brochuras populares e agitação oral seriam ideais para as camadas inferiores do proletariado, aquelas que ainda não se envolveram nem em questões locais ligadas à luta econômica entre patrões e empregados.

Portanto, não se pode falar das funções do jornal, e sim de um sistema de imprensa, que deve servir ao mesmo tempo para a agitação e a propaganda, além de ter capilaridade suficiente para atuar como organizador coletivo. Esse sistema é chamado de Imprensa Social-Democrata ou Imprensa Popular. Ele deveria ser permanentemente abastecido de textos dos operários de diferentes lugares do país, através de correspondências aos jornais. Cada militante deveria considerar os jornais do partido como seus próprios, e as cartas poderiam ser artigos sobre a vida cotidiana, extratos de obras especializadas que não se encontravam na Rússia ou reações pessoais às palavras de ordem. A linguagem deveria ser a de uma correspondência entre “camaradas” (Worontzoff, 1977, p. 57-58).

Segundo Worontzoff (1977), nos anos 1912-1914, esse sistema ganhou vida na Rússia. Existiam: um órgão central ilegal elaborado no exterior (O Social-Democrata); um jornal operário com grande difusão (O Pravda), ora legal, ora ilegal, a depender das condições nacionais; órgãos legais regionais; uma revista teórica legal; material de agitação, como manifestos e brochuras, às vezes legal, outras vezes, ilegal (Worontzoff, 1977, p. 69). No Brasil, vai-se perceber mais nitidamente a influência dessa experiência apenas na segunda metade da década de 1940, durante os anos em que o Partido esteve na legalidade. A Imprensa Popular, nome dado à rede de jornais e revistas legais do PCB entre 1945 e 1947, apresentava a capilaridade pensada por Lênin e também a elaboração de diferentes veículos, com funções diversas. O PCB chegou a coordenar pelo menos oito jornais diários, nas principais capitais do país, uma agência de notícias, tipografias, livrarias e editoras, além do órgão central (Serra, 2007, p. 02).

Durante esses anos, o PCB procurou desenvolver uma imprensa de massas, que atingisse amplos setores da população. A partir desse modelo e dessa experiência, os comunistas brasileiros desenvolveram reconhecida competência no fazer jornalístico, o que facilitou o trânsito entre a imprensa partidária e a burguesa. Apesar de ser uma movimentação que já existia, como veremos adiante com o exemplo de Pedro Motta Lima no jornal O Globo na década de 1930, ela se acentua nos anos posteriores, ganhando contornos mais organizados, em comparação com as experiências individuais anteriores. Nos anos 1940, período áureo do modelo leninista de comunicação no Brasil, além da preocupação em fazer propaganda e agitação e utilizar o jornal como organizador coletivo, os próprios dirigentes faziam publicar, em informes ou mesmo no órgão central, orientações que visavam a melhorar a imprensa comunista, tornando seus produtos mais atraentes (Serra, op. cit., p. 03).

Ainda falamos uma linguagem pouco acessível às massas. Usamos em certos casos, as frases feitas e decoradas que constituem a gíria partidária. Este linguajar é uma manifestação sectária, uma vez que sendo incompreensível para o povo dele nos isola. No trabalho de imprensa, temos a assinalar inúmeras debilidades. Os jornais da imprensa popular avançam lentamente no esclarecimento e educação política do povo (Grabois, 1954, sem página).

A fala de Maurício Grabois que depois, em 1962, fundou o Partido Comunista do Brasil, numa cisão com o PCB, foi feita no contexto do 3º Congresso do Partido. Naquele momento, o PCB era ilegal, mas conseguia atuar numa condição de

semilegalidade. O cuidado com a linguagem e o visual dos jornais do Partido, no entanto, era muito prejudicado, em períodos de repressão, pelas difíceis condições de produção que dirigentes, jornalistas e gráficos tinham que enfrentar.

Mesmo com o golpe de 1964, o Partido Comunista Brasileiro não desistiu de elaborar diferentes publicações, que cumprissem funções específicas e complementares. O papel de resistência dos comunistas através da imprensa estava tão presente entre os militantes do Partido, que a ideia de publicar jornais como arma política é compartilhada, em diferentes relatos, como uma reação imediata ao conhecimento do golpe.

Em 64, eu estava no Diário de Notícias. E, quando aconteceu isso [o golpe], nós nos reunimos, fizemos uma reunião na ABI. Tinha comunistas também, mas tinha outras pessoas, inclusive não comunistas, mas que lutavam contra a ditadura, eram contra o golpe militar. Bom, nós conhecíamos bem o Diário Carioca, tínhamos trabalhado lá.

– Vamos ver se nós vamos no Diário Carioca e vamos ver se a gente consegue fazer uma edição contra o golpe.

Aí nós saímos, fomos para o Diário Carioca, quando estávamos chegando já próximo à Praça Mauá, estava cheio de fuzileiro naval (Fichel Davit, 2014).

Dia 31 de março, golpe no Brasil. Eu estou lá na Sudene⁵⁰, fizemos uma assembleia com as notícias do golpe, às sete horas da noite. Eu tinha uma certa ascendência sobre alguns companheiros, tínhamos um grupo lá bom, de esquerda. Aí, na assembleia, eu apareci e sugeri que a gente tirasse os mimeógrafos da Sudene para fazer jornal clandestino [risos] e outras medidas para não dar vida mole pros militares (Milton Coelho da Graça, 2014).

Em ambos os casos, as expectativas foram frustradas, uma metonímia da falta de reação da esquerda à altura do enfrentamento necessário ao combate ao golpe. Ao seguir a linha da revolução pacífica e a política de frente ampla, o PCB optou por fazer uma disputa pela hegemonia que dá mais peso ao jornalismo – superestrutura – do que a outras formas de luta (como a opção armada, descartada ainda antes do golpe)⁵¹. Essa linha reforça a ideia, compartilhada nos depoimentos acima, dos jornais como

⁵⁰ No período, Milton Coelho da Graça era assessor da Superintendência pelo Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em Pernambuco, onde governava Miguel Arraes, figura de destaque na resistência à ditadura que colocaria fim ao seu mandato.

⁵¹ Essa linha permanece durante a transição democrática, quando o PCB considera um erro a criação do PT e segue apostando numa frente organizada através do MDB (Santana, 2012).

organizadores da luta política, por mais que a experiência da imprensa popular baseada no modelo leninista tenha ficado limitada ao curto período de legalidade do Partido. Logo que possível, foi criado um jornal comunista não oficial, com o objetivo de dialogar com a sociedade. A Folha da Semana era vendida em bancas e circulou de 1965 a 1966.

Trabalharam nessa iniciativa muitos dos comunistas da primeira geração, como será melhor explicado no próximo capítulo: aqueles que já atuavam na imprensa nos anos 1960⁵². Dos entrevistados para esta pesquisa, estão Sérgio Cabral e Arthur Poerner, que precocemente se tornou diretor da publicação, após o jurista Alfredo Tranjan ter renunciado ao cargo com o estabelecimento do bipartidarismo pelo Ato Institucional nº 2. Tranjan não era do PCB, o que condiz com o aspecto mais amplo do jornal e demonstra também uma estratégia para mantê-lo em circulação. Em julho de 1966, com a suspensão dos seus direitos políticos por dez anos, Poerner também deixou a publicação (Imprensa, 2008; Konder, 2008; Poerner, 2014). Segundo Sérgio Cabral, até o jornal ter problemas financeiros, em sua fase final, pagava os funcionários em dia, o que era “um coisa impressionante para um jornal de imprensa alternativa, do Partido Comunista” (Sérgio Cabral, 2014).



Figura 01: capa da última edição do jornal Folha da Semana

⁵² Dois jornalistas que foram denunciados pelo Inquérito Policial Militar nº 01/76, no ano de 1976, também fizeram parte do jornal Folha da Semana: Maurício Azêdo, que chefiava a redação, e Anderson Campos, diretor responsável após a saída de Poerner. A Folha era um jornal que recebia colaboração de diversos intelectuais, como Alex Vianny, Leandro Konder, Paulo Francis e Otto Maria Carpeaux (Imprensa, 2008; Konder, 2008).

O fim da Folha da Semana é controverso: Luiz Mario Gazzaneo conta que foi único jornal fechado por decreto do governo (Imprensa, 2008, p. 66). Mas, para Leandro Konder, o fechamento já se daria de qualquer forma, por dificuldades financeiras. Em comum em todos os relatos a que tive acesso sobre o tema⁵³, está a lembrança de que esse periódico de fato incomodou a ditadura e acionou seu aparato repressivo.

Outra experiência de jornal ligado ao Partido, mas que não se propunha a ser seu porta-voz oficial, foi o Notícias Censuradas. O contexto já era diferente: a década de 1970, quando o PCB buscava se reorganizar após o AI-5 e tornava a fortalecer sua capacidade de influência social. A descoberta desse periódico aconteceu no mesmo processo de fechamento da gráfica clandestina do Partido em Campo Grande, junto com a instalação de um Inquérito Policial Militar (IPM) sobre o tema e prisões de jornalistas e gráficos do PCB, como Gutenberg Cavalcante e Raimundo Alves de Sousa⁵⁴.

Enquanto estão prendendo o jornal comunista, que era A Voz Operária, alguém achou um exemplar do Notícias Censuradas no chão. Foi ali que eles tomaram conhecimento. Eles não tinham pegado o jornal em outros lugares. Pegaram ali na gráfica. Aí pegam o cara e porrada nele, até ele dizer o que era aquilo. Aí ele contou. Ele entregou o Raimundo e tal... Também me pediu desculpas. Ninguém resiste. Isso é besteira (Milton Coelho de Graça, 2014).

Então diretor da editora Abril, Milton Coelho da Graça passou 20 dias na cadeia, nessa que seria sua segunda prisão durante a ditadura. O jornal Notícias Censuradas era, como o nome diz, um esforço de fazer circularem as notícias que eram proibidas pela ditadura militar⁵⁵. Como era comum aos jornais clandestinos, sujeitos às intempéries da repressão, o formato do Notícias Censuradas variava. Oito edições, entre 1973 e 1974, estão disponíveis no *Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano (Asmob)*, hoje abrigado no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).

⁵³ Além de Gazzaneo e Konder, Artur Poerner (2008 e 2014) também compartilha essa memória.

⁵⁴ Outros militantes ligados à imprensa do Partido foram mortos e desaparecidos, como Hiran de Lima Pereira, José Montenegro de Lima (o Magrão) e Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior. Segundo relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), entre 1974 e 1976, foram onze os militantes do PCB assassinados como resultado da Operação Radar, empreendida para desbaratar o Partido.

⁵⁵ Essa não foi a primeira iniciativa dos comunistas de fazerem jornais que eram ligados ao Partido, mas não representavam sua voz oficial, abordando temas mais amplos e sendo feitos em conjunto com militantes de outras organizações. Em 1965 e 1966, o PCB conseguiu fazer o jornal legal Folha de Semana, que circulava nas bancas de revistas até seu fechamento pela ditadura. De janeiro a novembro de 1969, tendo à frente também Milton Coelho da Graça, foi produzido o periódico Resistência.



Figura 2: capa do nº 3 do jornal Notícias Censuradas, de outubro de 1973



Figura 3: capa do nº 12 do jornal Notícias Censuradas, de maio de 1974

Um bloco de texto sem diagramação, cabeçalho, gravura, filetes ou uma capa com todos esses elementos, mais de acordo com os padrões visuais jornalísticos, não mudava, contudo, o conteúdo do Notícias Censuradas: contava-se ali fatos que haviam sido proibidos, ou em pequenas notas, ou mesmo com a reprodução integral de discursos, como no caso da segunda edição acima. A diferença de formato, além das dificuldades de quem fazia o jornal, pode ser também atribuída à apropriação e reprodução pela rede de militantes que o recebiam. Essa atividade era comum também a outros jornais, de outras organizações de esquerda do período, como o jornal A Classe Operária, do PCdoB (MOURÃO, 2009). No caso do Notícias Censuradas, era incentivado pela própria publicação:

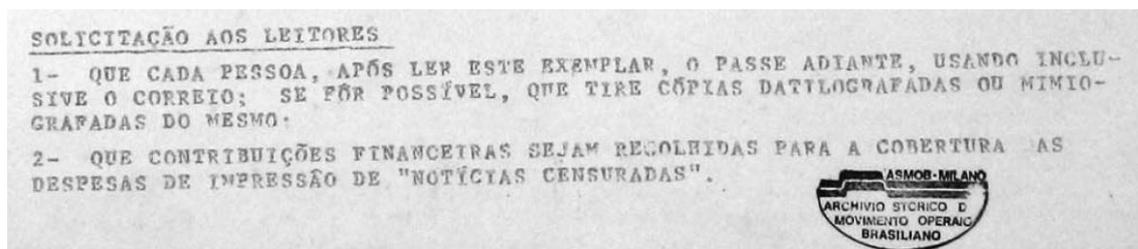


Figura 4: Notícias Censuradas nº 4, novembro de 1973

No arquivo, a última edição é a 17ª. Porém, sabe-se que a informação não precisa a quantidade total de edições, visto que o acervo não tem a pretensão de ser completo. O Asmob começou a ser formado por exilados brasileiros na Itália nos anos 1970. José Luiz Del Roio, ítalo-brasileiro que se mudou para Milão durante o exílio e mora nessa cidade ainda hoje, contou, em entrevista para o projeto “Resistir é preciso”, que mandou

correspondências aos amigos solicitando que enviassem jornais, panfletos e cartazes que tivessem consigo. A adesão a esse pedido e o perigo de se portar esse tipo de material são parte do que é o acervo hoje: o acervo possível, com as marcas do próprio período que busca dar a conhecer. Conforme afirmou Marc Bloch e já foi citado na Introdução desta tese, a própria constituição de documentos escritos não deve ser tratada como algo etéreo, independente da ação humana (Bloch apud Le Goff, 1994, p. 544).

Os leitores do Notícias Censuradas eram interpelados também a colaborar com o jornal através do envio de conteúdo. Para onde enviá-lo? Como entrar em contato com a redação? Por questões de segurança, o jornal não tinha um expediente. Fazia uma provocação com a necessidade de anonimato, colocando, no lugar dos nomes de quem o produzia, um ponto de interrogação. Como, ainda assim, direcionava-se a seus leitores? Provavelmente, não se tratava de interpelações retóricas. Pressupõe-se que, só para acessar o jornal, já era preciso fazer parte da rede de militantes de oposição à ditadura. Chegando pelos Correios ou sendo entregue às escondidas por amigos e outros contatos, ele se dirigia a um público restrito, formado por aqueles que tinham condições de ter conhecimento desse tipo de publicação. Notícias de prisões, perseguições a brasileiros exilados, repercussão e análise política da ditadura no exterior (inclusive com trechos de matérias de jornais ou revistas estrangeiros), ações contestatórias ao regime, discursos de parlamentares, denúncias de tortura e a própria censura são alguns dos temas abordados por Notícias Censuradas.

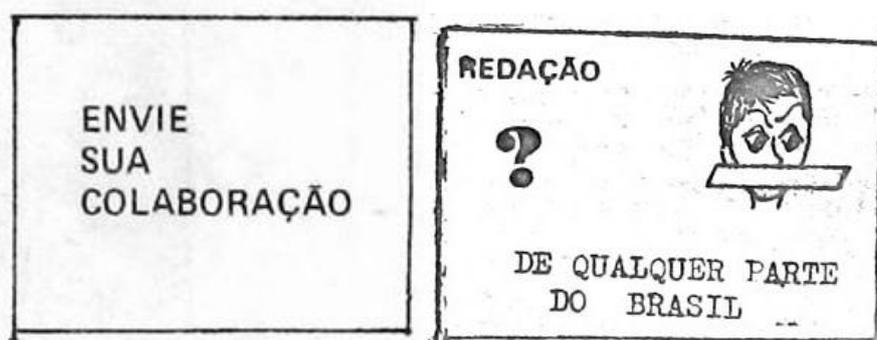


Figura 5 e figura 6. Números 12 e 16 do jornal Notícias Censuradas, de maio e de outubro de 1974, respectivamente.

As experiências da Folha da Semana e do Notícias Censuradas correspondem a tentativas do PCB de dialogar com a sociedade de forma mais geral, não se restringindo a seus militantes. Foram jornais ligados ao Partido, mas não eram publicações oficiais. Por esse motivo, e ainda por ter sido o empreendimento jornalístico mais duradouro

durante a década de 1970, serão abordadas aqui com mais vigor questões relacionadas ao Voz Operária. Órgão central do PCB, ele foi o seu porta-voz durante o período pesquisado, alvo de intensos esforços de produção, pelo partido, e de repressão, pela ditadura.

3.2. Voz Operária: condições de produção

VOZ OPERÁRIA sai, afinal, impressa. Isso constitui um êxito e estamos certos de que é motivo de satisfação para os comunistas, bem como para os trabalhadores em geral. Mas, reconhecemos também nosso atraso na realização de tão importante tarefa. Em sua reunião de maio, o CC, assumindo a responsabilidade por este fato, determinou medidas a fim de combater tal debilidade (Voz Operária, nº 10, out 1965, p. 01).

O editorial do Voz Operária de outubro de 1965, o primeiro disponível, após o golpe de 1964, no Arquivo do Centro de Documentação e Memória da Unesp⁵⁶, permite entrever as dificuldades de organização partidária e, conseqüentemente, de produção dos seus materiais de comunicação. Durante a ditadura militar, o jornal Voz Operária funcionou como o órgão central do Partido Comunista Brasileiro. Periódico de mesmo nome já havia sido feito pelo Partido anteriormente, de 1949 a 1959.

O Voz Operária esteve, nos anos 1950, no centro das divergências entre o Comitê Central (CC), a base do Partido e a redação do Voz. Na crise instalada entre comunistas do mundo inteiro com a divulgação do relatório Krushev, em 1956, formaram-se duas opiniões distintas, demarcando os grupos dos “abridistas”, que consideravam que as discussões deveriam ser públicas, através da imprensa do PCH, e o dos “fechadistas”, que defendiam maiores limites quanto à abertura dos debates. As divergências levaram à saída do grupo que estava à frente do Voz Operária (Aydano do Couto Ferraz, Agildo Barata e Osvaldo Peralva), que passou a ser dirigido por Mario Alves (Sousa, 2005; Imprensa, 2008).

De sua fundação, em 1949, até 1951, o Voz foi o órgão central do Partido. A partir daí, com o retorno do A Classe Operária, passou por uma reformulação para tornar-se um jornal interessante a um público mais amplo:

A reformulação começou em setembro de 1952 com o objetivo de atingir “do médico à dona de casa, do cientista ao operário”. A apresentação gráfica ganhou mais ilustração com um número maior de

⁵⁶ Coleção do Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano (Asmob).

fotografias e caricaturas para tornar a leitura mais interessante. A pauta ganhou novos assuntos de interesse geral, escritos em linguagem mais fácil de ser lida. Seções de literatura, cinema, teatro e arte além de xadrez e palavras cruzadas ajudaram a ampliar o público leitor (Imprensa, 2008, p. 83).

O Voz Operária continuou a ser publicado até 1959. Quando deixou de circular, a função de órgão central do PCB passou a ser desempenhada pelo Novos Rumos, cujo nome reflete a linha política adotada pelo PCB a partir de então. Essa linha, no bojo do movimento de desestalinização, é marcada também pelo afastamento do marxismo-leninismo na tentativa de legalizar a sigla e pelo abandono da luta armada como tática para a conquista do socialismo. Fazem parte desse movimento a inserção em instituições legais, onde se inclui a imprensa burguesa, e na vida cultural do país (Napolitano, 2012), embora a imprensa partidária não tenha sido abandonada. Em 1964, o Voz voltou a ser produzido, de forma clandestina, e assim foi feito até 1979. A partir de 1975, porém, após a descoberta da gráfica clandestina de Campo Grande, no Rio de Janeiro, ele deixou de ser editado no Brasil e, no ano seguinte, passou a ser elaborado no exterior, por militantes exilados, e enviado pelos Correios.



Figura 7. Capa do nº 49, de março de 1969.

A história do Voz durante esses anos está fortemente ligada à repressão sofrida pelo PCB. A Operação Radar, cujo objetivo era desmantelar o Partido, prendendo (e assassinando) importantes líderes pecebistas, tinha como uma das tarefas principais a

localização da gráfica clandestina do Partido, onde era rodado o jornal, além de outros materiais.

A postura moderada do PCB não impediu, assim, a repressão contra o Partido. Segundo o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, apesar de ter procurado sempre “acompanhar e conhecer o que o partido fazia”, nas palavras do general Ernesto Geisel (Brasil, 2014, p. 642), a repressão contra ele se concentrou, de maneira sistemática, de 1973 a 1976. Um documento confidencial do II Exército, de março de 1975, listava os nomes de oito dirigentes pecebistas cuja prisão causaria grande desarticulação entre eles. Intitulava-se “Neutralização do PCB”, e nele estava claro que os principais alvos eram o Comitê Central e os órgãos de imprensa. Os motivos são explicados pelo ex-sargento do Exército Marival Chaves, em depoimento à CNV:

Restou ao aparelho repressor a opção de desenvolver operações com o objetivo de dizimar as estruturas de direção do Partido Comunista Brasileiro, PCB, bem como seu órgão de divulgação, Voz Operaria, deixados temporariamente de lado, em épocas passadas, por se tratar de organização que preconizava o trabalho de massa como forma de alcançar o poder (Brasil, 2014, p. 642).

Ainda segundo o ex-sargento, a operação para desbaratar a infraestrutura do jornal tinha uma organização nacional. Liderada pelo Destacamento de Operações Internas (DOI) de São Paulo, teve a colaboração dos órgãos repressivos dos estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. “Muitos deles [os militantes responsáveis pelo jornal] já haviam sido presos – alguns mais de uma vez – e, mesmo assim, se revelaram insensíveis às punições aplicadas” (Chaves in Brasil, 2014, p. 643). Uma das prisões de Henrique Cordeiro Filho, em 1970, não resultou na descoberta da gráfica clandestina, ao contrário do que haviam pensados os militares. Os materiais do PCB continuaram sendo impressos e circulando.

Fui preso em Niterói, fiquei no DOPS lá. Só saía pra ir no DOI-CODI e tal. E aí um dia me pegaram lá na cela e disseram assim:
- Olha só, você apanhou pra cacete aqui e não falou nada. Adiantou alguma coisa? Descobrimos a gráfica.
Eu: “Iiih, meu Deus do céu! Vai cair muito mais gente”.
A gráfica que eles descobriram é a gráfica que eu rodava o jornal! Lá na [rua] Leandro Martins, onde tirava o jornal Novos Rumos. [risos] Eles pensavam que era aquela gráfica. Aí o negócio melhorou e tudo. Pô! (Henrique Cordeiro Filho, 2014)

De acordo com Henrique Cordeiro, a gráfica descoberta ficava em um apartamento, e era responsável pela impressão do jornal Novos Rumos, antes de ser montada a estrutura que de fato estava operacionalizando os materiais de imprensa do PCB. Essa estrutura era bem mais elaborada: localizava-se num sítio em Campo Grande, subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, e havia sido construída no subterrâneo, para evitar que o barulho denunciasse a atividade aos vizinhos. De acordo com o Inquérito Policial Militar (IPM) nº 2, de 1975, ela funcionou de 1965 a 1975 (IPM 02/75; Thiago, 2009, p. 05). Henrique Cordeiro Filho, que afirma que a engenhoca começou ao operar em 1966, descreve a montagem da “Gráfica do Buraco”, como era chamada:

Muito bem, aí eu fiz a gráfica no meu sítio. O primeiro estágio não ficou bom porque foi em cima, e era muito barulho. Então o Partido, na outra reunião que a gente teve, optou por fazer subterrânea. Aí, logicamente, foram uns quadros técnicos do Partido. Entravam de olhos fechados, ninguém podia saber onde era. Eu levava e tirava. Fizemos o buraco. Comprei o terreno ao lado, que era para jogar terra, para não ter problema.

Fizemos o buraco, dividimos lá, para botar máquina, impressora, para botar guilhotina, lugar para botar papel, uma cama, um fogareiro, uma geladeirazinha pequena.

Então, descemos a máquina e depois cobrimos e fizemos em cima um galinheiro bem grande, sabe, porque ao lado nós fizemos um tanque, colado assim ao galinheiro, para botar água. Colocamos lá pato e tal. E era um alçapão. Você vedava as coisas. Tirava a água, abria. E ali tinha umas escadas que iam dar lá pra dentro, para tirar o material. Aí ia o impressor, um ajudante e mais um garoto ou dois, se fosse muito material para eles se prepararem, de acordo com os pedidos que a gente fazia. Muito bem.

Quer dizer. Quantos dias? Dois dias, três dias, um dia. Eles desciam, a gente fechava o alçapão e enchia de água. A circulação de ar era baseada no vietkong. Os túneis, faziam um tipo de túnel, e os furos. Então, ali o ar circulava tranquilamente lá pra dentro (Henrique Cordeiro Filho, 2014).



Figura 8: gráfica clandestina de Campo Grande, Rio de Janeiro. Na sequência: fachada do sítio, acesso ao subsolo, escada para o subsolo, parede interna e tipos móveis, uma das máquinas e publicações

Mesmo com essa estrutura, o local não atendia a todas as demandas do PCB e alguns gráficos colaboravam fazendo clichês em outras gráficas. Ao todo, 22 pessoas são indiciadas no IPM da gráfica do Partido, entre eles o gráfico Raimundo Alves de Sousa. Preso em janeiro de 1975, em São Paulo, foi depois levado ao Rio de Janeiro. Permaneceu encarcerado até maio de 1978 (IPM 02/75; Sousa, 2005). Henrique Cordeiro Filho já tinha saído da prisão que aconteceu em 1970 e que durou dois anos e meio, período no qual a gráfica continuou funcionando, quando Raimundo foi preso, em 1975. Entre a prisão de Henrique e a de Raimundo, contudo, houve um período em que os jornais continuaram a circular, mas impressos em outro local.

Os dias foram se passando e, para proteger Henrique (Rico), o VO tinha que circular no mês seguinte. A não circulação era uma evidência de que ele não era apenas um recebedor do jornal.

Isolado da equipe de impressão, acionamos um setor de composição que somente eu sabia e após 15 dias fui contatado pelo Mago (Fragmon). Avisei que poderia trazer os materiais que o jornal iria circular. Não haveria interrupção e comuniquei que era uma decisão que aliviaria a pressão sobre o Henrique, no que Mago concordou. [...] Para conseguir esta impressão procurei um amigo, dono de uma gráfica (Sousa, 2005, p. 72).

Imprimir algumas edições na gráfica de um amigo na Travessa do Mosqueira, na Lapa, foi, segundo Raimundo, uma decisão individual. Depois disso, foi reativada a estrutura de Campo Grande. O fato de decisões autônomas começarem a ser tomadas revela a desagregação entre Comitê Central e equipe responsável pelo material de divulgação do PCB, em 1973:

Há algum tempo começamos a sentir um certo distanciamento do CC, refletido na atuação do nosso assistente, uma delas, o trato com as normas de segurança. A entrega dos artigos atrasavam, e como não repetíamos ponto para receber matéria do jornal, era norma, nós nos virávamos, muitas vezes até tendo que redigir o editorial, ou, às vezes bolarmos reportagens sobre assuntos correntes na conjuntura nacional ou internacional, ou reportagens sobre qualquer assunto reivindicatórios dos trabalhadores. [...]

O reflexo dessas elucubrações nos empurrava para um subjetivismo que amedrontava. Porque essa atitude da direção nos levava a pensar que não seria mais necessária a circulação do jornal, ou a equipe começava a tornar-se um estorvo, ou até mesmo impedia o desenvolvimento do Partido.

Em resumo, a queda de todo o sistema gráfico seria uma solução para os reformistas do Partido (Sousa, 2005, p. 94).

A citação acima abrange diversas questões. A dificuldade de comunicação entre o CC e os gráficos, feita através de um assistente⁵⁷, além de ser motiva por problemas de segurança e pela perseguição sofrida pelo Partido, também – na visão de Raimundo – teria relação com o fortalecimento de um grupo dentro do PCB. Os chamados reformistas acabaram vencendo o debate interno e transformando a sigla no Partido Popular Socialista (PPS), em 1992. Não foram encontradas outras pistas que corroborem esse entendimento. No entanto, o sentimento do gráfico que participou desde o início da montagem da estrutura clandestina em Campo Grande e trabalhou por décadas na impressão de material do Partido é um fato que demonstra as percepções dos militantes quanto às divergências internas e no que elas poderiam prejudicar a organização partidária.

Após sua saída da prisão, Henrique escondeu-se no subúrbio do Rio de Janeiro e, depois, numa cidade do interior do estado. Dessa vez, porém, a gráfica de Campo

⁵⁷ A figura do assistente ou secretário é citada por outros militantes do PCB. Sua função era fazer a ligação entre o Comitê Central e as diferentes bases do Partido; nos casos que nos interessam, a dos gráficos e a dos jornalistas. Graças à intermediação dessa figura, os gráficos não sabiam quem eram os autores dos artigos que publicavam.

Grande foi descoberta e desmontada, gerando a prisão de outros militantes do PCB e a apreensão de outros jornais⁵⁸.

Eles foram atrás do jornal comunista que chamava Voz Operária. Rastreamos ele aqui no Rio de Janeiro, a gráfica do Partido Comunista era subterrânea, em Campo Grande. Acompanhamos um cara, foram atrás dele, viram onde é que era, invadiram a gráfica (Milton Coelho de Graça, 2014).

A invasão da gráfica de Campo Grande pela polícia provocou a interrupção da produção do Voz Operária e ainda a descoberta de outro jornal: Notícias Censuradas, que, embora não fosse do Partido, era feito por seus militantes. Somente depois de quase um ano, foi possível rearticular a produção do Voz, dessa vez feito no exterior.

Quase um ano este jornal deixou de circular, mas os comunistas não cessaram sua luta. Nas fábricas e nos sindicatos, nas escolas, nas instituições políticas, profissionais e sociais representativas de nosso povo, onde quer que sua ação pudesse contribuir para esclarecer, unir, ajudar os que desejam um Brasil melhor, democrático e livre, ali sempre estiveram os comunistas. E ali continuarão a estar, com o apoio decidido de nosso povo e o concurso agora renovado de sua VOZ OPERÁRIA (Voz Operária, nº 123, abr 1976, p. 01).

Com vários erros de digitação e de ortografia, devido à falta ou troca de acentos da língua portuguesa, foi relançado o jornal Voz Operária, depois de um ano fora de circulação, conforme seu próprio editorial, reproduzido em parte acima. Os problemas ortográficos são indicativo das novas condições de impressão do jornal depois da descoberta da gráfica clandestina do Partido em Campo Grande, no Rio de Janeiro. Ele passara a ser produzido no exterior: escrito em Paris e impresso em Roma, com o apoio dos partidos comunistas da França e da Itália.

Era uma operação bizarra. O diretor era o Armênio Guedes, eu era o editor-chefe e tinha Leandro Konder, Carlos Nelson Coutinho, Antônio Carlos Peixoto, Aloysio Nunes Ferreira e Mauro Marinho. A edição era feita em Paris. Era um tablóide, e eu fazia tudo, inclusive a diagramação. Aprendi a fazer a diagramação na prática. Eram três colunas, título, bababá. Isso pronto – artigos e diagramação –, eu saía de Paris e ia para Roma. O Partido Comunista Francês era solidário e

⁵⁸ Segundo o IPM 02/75, foram encontradas na gráfica as seguintes publicações: Problemas Internacionais, O Mundo em Revista, Marxismos e Atualidades, Estudos, Vida de Lenini, Problemas Ideológicos, Minha Vida de Revolucionário, Construir um forte e operoso partido da Classe Operária, Aos trabalhadores, Estatutos do Partido Comunista, ABC do PCB, Rumo ao comunismo, Resolução Política, O Grande Outubro, Brasil Tortura e Morte dos Presos Políticos e pequenos panfletos.

dava estrutura pra gente, quer dizer, escritório e tal, para fazer a edição. A gráfica, eles tinham dificuldade porque não tinha o til, não tinha... Então quem fazia a gráfica pra gente era o Partido Comunista Italiano. Então eu levava o material para Via delle Botteghe Oscure, que era a sede do PCI, e lá eu entregava para eles fazerem a impressão. Ou seja, faziam a produção e a impressão, que levava uma semana, que eu ficava em Roma, na casa do Ivan Ribeiro, e depois pegava e trazia de volta pra Paris. Em Paris, a gente tinha o cuidado de fazer a distribuição. Ela não saía de um lugar só. A distribuição era feita através dos postos do correio em todos os subúrbios de Paris, ia uma parte de cada subúrbio, pros endereços aqui no Brasil. Para não localizarem onde é que ela estava sendo feita. Ela era feita em Ivry, mas a gente mandava de toda a periferia, distribuía e então mandava cem de cada uma (Milton Temer, 2012).

Ao contrário do que o relato de Milton Temer dá a entender, a língua italiana também apresentava lacunas para a impressão de textos em Português. Mas essa foi a maneira como o PCB conseguiu retomar a publicação do seu órgão central, deslocando para essa função militantes que já estavam exilados por outros motivos e acionando os dois partidos comunistas mais fortes do mundo capitalista nos anos 1970: o Partido Comunista Francês (PCF) e o Partido Comunista Italiano (PCI). A relação dos pecebistas com franceses e italianos vai direcionar também parte da rede de comunicação em que estavam envolvidos os periódicos comunistas desses três países.

3.3. Comunistas e redes de comunicação

O *Voz Operária*, por cumprir a função de órgão central de um partido comunista, seria direcionado para as camadas mais avançadas das fileiras do PCB, com consciência de classe melhor desenvolvida. Em outras palavras, a vanguarda. Porém, relatos sobre a venda do *Voz* para pessoas de fora do Partido (para jornalistas simpatizantes nas redações de empresas de comunicação, por exemplo) e as próprias edições desse jornal mostram que sua pretensão não era ser tão restrito assim.

Usa-se aqui o termo rede ou circuito de comunicação de forma a complementar à ideia de que a comunicação não é mera transmissão, mas sim compartilhamento. Esse processo de compartilhamento não se encerra na produção e leitura de um jornal, mas abrange outras formas de se agregar o público em torno de valores e crenças comuns que extrapolam a escrita/leitura: são os comentários sobre o que foi lido, a difusão de parte do conteúdo através de outras ferramentas midiáticas (como rádios internacionais)

ou encontros presenciais (festivais de jornais comunistas de outros países, reuniões, bate-papos, clubes de música e de cinema, etc)⁵⁹.

Assim, o Voz Operária estava ligado a dois circuitos ou redes de comunicação, um mais aberto e outro mais fechado. O primeiro tem como principal temática a imprensa burguesa, englobando denúncias de censura sofrida por ela pela ditadura, matérias sobre o próprio PCB e ainda orientações para a inserção de jornalistas do Partido na mídia comercial. Assim, tanto por se tratar do objeto desta tese quanto por estar de acordo com a quantidade de material encontrado no Voz Operária, a imprensa burguesa será o tema tratado no primeiro caso, do circuito aberto. No segundo, o foco é o reforço da militância, com o compartilhamento da linha do Partido e orientações tarefas a serem cumpridas. No caso de tarefas relacionadas à imprensa, elas foram abordadas no primeiro tópico, pela proximidade temática e por permitir assim uma melhor compreensão geral sobre a postura do PCB quanto ao tema desta tese.

3.3.1. Circuito aberto/fechado: a imprensa burguesa no jornal comunista

Entre os textos que poderiam ser de interesse de não filiados ao Partido, um dos temas mais citados era a imprensa, especialmente a censura. As matérias mostram uma grande preocupação em denunciar as práticas censórias e também um conhecimento sobre o tema que só poderia ter quem estivesse dentro das empresas de jornalismo. Um deles, por exemplo, é intitulado “Dez mandamentos da censura”, que reproduz na íntegra as regras da censura envidas pela ditadura à imprensa. Só haveria duas maneiras de se ter acesso a esse material: fazendo parte ou dos órgãos responsáveis pela censura⁶⁰ ou da imprensa. Na mesma linha, está o texto “Normas da Censura. Notícias de divulgação proibida” (Voz Operária, nº 48, fev 1969, p. 03). Conforme anunciado no editorial, o jornal publica aqui o documento que guiaria a censura a partir do AI-5. Na mesma página, várias notas denunciam apreensão de jornais – Correio da Manhã e

⁵⁹ A ideia de redes de comunicação usada aqui se baseia na pesquisa do historiador Robert Darnton (1998) sobre os livros do período anterior à Revolução Francesa. Segundo ele, a derrota do Antigo Regime se deu também devido à circulação de materiais que faziam críticas de costumes, por vezes divulgando fofocas sobre a vida sexual da corte e ilustrações pornográficas, e eram comentados nos cafés, nos bares e nas ruas. A fofoca e o burburinho compunham então essa rede de comunicação, alimentando as publicações e alimentando-se delas.

⁶⁰ A censura foi feita, durante a ditadura militar, por oficiais do Exército e pela Polícia Federal. Pode-se considerar que também exerceu papel censório a Assessoria Especial de Relações Públicas (Aerp), por controlar o acesso de jornalistas a informações oficiais e coletivas de imprensa, por exemplo.

Jornal da Tarde –, prisões e agressões contra jornalistas e fatos cuja divulgação fora censurada.

Outro texto mostra, além de um conhecimento interno sobre o funcionamento das redações no período, grande proximidade com seus chefes e proprietários, um indício de que havia pecebistas ou aliados ao Partido em cargos de chefia nas empresas de jornalismo. A matéria “Ditadura arrocha a imprensa” trata de reunião do ministro da Justiça Gama e Silva com diretores e representantes dos jornais e revistas com riqueza de detalhes.

A certa altura da exposição do Ministro da Justiça – que inclusive insinuava sobre a necessidade de tomar medidas drásticas – o sr. Roberto Marinho, diretor de “O Globo”, pediu que fôssem apresentados fatos. Imediatamente, o Ministro da Justiça abriu uma pasta com recortes de jornais, exibindo inicialmente uma manchete de “O Globo” que dizia: Suspensa viagem de Rockefeller à Venezuela.

- Mas essas notícias, argumentou o sr. Roberto Marinho, são enviadas aos jornais por agências como a United Press e Associated Press, merecendo todo o nosso crédito.

- Essas matérias, respondeu o Ministro da Justiça, somente ajudam a subversão e o governo não podia admitir esse estado de coisas. É preciso maior controle e colaboração das empresas (Voz Operária, nº 53, jul 1969, p. 08, grifo nosso).

O trecho grifado está presente também na entrevista concedida para essa pesquisa pelo jornalista Milton Coelho da Graça.

Vou te contar um episódio do doutor Roberto pra você entender a cabeça dele. Ele um dia chegou pra mim: “Milton, você precisa dar um jeito nessa Internacional que está tudo na mão de comunista”. Eu digo: “Como, doutor Roberto? Aqui nós só publicamos notícias de duas origens: Reteurs e Associated Press. Uma é inglesa e a outra é americana. E eles têm o maior controle [...]” (Milton Coelho da Graça, 2014).

A denúncia de que a imprensa estava sob censura parecia mais importante do que a crítica ao seu funcionamento, ao seu caráter de classe e a seus representantes, embora fossem feitas ressalvas quanto a esse aspecto: “Tais são as exigências do governo que um homem como o sr. Roberto Marinho, reacionário de quatro costados, não pôde evitar uma explosão de protesto” (Voz Operária, edição nº 53, jul 1969, p. 08). Ainda assim, a voz dos proprietários de jornais, revistas e editoras era reverberada no Voz

Operária quando o objetivo era apontar atos repressivos cometidos pela ditadura. No texto “Três denúncias contra a ditadura”, foram resumidas falas de três figuras públicas: a do professor universitário e juiz de Direito Porto Carneiro e dos donos de jornal Júlio Mesquita e Nascimento Brito. O trecho referente a Júlio Mesquita resumia a fala dele na Comissão da Liberdade de Imprensa da Associação Interamericana de Imprensa, no México, no mês anterior.

Em sua intervenção, o sr. Júlio Mesquita Neto criticou vários termos da legislação da ditadura sobre a imprensa. Citou os casos do “Correio da Manhã” e do “Jornal do Brasil”, da Guanabara, que tiveram seus diretores e outros funcionários presos e processados pelo governo. Por fim, disse que agentes da Polícia Federal proibiram a distribuição de um número de seu jornal – “O Estado de São Paulo” – no que tiveram apenas um sucesso parcial, pois 100 mil exemplares já tinham sido distribuídos a assinantes e a bancas do interior (Voz Operária, nº 51, mai 1969, p. 04).

Nascimento Brito falou na mesma ocasião, denunciando a repressão à imprensa, especialmente depois da instituição AI-5: “Jornalistas são detidos, presos sem julgamento, suas casas são revistadas. Jornais são apreendidos e suas atividades comerciais prejudicadas pela ação arbitrária da polícia” (Voz Operária, nº 51, mai 1969, p. 04). Ainda na linha denunciata, o texto “Imprensa censurada e cárceres cheios”, de janeiro de 1969, relata casos de cerceamento da liberdade de imprensa após o decreto do AI-5:

O “Jornal do Brasil”, “Correio da Manhã”, “Estado de São Paulo”, a revista “Veja” e tantas outras publicações tiveram edições inteiras apreendidas. No domingo imediato após o golpe, os gorilas não deixaram circular o “Jornal do Brasil”. Seu diretor, Embaixador Sete Câmara foi prêso, sendo sôlto por interferência direta da Embaixada Americana. O “Correio da Manhã” está ameaçado de fechar. Resistindo à censura, seu diretor Osvaldo Peralva foi prêso e espancado. Na mesma ocasião, o jornalista Francisco Pinto, também prêso, foi alvejado por um dos oficiais em pleno elevador. Em Brasília a sucursal da revista “Veja” foi assaltada e todos os seus redatores e funcionários presos (Voz Operária, nº XLVII, jan 1969, p. 07).

A matéria cita jornalistas e intelectuais presos, sendo muitos deles do PCB. Essa ligação, porém, não é mencionada.

O texto “Censura à imprensa continua” aborda o fechamento do Correio da Manhã e o aumento de 30 dias da prisão dos seus diretores, incluindo Niomar Moniz, Osvaldo Peralva e Edmundo Moniz. Também registra a prisão do jornalista do Diário

da Noite, de São Paulo, Orlando Criscuolo. Edmundo Monteiro, diretor dos Diários Associados de São Paulo, teria pedido ao comandante do II Exército o restabelecimento da censura, pois eram piores as incertezas da autocensura.

O regime impôs pela ditadura à imprensa, por ela chamado de autocensura, instituiu o temor, a insegurança e o pânico nas redações dos jornais. Nada de sério pode ser publicado ou teme-se publicar qualquer coisa de sério, pois corre-se o risco de ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional, como aconteceu com o Correio da Manhã (Voz Operária, nº 49, mar 1969, p. 01).

Esse conjunto de matérias, artigos e editoriais aqui mencionados até o momento, com o objetivo principal de denunciar a repressão da ditadura à imprensa, trata-a, apesar de algumas ressalvas, principalmente como aliada. O editorial “A ditadura teme a verdade”, de fevereiro de 1969, faz uma ponderação a essa tendência, mostrando que a ditadura tem dois pesos e duas medidas, com a repressão mais forte voltada para os jornais populares, sindicais e partidários, e que a imprensa burguesa nem sempre havia se posicionado contrariamente à ditadura.

Todos nos recordamos da fúria com que os golpistas se atiraram, em abril de 1964, contra os jornais de nosso Partido e das entidades sindicais, e contra outros órgãos populares. Naquela ocasião, a quase totalidade dos grandes jornais burgueses apoiou aberta e entusiasticamente o golpe. Hoje, é contra os próprios jornais burgueses que a ditadura se volta. E lhes impõe uma mordada (Voz Operária, nº 48, fev 1969, p. 01).

Apesar dessa e de outras ressalvas, pode-se reconhecer um bloco de textos que identificam a imprensa burguesa com causas do PCB, por estar também submetida à repressão e, em sua defesa da liberdade de imprensa, enfrentar as normas de censura da ditadura e suas ações violentas contra jornalistas e veículos de comunicação. Outro grupo de textos, contudo, colocava a imprensa mais próxima a inimiga dos comunistas: destrincha seu funcionamento e sua ligação com forças políticas e econômicas estrangeiras aliadas à ditadura.

Segundo a abertura da matéria “A imprensa ‘brasileira’ e seus padrões ianques”, a imprensa brasileira já perdera o direito de opinar e de informar, pois quem seria guiada pelos anunciantes, no caso, estrangeiros. Através da pressão de agências de publicidade e mesmo da propriedade de veículos, a imprensa defenderia os interesses especialmente

dos Estados Unidos. Essa abertura anuncia o que a matéria, de página inteira, explicará de que forma aconteceu⁶¹.



Figura 9. Ilustração da matéria “A imprensa ‘brasileira’ e seus patrões ianques”

São citadas a pressão do grupo Time-Life para que os Diários Associados cessassem sua campanha contra o acordo desta empresa com a Globo, o que de fato aconteceu, segundo a matéria. Também se menciona a concentração de anúncios feitos através das agências de publicidade estrangeiras que operam no Brasil e o “domínio direto”: empresas cujos proprietários seriam estrangeiros (Abril, Visão, parceria Rockefeller com a o Grupo Folha – que inclui o jornal Última Hora –, e predominância estrangeira nas revistas em quadrinhos e fotonovelas). Essa matéria apresenta nomes, números e datas, de forma que, mesmo editorializada, é bastante informativa.

A partir do governo Figueiredo, em 1979 – que daria continuidade à abertura política prometida por Geisel em 1974 –, com a campanha feita pelos comunistas para que a anistia fosse geral e irrestrita (ao contrário da anistia que foi de fato aprovada e perdoou os crimes cometidos pela ditadura) e convocação imediata de uma Constituinte, as arestas com a imprensa aumentaram. Três textos mostram bem essa tendência. “Anistia geral e irrestrita” é uma crítica a matéria da revista Veja nº 547 de 28/02/1979 sobre a anistia, colocando-a como um gesto do governo, não uma conquista, e apoiando que “os adversários políticos devem ser perdoados” (Voz Operária, nº 156, mar 1979, p. 02).

A abertura também foi um período complicado para os pecebistas pela reorganização da esquerda, com a possibilidade de fundação de novos partidos, e a campanha pela legalização do PCB, criticada também pela revista Veja, segundo o Voz Operária, em edição de 18/04/1979, na página 32. (Além da crítica à Veja, a matéria afirma também que a visão do PCB publicada no Voz teria sido distorcida em plenário pelo deputado Erasmo Dias.)

⁶¹ Interessante observar que a mesma acusação é feita pelo historiador Nelson Werneck Sodré, em seu livro História da Imprensa no Brasil. Não à toa, Sodré era ligado ao PCB.

Os donos de Veja e quem escreveu o artigo têm todo o direito de crer que não conseguiremos conquistar a nossa legalidade antes de 1982; mas é abjeto e covarde que se sirvam de uma revista de larga circulação para levar água ao moinho daqueles que trabalham contra a nossa legalização.

Voz Operária continuará a sair, mensalmente, e não de forma “irregular”, como está em Veja. Enfrentando todas as dificuldades para levar a palavra do PCB a seus militantes, simpatizantes, amigos e leitores. Também, quando calha, para recolocar em seus devidos lugares as coisas que a “grande imprensa” costuma embaralhar (Voz Operária, nº 156, mar 1979, p. 03).

Ao contrário da maioria das matérias do Voz, essa foi publicada com assinatura (de F. Teixeira). Apesar da possibilidade de se tratar de pseudônimo de ser publicada apenas a inicial do primeiro nome, esse pode ser um resquício de que já se podia falar mais livremente, ou ainda de que o Voz não publicava somente posições consensuais do Partido, mas textos individuais.

O texto “A política do PCB e a opinião pública” se inicia tratando sobre anúncio na tevê do ministro da Justiça Falcão sobre a invasão das gráficas do PCB e a prisão de comunistas no início de 1975. Segundo o Voz, quatro anos e meio depois, o JB dedicou um caderno especial àquela organização que deveria ter sido “erradicada”. O jornal do Partido afirma também que em dezembro de 1972 o JB serviu aos órgãos de segurança publicando as “revelações” do “agente Carlos” e recentemente [para o período] matéria do JB intitulada “Os exilados estão voltando”: “Mas, desta vez (sinal dos tempos), o tratamento é diferente, com o mérito de que as matérias eminentemente opinativas são assinadas”. O texto do Voz segue fazendo observações, correções e críticas à forma como foi apresentada da história do PCB pelo Jornal do Brasil.

O texto “Os jornalistas, a imprensa e o AI-5” pode ser considerado uma síntese das duas tendências apontadas anteriormente. Porém, insere-se também num circuito de comunicação mais fechado, ao indicar de forma explícita qual deveria ser a atuação dos jornalistas comunistas nas empresas de comunicação.

Êsse fato, o fato da ditadura violentar uma imprensa com caráter de classe visivelmente burguesa, demonstra o profundo aguçamento das contradições internas no seio do movimento golpista de abril de 1964. O aguçamento dessas contradições abre *nova perspectiva para os jornalistas comunistas: aliar-se ou ganhar o patronato para a luta de frente única pelo restabelecimento das liberdades democráticas.*

Para que isso se torne realidade, é necessário, entretanto, que se combata as concepções estreitas da pequena-burguesia, mostrando o grande erro que é marginalizar diversas forças existentes no país, e entre elas algumas partes do patronato, para a luta contra a ditadura. Feito isto, *os comunistas, conjuntamente com outras correntes ideológicas, deverão elaborar um programa mínimo de ação em cada jornal* e, a partir desse programa, iniciar a luta dentro das condições objetivas existentes. Um erro que pode ocorrer, e para o qual queremos chamar a atenção de nossos camaradas, é o da elaboração de programas demasiadamente avançados de luta que, certamente, não poderão ser cumpridos. *Os jornalistas comunistas devem compreender que sua missão mais importante, no momento, é denunciar a ditadura de todas as maneiras e por todos os métodos que estejam ao seu alcance* (Voz Operária, Suplemento do CE da Guanabara, nº 08, fev 1969, p. 01, grifo nosso).

A concepção de frente única defendida pelo PCB é traduzida, no documento acima, para a atuação dos jornalistas na imprensa burguesa. A aliança com a burguesia preconizada pelo Partido se consubstancia na aliança jornalistas comunistas / donos de veículos de comunicação, algo possível desde que se estabeleça um programa mínimo: denunciar a ditadura. A ideia era trabalhar de forma moderada, buscando aos poucos minar a convicção do público nos aspectos “positivos” – segundo ela mesma – da ditadura, como o milagre econômico.

No jornal Voz Operária do mesmo mês, fevereiro de 1969, sob a retranscrição “Propaganda”, o texto “Trabalho legal e ilegal” também orienta para o trabalho de jornalistas do Partido na imprensa burguesa. Aponta para a centralidade das atividades de propaganda feitas pelos militantes do PCB e o aumento das dificuldades de realizar essa tarefa legalmente após o recrudescimento da repressão com o AI-5. Pontuando a diferença, mas também a semelhança com as empresas de comunicação, o texto afirma que o AI-5 perseguiu inclusive a imprensa das classes dominantes. Numa evidente demonstração de que se dirige a militantes, dá dicas rápidas de como fazer a propaganda ilegal, mas ressalta que a legal não pode ser deixada de lado.

Diz o Informe do CC ao Congresso:

“Devemos utilizar todas as possibilidades de trabalho legal nessa frente. A impressão de jornais e revistas de organizações de massa, o uso das tribunas legais proporcionadas por essas organizações e outros órgãos representativos populares, *a utilização de modo organizado do trabalho dos comunistas na imprensa, no rádio e na televisão comerciais*, ou, mesmo, quando as circunstâncias o permitirem, a circulação de jornais legais de massa do Partido são alguns exemplos

de possibilidade abertas para a nossa agitação e propaganda legais” (Voz Operária, nº 48, fev 69, p. 07).

Esse não é o único documento do PCB que, a despeito da negativa de diversos dos entrevistados para esta tese, aponta para uma atuação organizada dos jornalistas comunistas nas redações do que é chamado pelo Partido de imprensa comercial. Dois anos antes, o Informe do Comitê Central ao VI Congresso do PCB indicava que a imprensa deveria ser uma das frentes de atuação legal dos militantes do Partido. Não se trata, com isso, de afirmar que tais entrevistados mentiram; compreende-se também que cabem diferentes interpretações sobre esse trabalho organizado, tanto no que diz respeito às resoluções do Partido quanto às perguntas feitas por mim durante as entrevistas. As dificuldades organizativas do PCB podem levar alguns deles a pensar que não havia uma atividade direcionada na imprensa comercial. De qualquer forma, o texto indica ao menos que a situação de haver comunistas nas empresas de comunicação não era desconhecida pelo Partido e, mais ainda, ela era considerada como uma das possíveis estratégias comunicativas do PCB, em conjunto com a própria imprensa partidária⁶².

3.3.2. Circuito fechado: o reforço da militância

Se eram publicados tantos textos de interesse de um público mais amplo que aqueles ligados de forma orgânica ao PCB, por outro lado, também havia um conjunto de resoluções, documentos, saudações de outros partidos comunistas e ainda explicações sobre a linha do Partido e como ensiná-la aos demais pecebistas veiculado pelo Voz Operária.

Trata-se, agora, de melhorar nosso órgão central, fazendo com que realize efetivamente sua tarefa de ligação do centro partidário com as organizações intermediárias e os comunistas de todo o Brasil, sua função de *agitador e organizador coletivo*. Trata-se de assegurar que chegue aos mais longínquos pontos do território nacional, *ajudando a agrupar e a orientar a ação da vanguarda revolucionária*. Trata-se de fazer com que seja um bom instrumento de combate à ditadura (Voz Operária, nº 10, out 1965, p. 01, grifo nosso).

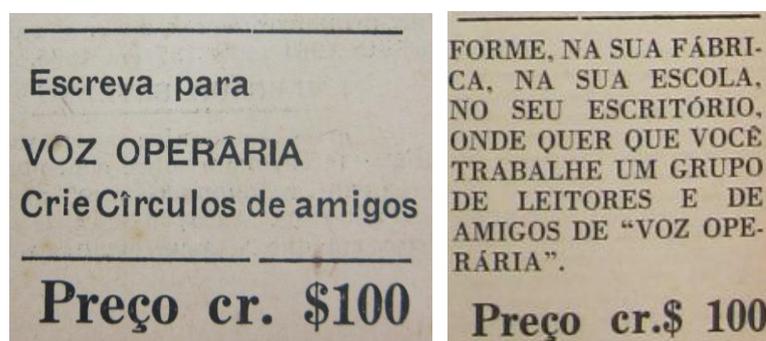
⁶² Talvez nesse sentido alguns entrevistados negassem que houvesse um trabalho organizado dos comunistas nas redações: eles não atuavam para fazer propaganda do PCB a partir dos jornais das empresas de comunicação, e sim buscavam fazer um noticiário que apontasse, mesmo que de forma sutil, para falhas e problemas no governo da ditadura. Ver mais no Capítulo 05.

O editorial do primeiro Voz Operária impresso após o golpe de 1964 aponta para o público para o qual o jornal era voltado. Aqui, a pista de que os que faziam o Voz assumiam conscientemente algumas das funções pensadas por Lênin para os jornais de um partido comunista: agitação e organização da militância, de forma a organizar a ação da vanguarda revolucionária – ou seja, daqueles que faziam parte do PCB. O periódico assume-se como tendo o papel de transmitir as informações do centro decisório do Partido para sua base.

Para que êstes objetivos sejam atingidos, faz-se necessário tanto a ação da direção, quanto do conjunto do Partido. É indispensável que sejam dadas opiniões críticas, que se sugiram idéias e modificações, que, através de cartas, se façam chegar as experiências de organização e de luta do Partido e das massas.

Necessário também é assegurar a manutenção de VOZ OPERÁRIA. Isto quer dizer: é preciso pagar VOZ OPERÁRIA, é preciso formar círculos de amigos que a leiam e que contribuam para sua manutenção, bem como para sua maior divulgação (Ibidem).

Assim segue o editorial de outubro de 1965, colocando o objetivo principal dessa rede de comunicação como integrar a militância em torno do Partido, de sua linha política e de suas ações. Para isso, seria preciso que os militantes se tornassem corresponsáveis pelo jornal, atuando como correspondentes com o envio de textos e também na sustentação financeira do Voz. O jornal era vendido, em 1965, a Cr\$ 100, enquanto o salário mínimo do mesmo ano era de Cr\$ 64.320. A formação de círculo de amigos do Voz Operária e de grupos de leitores nos locais de trabalho são parte dessa rede de comunicação criada em torno do jornal e da qual fazem partes jornalistas, gráficos, militantes e simpatizantes.



Figuras 10 e 11. Voz Operária, nº 10, out 1965, p. 01e Voz Operária, nº 12, dez 1965

O incentivo à formação de círculos de amigos se justifica não apenas do ponto de vista da sustentabilidade financeira do jornal, mas também do desejo de ampliação de seus interlocutores. Assim, se os militantes do PCB eram o principal público, deles se esperava que fossem multiplicadores, para que a linha política do Partido fosse compartilhada também por pessoas simpatizantes, mas não diretamente ligadas a ele.

A gente distribuía o jornal na redação pra algumas pessoas que simpatizavam. Não eram propriamente, formalmente, do Partido, mas simpatizavam. Essas pessoas contribuía, davam uma mensalidade. Essa mensalidade era direcionada pro secretariado do Partido, financiava as coisas do Partido, as famílias dos presos, essas coisas (Carlos Jurandir, 2014).

As diferentes formas de distribuição do Voz são contadas em depoimentos ao DOPS tanto nos inquéritos que investigam a gráfica clandestina de Campo Grande (IPM 02/75) e no que denuncia os jornalistas ligados ao Partido (IPM 01/76), realizados, respectivamente, em 1975 e 1976. No primeiro inquérito, é relatada a ação do comunista Antonio Juvencio da Silva, cobrador de apólices da empresa Prolar, que aproveitava as visitas às residências realizadas a trabalho para vender o jornal. Os depoimentos das pessoas que compravam o Voz das mãos de Juvencio poderiam mostrar muitos casos em que não havia interesse algum pela publicação, apenas uma ação solidária ao vendedor. Porém, numa situação de repressão, não é possível afirmar, apenas através dos depoimentos, se o desinteresse não era apenas um subterfúgio para não ter que prestar mais informações ao DOPS.

Já a partir do IPM 01/76, que aborda principalmente a atuação dos comunistas na imprensa comercial, vê-se que a entrega do Voz em redações era algo corriqueiro. Essa era uma das publicações entregues periodicamente aos jornalistas e chegava pelos Correios, era colocada no escaninho de editores ou oferecida pessoalmente, pelas mãos de um jornalista ligado ao Partido. As diferentes maneiras de distribuição nas redações são relatadas também pelos entrevistados para essa pesquisa.

Partindo da compreensão de que a comunicação não é somente transmissão de informações de um ponto a outro, mas sim que tem um caráter ritual, no sentido de tornar algo comum, o reforço de temas já conhecidos da militância tem o papel fundamental de mantê-la coesa⁶³. Assim, em alguma medida, o Voz Operária pregava

⁶³ James Carey (1989) afirmava que os jornais serviam não apenas para informar, e sim para representar crenças compartilhadas, colaborando para a ordenação e a coerência da “realidade”.

para convertidos⁶⁴. Por outro lado, era uma missão desses convertidos ampliar o raio de influência do PCB. Para isso, a propaganda, no sentido leninista, era uma tarefa de fundamental importância para o Partido.

“Propaganda” era a retransmissão do texto “Abaixo o fascismo!”, que trata da necessidade de se fazer propaganda, produzir e distribuir material, na linha do manifesto do Comitê Central sobre o AI-5. Fica bem evidente também a estratégia aliancista. O texto afirma que, com o AI-5, a maioria da população passa a ser contrária à ditadura, o que significa “uma ampliação das forças antiditatoriais”.

“Unir as forças antiditatoriais” traduz o manifesto do Comitê Central (já mencionado na matéria anterior), que diz ter sido publicado na íntegra na primeira página daquela edição. Fala que a frente antiditatorial tem como papel a elaboração de “um programa mínimo que contenha os objetivos comuns dessas forças”. Como contribuição à elaboração do programa, lista pontos propostos no VI Congresso do Partido: “revogação da Constituição de 1967”; “revogação de todos os atos da ditadura que lesem os interesses nacionais”; “abolição da política de arrôcho salarial”; “realização de uma política externa de afirmação da soberania nacional”.

Alguns textos seguiam a linha de oferecer uma espécie de manual de como agir. Esse é o caso da matéria “Trabalho legal e ilegal”, mencionada no tópico anterior por orientar a inserção de jornalistas do PCB na imprensa burguesa. No subitem “Alguns elementos do trabalho prático de agitação e propaganda”, ela dá explicações de como fazer boletins, como fazer impressora caseira e como fazer a distribuição em diversos lugares públicos, com diferentes técnicas. Outro texto com o objetivo de ensinar os militantes a como agir na nova conjuntura é “Educação. Os instrutores e suas tarefas” (Voz Operária, nº 55, set 1969, p. 04), com dicas de como preparar e dar um curso sobre a Resolução Política do Partido, chamado de ABC do PCB.

O objetivo dos textos citados acima (“Trabalho legal e ilegal” e “Os instrutores e suas tarefas”) era difundir a linha do partido para as pessoas ligadas a ele, seja através da propaganda (especialmente a imprensa) seja através da educação (no caso, relacionada a cursos, mas também pode ser considerada uma das funções da propaganda). A explicação dessa linha – e não da forma como difundi-la – está, entre outros textos, em “Propaganda. A tática do Partido nas novas condições”. São 14

⁶⁴ O termo é usado tendo como referência o artigo “Preaching to the converted? Pluralism, Participation and Party Websites”, de Pippa Norris (2003).

tópicos com os temas importantes para o PCB no período: “Luta de massas; Luta pelas liberdades – o elo; Fôrças fundamentais; Luta contra a política econômica; Luta contra o imperialismo; Posição diante da Igreja; Posição diante das Fôrças Armadas; As correntes de esquerda; Nem aventura nem passividade; Formais legais e ilegais de luta; Violência contra violência; Maior amplitude; Unidade de ação; Governo antiditatorial”.

Essa era uma maneira de escrever, em outras palavras, documentos do Partido. Mas eles também eram reproduzidos na íntegra, denotando ainda mais que o direcionamento dos textos era para os militantes orgânicos, como nos casos “Resolução do Comitê Central do PCB. Todos unidos contra o AI-5 pela derrota da ditadura!” (fev 1969) e “Nota da Comissão Executiva sôbre a agressão chinesa à URSS” (Voz Operária nº 50, abr 1969), em defesa da União Soviética. Em “Rumo à convocação do VII Congresso” (Voz Operária, nº 159, jun 1979), explica-se quais os documentos preparatórios para o congresso que estão publicados nessa edição do Voz.

Também eram reproduzidas na íntegra intervenções e mensagens de Luiz Carlos Prestes, secretário geral do Partido. “XII Congresso do PC Italiano” é o título da mensagem enviada para o partido comunista daquele país, em nome do Comitê Central do PCB, para saudar o seu 12º congresso (Voz Operária, nº 50, abr 1969, p. 02). Em suplemento especial, foi publicada a “Intervenção na Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários” (Voz Operária, Suplemento Especial, ago 1969), também feita por Prestes.

O Voz Operária do período também registrou a morte de alguns de seus militantes, como no texto “Montenegro de Lima, mais um mártir do PCB” (Voz Operária, nº 127, set 1976) e “Morreu Astrojildo Pereira” (Voz Operária, nº 12, dez 1965, p. 01). As matérias tinham a dupla função de denunciar atrocidades do regime militar e de enaltecer os militantes do Partido.

Vítima de uma insuficiência cardíaca, agravada com a prisão de três meses sofrida no ano passado, com o choque experimentado com a invasão de sua casa e o saque de seu precioso arquivo particular e sua biblioteca, faleceu dia 20 de novembro Astrojildo Pereira. Militante do movimento revolucionário desde muito jovem, um dos fundadores do Partido Comunista e membro do seu Comitê Central, Astrojildo foi sempre o intelectual brilhante e modesto que soube integrar-se no movimento emancipador do proletariado, dedicando-lhe o melhor de suas energias (Ibidem).

Montenegro de Lima é retratado como herói, como se pode ver pelo próprio título do texto, que o caracteriza como mártir. Embora exerçam um importante papel de reafirmar a identidade comunista como ligada à disciplina e lealdade às causas representadas pelo Partido, além de sua forma de organização, esses textos são uma exceção no conjunto de edições do Voz Operária a que tive acesso.

Com mais frequência se encontravam indícios de ligações do PCB com partidos comunistas de outros países. Os textos “Pela anistia” e “Brasil e o PCB segundo a revista política do PCI” (Voz Operária, nº 127, set 1976) são exemplos da relação próxima entre o Partido Comunista Brasileiro e o Italiano, conforme já apontado. O primeiro aborda a Conferência Internacional pela Anistia no Brasil, que seria realizada em Roma com patrocínio da Fundação Lelio Basso; cita personalidades do Brasil e do exterior que haviam sido convidadas. O segundo é uma avaliação da esquerda brasileira, com críticas à luta armada e informações sobre o número de mortos do PCB, publicada pela revista Rinascita, do PCI, em julho de 1976.

A ligação entre os dois partidos era mais forte do que é possível perceber através dos textos publicados no Voz Operária e amplia a rede de comunicação do PCB para além desse jornal e de outras publicações da sua imprensa. Os comunistas exilados na Europa participavam das festas dos jornais L’Humanité, do Partido Comunista Francês (PCF) e L’Unità, do PCI. Para essas ocasiões, eram impressos edições especiais dos jornais do PCB (como na figura abaixo), além de vendidos e distribuídos cartazes, panfletos e outros jornais e revistas. Essa era uma das frentes de atuação dos exilados organizados⁶⁵, que buscavam levar ao conhecimento internacional denúncias contra a ditadura e reforçar a campanha pela anistia aos presos políticos e a volta dos exilados.

⁶⁵ Nem todos os exilados que se organizaram no exterior eram do PCB ou estavam ligados aos partidos francês ou italiano. Outro exemplo de atuação conjunta no exílio foi a edição do FBI – Frente Brasileira de Informações, jornal editado em diversos idiomas, idealizado pelo ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes.



Figura 12. Voz Operária, número especial in occasione del Festival Nazionale de L'Unità di Firenze (29 agosto – 14 settembre 1975)

Numa rede mais fechada que essa, porém também mais ampla do que o jornal impresso, estão presentes os programas de rádio que veiculavam notícias sobre o Brasil na Rússia. Os horários e as frequências eram divulgados no Voz Operária:

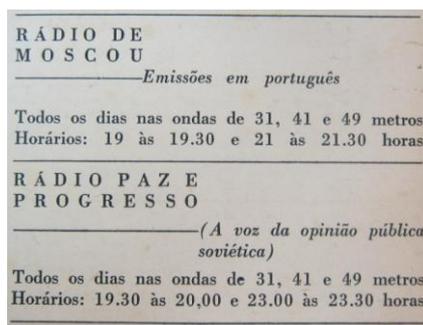


Figura 13. Voz Operária, nº 10, out 1965

A rede de comunicação ligando o Voz Operária a Moscou indica também a ligação política entre o PCB e o Partido da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Em meio às disputas de referências no mundo socialista, com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) próximo à China e à Albânia, essa é uma aproximação importante de se pontuar – e que tem significados políticos importantes para a esquerda brasileira de então.

3.4. A linguagem do Voz Operária

A linguagem do jornal variava de texto para texto, até numa só edição. Mesmo, obviamente, com tom fortemente opinativo, há matérias no estilo “moderno jornalismo” e ainda preocupação com o visual e a diagramação, apesar das dificuldades de impressão.



Figuras 14 e 15. Voz Operária, nº 12, dez 1965 e nº 154, jan 1979

Apesar de estarem do mesmo tamanho na reprodução feita aqui, a primeira capa é a versão standard do jornal, enquanto a segunda, encontrada em maior quantidade no arquivo pesquisado, tem tamanho tablóide. Em ambas, vê-se a hierarquização das informações através da diagramação, o uso de colunas, cabeçalho e, no primeiro caso, uma exceção entre os exemplares a que tive acesso, também a reprodução de fotografia. Pode-se vislumbrar as condições rudimentares de impressão, mas também o conhecimento técnico de produção de um jornal.

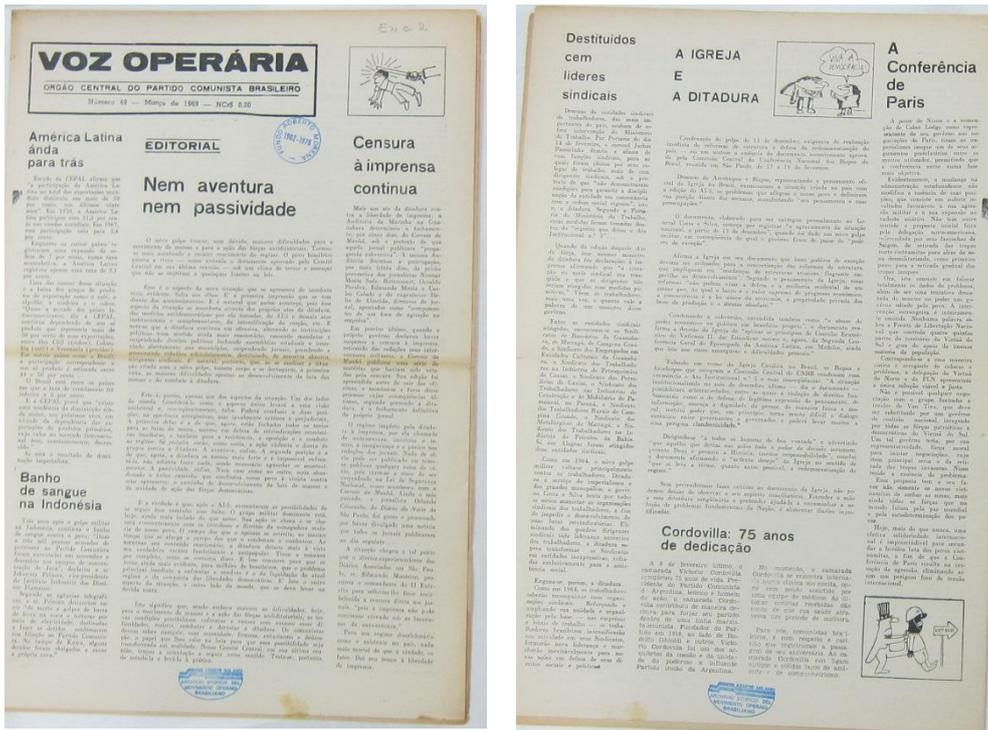


Figura 16. Voz Operária, nº 49, mar 1969

As páginas acima são exemplos de como eram usadas as ilustrações no Voz Operária. No que diz respeito à linguagem dos textos, os pontos de exclamação da capa da edição nº 12 (dez 1965) são uma exceção. Em geral, mesmo nos textos que não eram escritos no formato do “moderno jornalismo”, como aqueles mais voltados para assuntos internos do Partido, dificilmente há pontos de exclamação e/ou verbos no infinitivo como era comum nos textos de agitação de jornais de outras organizações⁶⁶.

A matéria “Notícias de divulgação proibida”, por exemplo, apresenta, na íntegra, dez normas da censura, mas também traz notas em linguagem direta e informativa:

Apreendido o “Correio da Manhã”

Tôda a edição do “Correio da Manhã”, do dia 7 de janeiro, foi apreendida antes de sair das oficinas. Na véspera, a ditadura havia retirado da redação daquele jornal os oficiais-censores (que chegaram a dez) e, através do General César Montagna de Sousa, comandante da 1ª Região Militar, assegurara haver suspenso a censura.

⁶⁶ A comparação aqui é feita com o jornal A Classe Operária nos anos 1970, quando era de responsabilidade do PCdoB (Mourão, 2009).

A direção do “Correio da Manhã” acreditou e o jornal saiu no dia seguinte com a manchete: “Abolida a censura à imprensa”, publicando em seu corpo numerosas denúncias de violências praticadas pela ditadura e que a censura impedira fossem divulgadas a tempo (Voz Operária, nº 48, fev 1969, p. 03).

O primeiro parágrafo da nota segue a estrutura do lide, no que é possível fazê-lo num texto não factual (o Voz circulava mensalmente). Essa estrutura de texto informativo era bastante comum quando se tratavam de temas mais amplos. O texto abaixo, mais voltado para a militância, procura orientá-la a empreender uma “luta cultural”, afirmando a importância de se agregar os intelectuais numa frente antifascista contra a ditadura.

Nova etapa da luta cultural contra o fascismo

Para eliminar os instrumentos de que se vale o fascismo em sua batalha anticultural: a repressão e a censura, torna-se cada vez mais imprescindível a participação organizada dos intelectuais na consolidação da Frente Patriótica e Antifascista.

A intensificação da luta de massas contra o fascismo em nosso País – que encontrou na vitória eleitoral da oposição em 1974 a sua expressão até agora mais significativa – teve repercussões imediatas também no plano da vida cultural. E, mais uma vez, a costumeira resposta do fascismo não se fez esperar. Incapaz de contrapor ao avanço de uma cultura nacional e democrática até mesmo um arremedo de cultura própria, a ditadura voltou a recorrer – com crescente intensidade – ao mesmo tipo de “ação cultural” de que se tem valido desde o golpe de 1964: à repressão e à censura (Voz Operária, nº 125, jun 1976, p. 02).

Apesar do caráter mais abertamente opinativo, o artigo (sem assinatura) não se distancia do modelo de jornalismo moderno, ao menos no que diz respeito à seção de opinião. Uma diferença é importante é que não há marcações para informação x opinião no Voz. A única indicação de tipo de texto, que não é feita em todas as edições, é de “editorial”. Essa distinção não faz sentido quando se considera que o jornal do PCB é assumidamente defensor de certa política ou postura; não se apresenta como neutro, mesmo que se trate da falsa neutralidade da imprensa burguesa, nos dizeres de Lênin.

O que era publicado no Voz, contudo, não pode ser considerado um bloco coeso, que represente o Partido como um todo. Apesar de não serem permitidas frações ou correntes internas, como nos clássicos partidos comunistas, havia disputas internas. Elas dificilmente apareciam nas páginas do órgão central, mas o artigo “Justas relações entre

direções e bases fator de impulsionamento das ações de massas”, assinado por André Ferreira – não se sabe se era um codinome – apresenta críticas ao que ele caracterizou como um deslocamento entre direção e base. Esse texto, se isolado da história do Partido e de outros vestígios, provavelmente não teria muito significado para a pesquisa. Porém, em conjunto com outros materiais, pode indicar que não necessariamente o que saía no jornal era a opinião do PCB, tanto pela desagregação imposta pela repressão (às vezes os jornais eram feitos de modo praticamente independente) quanto pelas disputas internas, como afirmado no tópico anterior.

3.5. Comunistas: militância como profissionalismo

Numa dessas edições, o camarada Pedro Nepomuceno, ao compor um dos artigos, sentiu que algumas frases como “os crimes de Stalin”, “o imperialismo soviético opressor dos povos”, soavam diferente daquilo que aprendemos. Levou o artigo ao conhecimento da base, que após reunião, tomou a decisão de comunicar que o Voz Operária não circularia com a matéria em questão. [...] A desobediência da base ultrapassou os limites funcionais, mas, dizíamos nós, que o que valia era a nossa vigilância ao internacionalismo proletário (Sousa, 2005, p. 39, 40).

Pelas memórias de Raimundo Alves de Sousa, percebe-se que os gráficos, em certo momento, agiam como militantes, inclusive extrapolando os limites de suas funções e tomando para si a responsabilidade pela publicação de materiais. No caso acima, eles peitaram a decisão do Comitê Central de publicar certos artigos no processo de abertura do debate no PCB sobre as denúncias dos crimes de Stalin por Krushev, na segunda metade dos anos 1950.

Antes do período de mais dura clandestinidade durante a ditadura militar, a gráfica do Partido tinha tido intensa produção. Depois de dez anos, de 1947 a 1957, com poucos recursos e muitas dificuldades⁶⁷, o PCB pôde novamente investir em sua produção gráfica e foi comprada uma empresa de “tradicional família do ramo” e convidado para gerenciá-la “um dos camaradas mais experientes do ramo e administrador de empresas, Roberto Canavarro Costa” (Sousa, 2005, p. 52). Assim nascia a Editora Itambé Ltda⁶⁸.

⁶⁷ Antes disso, houve um período de imprensa do PCB legal ou semilegal, com destaque para os anos de 1945 a 1947, quando o Partido esteve legalizado.

⁶⁸ A gráfica consta no IPM 02/75 como parte da estrutura do Setor de Agitação e Propaganda do PCB.

De 1959 a 1964, a militância da base do Partido na Gráfica Itambé passou a ser tratada em termos de salário e relacionamento com a direção, como empregador e empregado. A responsabilidade dos comunistas em relação à Itambé também aumentou sensivelmente. Como base ligada ao CC e com assistência direta, nossas críticas eram dirigidas ao Partido, que diante de qualquer fato, discutia com a direção da empresa. A compreensão da diretoria com respeito às atividades da base, numa empresa do Partido, não diminuiu as suas responsabilidades, ao contrário, aumentou mais ainda. Tratava-se de um empreendimento de grande porte. Para termos uma ideia da capacidade de produção, a Editora Itambé tinha um efetivo de 105 empregados, desses apenas 25 eram do Partido e faziam parte da base, inclusive os diretores. No setor de jornais funcionavam duas equipes, uma diurna e outra noturna. Durante um ano editamos a Luta Democrática, jornal matutino com 100.000 exemplares de tiragem, inclusive aos sábados. Todos os dias eram compostos, paginados e impressos dois jornais de setor, como Bancário, O Farmacêutico, O Vidreiro, O Metalúrgico, O Petroleiro, Gazeta do Brasil, a Gazeta Sindical, entre outros, além de Novos Rumos (Ibidem, p. 54, 55).

O empreendimento, portanto, era empresarial, e a gráfica do PCB tinha clientes externos, herdados dos antigos donos ou que surgiram depois, como o trabalho de material sobre a construção de Brasília, feito de 1958 a 1960, ou a impressão de talões, notas fiscais e carnês de empresas de crédito (Ibidem, p. 56). A estrutura veio abaixo com o golpe de 1964, que interditou a gráfica. Os trabalhadores que lá estavam procuraram emprego em outras gráficas e jornais, e “todos os nossos camaradas conseguiram trabalhar aqui no Rio, em São Paulo e em outros estados”, numa demonstração de sua competência profissional e de que ela superaria a perseguição política (Ibidem, p. 59).

O próprio Raimundo Alves de Sousa, comunista há décadas ligado ao PCB, a princípio trabalhou escondido, de madrugada, na gráfica do jornal Diário Carioca. O chefe e o subchefe da oficina, segundo ele, colocaram-no como paginador e pagavam seu salário a partir de horas extras atribuídas oficialmente a eles, para que seu nome não fosse pego na lista de empregados do jornal que tinha que ser enviada ao DOPS. A relação entre perseguição e aceitação dos comunistas na imprensa comercial será melhor discutida no capítulo 05. Por ora, vale destacar aqui que flutuação e interseção entre militância e profissionalismo também aconteciam na imprensa comunista, além do trânsito de jornalistas e gráficos da imprensa comunista para a burguesa.

A presença de comunistas na imprensa, numa tentativa de apropriação do veículo de comunicação para a causa do PCB, também é relatada durante o Estado Novo,

segundo narrativa autobiográfica de Samuel Wainer sobre a revista *Diretrizes*. Com caráter nacionalista, circulou entre 1938 e 1944⁶⁹, fazendo oposição à ditadura Vargas. Segundo Wainer, “foi só *Diretrizes* chegar às bancas para que a esquerda, sobretudo a esquerda ligada ao Partido Comunista Brasileiro, descobrisse que ali havia um imenso filão a explorar” (Wainer, 1988, p. 50).

A equipe da revista era formada por diversos escritores e intelectuais, como Adalgiza Nery, Rachel de Queiroz, Moacyr Werneck de Castro, Carlos Lacerda (na época, ainda pecebista), Graciliano Ramos, Astrogildo Pereira, Jorge Amado e Octávio Malta, sendo os quatro últimos também do PCB. Malta, segundo Wainer, confessaria a ele 20 anos depois que “fora enviado da Bahia para o Rio com a incumbência de assegurar para o PCB o controle de *Diretrizes*”, numa disputa política semelhante à que se daria entre diferentes organizações de esquerda pelo estabelecimento da linha editorial nos veículos da imprensa alternativa (Wainer, 1988, p. 52; Kucinski, 1991).

Um exemplo do trânsito entre imprensa partidária e comercial é a trajetória do jornalista Pedro Motta Lima. Militante comunista desde os anos 1920, foi secretário geral do periódico *O Imparcial*, que apoiava o movimento tenentista. Na mesma década, fundou *A Esquerda*, vinculado ao PCB, e *A Batalha*, que buscava aproximar o tenentismo do movimento operário. Em 1935, fundou o jornal *A Manhã*. Depois de exilado na Argentina e condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, conseguiu, em seu retorno ao Brasil em 1943, ser contratado pelo jornal *O Globo*, com o conhecimento de Roberto Marinho de que era um comunista. Depois da legalização do Partido, em 1945, Motta Lima voltou a trabalhar na imprensa comunista, primeiro na *Tribuna Popular* e, depois, na *Imprensa Popular* (Morel, 1999, p. 51). Quando faleceu, vítima de um desastre aéreo, em 1966, *O Globo* publicou matéria que enaltecia sua competência profissional, sem deixar de fazer menção a sua adesão ao comunismo. Vale reproduzi-la na íntegra:

⁶⁹ No ano seguinte, com o fim do Estado Novo, *Diretrizes* voltou a ser publicada, mas desta vez como jornal.

O GLOBO Expedicionário e a Morte de Pedro Mota Lima

QUANDO o soldado do Brasil rumou para os campos da Itália, atendendo à convocação da democracia, na luta de extermínio do nazifascismo, durante a II Grande Guerra, O GLOBO acompanhou os nossos pracinhas, através das páginas de O GLOBO EXPEDICIONÁRIO, editado semanalmente, de 7 de setembro de 1944 a 23 de maio de 1945.

O GLOBO EXPEDICIONÁRIO se impôs a missão de levar periodicamente aos nossos bravos combatentes o máximo possível da presença da Pátria, através do registro dos acontecimentos mais palpantes na sociedade, nas artes, nas letras, nas ciências, nos meios militares, na administração, nos esportes e, sobretudo, nos próprios lares e nos círculos das relações afetivas daqueles que se encontravam na "front".

Apesar das dificuldades que então enfrentávamos, quisemos que O GLOBO EXPEDICIONÁRIO representasse na verdade uma contribuição nossa exclusiva, pelo que a ele jamais se destinaram ajudas oficiais ou quaisquer

outros recursos oriundos de matéria publicitária. Para dar à iniciativa um cunho ainda mais particular, e demonstrando o empenho com que nos lançávamos à empreitada, superamos a precariedade da velha rotativa de que dispúnhamos, e, já a partir do segundo número, O GLOBO EXPEDICIONÁRIO surgia com páginas em cores, apresentando alegorias, bandeiras e mapas de guerra.

Mensagem de estímulo e de conforto, em que a própria saudade despontava como uma expressão de altivez e de confiança. O GLOBO EXPEDICIONÁRIO constituiu-se, no teatro da guerra, num verdadeiro mapa dos mais ternos e dos mais nobres sentimentos brasileiros.

Esta evocação, que hoje fazemos de O GLOBO EXPEDICIONÁRIO, criado e dirigido pelo nosso companheiro Roberto Marinho, objetiva exaltar a memória de um brilhante jornalista brasileiro, Pedro Mota Lima, cuja morte, num desastre de aviação na Bulgária, vem de ser anunciada pelas agências no-

tuosas da Europa apenas como o desaparecimento de um chefe comunista do Brasil.

Foi Pedro Mota Lima quem secretariou O GLOBO EXPEDICIONÁRIO, pondo nessa tarefa o melhor de suas grandes aptidões profissionais.

Nós sempre o soubamos comunista, mesmo porque ele disso jamais fez segredo. Sabíamos, porém, e principalmente, que Pedro Mota Lima era acima de tudo um cidadão digno e um companheiro de extraordinária lealdade.

O intuito desta evocação é prestar a nossa homenagem a essa grande figura humana que foi Pedro Mota Lima, para que seu nome não se circunscreva apenas ao sensacionalismo do seu trágico desaparecimento, mas que se inscreva no rol dos grandes profissionais da imprensa neste País, que com sua inteligência e com sua disposição para o trabalho procurou servir ao Brasil.

Figura 17: jornal O Globo, 24 de novembro de 1966

Pedro Motta Lima é descrito como “brilhante jornalista brasileiro”, que usou “o melhor de suas grandes aptidões profissionais” no jornal O Globo. Apesar de comunista, “acima de tudo um cidadão digno e um companheiro de extraordinária lealdade”, uma “grande figura humana”, presente “no rol dos grandes profissionais da imprensa desse país”, com “inteligência e disposição para o trabalho” (O Globo, 24 nov 1966). Fica evidente, com o enaltecimento de Pedro Motta Lima e seu trabalho, que a competência profissional e a lealdade pessoal estavam acima, ao menos nesse caso, de diferenças ideológicas.

O profissionalismo, presente também na imprensa comunista, inclusive com relações formais de trabalho, foi alvo de comentário de Sérgio Cabral, ao contar que os pagamentos da Folha da Semana eram feitos em dia, apesar das dificuldades. Porém, trabalhar em um jornal militante tinha especificidades em relação à imprensa comercial.

Esse foi o jornal do Partido que nós mantivemos durante algum tempo e que valia a pena... Quer dizer, eu aprendi lá na Folha da Semana

uma coisa que depois fui desenvolver no Pasquim e em outras publicações, que essa chamada imprensa alternativa é onde havia a liberdade de imprensa do jornalista. Porque você, trabalhando nos grandes jornais, são jornais que – Jornal do Brasil, O Globo – lutam pela liberdade de imprensa, mas liberdade de imprensa deles. Você não pode, quer dizer, o jornalista não tem liberdade em relação a eles, quem a rainha lá é a empresa mesmo, lá não tem esse negócio de liberdade não (Sérgio Cabral, 2014).

Sérgio Cabral associa aqui a liberdade de imprensa do jornalista à identificação deste com o veículo no qual trabalhava. Pedro Motta Lima, n’O Globo, “não escreveu uma só linha a favor do credo político que defendia” (Morel, 1999, p. 51), o que foi considerado um aspecto positivo, revelador de sua competência profissional. São relacionados, no caso de Motta Lima, valores como lealdade (ao patrão, não às suas convicções), competência e profissionalismo. Comparando esses valores à afirmação de Sérgio Cabral, vê-se que ela subverte um dos aspectos da identidade jornalística, a liberdade de expressão, ao colocá-la em oposição ao profissionalismo na imprensa comercial.

Porém, era justamente a partilha de uma mesma compreensão de profissionalismo que permitia o estabelecimento de uma relação de confiança entre patrões e jornalistas comunistas. A prática dos jornalistas do PCB – fosse como militantes profissionais, conforme o modelo leninista, ou como militantes inseridos na imprensa burguesa – era atravessada pela capacidade de doação e disciplina no cumprimento das tarefas. A incorporação da linha política do Partido na formação da identidade de comunistas é uma das chaves de interpretação para o fenômeno, como veremos no capítulo seguinte.

Capítulo 04 – Jornalistas e comunistas

Antes de aprofundar o debate sobre identidade, observando características de militantes comunistas e de jornalistas que formam as identidades desses dois grupos, é feito aqui um mapeamento dos entrevistados para esta tese. A proposta de montar um apanhado que expressasse a diversidade de jornalistas do PCB durante a ditadura esbarrou, obviamente, nas condições concretas do desenvolvimento da pesquisa. A maioria dos entrevistados é composta por figuras públicas ou, ao menos, bastante conhecidas entre os que demonstram interesse pelo tema. Muitos têm outras entrevistas publicadas, porém, essas outras entrevistas normalmente tangenciam o tema principal desta pesquisa, mas não o abordam diretamente. Dessa forma, foram contribuições fundamentais para a compreensão da atuação dos jornalistas do PCB na imprensa comercial.

A facilidade de contato é o que justifica essa predominância de fontes conhecidas. Os empecilhos para encontrar, contatar e convencer a conceder entrevistas pessoas menos habituadas a falar ou escrever sobre a própria trajetória ou sobre temas correlatos foram parcialmente superados a partir da parca literatura existente. A principal colaboração nesse sentido é o livro de memórias “Os desconhecidos da história da imprensa comunista”, escrito pelo gráfico Raimundo Alves de Sousa. Por outro lado, entrevistas de figuras importantes que já falecerem ou moram fora da cidade do Rio de Janeiro e até do país foram acessadas através do projeto Resistir é Preciso, do Instituto Vladimir Herzog⁷⁰ – não à toa, projeto organizado, entre outros, por Sergio Gomes, um dos entrevistados para a tese – e do Centro de Cultura e Memória do Jornalismo, projeto do Sindicato dos Jornalistas do Município do Rio de Janeiro, lançado em 2008.

Todos os entrevistados que trabalhavam na cidade de São Paulo⁷¹ passaram a militar e a atuar como jornalistas na década de 1970. Fazem parte, portanto, de uma segunda geração de jornalistas comunistas, por não terem vivido – como militantes – o golpe de 1964 ou o ano de 1968, com suas manifestações libertárias em diferentes lugares do mundo, mas também a decretação do AI-5, em dezembro daquele ano. São também, quase todos (ou todos, caso se considere os militantes do PCB), do grupo Herzog: amigos ou colegas de trabalho e militância de Vlado, diretor de jornalismo da

⁷⁰ O projeto reúne entrevistas e publicações que contam histórias de resistência à ditadura de 1964 (<http://resistirepreciso.org.br>).

⁷¹ Estes jornalistas foram entrevistados em São Paulo, com exceção de Frederico Pessoa, que trabalhava como jornalista naquela cidade, mas atualmente mora em Niterói-RJ.

TV Cultura cujo assassinato pela ditadura, no dia 25 de outubro de 1975, gerou ampla mobilização social no período⁷². Além desse fator de agregação entre os entrevistados de São Paulo, vale considerar algumas peculiaridades de cada cidade, como o fato de a imprensa carioca ser ainda referência de imprensa nacional, porém estar iniciando sua decadência na redemocratização, com a concentração do mercado de jornalismo impresso, em especial de revistas, em São Paulo. As maneiras de se relacionar com ambas as cidades e seus espaços de organização e de resistência, inclusive culturais, também eram diferentes, como mostra o exemplo do Clube do Choro, organizado em São Paulo⁷³.

São Paulo, década de 1970				
Nome	Nascimento	Organização	Trabalho	Hoje
Frederico Pessoa	Recife, 03 de maio de 1949	PCB	Assessorias de imprensa	Aposentado
Sergio Gomes	São Paulo, 15 de setembro de 1949	PCB	Agência Folhas, Folha de S. Paulo	Sócio da empresa Oboré, que atua com comunicação popular
Paulo Markun	São Paulo, 7 de setembro de 1952	PCB	TV Cultura, O Estado de S. Paulo	Dirige uma produtora de vídeos e escreve livros
Luiz Weis	São Paulo, 3 de dezembro de 1939	PCB	O Estado de S. Paulo, Cláudia, Realidade, Visão, TV Cultura, Istoé, Veja, Superinteressante, O Estado de S. Paulo	Free lancer
Enio	Porto Alegre	Nenhuma	Veja, O Estado de S.	Artista plástico

⁷² A maioria deles havia trabalhado antes na revista Visão, formando a base de jornalistas do PCB ligada a este veículo, de acordo com o site Instituto Vladimir Herzog e os relatos das entrevistas feitas para esta tese.

⁷³ Cf. Capítulos 01 e 05 e Sousa, 2009.

Squeff			Paulo, Folha de S. Paulo	
Hamilton Octávio de Souza	São João da Boa Vista (SP)	Sindicato dos Jornalistas de SP, MDB, PT	O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, além de imprensa sindical	Professor da PUC-SP e colaborador de sites e revistas

No caso da primeira geração, todos os entrevistados são do Rio de Janeiro:

Rio de Janeiro, década de 1960				
Nome	Nascimento	Organização	Trabalho	Hoje
Arthur Poerner*	Rio de Janeiro, 1º de outubro de 1939	PCB	Correio da Manhã. Atuou na imprensa do PCB	Escreve livros
Henrique Cordeiro Filho*	Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1934	PCB, PCBR	Atuou na imprensa do PCB	Aposentado
Milton Coelho da Graça	Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1930	PCB	Assessor de imprensa da Sudene, O Globo e Editora Abril, entre outros. Atuou na imprensa do PCB	Assina coluna no portal do PPS
Milton Temer*	Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1938	PCB	O Globo e Editora Abril, entre outros. Atuou na imprensa do PCB	Militante do PSOL
Sérgio Cabral	Rio de Janeiro, 17 de maio de 1937	PCB	Atuou na imprensa do PCB	Aposentado
Fichel Davit	Rio de Janeiro, 14 de	PCB	Atuou na imprensa do PCB e nos jornais	Aposentado

	setembro de 1934		Diário Carioca, Diário de Notícias, Diário da Noite, Jornal dos Sports, Revista Seleções, Jornal do Brasil, Jornal do Commercio e O Globo	
Alberto Dines	Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1932	Nenhuma	Editor e apresentador do Observatório da Imprensa (site e programa da TV Brasil)	Apresenta o programa de tevê e coordena o site Observatório da Imprensa

Quase todos foram presos (a exceção é Fichel Davit), e três foram exilados. Ao voltar das prisões/exílios, esses jornalistas da primeira geração, que viveram os anos 1960 e portanto tinham a experiência do golpe de 1964 e do AI-5, depararam-se com os da segunda, mais jovens, que se engajaram politicamente nos anos 1970. Porém, isso não significava necessariamente uma atuação política conjunta ou sincronizada. Esses foram os entrevistados da segunda geração de jornalistas do PCB durante a ditadura que atuaram na imprensa carioca:

Rio de Janeiro, fim da década de 1960 e década de 1970				
Nome	Nascimento	Organização	Trabalho	Hoje
Carlos Jurandir	Belém, 26 de outubro de 1941	PCB	O Globo	Escreve literatura
Dênis de Moraes	Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1954	PCB	O Globo	Professor aposentado da Universidade Federal Fluminense
Álvaro Caldas	Goiânia, 26 de outubro de	PCB, PCBR	O Globo, Jornal do Brasil, Jornal	Professor da PUC Rio e integrante da

	1940		dos Sports, Última Hora, Folha e Estado de S. Paulo, TV Globo, Tribuna da Imprensa e os alternativos Opinião, Pasquim e Em Tempo	Comissão da Verdade do Rio de Janeiro
--	------	--	--	--

Identificar como era a atuação do grupo do Rio de Janeiro foi um grande nó. Fichel Davit cita uma base de jornalistas comunistas, porém os demais entrevistados cariocas da primeira geração não estavam presentes nela. No caso de Milton Coelho da Graça, ele diz claramente que, como chefe, não atuava, por exemplo, no movimento sindical. Sobre sua atuação na imprensa comunista clandestina, não cita através de que ligações com outros comunistas fazia os jornais.

Certamente um fator que me transmitiu aparência de desagregação entre os jornalistas comunistas do Rio é a ausência, hoje, daquele que é citado em quase todas as entrevistas como um grande articulador desse grupo: Maurício Azêdo. Militante até o fim da vida, quando exercia a presidência da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Azêdo faleceu em 2013 sem que eu o tivesse contatado. Já em São Paulo, todos os três jornalistas do PCB entrevistados foram presos na mesma operação que prendeu e matou Herzog. O assassinato do jornalista, que era do PCB e estava na direção de jornalismo da TV Cultura de São Paulo (TV que deveria ser pública, mas tinha caráter governamental, o que significa que Herzog foi indicado pelo governador da Arena Paulo Egydio), foi um marco na ditadura brasileira. Aconteceu durante a presidência de Ernesto Geisel, que já prometia ser de distensão política. Foi contra uma pessoa que exercia um cargo público. E fortaleceu a resistência antiditadura de diversos setores, cujo símbolo principal foi um grande ato ecumênico na cidade de São Paulo⁷⁴.

⁷⁴ Pelo menos três protagonistas desta história contam, com ênfases diferentes, os episódios relativos ao assassinato de Vladimir Herzog: Audálio Dantas (2013), Fernando Pacheco Jordão (2005) e Paulo Markun (2005). Os acontecimentos incluem uma prévia campanha anticomunista por parte da imprensa (especialmente a coluna Shopping News, assinada por Cláudio Marques), a prisão de 12 jornalistas do PCB e a posterior repercussão do assassinato. Jordão, como diz o título do seu livro, faz um verdadeiro dossiê, reunindo manifestações com o intuito de provar o crime cometido pela ditadura, como os

É principalmente a partir destes personagens que esta tese se desenvolve, sempre em diálogo com outros relatos de comunistas e jornalistas, documentos e bibliografia sobre o período. Para trabalhar a questão de identidade relacionada à memória, são relacionadas diferentes temporalidades. Passado/presente/futuro estão imbricados nessas operações de construção de memória e de identidade, como será visto algumas linhas adiante. Daí a importância do mapeamento dos entrevistados feito acima.

Após uma discussão mais conceitual, são trabalhadas, neste capítulo, algumas características que constroem as identidades de jornalistas ou de comunistas. Uma delas é a relação destes grupos com a intelectualidade – ou o fato de que eles mesmos podem ser considerados intelectuais. Com relação a isso, será feita não só uma discussão teórica, mas também um apanhado histórico. Em seguida, procura-se apresentar características acionadas na construção das identidades de comunistas e de jornalistas, procurando ver como elas se aproximam ou se distanciam entre si e com as experiências dos jornalistas do PCB, aprofundadas no próximo capítulo.

4.1. Identidade

Vamos supor que hoje à noite, aqui em São Paulo, haja um blecaute. Não tem luz nenhuma, acabou a luz. A cidade está absolutamente às escuras. Vamos supor que não tem nada de poluição, que o céu está limpo. Vamos supor que, junto com isso, também não tem nuvem. Então, portanto, nós estamos com um céu estrelado como se fosse lá no sertão da Bahia, ou no sertão profundo do Ceará. Então se abre uma abóboda, quantas estrelas você verá? Milhões, bilhões. É sabido que muitas dessas estrelas que você está vendo já morreram, elas já explodiram. E o que você está vendo é apenas a luz que continua chegando. Então estrelas que estão a milhões e milhões de anos-luz, que já explodiram, no entanto olhando pra lá você vê essa estrela brilhando ainda. Não é isso? Então quando você olha para esse céu estrelado, você está vendo o presente ou o passado? Você está vendo o passado (Sergio Gomes, 2014).

A metáfora feita pelo jornalista Sergio Gomes nos fala um pouco sobre a relação passado/presente e as formas de se acessar o passado. Mostra também a relação dialógica entre passado/presente e, por que não?, futuro. O que se conhece do passado é apenas o que chega até o presente, o que sobrevive a aparelhos clandestinos, a batidas

depoimentos de familiares e colegas distorcidos no Inquérito Policial Militar instalado para apurar o caso e o julgamento da Justiça comum, que negou a hipótese de suicídio. A morte de Herzog foi também seguida por ampla mobilização da sociedade civil, com o protagonismo do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e seu então presidente, Audálio Dantas. Ele conta parte da história em entrevista concedida a outros jornalistas que a viveram no programa Roda Viva (da TV Cultura) de 21 de dezembro de 2015.

policiais, a viagens com codinome e a envios de materiais de um país a outro via correio, no caso de muitos dos documentos ou jornais produzidos por grupos de oposição à ditadura (1964-1985). Desse longo caminho até permanecer no período da redemocratização, as fontes escritas passavam, algumas vezes, pelas mãos de militantes (ou ex-militantes) para arquivistas, sendo enfim disponibilizados para pesquisadores. Porém, sempre restam aqueles condenados ao silêncio e ao escuro de uma caixa ou gaveta, na casa de quem viveu aqueles tempos e não tem a pretensão de tornar público o que guardou consigo.

Assim, seleção do que se vê do passado no presente atravessa diferentes âmbitos, desde o material até outros talvez mais complexos, quando se trata do que se diz e do que se silencia nos depoimentos orais. Trabalho aqui com diferentes silêncios, no caso desta pesquisa: as pessoas que não foram procuradas para dar entrevista; as que foram procuradas, mas se negaram; o que não é dito durante as entrevistas, por decisão do entrevistado, por entender que não interessa à pesquisa, que não foi perguntado ou ainda o que o entrevistado não deseja que seja legado para o futuro.

E é nesse ponto que se articulam passado/presente/futuro, memória e identidade. Entendida da forma mais simples, como a imagem que se constrói de si, para si e para os outros, a identidade está intrinsecamente relacionada com a memória (Pollak, 1992, 05). Lembra-se o que se deseja, de forma consciente ou não, que constitua sua identidade, selecionando, no presente, acontecimentos e características passadas para que componham o painel identitário do futuro.

Mesmo que essa operação seja individual – por mais que feita, no caso dessa pesquisa, em interação com a entrevistadora –, ela sempre se ancora no exterior por meio de outros portos não diretamente presentes durante a entrevista. No caso de jornalistas e comunistas, pode-se considerar que se tratam de duas fortes identidades por afiliação, cada qual com suas características independentes, mas também com suas interseções. Gilberto Velho considera que partidos são unidades encompassadoras: por mais que as identidades ligadas a eles sejam adquiridas “em função de uma trajetória com opções e escolhas”, os partidos, assim como as famílias, são grupos hipoteticamente mais integrados (Velho, 1994, p. 97-98). Mesmo assim, equilibram-se entre outras formas de sociabilidade, já que se tratam aqui de sociedades complexas em que o sujeito transita por possibilidades diversas.

Se fossem desenhados gráficos, eles poderiam representar as identidades citadas de jornalista e de comunista como duas circunferências com um espaço de interseção. Essas circunferências não estariam sozinhas, mas acompanhadas de outras, maiores ou menores, com ou sem interseções. Afinal, os jornalistas comunistas entrevistados para esta tese ou para outros trabalhos aos quais tive acesso também são homens (em sua maioria), mulheres, cariocas, paulistas, goianos... Todos acima dos 60 anos, mas alguns da década de 1940, outros de 1930 ou 1950. De família pobre, classe média, cristã, judia. Assim, as identidades com as quais trabalho aqui também estão em diálogo, interseção, contradição e outras formas de relação com outras identidades, relacionadas a outros grupos de pertencimento ou afiliação.

Os círculos identitários de jornalistas e de comunistas são, evidentemente, recursos metodológicos, tipo ideias, e não são encontrados de maneira pura na realidade. Compostos de indivíduos diversos, tais círculos nos apontam para o questionamento sobre o quanto se pode generalizar aquilo que é individual. O antropólogo francês Joël Candau se coloca essa questão: “*esse* nuer⁷⁵ ou *esses* nuers com quem o antropólogo conversou um dia se transformam, pela magia da escrita etnográfica, em *os* nuers” (Candau, 2011, p. 28). O pesquisador italiano Alessandro Portelli resolve o problema da seguinte maneira: a história oral “não nos oferece um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias” (Portelli, 1996, p. 72). Assim, o que nos conta um indivíduo não necessariamente aconteceu com todos daquele grupo, mas muito provavelmente esteve no horizonte ou campo de possibilidades dos demais sujeitos deste grupo. O termo também é utilizado, de forma semelhante, por Gilberto Velho: “existe um campo de possibilidades que, se não é exclusivo, é bastante típico desta sociedade, aparecendo fortemente solidário com o desenvolvimento de ideologias individualistas” (Velho, 1994, p. 98-99).

O campo ou horizonte de possibilidades resolve o problema da representatividade de experiências individuais. Mas nos resta ainda outra questão, antes de avançar no debate mais específico sobre identidades de jornalistas e comunistas: o que faz com que determinadas experiências ou ideias sejam alçadas à condição de características identitárias comuns de determinado grupo? Essa é talvez uma pergunta irrespondível,

75 Confederação de tribos localizadas no sul do Sudão.

mas que nos coloca a pertinência de pontuar que existem, além de diversidade, disputas internas em cada um desses grupos de afiliação.

Essas disputas já existiam no período em que os entrevistados de hoje eram os jornalistas comunistas de ontem. A documentarista portuguesa Susana de Sousa Dias, ao fazer o filme *48*, sobre a tortura sofrida por presos políticos da ditadura salazariana, sobrepôs a voz dos entrevistados, gravadas em 2003, com as fotos de reconhecimento policial, feitas em diferentes anos do período ditatorial. Em nenhum momento do filme, aparecem imagens dos entrevistados com a idade que têm no momento da entrevista: apenas suas vozes. O recurso, segundo a cineasta, serviu para que falassem os presos políticos, e não os ex-presos políticos. Tem-se aqui, portanto, mais um complicador para esta discussão sobre a memória e identidade dos jornalistas comunistas, pois, além das disputas internas dos anos 1960 e 1970, temos ainda outras disputas, identidades, grupos de afiliação e projetos: os daqueles que falam hoje e são, em sua ampla maioria, ex-pecebistas (embora muitos ainda comunistas).

Desse modo, em nosso gráfico imaginário com as identidades de jornalistas e comunistas, são trabalhadas, no mínimo, duas abstrações: as diferenças e disputas internas em cada um desses círculos identitários; a clivagem temporal entre as características predominantes dessas identidades e as identidades atuais daqueles que falam sobre elas no presente, mas estão de certa forma representadas também ali, no passado.

E o que faz alguém ser um comunista? Apesar da fragmentação em diversas organizações, nem todas sob a forma de partido⁷⁶, ser comunista era ainda muito associado, no Brasil, à primeira organização comunista fundada aqui: o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ele se manteve como referência identitária mesmo para os que divergiram de suas teses (mas não completamente de seu modo de ser) e saíram para outras organizações, como é o caso do jornalista Álvaro Caldas, que foi do PCB para o PCBR:

76 Em 1962, foi criado, considerando-se uma continuidade do PCB de 1922, o PCdoB (Partido Comunista do Brasil, mesmo nome do partido de 22, porém com outra sigla). Em 1968, fundou-se o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), também como uma divisão do PCB. Porém, diversos militantes consideravam-se comunistas e estavam em organizações com outros formatos, como grupos guerrilheiros que constituíram a esquerda armada. Segundo o historiador Daniel Aarão Reis, apesar das divergências de tática e estratégia, tais organizações seguiam princípios semelhantes, como a exigência no cumprimento de tarefas e no desenvolvimento de um conjunto de virtudes, guiados por figuras de autoridade (Reis Filho, 1990).

Me lembro bem do companheiro Timbaúba falando, argumentando, lembrando sua origem operária, convencido de que em hipótese alguma poderíamos ter razão, jamais poderíamos ter razão fora do Partido (Caldas, 2004, p. 202).

É nesse ponto que se pode complexificar a definição de identidade usada inicialmente. Joël Candau relaciona o conceito de *habitus*, de Bourdieu, com o que ele classifica como protomemória, aquela que “no âmbito do indivíduo, constitui os saberes e as experiências mais resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros de uma sociedade” (Candau, 2011, p. 22). É o que nos faz, por exemplo, não ter que aprender diariamente a como levantar da cama, escovar os dentes, caminhar pelas ruas da cidade e usar o transporte público até o local de trabalho ou estudo. Seria a memória-hábito do filósofo francês Henri Bergson. Para Candau:

O *habitus* depende, em grande parte, da protomemória, e Bourdieu descreveu bem “essa experiência muda do mundo como indo além daquele que procura o sentido prático”, as aprendizagens primárias que, do ponto de vista corporal, são como lembretes, as ligações verbo-ação que fazem funcionar corpo e linguagem como “depósito de pensamentos diferenciados” e tudo o que depende de disposições corporais, incorporadas de maneira permanente (Candau, 2011, p. 22).

Bourdieu defende o seu conceito de *habitus* como uma tentativa de restabelecer o papel dos sujeitos frente às estruturas, sem, contudo, ignorá-las e partir para o outro extremo, o idealista, de considerar que é a consciência que determina as estruturas. Leitor de Karl Marx e de Max Weber, embora não tributário a nenhum dos dois, ele busca, com o *habitus*, construir um conceito dialético, na mediação entre estruturas que são estruturantes (as condições materiais formam determinada maneira durável de sentir e pensar) e também estruturadas (as condições materiais também se transformam a partir das maneiras de sentir e pensar).

Retomando a citação de Álvaro Caldas, ao contar que ouviu de um militante que “jamais poderíamos ter razão fora do Partido”, fica mais evidente a relação entre o papel ativo dos sujeitos (os que formam o partido, as ideias em torno das quais ele se organiza e podem inclusive discordar e sair dele) e o papel modelador das estruturas nos sujeitos (como ter razão fora de uma organização que tem diretrizes não só políticas, mas também morais?).

Essa relação dialética existe também entre memória e identidade, ainda segundo Candau: “A memória, ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós

modelada” (Candau, 2011, p. 16). Dessa forma, o que os jornalistas comunistas contaram para esta pesquisa, dando materialidade para suas memórias através da narrativa, é selecionado de acordo com a(s) identidade(s) que eles têm hoje, mas que se relaciona, seja para reforçar ou negar, com um “*habitus* comunista” – formado pelo Partido e também formador dele. Aplicar o conceito de *habitus* aos comunistas do PCB, porém, não seria adequado no caso de se utilizar a ideia de *habitus* de maneira ortodoxa. O *habitus* estaria, segundo o autor, ligado ao conceito de campo, sendo que este último é entendido como um conjunto de linguagens supostamente independentes formada pela especialização do trabalho. Não haveria, portanto, um *habitus* ligado à militância.

Contudo, fugindo da ortodoxia, a ideia de *habitus* como uma via de mão dupla entre pessoas e instituições criando certo modo de ser pode ser uma boa ferramenta para pensar a articulação entre as identidades de jornalistas e de comunistas. O próprio conceito de identidade tem sido ressignificado nas últimas décadas⁷⁷, justamente tentando afastá-lo de uma ideia que se refere a um amalgamado de características que reúne – e iguala – sob seu manto uma série de singularidades. Esta é a crítica feita pela historiadora Ana Paula Palamartchuk à pesquisa da também historiadora Dulce Pandolfi sobre o imaginário de comunistas brasileiros. Segundo Palamartchuk, “seu trabalho acaba por não registrar diferentes formas de identidades entre os militantes por se propor a construir uma história baseada nas representações e no imaginário, o que a levou a descolar os discursos da própria experiência dos sujeitos históricos” (Palamartchuk, 1997, p. 11). O risco que se corre de acreditar numa identidade que unifique relevantes singularidades também não pode levar a que se considere as peculiaridades de cada experiência, pois isso tornaria inviável o trabalho de qualquer pesquisa. Pode-se então considerar que a identidade se trata de um “tipo ideal”, confrontando com as experiências singulares a partir das entrevistas utilizadas como fonte para esta tese. Em algumas delas, os próprios entrevistados apontam quais os comportamentos normativos dos comunistas, em contraponto com os que eles teriam em suas experiências históricas – singulares, porém nem por isso apenas individuais.

⁷⁷ Stuart Hall, por exemplo, ao tratar de uma suposta crise de identidade na contemporaneidade, organiza um percurso que vai da identidade moderna, mais fixa e centrada nos sujeitos à identidade da pós-modernidade, descentrada e passível a mudanças mais velozes. Obviamente o pensamento do autor é bem mais complexo do que esse rápido resumo, e ele mesmo faz a ressalva de que nem a identidade moderna era completamente fixa nem a pós-moderna de uma fluidez absoluta (Hall, 1997).

O termo “identidade”, então, é compreendido aqui em sua complexidade como um terreno marcado por disputas e contradições em relação às memórias – também em disputa – de diferentes grupos entre si e também dentro do mesmo grupo. Identidade que, assim como o *habitus*, são formadas pelas estruturas e também formadoras delas. Identidade que está ligada ao passado, mas, assim como as memórias, também se atualiza no presente, através das narrativas, e constitui projeto(s) para o futuro. No caso de “unidades encompassadoras” como são os partidos políticos, o conceito de identidade faz mais sentido associado à ideia de *habitus*, que dá margem de atuação aos agentes, porém destaca o papel fundamental das estruturas.

4.2. Intelectualidade

Difícil duvidar de que os jornalistas do PCB podem ser considerados intelectuais, que “são os *produtores diretos* da esfera ideológica, *os criadores de produtos ideológico-culturais*” (Löwy, 1979, p. 01, com grifo no original). Apesar de a relação trabalhista com a imprensa representar, além de uma situação de venda da força de trabalho, uma aceitação dos valores daquelas empresas – ou de seus proprietários –, é inegável que o trabalho jornalístico, de forma geral, consiste na criação de produtos ideológico-culturais. Produtos que certamente, como quaisquer outros que fazem parte da lógica capitalista, não se limitam à esfera da cultura ou das ideias, pois implicam também na movimentação de um montante financeiro. Assim, jornalistas são trabalhadores e se inserem na *estrutura* econômica; são também trabalhadores que lidam com capital simbólico, estando, ao mesmo tempo, inseridos na *superestrutura* ideológica.

Quaisquer jornalistas seriam intelectuais, por esse ponto de vista. E quaisquer comunistas ligados a um partido seriam também intelectuais, a partir da ideia de que a entrada num partido político é justamente a superação da reprodução material da vida ou mesmo de reivindicações restritas ao mundo do trabalho.

Um comerciante não passa a fazer parte de um partido político para poder comerciar, nem um industrial para produzir mais e com custos reduzidos, nem um camponês para aprender novos métodos de cultivar a terra, ainda que alguns aspectos dessas exigências do comerciante, do industrial, do camponês possam ser satisfeitos no partido político. Para essas finalidades, dentro de certos limites, existe o sindicato profissional, no qual a atividade econômico-corporativa do comerciante, do industrial, do camponês, encontra seu

quadro mais adequado. No partido político, os elementos de um grupo social-econômico superam esse momento de seu desenvolvimento histórico e se tornam agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional (Gramsci, 1979, p. 17, 18).

Produtores ideológicos em seus locais de trabalho e agentes de atividades gerais, de caráter nacional e internacional, os jornalistas do PCB seriam *duplamente* intelectuais; mas não repetidamente. Essa duplicidade, longe de significar redundância, contém um caráter contraditório. Esses agentes serviam a dois senhores: ao mercado jornalístico e à causa comunista. Encontrar intelectuais ligados a esta última é tarefa das mais simples.

Se você considerar da década de 40 pra cá, nós estamos falando então em 70 anos, da luta contra o fascismo, contra o nazismo, da II Guerra [Mundial] pra cá, e pensar a intelectualidade brasileira, os maiores arquitetos brasileiros eram de direita, de centro ou de esquerda? [...] Então a primeira constatação é que você vai verificar que o povo brasileiro teve a sorte, sem precisar lutar por isso, de que o que havia mais destacado em cada uma das áreas do pensamento, na área da cultura e consequentemente também na área do jornalismo, era de esquerda. Então você associa duas coisas: o fato de o cara ser de esquerda e o fato de o cara ser profissionalmente qualificado ou culturalmente destacado. Não é pouca coisa, porque aí a palavra desse artista tem peso duplo, seja pelo que ele defende, pelo que ele está falando, mas também pela sua obra (Sergio Gomes, 2014).

A atração de intelectuais pela esquerda e, mais especificamente, pelo marxismo, é motivo de reflexões por parte de diferentes autores. Segundo Michael Löwy (1979), a teoria marxista seria a principal responsável pela ligação da intelectualidade à causa dos proletários. O marxismo seria o único esquema teórico capaz de explicar a degradação dos valores, as injustiças, a guerra e, em última medida, o capitalismo. O rigor científico e o apontamento de um sujeito histórico, o proletariado, capaz de transformar o sistema de produção capitalista e instaurar um novo regime fariam com que os intelectuais passassem para o lado desta classe.

Eu acho que os comunistas e pessoas simpatizantes foram fundamentais na formação de muita gente, de gerações inteiras a partir de 64. E sempre, né? Você imagina, não só como jornalistas, como professores, como lideranças, sindicalistas. Porque a visão marxista ainda é a visão mais justa, mais humanista. Você vê que o próprio Sartre recuou. Ele não era marxista, mas no fim da vida defendia o marxismo. O marxismo é a coisa mais justa (Carlos Jurandir, 2014).

Ainda de acordo com Löwy, a irrupção do proletariado como sujeito revolucionário da história, como no caso da Revolução Russa de 1917, contribuiu fortemente para que setores da *intelligentsia* se liguem não só ao proletariado, mas à sua ala mais radical: o Partido Comunista (Löwy, 1979, p. 08, 09). Durante os anos 1970, além da Revolução de Outubro, vivia-se um período animador para a esquerda, com a Revolução Cubana em fins dos anos 1950, desafiando o símbolo maior do capitalismo, os vizinhos Estados Unidos em plena Guerra Fria, e os diversos movimentos de independência de colônias do continente africano.

Contudo, nada disso seria suficiente para que os intelectuais se posicionassem em defesa dos oprimidos se não houvesse, antes, um momento de tomada de consciência, ligado ao confronto com a realidade. Para Jean-Paul Sartre, um técnico do saber prático se torna intelectual ao se deparar com a contradição em que vive e ter consciência de que a suposta *universalidade* que acreditava existir é, de fato, o *universal burguês*, baseado na ideologia dessa classe (Sartre, 1994).

A relação entre particular e universal se assemelha com a polêmica de Karl Marx com os idealistas. Para ele, não se pode reduzir o mundo (particular) às ideias (universal). Em suas críticas às teses de Feuerbach, na obra *A Ideologia Alemã*, Marx aponta ironicamente a falta de ligação dele e de outros autores idealistas com a carne, a matéria. Vencer a batalha das ideias, segundo ele, seria insuficiente.

Contrariamente à filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui parte-se da terra para atingir o céu. Isto significa que não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam e pensam nem daquilo que são nas palavras, no pensamento na imaginação e na representação de outrem para chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens, da sua atividade real (Marx, 1999, p. 21).

Enquanto para os interlocutores de Marx, faltaria, nas palavras de Norberto Bobbio, “o elevado rumor da história do mundo”, a história do Partido Comunista Brasileiro está repleta de exemplos contrários: de quando alguém já envolvido com a luta dos oprimidos ainda não tinha o marxismo como referencial teórico (Bobbio, 1997, p. 79). Luiz Carlos Prestes, o “cavaleiro da esperança”, já era conhecido pela Coluna Prestes quando começou a estudar marxismo no exílio, na Bolívia, como vimos no capítulo 02. Gregório Bezerra, outro conhecido militante do Partido Comunista Brasileiro, contou ao cineasta Luiz Alberto Sanz, no exílio, como se tornou comunista:

Eu me fiz comunista, primeiro, porque eu era um revoltado. Porque até a idade de 19 anos procurava um caminho. Eu tinha vontade de lutar, mas não tinha um apoio, não tinha uma pessoa que me esclarecesse. Então, em 1929, viajando num trem, na Central do Brasil, um camarada que havia sido meu companheiro, meu colega de trabalho, em 1917, ajudante de pedreiro como eu, chegou no meu ouvido e cochichou: “Você já leu esse jornal aqui?” Eu disse: “Que jornal?”. Ele disse: “A Nação”. Eu disse: “Que nação?”. Ele disse: é um jornal editado pelo Partido para as massas (Bezerra, 1978).

Mais uma vez, prevalece a noção de que para completar o processo de se tornar comunista é preciso ter contato com a teoria comunista, seja através de livros marxistas ou jornais do Partido. Antes disso, há sensibilidade com os oprimidos, um sentimento de injustiça (“eu era um revoltado”), mas não ainda o autorreconhecimento como comunista.

Quem conhece, por pouco que seja, a situação de fato de nosso movimento não pode deixar de ver que a grande difusão do marxismo foi acompanhada de certo abaixamento do nível teórico. Muitas pessoas, cujo preparo era ínfimo ou nulo, aderiram ao movimento pelos seus sucessos práticos e importância efetiva. Pode-se julgar a falta de tato demonstrada pelo Rabótcheie Dielo, pela definição de Marx, que lançou de forma triunfante: “Cada passo avante, cada progresso real valem mais que uma dúzia de programas”. Repetir tais palavras nessa época de dissensão teórica equivale a dizer à vista de um cortejo fúnebre: “Tomara que sempre tenham algo para levar!”. Além disso, essas palavras são extraídas da carta sobre o programa de Gotha, na qual Marx condena categoricamente o ecletismo no enunciado dos princípios. Se a união é verdadeiramente necessária, escrevia Marx aos dirigentes do partido, façam acordos para realizar os objetivos práticos do movimento, mas não cheguem, ao ponto de fazer comércio dos princípios, nem façam “concessões” teóricas. Tal era o pensamento de Marx, e eis que há entre nós pessoas que, em seu nome, procuram diminuir a importância da teoria! Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário (Lênin, 1979, p. 21-22).

Essa teoria viria necessariamente de fora da luta econômica, de acordo com Antonio Gramsci, que afirmava que todos os membros de um partido político devam ser considerados intelectuais (Gramsci, 1979). Porém, viriam os intelectuais necessariamente de fora da classe operária? A questão da classe social é um importante atravessamento para o caso dos intelectuais de um partido comunista, que se afirma a “vanguarda do proletariado”, ideia presente no Manifesto Comunista e que será reforçada por Lênin em “Que fazer?”.

Na prática, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento proletário (Marx; Engels, 2007, p. 51).

A discussão sobre a natureza do partido comunista, se de quadros ou de massas, embora nem sempre cite diretamente a questão dos intelectuais, refere-se implicitamente a ela. Pois, retomando Gramsci, apesar de todos os integrantes de um partido político serem intelectuais, existe uma “distinção de graus” entre eles (Gramsci, 1979). A defesa de organização a partir de quadros, feita por Lênin e Gramsci, dá relevo à divisão de funções dentro do partido, colocando o peso maior da responsabilidade organizativa sobre um grupo dirigente capaz de conduzir as massas. Mas como se formam esses quadros? De que classes sociais eles vêm?

Löwy deixa claro que “o intelectual pode ser recrutado em todas as classes e camadas da sociedade” – porque não formariam uma classe, e sim uma categoria social – afirmação com a qual Gramsci parece estar de acordo, já que, ao definir os intelectuais orgânicos, sublinha que “cada grupo social [...] cria para si [...] uma ou mais camadas de intelectuais” (Gramsci, 1979, p. 07). Assim, ele não descarta a possibilidade de nenhum grupo social essencial formar seus próprios intelectuais.

Não é isso o que pensava Jean-Paul Sartre. Ele afirma que todos os intelectuais são pequeno-burgueses, já que é a ideologia burguesa que, através de um processo histórico, é dominante na sociedade. Além disso, todos aqueles que têm condições de estudar seriam pequeno-burgueses e, portanto, as classes desfavorecidas nunca formariam intelectuais orgânicos. Mesmo se, por um sistema de seleção (complexo, mas não justo), representantes dessas classes chegassem a ser intelectuais, essa função social já os colocaria na posição de pequeno-burgueses, visto que representam uma mudança de função e de situação socioeconômica. Desse modo, os intelectuais que se dizem representantes dos proletários seriam, para Sartre, seus teóricos, mas nunca seus intelectuais orgânicos. Ainda assim, os intelectuais pequeno-burgueses podem se afirmar defensores dos interesses das classes desfavorecidas.

Alguns dos entrevistados para essa pesquisa (Sérgio Cabral, Arthur Poerner, Milton Coelho da Graça) afirmaram – mesmo sem serem perguntados sobre isso, demarcando a origem de classe como algo importante para suas trajetórias – terem nascido em famílias pobres. Ao se tornarem jornalistas, contudo, passaram a fazer parte

de outra classe social, a pequena burguesia. O trabalho de jornalistas, embora, em geral, não atenda ao importante princípio da independência (são agentes subalternos da hegemonia), é o exercício de uma função intelectual.

A função dos intelectuais como agentes da hegemonia está associada também ao debate feito por Gramsci e Lênin sobre partidos políticos. Além de se poder considerar que os partidos políticos são intelectuais coletivos, cabe ressaltar o papel fundamental que ambos os autores imputam aos dirigentes de partidos. Para Gramsci, é mais fácil formar um grupo pequeno de dirigentes do que uma grande base de dirigidos, o que evidencia o caráter elitista dos partidos, em sua concepção. Lênin, embora escreva com desconfiança sobre os intelectuais, também enfatiza o papel dos dirigentes e pontua que a consciência de classe não vem da luta econômica, mas de fora dela. Ou seja, é preciso um esforço intelectual que transcenda a disputa por melhores salários e condições de trabalho, por exemplo (Bobbio, 1982; Gramsci, 1991).

Pode-se então relacionar o papel de intelectuais ao de dirigentes partidários, responsáveis pela linha política e pela coesão interna das organizações partidárias para que elas sejam capazes de disputar a hegemonia na sociedade civil. Ao abordar jornalistas pertencentes a um partido político, trata-se de um grupo duplamente intelectual. Por mais que a maioria deles não fosse dirigente, eram responsáveis por difundir a linha do partido na imprensa comunista ou de interpretá-la, como todos os demais militantes, para os grupos de base dos quais faziam parte. Além disso, atuavam de acordo com a concepção política do PCB (frente única contra a ditadura) como produtores de bens simbólicos na imprensa burguesa.

4.3. Independência, mas não indiferença? Os intelectuais e o PCB

Enquanto o espaço se fechava para a participação política do PCB, a esfera cultural mostrava-se como uma possibilidade de inserção na vida legal do país durante as décadas de 1960 e 1970. O comunismo teve presença marcante no cinema, na dramaturgia, nas editoras e até na televisão, tanto através dos militantes do Partido quanto de intelectuais e artistas que eram próximos ao seu pensamento, mesmo que não vinculados à organização de maneira orgânica (Ridenti, 2000).

Apesar de suas especificidades, o fenômeno não era novo. Nos anos 1930, por exemplo, escritores, jornalistas, intelectuais e pessoas de diferentes expressões artísticas compunham o PCB. Jorge Amado, que depois, no período de legalidade na década de

1940, elegeu-se deputado federal, e Graciliano Ramos, que chegou a ser preso pelo Estado Novo, são dois exemplos da presença dos comunistas na área da cultura. A partir dos dois, já se podem discutir algumas das questões levantadas pela relação entre intelectuais e partido. Jorge Amado candidatara-se a deputado para ganhar votos para a legenda, mas sem a intenção de assumir o mandato. Acabou por fazê-lo por uma avaliação do partido de que soaria como falta de compromisso com os eleitores paulistas. Tornou-se um parlamentar atuante, porém, com dificuldades para se dedicar ao seu ofício de escritor (Gattai, 1982). Graciliano Ramos foi funcionário público da gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e da Cultura, durante o governo Vargas, o mesmo que o havia encarcerado. Graça, como era chamado, sofreu também tentativas de controle sobre sua produção literária pelo partido (Moraes, 2012).

Jorge Amado e Graciliano Ramos tiveram posturas diferentes em relação ao enquadramento que o realismo socialista ou jdanovismo (também grafado na forma “zdanovismo”) – porque fundada pelo soviético Andrei Jdanov – buscava fazer na criação artística de comunistas. A princípio, uma nova forma de conceituar a arte revolucionária, o realismo socialista firmou-se como uma política cultural do PCURSS, e seu grau de autoritarismo cresceu no período da Guerra Fria, estabelecendo a censura e o terror. Era o contrário da tônica da gestão leninista, de investimento e incentivo para o setor cultural do país. A partir de manuais que deveriam ser seguidos pelas mais diferentes expressões artísticas, buscava-se reforçar os valores da revolução e evitar qualquer indício que pudesse ser entendido como enaltecimento da burguesia.

No Brasil, o PCB buscou difundir e aplicar os preceitos djanovistas e impor essa aplicação também aos artistas ligados ao Partido. Graciliano Ramos, no entanto, demonstrou sua rejeição às normas e à estética soviética: “Acho que transformar a literatura em instrumento de propaganda política é horrível. Li umas novelas russas e, francamente, não gostei” (Moraes, 1994, p. 206). Enquanto isso, Jorge Amado, mais amoldado à disciplina partidária, chegou a declarar que “não existe romance que se possa comparar ao romance soviético. Não existe poesia como a soviética. Nem música, nem balé, nem pintura, nem escultura” (Moraes, 1994, p. 148). As divergências entre os dois escritores comunistas ficam evidentes também em suas obras. Em 1935, Graciliano Ramos, sem desconsiderar a capacidade artística de Jorge Amado, critica seu romance “Suor”, por considerar que neste livro o escritor havia adotado fórmulas prescritas pelos

soviéticos. O tom panfletário se mostra na revolta dos moradores do prédio número 68 da Ladeira do Pelourinho:

Mais além das rugas, de indiferença pela vida dos outros, dos comentários malévolos, havia entre eles uma solidariedade de classe da qual não se podia duvidar desde o incidente do sótão.

Prova ainda maior da existência desse sentimento o prédio teve quando rebentou o caso da greve. Parece que a briga com o proprietário e o médico da Saúde Pública acabou com o receio dos habitantes. Eles compreenderam que não era tão difícil a multidão se rebelar. O proprietário deixou de ser um tabu (Amado, 1981b, p. 152).

Termos como “solidariedade de classe” e “se rebelar”, além do próprio episódio da greve como expressão da organização das pessoas pobres que haviam deixado de temer o proprietário, evidenciam a ideia de exaltação do poder da classe proletária contra os que representam a burguesia exploradora. Por outro lado, Graciliano Ramos, que não fora convencido da justeza do realismo socialista, teve problemas com a direção do PCB, que tentou, por exemplo, que ele alterasse seu livro “Memórias do Cárcere”. No texto, Graciliano criticou o levante comunista de 1935, apontou que não houve censura prévia às artes pelo Estado Novo e fez um perfil nada enaltecedor de alguns líderes do Partido e outros presos políticos encarcerados com ele em Ilha Grande:

O novo companheiro nos insinuava a idéia de singular exibicionismo. Convenci-me por fim de que isso não é raro: à míngua de títulos, revolucionários bisonhos chegam a converter as marcas afrontosas em honrarias, equiparam-se provavelmente a guerreiros feridos. A princípio essa confusão de valores nos atordoa, afinal nos habituamos. É possível, afirmaram-me, conseguir-se o estigma artificialmente. Comprime-se a pele, em continuados beliscões, e provoca-se a hemorragia superficial necessária às equimoses prolongando-se o exercício, despontam linhas róseas, avivam-se, estendem-se. Cruzam-se numa viva carta geográfica onde se estampam os vestígios de golpes inexistentes (Ramos, 2011, p. 137).

Graciliano Ramos expôs a estratégia heroicizante de seu companheiro, ao invés de incorporá-la e reforçá-la. As características negativas de alguns presos políticos foram contadas por ele sem resguardar sequer líderes do PCB como Agildo Barata, porém foram vãs as tentativas do Partido de censurá-lo tanto nesse caso quanto em seu relato sobre a União Soviética, publicado no livro “Viagem”, em 1954, em que ele incluiu observações sobre o excesso de policiamento e a ausência de escritores – como Dostoiévski – que haviam sido excomungados pelo regime (Moraes, 1994, p. 210).

Gracialiano Ramos e Jorge Amado ilustram a difícil relação entre partido e artistas. Se, por um lado, eles conferiam prestígio ao PCB, por outro, perdiam em termos de independência criativa. Esse dilema, comum a intelectuais engajados, pode ser resumido na frase de Norberto Bobbio, segundo quem a conduta ideal seria atuar com *independenza ma non indifferenza* (independência, mas não indiferença). Para ele, o intelectual tem que sentir “o elevado rumor da história do mundo”, mas ele pondera que é preciso manter uma distância crítica para que não fique preso a palavras de ordem. Se ser engajado já poderia ser uma ameaça à independência, ser intelectual de um partido representaria “o máximo de disciplina e o mínimo de críticas possível” (Bobbio, 1997, p. 79).

No período da ditadura, segundo o historiador Marcos Napolitano, o PCB não tinha uma diretriz para a área da cultura. A atuação nesse setor acabou tanto por refletir a linha política frentista e aliancista, quanto por, de certo modo, ocupar o espaço proibido na política institucional. Segundo Carlos Nelson Coutinho, “as pessoas que tinham forte interesse pela política terminaram levando esse interesse para a área da cultura. [...] A esquerda era forte na cultura e em mais nada” (Ridenti, 2000, p. 55). A ideia pode ser bem resumida com a frase que o cineasta Geraldo Sarno teria dito em resposta a um crítico de cinema francês, em 1965: “Faço cinema porque não posso fazer política” (Ridenti, 2000, p. 55).

A ocupação da esfera cultural com o desejo não realizado de atuar na política não era exclusividade do PCB. O Partido sofreu várias cisões ao longo de sua trajetória, sendo a mais marcante delas a que deu origem ao PCdoB, em 1962. Durante a ditadura militar, outros grupos se formaram tanto a partir de dissidências com o PCB quanto com o PCdoB. Mesmo entre os que não foram fundados tendo como organização anterior um desses dois partidos, pode-se afirmar que uma matriz político-conceitual importante para todos eles – mesmo que para se afirmarem contrários a alguns pontos dela – foi o comunismo, de forma geral, e o PCB como organização particular que encarnava os ideais e práticas comunistas há décadas no Brasil.

Porém, outras visões políticas de oposição também influenciavam diferentes práticas culturais. A contracultura, por exemplo, estaria mais ligada à nova esquerda, enquanto grupos clandestinos valorizavam a cultura popular operária. Os comunistas do PCB davam ênfase à inserção da cultura nacional-popular em espaços do mercado e do Estado. Reproduzia-se, de certa forma, um microcosmo da frente ampla: os empresários

liberais contratavam artistas e jornalistas comunistas, representando a aliança com a burguesia nacional (Napolitano, 2012).

Vale lembrar que vigorava no PCB a ideia de que o Brasil era um país com resquícios feudais e que a revolução aqui seria de tipo dual, com uma primeira etapa de conciliação dos comunistas com a burguesia nacional. Se considerarmos o jornalismo como parte da superestrutura, assim como a esfera cultural, temos mais um motivo para que os jornalistas comunistas tivessem condições de atuar profissionalmente na grande mídia⁷⁸.

No caldo cultural de esquerda com matriz comunista, estavam mergulhados grupos políticos e artísticos. Atores e atrizes, cineastas, editores de livros e revistas, dramaturgos, artistas plásticos, músicos e escritores, com maior ou menor grau de organicidade, formando coletivos ou de maneira individual, aproximavam-se de temáticas caras ao comunismo. A produção de bens culturais com conteúdo e estética nacionais, a “busca pelo povo brasileiro”, como diz Marcelo Ridenti (2000), é um exemplo de interseção entre comunistas e demais artistas de esquerda.

Em sua pesquisa sobre os ideais românticos presentes na esquerda brasileira durante a ditadura militar, Ridenti permite-nos depreender que a efervescência de produções culturais com teor explicitamente político naquele período se relaciona com duas questões: em primeiro lugar, a proibição de organização política, com o estabelecimento do bipartidarismo e a repressão de movimentos sociais, entre eles, o estudantil e o sindical. Em segundo lugar, e aqui se faz referência ao caso específico das expressões culturais ligadas ao PCB ou influenciadas por ele, os anos de ditadura foram os que se seguiram às críticas feitas ao stalinismo, trazendo em seu bojo também uma revisão da relação entre Partido e intelectuais, até então pautada pelo jdanovismo.

Além do controle sobre a criação artística, o PCB, antes do XX Congresso do PCUS, em 1956, também era acusado de desvalorizar o trabalho intelectual, deslocando artistas para funções diversas da sua vocação.

A viúva de Cândido Portinari, Maria Portinari, revelou-nos que o marido “entusiasta do partido e do socialismo”, era tido pelas facções radicais como “burguês e muito pessimista”. Certa vez, quiseram obrigá-lo a distribuir clandestinamente a *Voz Operária*, o que

⁷⁸ A visão política influenciava também a ação do PCdoB no jornalismo. Além de manter um veículo próprio, clandestino, o jornal *A Classe Operária*, os pecedebistas se inseriram em periódicos da imprensa alternativa (Kucinski, 1991; Mourão, 2009).

prontamente recusou. Em outra ocasião, pediram-lhe que redigisse um manifesto de artistas plásticos a favor da paz. Portinari observou que não tinha inclinação para a escrita, mas insistiram e ele acabou escrevendo. “O pessoal do partido apareceu depois lá no ateliê para criticar o texto, dizendo que era muito moderado” (Moraes, 1994, p. 165-166).

Casos desse tipo teriam sido comuns na história do Partido na década de 1950⁷⁹, mas não há relatos de algo semelhante após o processo de autocrítica e revisão do stalinismo. Em entrevista a Albino Rubim, por exemplo, Jacob Gorender considera que os artistas e intelectuais que aderiram ao PCB pós II Guerra Mundial “eram ornamentos do Partido”, mas que na virada para os anos 1960, o PCB passou a “aproveitar os intelectuais naquilo em que eles são especialistas, o trabalho intelectual” (Ridenti, 2000, p. 68).

Considera-se que após o fim do zdanovismo, o Partido deixou não só de estabelecer normas autoritárias para a cultura, mas também de ter diretrizes claras para esse setor. Embora houvesse um Comitê Cultural, ele não impunha regras às atividades artísticas. Para Carlos Nelson Coutinho: “se a gente não se metesse em política, [a direção] também não se metia em cultura. Então, você podia defender o que quisesse, tropicalismo ou não, contanto que não dissesse que a luta armada era a solução” (Ridenti, 2000, p. 136). Além disso, os documentos que foram produzidos em relação à cultura não chegaram a ser a ser bem difundidos nem mesmo internamente.

- Na época, o partido tinha um comitê cultural, não é?
É, mas eu nunca participei disso, não sei de nada dele, não sei de absolutamente nada, nem me pergunta.

- Mas os comunistas, independente do comitê, tinham muita relação com as atividades culturais?
Ah, tinha, eu inclusive, além de ser repórter, comecei a escrever sobre música popular, e aí eu comecei a entrar na área de shows e acabei no CPC da UNE [Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes]. E o CPC da UNE era uma coisa do Partido, era um centro popular de cultura, era uma iniciativa do Partido. E eu acabei frequentando lá também, lá na UNE, não como estudante, mas na maioria dos eventos. Eu me lembrei do CPC porque é um exemplo de atuação do partido na área cultural (Sérgio Cabral, 2014).

⁷⁹ Não se deve, contudo, caricaturar a ação cultural do PCB nos anos 1950, significativa em áreas como o cinema (por intermédio de militantes como Alex Viany e Walter da Silveira), o teatro (Guarnieri, Vianinha e o pessoal do Teatro Paulista do Estudante) etc. O salto cultural pecebista nos anos 60 vinha sendo lentamente maturado no período em que ainda prevalecia o stalinismo (Ridenti, 2000, p. 70).

Conhecido pela sua relação com o PCB, o CPC da UNE, porém, não estava submetido ao Partido, assim como outras iniciativas culturais do período próximas ao ideário pecebista ou mesmo organizada por seus militantes. É o caso da revista *Civilização Brasileira*, do empresário comunista Ênio Silveira, um reduto da intelectualidade de esquerda no período 80. De acordo com depoimento de Leandro Konder:

Ênio Silveira era militante, membro do Partido. Mas nunca participou do Comitê Cultural. Ele tinha autonomia, [...] ao mesmo tempo em que era um tipo disposto a colaborar com o Partido, [...] um militante muito dedicado. Mas ele controlava por conta própria a revista, a editora, os instrumentos de trabalho dele. [...] O Partido podia fazer propostas, ele dava a última palavra, sempre (Ridenti, 2000, p. 121).

Essa última palavra seguia uma linha de priorização da qualidade em detrimento da ortodoxia. Segundo o diretor da revista Moacyr Felix: “A intelectualidade toda colaborava na *Revista Civilização*. [...] Neguei muita coisa que vinha sectária, dogmática, boba. Eu dizia: ‘Não posso publicar, que abaixa o nível da revista’” (Ridenti, 2000, p. 132). A partir dessa lógica, que se relaciona com um dos dilemas dos intelectuais engajados (*independenza ma non indifferenza*), compreende-se que a qualidade de um trabalho intelectual ou artístico seria contrária a um alinhamento completamente afinado com a política do Partido. Esse alinhamento seria ainda mais nocivo no caso do período stalinista e jdanovista, mudando após o XX Congresso do PCUS, no fim dos anos 1950, de acordo com Carlos Nelson Coutinho:

O início dos anos 60 é um período de muito florescimento cultural. É o período, por exemplo, em que o Ênio Silveira efetivamente transforma a *Civilização Brasileira* numa editora a serviço de uma cultura progressista. É o período dos *Cadernos do Povo*, do *Violão de Rua*, do início da publicação no Brasil de alguns autores marxistas críticos. Porque, até então, a cultura marxista no Brasil estava sob controle do PCB. Estritamente. Inclusive da editora oficial do PCB, a Vitória, que publicava sobretudo manuais soviéticos. Como Leandro Konder dizia: “não são escritos a oito mãos, mas a oito patas”. Em geral tinham nomes como *Fundamentos do marxismo-leninismo*, que o Leandro também dizia: “são os afundamentos do marxismo-leninismo”. Então, eu acho que o Ênio teve um papel, o Ênio e o grupo que o cercou, o Moacyr Félix (Ridenti, 2000, p. 67).

80 A editora existia desde 1932, mas seu período auge corresponde àquele no qual Ênio Silveira teve participação mais efetiva na empresa. Ele entrou na *Civilização Brasileira* nos anos 1950, foi seu diretor de 1963 a 1965 e vendeu 90% do capital da editora para um grupo português em 1982.

Assim, o florescimento cultural dos anos 1960 seria ligado à autonomia dos artistas e intelectuais em relação ao PCB, que teria deixado de enquadrá-los de forma rígida como fazia no período jdanovista. CPC, revista *Civilização Brasileira*, etc compartilhavam do ideário do Partido, mas não eram controlados por ele. Além disso, a influência comunista, marxista ou de outras tendências de esquerda no processo criativo não devem ser superestimadas ou consideradas sinônimo de uma hegemonia de esquerda na esfera artístico-intelectual. Se essa hegemonia existia no que se refere às ideias, “a direita [...] nunca perdeu o controle do processo” (Ridenti, 2000, p. 44). O processo de modernização conservadora consolidado durante a ditadura militar relaciona incentivo estatal (como, por exemplo, através do Instituto Nacional de Cinema e da Embrafilme) a um mercado prioritariamente formado por empresas sob propriedade de representantes das forças conservadoras (Ortiz, 2006).

4.4. Identidade: comunista

A relação entre comunismo rituais religiosos foi feita por diversos autores⁸¹ e aponta para algumas características comuns entre ritos de fé e ritos seculares. Segundo Rivière (1989), os de caráter político têm as seguintes funções: de legitimação política; de afirmação de uma hierarquia de poderes, valores e prioridades; de orientação moral; de troca intensiva, ao mesmo tempo lúdica e mobilizadora (Rivière, 1989, p. 180). Assim, podemos compreender a vida partidária de um comunista a partir de uma série de ritos.

A entrada para o Partido [soviético] supõe a adoção de uma visão de mundo totalizante com uma esperança escatológica de triunfo do proletariado. Os clérigos (aliás o aparelho) têm o seu seminário de teologia (a escola de quadros) e quando se tornam permanentes e bem materialistas, devotam-se, sem mais questionar a matéria, ao ministério da palavra. Indicam o lugar da verdade e mantêm a retidão ideológica entre seus camaradas (Rivière, 1989, p. 97).

A relação entre política e religião, especialmente quando se trata de um partido que nega a existência de deus, pode soar desconexa. No entanto, “[a religião] pode também corresponder a uma transferência do religioso para o político numa sociedade fortemente secularizada, em busca de valores fundadores e de uma forma de legitimação

81 Entre eles, Claude Rivière, Gérard Vincent e o brasileiro Jorge Ferreira.

sacra da autoridade” (Rivière, 1989, p. 144). É a partir dessa ideia que o historiador Jorge Ferreira aproxima a discussão de Mircea Eliade sobre mitos de aspectos da trajetória do Partido Comunista do Brasil no período do stalinismo (1930-1956).

Segundo Ferreira, o marxismo vulgar retoma grandes mitos escatológicos de sociedades antigas: o eleito, o ungido, o inocente ou o mensageiro podem ser atualizados na forma do proletariado revolucionário, a vanguarda incumbida de guiar a sociedade para a redenção (o socialismo) (Ferreira, 2002, p. 35). Os comunistas deveriam seguir rigorosa disciplina, rígida hierarquia e estar dispostos a sofrer críticas (expições) e fazer autocríticas (confissões) dos seus erros (pecados). Apesar (ou por causa) de tamanho rigor, ser comunista era também um orgulho e o partido construía o sentido da vida desses militantes. Ferreira relata, por exemplo, casos de militantes que ficaram doentes ou bastante debilitados após terem sido expulsos do PCB. Reações como esta seriam devidas ao “complexo da dívida”: a percepção por parte dos militantes comunistas de sua inferioridade em relação ao Partido e, conseqüentemente, eterna dívida em relação à organização (Reis Filho, 1990, 119).

Afinal, ser do partido significava fazer parte de uma elite, de um grupo de eleitos. Para um comunista, nenhuma tarefa deveria ser impossível de cumprir (Reis Filho, 1990, p. 124). A fé que move os comunistas baseia-se no marxismo. Ele daria sentido a toda a história, justificando os sofrimentos com a crença no fim da exploração. Antes da leitura da obra de Karl Marx, no entanto, já se tinha homens indignados com a desigualdade social, com vocação para promover a justiça. Suas ações, porém, só se tornariam efetivas depois da leitura dos textos marxistas, como o Manifesto Comunista. Esse foi o caminho percorrido por Luiz Carlos Prestes, que teria se sensibilizado para as desigualdades do país durante a Coluna Prestes, mas só se tornado um verdadeiro revolucionário depois de ter entrado em contato com a literatura marxista, durante o exílio. Por outro lado, a inserção de Prestes ao Partido exerceu a função de criar uma autoridade a ser celebrada, um modelo que os demais deveriam imitar e respeitar (Reis Filho, 1990, p. 129).

Enfatizar excessivamente as metáforas religiosas para tratar de um conjunto de ideias seculares pode soar desrespeitoso com os comunistas. A ideia aqui não é associá-los ao fanatismo, mas buscar compreender como a identidade comunista se constituiu de forma totalizante – sobrepondo-se ou mesmo regulando outras esferas, além da política –, assim como pode acontecer com a religião. De acordo com o historiador Gérard

Vincent, o próprio Marx propunha o comunismo como uma forma de se desenvolver uma “efetiva relação intersubjetiva no mundo”, exercendo uma função que também é desempenhada pela religião, porém nesse último caso de forma ilusória (Vincent, 1992, p. 428). Segundo ele, a “ascese moral comunista é uma continuação da judaico-cristã” e, de fato, a normatização da vida pessoal de comunistas, ditava, no exterior e no Brasil, a necessidade de comunistas serem exemplares também na vida doméstica (Vincent, 1992, p. 442). O artista plástico Enio Squeff, jornalista próximo ao PCB durante a década de 1970, aponta a relação entre essa moral comunista e a confiança depositada pelos patrões nos jornalistas do Partido:

Porque havia também uma coisa da ética também, que ninguém admitia um camarada do Partido Comunista ser antiético. Ser um sujeito que fosse mau pai, mau marido, até era meio parecido assim com cristão, meio beato [risos], era o pessoal do Partido Comunista. Tinha que ser bom pai, se se separasse da mulher tinha que alimentar a mulher, não podia estar enchendo a cara nos botecos, isso era muito assim do Partido Comunista. Havia uma ética comunista também que permeava aquele mundo intelectual daquela época. E, de um modo geral, a gente era muito respeitado eticamente pelos patrões, eles diziam: “Não, ele é do Partido Comunista, mas ele é um homem decente, é um homem confiável”. Tanto que algumas missões que eu fiz no Estadão foram missões que eu tinha que ter a confiança dos patrões, e eles tinham plena confiança em mim. E eu sabia determinadas coisas, que eu sabia que eram da empresa, mas não ia abrir pra qualquer um. Havia esse lado de muita confiança (Enio Squeff, 2015).

O relato acima sintetiza bem as questões que envolvem a moral comunista no âmbito privado e sua relação com a disciplina partidária e a atuação profissional de comunistas, questões que serão melhor abordadas no próximo capítulo. A ideia de “bom pai” e “bom marido” permeia diversas narrativas de/sobre comunistas. José Luiz del Roio afirma, em entrevista para o projeto Resistir é Preciso, que os comunistas precisavam ser bons pais, bons maridos e não beber. Relatos sobre a Guerrilha do Araguaia, organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), contam que os “paulistas” como eram chamados os guerrilheiros pela população local, eram os únicos que os maridos confiavam que suas esposas recebessem quando estavam sozinhas (Portela, 1979). Embora o “donjuanismo”, nas palavras de Gérard Vincent, fosse condenado, os casamentos também não seguiam as normas judaico-cristãs, para continuar na comparação feita por este historiador. Diferente do casamento burguês, o

comunista muitas vezes não envolvia assinatura de documentos em cartório nem muito menos cerimônias religiosas. Era comum, inclusive, que uniões acontecessem a partir da convivência em “aparelhos”⁸², como foi o caso de um dos casamentos de Henrique Cordeiro Filho, durante a clandestinidade, e como é dramatizado na ficção brasileira *Cabra-Cega* (Toni Venturi, 2005).

A fidelidade ao Partido era maior do que às famílias de origem ou aquelas constituídas a partir de casamento, o que tem uma estreita relação com a ilegalidade da sigla e os riscos que se corriam em militar num partido comunista durante a ditadura. Dênis de Moraes conta aqui como era a relação com alguém de fora do PCB.

E era curioso que algumas namoradas ou mulheres não eram membros do PCB e estavam naquele dia lá [na festa de aniversário], porque aquele dia não era uma reunião do Partido, era um acontecimento social. Eu conheci a primeira pessoa com quem eu fui casado nesta festa, e que absolutamente não era comunista, que não era militante, que não era jornalista, que era engenheira e que por isso mesmo o casamento não podia dar certo, foi uma aventura [risos]. Eu não contava minhas atividades clandestinas para ela. Um erro, hoje eu contaria. Ela tinha que ter uma ideia da totalidade, e não da parcialidade. Mas era uma exigência do Partido, o Partido era clandestino, tinha normas de segurança, problemas dos pontos, dos lugares dos encontros, que não se podia circular documentos, não se podia dar conhecimento a terceiros das reuniões, das decisões, dos documentos do Partido (Dênis de Moraes, 2014).

Apesar de todos esses cuidados, que impediam um relacionamento mais franco com sua esposa, Dênis de Moraes ainda vivia numa situação de maior abertura do que militantes profissionalizados. Estes muitas vezes estavam na total clandestinidade, passando anos sem ver filhos ou mulher, de quem podiam acabar, na prática, separando-se. Dois dos entrevistados nesta pesquisa foram militantes profissionalizados, dedicando-se integralmente às atividades do Partido: Frederico Pessoa – ainda solteiro neste período – e Henrique Cordeiro Filho.

- Esse tempo todo, você era casado, mas não tinha filho?

Eu era casado. Mas eu passei dez anos fora. E, quando eu voltei, em 1980, 81, por aí, não havia mais um casamento, entende? Então, nós resolvemos nos divorciar. [...] E os meus filhos são meus amigos até hoje. [...]

- Você já tinha filhos, então?

82 Residências clandestinas.

Tinha, tinha três filhos, na época. E depois, com o tempo, foram aparecendo outros. Eu casei cinco vezes. E eu tive filhos, não com todas. Tive filhos com a Marli, tive duas, com a Laís, um. Três. Só com uma que não teve filhos. Essa aí foi terrível também, porque na verdade... Foi lá em Três Rios, nesse apartamento [onde se escondeu para não ser preso]. Essa época que [ela] ficava na minha casa, aí ficamos juntos lá esse período (Henrique Cordeiro Filho, 2014).

Os casamentos diferiam então da moral cristã e também da burguesa, embora seja interessante notar que relacionamentos que poderiam ser considerados fortuitos por outros grupos sociais, por não seguirem nenhuma formalidade, fossem, para os comunistas, “casamentos”, merecedores deste nome, como na história acima contada por Henrique Cordeiro Filho. De todo modo, em certos aspectos, como na preocupação com a segurança da família durante a ditadura ou no caso de militantes profissionalizados vivendo na clandestinidade, as relações amorosas precisavam se adequar às necessidades partidárias.

Para Gérard Vincent, essa característica do comportamento de comunistas não se limitava à vida amorosa. A vida cotidiana dos militantes comunistas “expressa um engajamento política absoluto” (Vincent, 1992, p. 450). Carlos Azevedo, jornalista militante do PCdoB, foi entrevistado por mim para a pesquisa de mestrado. Sua resposta sobre o questionamento de que função exercia em determinada atividade, se jornalística ou partidária, dá bem a medida do engajamento absoluto apontado por Vincent:

[...] eu tinha contato com alguns jornalistas, por exemplo, do Estadão, que recolhiam as matérias que tinham sido censuradas, repassavam para a gente, e a gente colocava em circulação dessa maneira. Uma repressão, uma coisa que tinha acontecido e que os jornais não podiam publicar, eles passavam isso para a rede clandestina e a rede clandestina fazia circular.

- Mas isso era algo independente da atividade do partido ou fazia parte também?

Tudo era vida partidária, tudo fazia parte do meu trabalho. Eu estava à disposição 24 horas por dia, até porque eu estava na clandestinidade, não estava podendo trabalhar (Carlos Azevedo in Mourão, 2009, grifo nosso).

A situação de Carlos Azevedo se assemelha à de Frederico Pessoa, durante certo período de sua militância anterior à entrada no jornalismo, e de Henrique Cordeiro Filho, durante todo o período da ditadura de 64 em que esteve no Brasil, antes de desvincular-se das atividades do PCB quando foi exilado. Não era o caso, porém, da

maioria dos jornalistas comunistas, no sentido de que não viviam na clandestinidade nem se desligaram de suas famílias, suas casas, suas profissões e seus locais de trabalho. Porém, essa totalidade era em alguma medida compartilhada também por estes jornalistas, quando se percebe que eles exerciam sua militância nos locais de trabalho – com a venda do Voz Operária, o recolhimento de ajuda a famílias de presos políticos e a organização da classe jornalística –, nos sindicatos, na ABI, na imprensa alternativa e em espaços culturais, como veremos no próximo capítulo.

A ideia de que o engajamento no Partido Comunista Brasileiro dava, muitas vezes, sentido à vida de militantes se mantém como um indício da identidade desse grupo. A historiadora Dulce Pandolfi (1995) relata um caso dramático. A citação é longa, mas aponta para diversas características dos comunistas e ainda para o impacto da clandestinidade do PCB na vida – e na identidade – de “camaradas” e “companheiros”:

De uma maneira singela, o depoimento de um antigo militante de base retrata o drama vivido naquele IX Congresso do PCB. Tendo ingressado no partido nos anos 30, o velho comunista enfrentou uma dura e prolongada clandestinidade. Poucos foram os momentos em que conseguiu viver na legalidade. Para disfarçar, havia atuado no movimento popular fazendo uso de siglas alheias: PTB, MDB, PMDB. A sua bandeira vermelha, com o desenho da foice e do martelo, tinha ficado escondida debaixo do colchão por quase 40 anos. A legalização do PCB em 1985 foi a realização do seu sonho. A partir daquele momento o velho militante passou a se apresentar a todos como um “verdadeiro” comunista. Sua desbotada bandeira voltou a ser hasteada. Mas naquele Congresso o sonho estava se transformando num pesadelo. Segundo suas palavras, “sem o partido a minha vida perderá inteiramente o sentido: melhor morrer do que viver sem o PCB” (Pandolfi, 1995, p. 30).

A atuação em outras siglas, a clandestinidade materializada na bandeira escondida debaixo do colchão, o orgulho em ser comunista e, por fim, a perda de sentido da vida: excesso de importância dada ao Partido que não se confirma em outras narrativas ou não diz respeito aos grupos mais intelectualizados do PCB? O relato mais contundente no que diz respeito à centralidade do Partido na vida foi o de Dênis de Moraes. Não à toa, ele foi o único que, ainda hoje, considera-se do PCB – “não se pode entrar de onde nunca saiu” – enquanto os demais afirmaram ainda se identificar como comunistas, uns sem ressalvas, outros a depender da concepção de comunista que se tenha.

Nós formávamos, ali, uma família. E havia uma grande simpatia pessoal, uma sociabilidade compartilhada. Eu nunca esqueço que no meu aniversário no ano de 1978, quando eu fiz 24 anos, uma parte desses jornalistas do Partidão organizou uma festa de aniversário surpresa, numa casa em Jacarepaguá, quase um aparelho, e era uma festa! Eu não ia. Mas eles começaram a insistir: “Pô, todo mundo vai...”. E, quando eu cheguei lá, era uma festa comunista para comemorar, secretamente, meu aniversário. E me deram de presente, um presente que eu guardo até hoje, maravilhoso, em Espanhol, em papel-bíblia e encadernado, a poesia completa de Pablo Neruda. E uma coisa linda: cada um deles escreveu uma dedicatória pra mim no livro. Eu tenho esse livro guardado até hoje. Inclusive, alguns já morreram. Só comunistas. E só Partidão (Dênis de Moares, 2014).

No outro extremo, Sérgio Cabral conta que os jornalistas do PCB eram comunistas muito “curiosos”, por gostarem de algumas expressões culturais dos Estados Unidos, então o maior inimigo da União Soviética. A referência à URSS, porém, não tinha tanta importância na década de 1970, quando parte dos pecebistas se aproximava mais dos eurocomunistas do que dos soviéticos, e confrontos diretos não estavam no horizonte do Partido nem muito menos eram uma diretriz da URSS.

Uma característica marcante da identidade comunista, reconhecida por atores sociais externos ao Partido, é a disciplina. No relatório final do IPM 01/76, é citada a “férrea disciplina partidária” e, quanto às ações dos jornalistas comunistas, há “certeza de que a orientação seguida é estatuída pelo P.C.B. até porque a disciplina partidária é draconiana e não admite tergiversação” (Relatório IPM 01/76, 1976, p. 06; 09). Para o diretor da Gazeta Mercantil, Luiz Fernando Ferreira Levy, os jornalistas de esquerda, especialmente os que haviam passado pelo PCB, “eram os melhores quadros da imprensa, disciplinados, combativos, leais e... conservadores” (Lachini apud Albuquerque; Silva, 2007, p. 01). A disciplina, no ambiente de um jornal, se traduz em conhecimento dos limites e fidelidade aos tratos, de acordo com Cláudio Abramo:

Ao longo da minha vida profissional descobri que os membros do Partido Comunista são as pessoas mais fáceis de lidar. São os mais disciplinados e os mais racionais na ação diária e no trabalho. Faz-se um trato e eles cumprem, não brincam em serviço e não procuram forçar nada. Em todos esses anos de jornalismo nunca encontrei dificuldades com membros do PC; encontrei, sim, foi muito agitadorzinho imbecil de quinta categoria, esses tipos que gostam de aparecer porque não têm compromisso com nada. Já os militantes do PC são de um comportamento exemplar do ponto de vista do jornal. Para o meu gosto, acho até meio besta, mas para um jornal capitalista seu comportamento é exemplar (Abramo, 1988, p. 169).

A disciplina era um traço tanto de um modelo de militante como também profissional, destoando da identidade dos jornalistas boêmios, como veremos adiante. Porém, até que ponto esta ideia acerca dos comunistas se sustenta na experiência histórica dos pecebistas brasileiros?

Eram pessoas disciplinadas, tarefeiros, tem essa expressão que é do jargão comunista. Você recebe uma tarefa e faz. E eles tinham uma tarefa profissional e cumpriam. Houve sim problemas, vamos chamar de ordem sindical, trabalhista, antes do golpe, antes de 64. Na semana em que eu cheguei ao Jornal JB, na semana ou dias depois, estava armada uma greve que teve cinco adesões só e, infelizmente, grandes jornalistas, e a direção resolveu cortar. Porque que era uma greve não autorizada, e eu estava chegando, e o dono lá jornal falou não, este assunto é meu, fui eu que negocieei com eles. Mas aí foi um confronto de caráter sindical, tanto que anos depois todos eles voltaram a trabalhar no Jornal do Brasil (Alberto Dines, 2015).

Alberto Dines concorda com as afirmações de Luiz Fernando Levy e Cláudio Abramo, mas faz uma diferenciação importante entre a tarefa profissional e a militância sindical. A greve à qual ele se refere aconteceu em 1962, e um dos demitidos por ela foi Sérgio Cabral. Interessante observar que, embora os jornalistas do PCB, nos anos 1970, tivessem organizado movimentos de “retomada dos sindicatos do peleguismo”, para usar a expressão deles, a linha do Partido era que essa atuação sindical não fosse de confronto. É o que contam Sérgio Cabral sobre a greve de 1962, no JB, e também Carlos Jurandir sobre a paralisação no jornal O Globo, em 1977.

- O Partido teve uma ingerência na organização dessa greve?
Nada, teve não, porque o Partido entre os jornalistas era muito fraco, não tinha nenhuma organização, era puro movimento, aventureirismo, sabe? Não tinha nenhuma organização, nenhuma, nenhuma. A gente se declarava do Partido e não recebia nenhuma assistência... Ninguém se reunia com ninguém, cada um trabalhava por conta própria. A chamada “linha justa” do Partido, isso não existia, cada um fazia o que queria (Sérgio Cabral, 2014, grifo nosso).

Inclusive, eu, de certa forma, desobedeci um pouco a orientação do Partido, que era não partir para o confronto, mas eu parti para o confronto. Eu me juntei com os repórteres, e nós formamos uma espécie de comitezinho. E fizemos a coisa, entende? Paramos. E, até de certa maneira, enfrentamos o Partido, que não queria naquele momento o enfrentamento (Carlos Jurandir, 2014, grifo nosso).

Sérgio Cabral, além de negar qualquer direcionamento do Partido com relação à greve, nega ainda que houvesse uma atuação organizada dos jornalistas – o que será

contestado por outros entrevistados, conforme veremos no próximo capítulo. Para ficar por agora com a questão da disciplina, vê-se que nos dois casos de envolvimento de jornalistas do PCB em greves ou paralisações, eles consideram que não foram disciplinados. Cada um trabalhava por si, segundo Cabral, por não haver uma linha partidária; havia essa linha, mas ela foi desobedecida, é o que Carlos Jurandir considera que aconteceu em 1977. Havia, portanto, uma norma disciplinar que havia sido quebrada. E essa quebra incomodava a militantes mais antigos:

Após o 1º de abril, o Partido ficou todo à deriva. [...] Questionava-se a linha política do Partido nos bares, nas praias, nas universidades, nos locais de trabalho e onde mais a chamada esquerda festiva achasse oportuna e útil a crítica mais esdrúxula, sem princípio e, o que era pior, a formação de tendências ultra-revolucionárias (Sousa, 2005, p. 66).

O relato está no livro de memórias do gráfico Raimundo Alves de Souza. A quebra da disciplina e o mal estar com essa quebra evidenciam que ela era parte constitutiva da identidade de comunistas, por mais que fosse para negá-la: era sempre uma negação no sentido de apontar o desvio à norma. A disciplina e a moral partidárias dão bem a noção do que Gérard Vincent chamou de “isomorfismo com a sociedade global”. Se a moral comunista estabelecia a necessidade de ser, além de bom marido e bom pai, “excelente profissional”, havia na atuação comunista um *modus operandi* adaptado – e adaptável – a instituições típicas de uma sociedade capitalista – como empresas, onde se inclui a imprensa comercial – ou de ideologia radicalmente diversa da sua – como outras organizações partidárias (Vincent, 1992, p. 444-445). O perigo vermelho estava então longe de ter as cores fortes com as quais os anticomunistas o tingiam.

4.5. Identidade: jornalista

[Ser jornalista] é um estado de espírito, é uma disposição existencial. Eu já disse em outra entrevista que o jornalismo é uma das últimas profissões românticas. Talvez o termo esteja mal empregado. Não é, estrito senso, uma questão de romantismo. É, no sentido de que o jornalismo não é um emprego em que você chega, faz aquilo que a pauta lhe deu, cumpre o horário, e estamos conversados. Não. É uma disponibilidade para a vida, uma vocação de participação, ainda que não intervencionista, é uma atividade eminentemente cultural. [...] Você tem que estar disponível para ser jornalista. Você não é jornalista algumas horas por dia, senão você é um mau jornalista. Só

isso já o deixa aberto e sensível a uma série de coisas (Alberto Dines apud Abreu et. al., 2003, p. 154-155).

O trecho acima condensa bem o tom vocacional que alguns relatos de jornalistas dão à identidade construída acerca da profissão. “Disposição existencial”, “disponibilidade para a vida”, “vocaçao de participação” são algumas das expressões usadas por Alberto Dines que reforçam a concepção quase messiânica que o relato dá ao trabalho jornalístico. Sabe-se que memória e identidade são alvo de constantes disputas e nem sempre se consegue estabelecer um sentimento de unidade dentro de um grupo. A maioria dos relatos que analiso, contudo, usa a vocação como um elemento de coerência dos jornalistas.

Mas que grupo de jornalistas é esse? A princípio, os relatos usados neste capítulo foram colhidos e publicados por outros pesquisadores a partir de entrevistas com aqueles que são considerados “grandes jornalistas”. Eles foram extraídos do livro intitulado “Eles mudaram a imprensa”, cujo próprio nome já demonstra o atributo de grandes testemunhas dado aos entrevistados. Em seguida, a ideia de identidade jornalística presente nesses relatos serão confrontados com aquela das entrevistas concedidas para esta pesquisa.

A partir da história oral, podem se diferenciadas as “grandes testemunhas” das “pequenas testemunhas”. As grandes seriam aquelas que têm o sentimento de terem feito a história, enquanto as pequenas consideram que não têm nada a dizer. O primeiro tipo de fonte, em geral, está acostumado a dar depoimentos e oferece “um discurso trancado, construído e controlado”; o risco do segundo tipo de fonte seria revelar elementos “isolados voluntariamente ou não num discurso factual” (Lozano, 1996, p. 39).

As grandes testemunhas ouvidas para o livro “Eles mudaram a imprensa” consideram-se atores da história e são também assim considerados pelos seus entrevistadores. Além de Alberto Dines, citado na abertura desse tópico, a obra traz relatos de: Mino Carta, Otavio Frias Filho, Augusto Nunes, Roberto Müller Filho e Evandro Carlos de Andrade. A escolha desses entrevistados e do nome do livro que reúne seus depoimentos se deve ao fato de serem considerados líderes na criação ou reformulação de importantes periódicos brasileiros.

A personalização e a visão desses processos como mudanças bruscas e radicais já foram observados por Marialva Carlos Barbosa (2007), Ana Paula Goulart Ribeiro (2007) e Afonso de Albuquerque (2008). Barbosa critica a noção de criação ou

reformulação de jornais como obra de uma única pessoa, caracterizada como genial, como teriam sido os casos da Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda, e da Última Hora, de Samuel Wainer. Ana Paula Goulart (2007), seguindo essa mesma linha crítica, observa que as chamadas reformas modernizadoras dos anos 1950 no jornalismo constituem-se, na verdade, num processo de consolidação de mudanças que estavam em curso desde o início do século XX.

Já Albuquerque, em seu artigo “Aconteceu num carnaval”, analisa os relatos acerca dessa modernização da década de 1950 e os considera míticos: antes das reformas, prevaleceria o caos; depois, a partir da atuação de seres iluminados, seria fundado o novo – e verdadeiro – jornalismo brasileiro. Tais seres iluminados, como podemos ver nos depoimentos abaixo, consideram que o jornalismo é missão ou vocação para a qual foram escolhidos. Como se houvessem recebido um chamado divino:

Nós achávamos que o jornalismo era uma missão. Informar era um pouco transformar a sociedade, era algo ligado com a ideologia que tínhamos. Passar para o povo as informações, denunciar as arbitrariedades, os escândalos, isso envolvia um fogo, uma chama de transformação (Roberto Müller Filho apud Abreu et. al., 2003, p. 260).

Percebi já nessa época [aos 14 anos] que jornal era um vício mesmo. Sou um jornalista vocacional (Augusto Nunes apud Abreu et. al., 2003, p. 297).

A tônica dos relatos se assemelha à dos que se referem às reformas de 1950. Segundo Barbosa, comentando o período, “sobressai na idealização da profissão a ideologia da vocação, através da qual o jornalismo teria uma espécie de missão superior” (Barbosa, 2007, p. 165). A vocação cria uma relação quase religiosa com a profissão, que também aparece através de outro viés: o do desejo por igualdade social, “uma chama de transformação”. A ideia de missão associada a uma noção de engajamento político também faz parte da identidade de intelectuais (Sevcenko, 1989) e se relaciona com o papel educativo a que se atribuem tanto a imprensa partidária quanto a imprensa burguesa. Constitui, portanto, um atravessamento que aproxima militantes comunistas de jornalistas e intelectuais.

Acho que o jornalismo não é dar voz a quem não tem voz. Acho o seguinte: o jornalista é levado a essa profissão por um sentimento de justiça, por uma aspiração de justiça social. Quer dizer, por querer que

as coisas sejam feitas da maneira certa, que haja respeito pelas pessoas, e que haja uma queda da hierarquização, que todo mundo tenha direitos (Evandro Carlos de Andrade apud Abreu et. al., 2003, p. 59, grifo nosso).

Em sua busca por justiça, o jornalista também é aquele que tem como missão divulgar a verdade.

O jornalista deveria ser a pessoa que ensina a sociedade a pensar, que lhe dá elementos para pensar (Alberto Dines apud Abreu et. al., 2003, p. 156).

Ele [o jornalista] presta um serviço público, um serviço que pode ter efeitos muito profundos e muito graves. Dentro desse senso de responsabilidade cabe também a ideia de que a tarefa do jornalista é elevar o leitor, iluminar o leitor (Mino Carta apud Abreu et. al., 2003, p. 208).

De todos os seis entrevistados do livro “Eles mudaram a imprensa”, apenas um discorda explicitamente da ideia de que o jornalismo é uma missão. Não por acaso, trata-se de Otavio Frias Filho, do jornal Folha de S. Paulo, conhecido pelas reformas que visaram a implantar na redação a dinâmica empresarial, o que se desenrolou com muitos conflitos internos à redação e também entre a Folha e o Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo (Silva, 1988). Segundo Frias Filho: “Combatemos [na Folha de S. Paulo] muito essa idéia missionária. [...] Procuramos fazer uma des-romantização da maneira de encarar a profissão” (Otavio Frias Filho apud Abreu et. al., 2003, p. 377). A frase reconhece que a ideia missionária é recorrente no jornalismo, visto que existe a necessidade de combatê-la. Assim, é preciso um esforço ativo, como se a noção de jornal-empresa fosse contrária à identidade do grupo.

A identidade de jornalistas, quando do PCB, altera-se em relação a essa? Em que aspectos elas se assemelham?

A coincidência é tão grande [entre ser bom jornalista e ter formação política] que pode ser [que haja uma relação]. Acho que o gosto pela política tem alguma coisa a ver com o gosto pela informação, pelo que está acontecendo no mundo, pelas transformações, com o ideal de revolucionar o mundo. Isso nos levava a ser mais curiosos, mais atentos, e daí ao jornalismo é um pequeno passo (Roberto Müller Filho apud Abreu et. al., 2003, p. 259).

Roberto Müller Filho cita, acima, algumas das características coincidentes entre ser jornalista e ter formação política: gosto pela informação, curiosidade e ideal de

revolucionar o mundo. Pode-se facilmente identificar tal ideal com um determinado tipo de formação política: a comunista. Porém, a “moral” dos jornalistas se difere das de comunistas em diversos outros aspectos. A boemia, por exemplo, seria um deles:

Porque jornalista bebe muito, isso foi um negócio que teve um determinado momento que eu consegui me afastar disso, porque não era só beber um chopinho, era beber realmente tudo que houvesse. E a gente tinha necessidade, porque você saía com a cabeça estourando de uma redação depois de escrever muitas matérias, trabalhar o dia inteiro em uma matéria, você tinha que se acalmar, você tinha que baixar a sua excitação até para poder dormir (Enio Squeff, 2015).

Aqui, Enio Squeff coloca a bebida como uma consequência do excesso de trabalho, válvula de escape para uma atividade estressante. Mas ela também aparece, em outros relatos, como parte do próprio trabalho jornalístico, sendo os bares e restaurantes uma extensão das redações:

Uma hora lá, depois do AI-5, começou a ficar evidente que o Gabeira estava muito envolvido com política e que o departamento de pesquisa era uma célula. O Jornal do Brasil estava muito precário ali na avenida Rio Branco, e então, quando a gente precisava ter uma conversa, ia ao bar do Clube de Engenharia, ao lado, tomava um drinque e conversava (Alberto Dines apud Abreu et. al., 2003, p. 102).

- Como é que foi a sua experiência na revista Intervalo?
Fazia doze matérias por dia, eu fazia a revista toda. A televisão estava toda aqui no Rio e eu, naquele mesmo ano, já tinha feito cinema. A central de fofoca de artista era a Fiorentina [bar e restaurante em Copacabana]. Era só ir à Fiorentina toda noite e você tinha as coisas. Fazia com o pé nas costas (Henrique Caban, 2008).

No relato de Alberto Dines, o bar é um espaço mais tranquilo para se deliberar questões relativas ao trabalho no jornal, enquanto Henrique Caban o frequentava como espaço para se conseguir informações, o que mostra que eram também lugares de sociabilidade de jornalistas e também de artistas. No caso de veículos da imprensa alternativa ou partidária, as próprias redações representavam esse lugar de encontros. Nas narrativas sobre o dia do golpe, os jornais do PCB aparecem como espaços de refúgio e de resistência, conforme contam Fichel Davit Chargel e Raimundo Alves de Souza. Já no período de abertura, com um clima de maior liberdade, o Voz da Unidade, fundado em 1980, exerceu também o papel de agregar jornalistas e intelectuais de esquerda:

[Marco Antônio Moro] Era uma quantidade enorme de jornalistas que ia lá todo dia, ou dia sim, dia não, e muitos intelectuais, Marco Aurélio...

[José Luís del Roio] Até para beber cachaça.

[Marco Antônio Moro] Até para beber cachaça!

[Ruth Leal Tegen] É!

[José Luís del Roio] O jornal era um ponto de reunião (Resistir é Preciso, 2011).

O trecho acima, de entrevista feita pelo projeto Resistir é Preciso, acabou virando um bate-papo entre o entrevistador, José Luís del Roio, que também viveu aquele período como militante do PCB, e o casal Marco Antônio Moro e Ruth Leal Tegen, que fizeram jornais no exílio e, na volta ao Brasil após a anistia, trabalharam no Voz da Unidade, o órgão central no Partido naqueles anos. Para o historiador Jean-François Sireinelli, as redações de revistas constituíram espaços de sociabilidade, microcosmos onde os intelectuais estreitavam laços de afeto (Sireinelli, 2003, p. 248-249). Essa ideia está diretamente ligada ao ideal romântico da profissão de jornalista:

- [O jornalismo] era ou é uma profissão romântica?

Ah, éramos [risos]. Foi chamada de última profissão romântica. O Gabriel Garcia Marques, que foi um excelente *jornalista de redação*, não é que ele era cronista, era jornalista. Ele tem um livro só com discursos dele, não sei como é que chama, eu li em Espanhol, ele reuniu os discursos que fez desde o ginásio até não sei o quê. E ele põe uns discursos dele, já como jornalista, não me lembro em que circunstância, em que ele conta como era a vida dos jornalistas. Eles fechavam o jornal e depois iam pro *boteco* encher a cara e discutir o mundo e a imprensa. Foi esse romantismo que permitiu muitas experiências extraordinárias... A *imprensa alternativa* foi isso. Quer dizer, foi uma *resistência*, mas também muito na base desse *romantismo* (Alberto Dines, 2015, grifo nosso).

Mais uma vez, nas lembranças de Alberto Dines, as redes de sociabilidade misturam-se com o trabalho, a militância (note-se que ele menciona a imprensa alternativa e a resistência) e a boemia. Nas memórias dos jornalistas, o romantismo e o engajamento caminham juntos, formando uma identidade que, em certa medida, assemelha-se com a de comunistas. Contudo, ao confrontar tais memórias com outras informações históricas sobre o jornalismo, damos-nos conta de que certos aspectos são esquecidos, por não funcionarem para essa identidade positiva da profissão. Um deles era a enorme quantidade de jornalistas que não tinham condição de dar a forma final dos textos que seriam publicados:

Em geral, os repórteres escreviam muito mal. Tinha era um corpo de redatores muito forte. Uma grande diferença da organização de uma redação de hoje para aquele período é que, hoje, o repórter tem o texto final. Você não consegue mais um repórter que não tenha texto final. Naquela época, todos nós tínhamos estudado em colégio legal, dedicados, líamos. Boa parte era composta de excelentes repórteres, mas com textos péssimos. Não era para você publicar aquilo (Marcelo Beraba, 2008).

Havia, portanto, um corpo de repórteres absolutamente afastado da concepção de jornalistas-intelectuais e bem preparados. Além disso, o uso da profissão como trampolim para a política ou apenas para a garantia de um emprego público e ainda a instrumentalização do jornal para publicar notícias favoráveis ao patrão que dava àquele jornalista seu segundo emprego eram práticas comuns.

E tinha algumas coisas bem safadas. Por exemplo, a Folha de S. Paulo emprestou um jornal, a Folha da Tarde, para o DOI-CODI, para OBAN [Operação Bandeirantes]. A OBAN editava o jornal Folha da Tarde. A redação de O Globo estava muito mais à direita que o Roberto Marinho. Tanto que quando ele nos chama para vir para o jornal, ele diz: “ah, jornal vai morrer”. Mas os caras estavam muito, muito à direita⁸³. Tem até outro episódio engraçado, que o Pery Cotta era assessor do coronel Costa Cavalcanti. E como chefe de redação do jornal, dava manchetes semanais sobre o coronel Costa Cavalcanti (Henrique Caban, 2008).

O caso da Folha da Tarde foi estudado pela historiadora Beatriz Kushnir e é um grande símbolo da simbiose entre jornalismo e estado autoritário. A instrumentalização do jornal por repórteres que tinham a dupla função de assessores mostra outro lado desta simbiose: aquela feita de forma não institucionalizada. Ambos os casos apontam para as regiões de sombra da identidade jornalística. Naquelas que são iluminadas pelos relatos memoráveis enaltecendo a profissão, certamente estão também algumas das peças que montam a identidade comunista. Engajamento e preparo intelectual, contudo, não são suficientes para se compreender as práticas que efetivamente se desenrolaram na experiência de jornalistas comunistas brasileiros: na corda bamba da disciplina partidária, engajados na luta contra a ditadura sem perder a confiança dos patrões, eles estavam muito mais próximos do trabalho árduo pela sobrevivência material e política do que do romantismo da “melhor profissão do mundo” de Gabriel García Márquez.

83 Refere-se ao período anterior à entrada de Evandro Carlos de Andrade, em 1972.

Capítulo 05 – Jornalistas do PCB na imprensa burguesa durante a década de 1970

Devemos utilizar todas as possibilidades de trabalho legal nessa frente. A impressão de jornais e revistas de organizações de massa, o uso das tribunas legais proporcionadas por essas organizações e órgãos representativos, a utilização de modo organizado da influência dos comunistas na imprensa, na rádio e na televisão comerciais, ou, mesmo, quando as circunstâncias o permitirem, a circulação de jornais de massa do Partido são alguns exemplos de possibilidades abertas para a nossa propaganda e agitação legais (Vários Autores, 1976, p. 119)

Depois do golpe de 1964, que interrompeu a preparação do PCB para o VI Congresso do Partido, só três anos depois os pecebistas voltaram a se reunir. O trecho acima faz parte do Informe do Comitê Central ao VI Congresso do PCB, em 1967, e já indicava que a imprensa deveria estar inserida nas frentes legais de trabalho dos militantes do Partido. O documento pode ser lido como uma continuidade da linha adotada desde a Declaração de Março de 1958, mesmo que, dessa vez, não houvesse ilusões sobre a possibilidade de tirar o PCB da ilegalidade, como era a tentativa no fim dos anos 1950 e início dos 1960. A busca pela legalidade, no entanto, se não estava na existência do Partido como tal, o que seria impossível no sistema bipartidário Arena / MDB, estava nas ações de seus militantes – tanto na imprensa quanto nos sindicatos, para dar outro exemplo. O Informe de 1967 segue ponderando que também é necessário que, a essas táticas, somem-se formas ilegais de agitação e propaganda, o que não elimina a importância de se ter, num documento do Partido, uma indicação para a chamada pelas forças repressivas de “infiltração comunista” na imprensa.

A ideia de infiltração faz parte do imaginário anticomunista estudado por Rodrigo Patto Sá Motta. O Sistema Nacional de Informações (SNI) fazia relatórios periódicos sobre a infiltração comunista em diversos setores, como na igreja, nos sindicatos, nas universidades e na mídia. Grande parte desse material permite apenas a compreensão, em primeiro lugar, de que qualquer opositor ao governo militar era considerado “comunista”; em segundo lugar, de que havia uma grande vigilância e acompanhamento destes opositores. Essas conclusões são compartilhadas pelo sociólogo Rodrigo Czajka (2010), em sua pesquisa sobre os Inquiridos Policiais Militares (IPMs). O autor

aponta também que, apesar dessas características, essas são boas fontes para se entender o funcionamento das organizações de oposição à ditadura⁸⁴.

Porém, este não é o caso dos documentos do SNI, que acessei no Arquivo Nacional. A maior parte deles acrescenta pouco aos recortes da própria imprensa destacados como prova de subversão. Em casos mais raros, nota-se um esforço em apresentar dados e análises. O documento “O problema da infiltração de esquerda nos meios de comunicação de massa em São Paulo”, do dia 09 de abril de 1976, é um exemplo.

Não será preciso afirmar que os meios de comunicação de massa sediados em São Paulo, por força da importância de sua área de atuação, foram sempre alvos de infiltração comunista, não só com o objetivo de garantir o acesso das mensagens do MCI às populações dos principais centros populacionais do País, mas também como forma de formar quadros e praticar a desinformação e a sabotagem econômica [...] A partir do chamado processo de distensão política implantado há dois anos e, ao mesmo tempo em que era suspensa a censura a grande parte dos veículos de comunicação, a ação dos grupos de esquerda passou a ser mais ostensiva, sediando-se, mais uma vez, em São Paulo as operações mais agressivas (SNI, 1976, p. 01).

Apesar de ser um dos documentos mais informativos, o poder de atuação dos comunistas na imprensa burguesa é visivelmente superestimado. O relatório segue apresentando meandros das redações, como demissões e novos cargos ocupados, mapeando os jornalistas de esquerda e de direita. A preocupação em fazer esse monitoramento estava diretamente ligada à repercussão do assassinato de Vladimir Herzog, quando “o comportamento da imprensa [...] foi um teste de força vitorioso empreendido pelos grupos de esquerda” (SNI, 1976, p. 03). O exagero com que se atribui uma potência da esquerda em nortear o noticiário é patente.

Os documentos produzidos pela polícia política, contudo, mostram-se mais valiosos para uma pesquisa que busque compreender as formas de atuação das organizações de oposição à ditadura. Assim, além das entrevistas feitas por mim e por outros pesquisadores e projetos de memória e história do jornalismo, outro tipo de “entrevista” também é usado como documento nesta tese: os depoimentos dados ao

⁸⁴ De fato, os IPMs sobre a descoberta da gráfica clandestina de Campo Grande (Cf. Capítulo 03) e sobre a atuação dos jornalistas do PCB na imprensa, que será abordado neste capítulo, trouxeram informações relevantes para esta pesquisa.

Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e que constituem parte do Inquérito Policial Militar nº 01, de 1976 (IPM 01/76)⁸⁵.

Várias pessoas foram presas aqui: o Maurício Azêdo, o Luiz Paulo Machado, uma série de pessoas. Eu também cheguei a ser, quase que eu danço, por questão assim... Mas, logo depois, houve uma conversa entre o Prudente de Moraes Neto e um jornalista chamado Mário Cunha, quando o Maurício Azêdo foi preso. O Maurício Azêdo e o Paulo Machado, quando ele conseguiu sair, eles conseguiram chegar até o Reinaldo Melo de Almeida, que era o comandante militar aqui da região, era irmão do autor de romance chamado “A Bagaceira”... Era o irmão do Reinaldo Melo de Almeida. E esse cara que fez “A Bagaceira” era amigo do Prudente. Então, em suma, a ABI conseguiu transformar um processo que era clandestino, você podia ter sido raptado ou desaparecer, como aconteceu com o [deputado] Rubens Paiva, por exemplo, transformou num processo legal, entendeu? Eu fui chamado para dar depoimento, levei um protetor do Prudente do lado, entendeu? E todas as pessoas foram chamadas para depor. As pessoas que certamente estavam sujeitas a prisões. O processo foi transformado num processo legal (Carlos Jurandir, 2014).

O relato de Carlos Jurandir aponta para algumas características do período histórico em que foram tomados os depoimentos do IPM 01/76. A forte repressão ao PCB não incluía mais o uso da tortura, devido à repercussão do assassinato de Vladimir Herzog no ano anterior⁸⁶, ao fortalecimento dos setores das Forças Armadas que defendiam a abertura política e, no caso citado, à intervenção de uma entidade com reconhecida influência para denunciar casos de violência contra aqueles ligados a ela, a ABI⁸⁷. Ainda assim, a legalidade do processo pode ter se dado também com base em relações informais (contatos pessoais do presidente da entidade). Ainda que essa não tenha sido a principal razão, um dos depoentes interpretar o fato desse modo é um indicador de que não havia confiança nas instituições nem mesmo nos trâmites “legais” dentro da ilegalidade da ditadura: tudo pode não ter passado de mera casualidade. Este detalhe tem o importante papel de nos atentar para o desconhecimento dos limites colocados pela ditadura e dos possíveis avanços naquele contexto.

⁸⁵ O IPM 01/76 também aborda a presença de comunistas na Universidade.

⁸⁶ Vladimir Herzog foi assassinado no dia 25 de outubro de 1975, quando outros 11 jornalistas ligados ao PCB também foram presos e torturados. O relatório que encerra o IPM data de maio de 1976. Consta, porém, que antes da instauração do Inquérito, no início de 1976, foram presos Maurício Azêdo e Luiz Paulo Machado, tendo sofrido tortura.

⁸⁷ O verbete sobre Prudente de Moraes Neto no site da ABI também relata o episódio, destacando sua “firme atuação, em março de 1976, quando foram presos Maurício Azêdo e Luiz Paulo Machado” (ABI, 2016).

Além do contexto em que as informações prestadas ao DOPS foram dadas, parte-se do pressuposto de que, embora o processo fosse legal, os depoentes falaram contra sua vontade, pois informações poderiam gerar a prisão de mais militantes e a desestruturação partidária. Mesmo nos casos em que não houve violência física, ela estava latente, como uma possibilidade no horizonte compartilhado por estes militantes. No total, foram ouvidos 26 jornalistas⁸⁸ nesse processo, sendo que Milton Temer e Célia Maria Ladeira, que não foram encontrados para depor, aparecem como “qualificados indiretamente” no relatório final do Inquérito⁸⁹. Todos foram absolvidos.

Os depoimentos não devem ser tratados apenas como fontes de informação sobre a forma de atuação desses jornalistas; são também documentos da relação militância / repressão e da própria situação de tomada destes depoimentos. Alguns relatos presentes nesses depoimentos, contudo, foram narrados também em entrevista para esta pesquisa e em livros de memórias de alguns dos personagens dessa história. Os temas elencados por Anderson Campos fazem parte desse grupo. Segundo ele, a atuação dos jornalistas com vínculo orgânico com o PCB se estruturava em organizações de base⁹⁰, vinculadas ao seu local de trabalho, que se reuniam para discutir “problemas relativos ao mercado de trabalho, necessidade de fortalecer o setor cultural dos jornalistas, dissídios salariais e política interna das empresas jornalísticas”. Claro está, porém, que essas não eram as únicas atividades desenvolvidas por eles, mas são aquelas cuja “confissão” diante do DOPS geraria menos problema do que, por exemplo, atividades mais diretamente ligadas à articulação do Partido e à produção de material de agitação e propaganda⁹¹.

A partir das informações coincidentes em diferentes relatos, pode-se listar as seguintes atividades realizadas pelos jornalistas orgânicos do Partido: reuniões das OBs, venda do jornal Voz Operária, colaboração com a imprensa alternativa, mobilização da

⁸⁸ Alice Maria, Alternir Santos Rodrigues, Ancelmo Góis, Anderson Campos, André Motta Lima, Aristélio Tavares de Andrade, Carlos Jurandir, Elaine Maciel Machado, Fausto Guimarães Cupertino, Fichel Davit Chargel, George de Barros Cabral, Gervásio Carlos Batista, Henrique Caban, Henrique Miranda, Ismar Cardona, Ivan Alves, Jalusa Barcelos, Johnson dos Santos, Luiz Edgard de Andrade, Luiz Mario Gazzaneo, Luiz Paulo Machado, Maria Cristina Miguez, Mário Cunha, Maurício Azêdo, Pedro Celestino e Raul Azêdo.

⁸⁹ Milton Temer morava na França, de onde fazia o jornal Voz Operária depois da descoberta da gráfica clandestina de Campo Grande pela polícia (v. Capítulo 03).

⁹⁰ Foram identificadas, no IPM 01/76, as seguintes OBs em redações na cidade do Rio de Janeiro: editora Bloch, jornal O Globo, Jornal do Brasil e Correio da Manhã. Em São Paulo, relatos ligados ao assassinato de Vladimir Herzog dão conta da formação de organizações de base em: revistas Visão, Veja, editora Abril.

⁹¹ Como vimos no Capítulo 03, desbaratar o Setor de Agitação e Propaganda do PCB era uma das principais estratégias da ditadura para desorganizar o Partido e foi alvo de investigação específica.

classe de jornalistas e disputa pela linha da cobertura jornalística. Além disso, o apoio ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em campanhas eleitorais e o apoio financeiro a famílias de presos políticos eram outras duas atividades dos jornalistas do PCB – e duas preocupações constantes dos agentes da repressão⁹².

Alguns aspectos se misturam. A organização dos jornalistas, por exemplo, tinha como principal objetivo a “retomada” dos sindicatos e a ocupação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Para isso, era estratégico promover espaços de socialização entre os jornalistas, e um deles era o Cineclube Macunaíma⁹³, no Rio de Janeiro, e outro o Clube do Choro, em São Paulo.

[...] a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As "redes" secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo "redes" que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular (Sirinelli, 2003, p. 252, 253).

O que o historiador Jean-François Sirinelli afirma acima se relaciona com a necessidade que ele defende de dar importância às questões subjetivas que afetam os grupos intelectuais. Caracterizados especialmente por trabalhar com a “racionalidade”, os intelectuais acabam tendo suas dimensões afetivas e de sociabilidade desconsideradas ao se tentar traçar uma história da intelectualidade. Sirinelli destaca o perigo que se tem de supervalorizá-las, baseando tal história em fofocas e rumores que dizem respeito a grupos muito específicos. Por outro lado, aponta que afeto e sociabilidade têm – a despeito de se tratar de um grupo que trabalha com ideias e com a razão – um papel

⁹² Fernando Pacheco Jordão, em seu livro “Dossiê Herzog”, publicou um questionário padrão do DOPS, com 37 perguntas. Entre elas, as que se referiam à comunicação eram: “19) Como você recebia o órgão de divulgação e propaganda da organização? Cite o órgão e a forma utilizada para recebê-lo. 20) Quem é o responsável e quem são os membros do setor de agitação e propaganda da organização nesse setor? 21) De que forma a organização se vale dos órgãos legais de propaganda (rádios, jornais etc.) para fazer propaganda subversiva? 22) Faça um organograma do setor de agitação e propaganda da organização, enquadrando as pessoas citadas no item anterior” (Jordão, 2005, p. 172).

⁹³ O Cineclube é descrito dessa forma no relatório do Inquérito Policial Militar dos jornalistas do PCB: “Temos ainda a considerar o Cine Clube Macunaíma, cuja atividade objetivando congregar os jornalistas em torno de uma atividade cultural, mas, na realidade, através de uma programação em que prevaleceram os produtores de esquerda, rotulação com que se apresentam os adeptos do credo vermelho” (IPM 01/76, p. 03).

fundamental nos rumos da intelectualidade. O jornalista Luiz Weis destaca a importância da subjetividade na adesão ao PCB:

É óbvio que ninguém ali, naquele grupo, tinha qualquer intento que fosse, soviético, o stalinismo, ninguém era bobo ali. Mas a nós pareceu, a mim, que falo de mim, por exemplo, que, para não ficar cada um de nós boiando sozinho, ou você ia para a política, política política, profissional, entrar num partido, entrar no MDB [Movimento Democrático Brasileiro], ou você ia lutar, coisas mais radicais, ainda que muita gente estivesse já em queda. Ou você se ligava assim, preenchia de certo modo, acho que não só pra mim, uma ideia de você não estar, simplesmente, morto enquanto a ditadura corria (Luiz Weis, 2015).

Embora não se possa estabelecer uma separação total entre a sociabilidade e a política, visto que “não ficar boiando sozinho” ou não estar “morto enquanto a ditadura corria” já era em si uma resistência política, para fins de análise pode-se pensar num duplo papel do Cineclube Macunaíma e do Clube do Choro: o de promover espaços de socialização entre jornalistas e outras pessoas de esquerda e o de, a partir desse contato, fortalecer a atuação da classe jornalística. (Além, claro, das funções específicas relacionadas ao cinema e ao choro, especialmente como promoção de manifestações culturais contra-hegemônicas).

Assim, o Cineclube Macunaíma e o Clube do Choro eram espaços que dialogavam com o “fortalecimento do setor cultural” mencionado por Anderson Campos, que explicou, em depoimento, que a ideia do Cineclube era promover o “aperfeiçoamento intelectual do grupo” e “maior congrassamento [sic] da classe”. O Cineclube, que acontecia na ABI, foi um dos temas que se repetiram nos depoimentos dos jornalistas ao DOPS. Além dele, a distribuição e o recebimento do Voz Operária e a tentativa de identificar certas pessoas chave para a organização do grupo (como Maurício Azêdo e Luiz Paulo Machado) formam os assuntos mais mencionados pela polícia. A abordagem da polícia demonstra que o objetivo principal era a desestruturação do Partido e a desmobilização dos jornalistas fazia parte de um projeto maior.

[A perseguição aos jornalistas do PCB] tinha nada que ver com jornalista. Por isso que eu estou dizendo, entre 400 e tantos presos, 12 eram jornalistas. Só 12. Você tinha de tudo ali: advogados, engenheiros, arquitetos, estudantes, médicos, operários. A repressão foi contra o Partido Comunista Brasileiro. Por quê? Com o Geisel, começa, em 74, o tal processo de abertura lenta, gradual e segura.

Porque a ditadura já tinha, quer dizer, os ideólogos da ditadura, o Geisel inclusive, o Golbery, eles já tinham clareza que a ditadura não tinha muito futuro. Então eles começaram a organizar, vamos dizer assim, uma saída (Frederico Pessoa, 2015).

Não havia então um interesse especial da repressão pelos jornalistas. Porém, deve-se considerar que eles faziam sua militância *a partir de seus locais de trabalho*, tanto porque eram assim estruturadas as organizações de base quanto porque cada grupo pecebista deveria atuar de acordo com sua profissão (inclusive, a ocupação dos sindicatos era uma orientação geral do PCB). Assim, a militância dos jornalistas do PCB tinha suas especificidades.

5.1. A “moderação” do PCB durante a ditadura e os jornalistas do Partido nas empresas jornalísticas

“Como, sendo comunista, você trabalhava numa redação de empresa jornalística durante a ditadura militar?”. Essa pergunta foi a primeira dúvida que me moveu a fazer a atual pesquisa de doutorado sobre os jornalistas do Partido Comunista Brasileiro que trabalharam, nos anos 1970, nas redações de empresas de jornalismo. A pergunta, que passou de um problema incitador da pesquisa para ser realmente proferida aos 16 jornalistas do PCB entrevistados, apresenta duas facetas. Embora minha intenção fosse muito mais ouvir de que forma eles – são todos homens – interpretavam sua experiência nessas redações e pensavam as razões de serem aceitos nesses espaços prioritariamente anticomunistas, alguns a compreenderam de forma diversa. Entenderam que o questionamento encerrava uma crítica a uma suposta falta de coerência deles, jornalistas do PCB, como se não deveriam aceitar um trabalho de produção simbólica evidentemente contrária ao conjunto de valores comunista.

“Exige-se que a gente tenha uma coerência que era impossível ter. A não ser que caíssemos na clandestinidade”. Foi o que, em linhas gerais, me responderam alguns. A frase abre os diversos – porém restritos – caminhos para os opositores à ditadura no Brasil. Como discutido no capítulo 02, entre os que se mobilizavam pelo fim da ditadura, havia pessoas e grupos de diferentes correntes ideológicas, nem todos comunistas. Mas mesmo estes últimos estavam agrupados em diversas organizações, como outros partidos comunistas (Partido Comunista do Brasil – PCdoB e Partido

Comunista Brasileiro Revolucionário – PCBR) e grupos guerrilheiros. O PCB, seguindo a linha pacífica, era o mais moderado entre a esquerda do período.

O intuito dessas observações é frisar que a temida – pelas forças conservadoras – ideia de “comunista”, não se encaixa completamente no militante do Partido Comunista Brasileiro durante as décadas de 1960 e 1970. Na verdade, embora estivesse, ao longo da sua história, num movimento pendular em relação à defesa de táticas pacíficas ou da luta armada, a última experiência do PCB no sentido de um levante armado havia sido em 1935, durante o episódio conhecido pelo pejorativo nome de Intentona Comunista.

Voltando então à pergunta inicial, sobre como era possível que comunistas trabalhassem em meios de comunicação não comunistas, após essas considerações, a tendência é pensar que as contradições dessa experiência seriam meramente aparentes e poderiam, portanto, ser abolidas a partir desse simples apanhado sobre a oposição à ditadura e a esquerda do período. Porém, a realidade é mais complexa. A relação desses jornalistas comunistas com sua atividade nas redações dependia de diferentes fatores, principalmente: do período da ditadura e, portanto, da geração à qual pertencia esse jornalista; do veículo no qual ele trabalhava; e da posição ocupada por ele na hierarquia do jornal/revista.

Com relação à primeira variante, pode-se pensar em diferentes momentos da ditadura militar. O primeiro, logo após o golpe, em 1964; o segundo, a partir do AI-5, em dezembro de 1968; e o terceiro, com o anúncio de abertura, pelo general Ernesto Geisel, na segunda metade dos anos 1970, culminando na aprovação da Lei da Anistia, em 1979. Se, para a efetivação do golpe, foram presos principalmente líderes sindicais e militares que estavam ao lado da legalidade – e, portanto, da manutenção de João Goulart na presidência da República –, o período posterior é marcado principalmente pela repressão às organizações da luta armada. Com praticamente todos os seus participantes presos, assassinados ou exilados, o alvo se voltou para os que, em sua tática aliancista e de organização da sociedade civil, começavam a ter resultados positivos: os militantes do PCB.

A política de fortalecimento da oposição legal, o MDB, mostrou resultados positivos nas eleições de 1974: o partido conquistou 16 das 22 vagas do Senado Federal e, na Câmara dos Deputados, a representação da oposição foi ampliada para 165 parlamentares, um grande avanço em comparação aos 87 eleitos no pleito anterior, em 1970. O recrudescimento da repressão contra o PCB acontece nesse contexto.

De acordo com o relatório da Comissão Nacional de Verdade, lançado em dezembro de 2014, 39 dos mortos e desaparecidos da ditadura brasileira mais recente eram filiados ao partido. O relatório também afirma que um documento confidencial da 2ª Seção do II Exército, de março de 1975, tinha como tema “Neutralização do PCB” e listava os nomes de oito líderes do PCB que, caso fossem presos, causariam grande prejuízo à organização partidária. No fim de 1973, foi retomada a Operação Radar, pelo Destacamento de Operações de Informações (DOI) de São Paulo, em conjunto com DOIs de outros estados. O objetivo era, ainda segundo o relatório da CNV, “localizar e desarticular a infraestrutura do Voz Operária”, o jornal do Partido (Brasil, 2014, p. 643).

De março de 1974 a janeiro de 1976, 19 militantes do Partido foram assassinados; desses, onze são desaparecidos políticos, o que significa que o paradeiro dos corpos é desconhecido ainda hoje. Em outubro de 1975, como parte dessa operação, um desfecho trágico rompeu as barreiras da censura e levou à esfera pública o conhecimento de parte dos crimes praticados pela ditadura: o “suicidamento” do diretor de jornalismo da TV Cultura, ligado ao PCB, Vlado Herzog.

O caso mostra a complexidade da oposição à ditadura, formada por diferentes matizes ideológicos e dezenas de organizações políticas, sendo que a maioria delas acreditava que a luta armada era o caminho para pôr fim ao regime e superar o sistema capitalista⁹⁴. Maria Paula Nascimento (2000) refaz, em seu livro, o percurso de parte delas. Pode-se afirmar que, em sua maioria, tinham o PCB como matriz e como referência, mesmo que para negar suas teses e estratégias. Nas palavras do historiador Bernardo Ricupero, “foi afirmando ou negando o modo de ser e de fazer política do PCB que a esquerda, ou, como preferem alguns, as esquerdas brasileiras, desenvolveu(ram) uma (ou múltiplas) identidade(s) própria(s)” (Ricupero, 2000, p. 27).

A vivência de cada um dos períodos da ditadura implica, logicamente, numa diferença de geração entre os jornalistas do PCB. A geração aqui é entendida não como uma diferença entre quantidade x ou y de anos de idade entre os jornalistas, e o historiador Jean-François Sirinelli nos auxilia a complexificá-la.

⁹⁴ Para maiores detalhes sobre as organizações de esquerda durante o período, ver: ARAUJO, Maria Paula Nascimento. 2000. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Certamente a geração, no sentido “biológico”, é aparentemente um fato natural, mas também um fato cultural, por um lado modelado pelo acontecimento e por outro derivado, às vezes, da auto-representação e da autoproclamação: o sentimento de pertencer – ou ter pertencido – a uma faixa etária com forte identidade diferencial. Além disso, e a constatação vai no mesmo sentido, a geração é também uma reconstrução do historiador que classifica e rotula (Sirinelli, 2006, p. 133).

Portanto, a marcação das gerações tem dois recortes: a sensação de pertencimento daquelas pessoas que são alvo de pesquisa histórica e a decisão de quem faz a pesquisa. Para exemplificar com um jornalista do Rio de Janeiro e outro de São Paulo, mostramos aqui o quanto o primeiro recorte, do pertencimento, dava sentido à identidade dos jornalistas do PCB:

[...] eu menciono a base dos jornalistas “velhos”, entre aspas, com a qual eu me relacionei por pouco tempo. [...] Durante um curto período, eu fiquei responsável pela ligação desses caras com o restante da organização, quando o cara que cuidava disso, que está hoje no lugar da Força Sindical, João Guilherme Vargas Neto, saiu do país, ou se escondeu, não sei, saiu do circuito. Então eu passei a cuidar disso e cuidar disso significava distribuir o material da Voz Operária e receber o dinheiro. Eu não era um assistente, vamos dizer assim, no sentido clássico da coisa. Normalmente, o assistente era o cara que dizia assim: “Bom, quais são as resoluções que o Partido adotou?”, coordenava as reuniões, depois dizia o que aconteceu naquela reunião e levava para a organização. Como é que eu nos 23 anos de idade podia ser assistente dos caras que tinham 35, 38, 40 anos de idade, tinham muito mais experiência com isso do que eu? Então foi um arranjo temporário que durou de mais ou menos setembro até outubro de 75 só. Foi nesse período pré-prisão que eu encontrei esse povo mais regularmente (Paulo Markun, 2015).

Eles, vários desses jornalistas, vinham de antes. Vários mais velhos do que eu vinham de antes. E aí veio uma geração que essa geração se politizou na ditadura, no fim da ditadura. Que era o meu caso. Então havia as gerações diferentes, portanto, não era um grupo que fosse homogêneo e coeso no sentido geracional e existencial. Era coeso no sentido de serem membros do Partido. Mas não havia uma coisa assim que todo mundo tinha as mesmas histórias, as mesmas experiências. Havia pessoas que vinham da luta armada e que fizeram o percurso ao contrário, vieram da luta armada pra luta pacífica. Havia pessoas que desde os 18 anos eram membros do Partido e tinham 40. E eu, que tinha 20 e poucos anos (Dênis de Moraes, 2014).

Ambos os relatos apontam para uma clivagem entre jovens e velhos jornalistas comunistas, baseada na experiência destes últimos, o que levava os primeiros a terem sua atuação, de certa forma, limitada por questões de autoridade que seria algo

conquistado com a vivência como comunista. Assim, diferentes grupos etários podem vivenciar um mesmo período cronológico, mas o viverão de formas diferentes a partir da cultura intelectual e situação político-social experimentada de forma mais semelhante pelos que fazem parte de uma mesma geração. Portanto, faz sentido afirmar que existe uma diferença geracional entre os jornalistas que passaram pelo golpe ou o ano de 1968 e aqueles que eram jovens demais para terem se envolvido nesses dois importantes momentos da ditadura.

Na abertura política, por exemplo, conviviam nas redações jornalistas que haviam passado pelo golpe e outros mais jovens. Entre esses dois, uma fratura organizativa, diretamente relacionada com a maior pujança da repressão, pode ser percebida pela ausência dos militantes da primeira geração (muitos presos ou exilados) e da ainda incipiente organização da geração posterior (apenas na segunda metade dos anos 1970 o movimento estudantil consegue se revigorar depois da prisão de seus antigos líderes no Congresso de Ibiúna, em outubro de 1968, e com a retomada das atividades “de frente” dos pecebistas, os que discordavam da luta armada passaram a ter espaço para se incorporar).

As duas gerações, além da diferença de a primeira ter passado por mais experiências jornalísticas, militantes e de sobrevivência à repressão – embora, nesse último tópico, os mais jovens tenham sofrido o pior momento para o PCB durante a ditadura –, também apresentam uma diferença de formação. Paulo Markun, como citado aqui, foi um dos jornalistas da nova geração que viveu um momento de reorganização: foi alçado à condição de secretário da base de jornalistas, por certo período, devido às dificuldades de articulação do grupo. Os “velhos”, em geral, formavam-se jornalistas na prática das redações, sem terem passado por faculdade ou tendo feito outros cursos, para os segundos era mais comum ter cursado Jornalismo na universidade, e seria nesse ambiente em que passariam a militar no Partido Comunista Brasileiro.

No que diz respeito à relação entre eles e o trabalho jornalístico, duas questões parecem estar relacionadas à diferença geracional: uma é que, muitas vezes, os jornalistas mais velhos voltaram para as redações nos anos 1970 já como profissionais reconhecidos, chefiando editorias ou mesmo redações. Isso os colocava num outro patamar de relação com os proprietários e chefes das empresas de jornalismo.

Eu me lembro que uma vez eu estava na redação e fui chamado pelo contínuo pra ir falar com o secretário. Existia um cara que cortava os

textos com problemas, cortava os problemas dos textos. Era o homem da pilot, da caneta. Fui falar com ele. Ele ficava dentro de uma espécie de um aquário. Aí eu entrei: “Quê que você quer nisso?”. Aí eu sentei, ele estava cortando um texto do João Saldanha com a piloto, assim, *para mostrar pra mim que se ele estava cortando o texto do João Saldanha, os meus então...* Era assim que a coisa funcionava.

- Quem era esse editor?

Não é bom dizer o nome dele. É um cara conhecido aí. Era o secretário de redação na época. Entende? Fazia isso com todo mundo. Era só para intimidar as pessoas. Ameaçava, às vezes, assim, verbalmente: “Agora, cuidado com o teu emprego!”. Esse tipo de coisa (Carlos Jurandir, 2014, grifo nosso).

Carlos Jurandir trabalhou no jornal O Globo de 1970 a 1977, onde não exerceu cargo de chefia: sua ascensão profissional se desenvolveu sempre na função de repórter, alcançando o ponto mais alto dentro dessa atividade, como repórter especial. Seu depoimento deixa bem evidente que havia sim diferenciação entre os profissionais, como mostra a parte grifada. Também aponta para uma incorporação de ideais e práticas da ditadura pelos próprios chefes, contestando a ideia de independência propagada a partir de um episódio contado em diversas entrevistas de que Roberto Marinho teria dito ao ministro da Justiça Juracy Magalhães que “dos meus comunistas eu cuido”⁹⁵ (Evandro Carlos de Andrade apud Abreu et. al., 2003, p. 35). O próprio jornal O Globo reproduziu um relato desse episódio, em matéria sobre o prêmio Homem de Visão 1979, designado a Roberto Marinho pela revista Visão (então de propriedade do empresário Henry Maksoud e identificada com a ideologia liberal):

Tem a virtude da gratidão, manifestada, principalmente, para quem cai em desgraça ou dificuldades. É grato, principalmente, a todos os que trabalham com ele e sabe defendê-los. Quando o ministro da Justiça de Castello Branco, Juracy Magalhães, em reunião com proprietários e diretores dos principais jornais e revistas do país, insinuou a possibilidade de o Governo impedir que jornalistas cassados exercessem a profissão, Roberto Marinho levantou-se, antes mesmo que o ministro concluísse seu pensamento, para apartear-lo em tom firme: “Não concordo, senhor ministro. Considero um crime proibir que um homem exerça sua profissão e ganhe o seu sustento. Além disso, aquilo que é publicado nos jornais e revistas constitui matéria da responsabilidade dos editores desses jornais e revistas. Não se indaga a um profissional leal e competente qual o seu pensamento

⁹⁵ A frase é atribuída a Roberto Marinho como resposta ao questionamento de que O Globo estaria cheio de comunistas. Ela não demonstra apenas independência, mas também uma relação de proximidade com a ditadura, visto que esse tipo de resposta não seria possível de ser dada por um diretor de um jornal da imprensa alternativa, por exemplo. A postura de Roberto Marinho é interpretada de diferentes maneiras pelos jornalistas do PCB; porém, não cabe aprofundar essa questão no presente artigo.

político, pois isto é questão de foro íntimo. Os editoriais de O GLOBO são escritos por um jornalista cassado, Franklin de Oliveira, que merece minha integral confiança e que continuará a escrevê-los” (O Globo, 16 de dezembro de 1979, p. 14).

A história, tão repetida por outros jornalistas, também foi incorporada pelo próprio Roberto Marinho e seu jornal como ao repertório que dá o panorama de suas características. A matéria o descreve como homem sereno, muito trabalhador e leal, além de apaixonado pelo jornalismo. Não foi feita, contudo, uma menção direta aos comunistas. O trecho acima busca evidenciar, de toda forma, tanto uma postura generosa de Marinho quanto colocar o grau de importância do trabalho jornalístico e da atuação profissional acima de quaisquer divergências ideológicas.

O jornalista Milton Coelho de Graça – que também trabalhou n’O Globo – conta que viveu, na editora Abril, um desses episódios em que a competência como jornalista superaria os problemas políticos com a ditadura militar:

Mas aí voltei e peguei 20 dias de cadeia. Foi uma situação chata. O diretor da editora Abril ir em cana, né? Foi fogo, né? Porque da outra vez os caras tinham me procurado, mas eu não tinha sido preso. Eu fiquei 20 dias fora da Abril, a Abril aguentou firme. Começaram a pensar num projeto de fazer outra editora, que eu seria o editor executivo, fora. Ia ser a editora Azul, um nome que eles tinham pensado primeiro. Depois eles fizeram a editora com outro rapaz, depois da minha condenação (Milton Coelho da Graça, 2014).

Milton Coelho, como diretor da Abril, teve respaldo suficiente para continuar trabalhando na editora e ainda continuar com cargo de chefia. O único constrangimento parecia vir *de fora*, da própria ditadura, e, para superá-lo, a Abril estaria disposta inclusive a criar outra editora. Sua posição colocava-o numa situação de mais exposição. Os dois casos mostram como, apesar da ditadura, havia espaço de manobra para as empresas de comunicação, além de haver diferença no posicionamento ideológico delas.

Cada veículo tinha mais ou menos compromisso com o regime ditatorial. Enquanto a editora Abril tinha uma postura mais progressista, como relatado por Milton Coelho da Graça e Milton Temer, a Folha de S. Paulo já foi uma ativa colaboradora do sistema repressivo.

Para você ter uma ideia, em 69, cai uma gráfica, cai uma gráfica da Voz Operária, no subúrbio. Eu dava dinheiro para a Voz Operária.

Para o Partidão. E estava lá meu nome, Ricardo, que era o nome de guerra que eu tinha na época. Ricardo: pá, tanto. Aí veio [a polícia] na editora Abril, prenderam um Ricardo. O Odylo Costa Filho, que era o diretor, estava lá em cima em reunião, e eles subiram, não foram na redação. Nós éramos na Presidente Vargas, então a redação era no oitavo andar, e a administração era no décimo segundo. Foram lá em cima e prenderam um cara da publicidade, um argentino, que eu desconfio até que depois... O cara foi preso, não falou nada. Passou o fim-de-semana preso porque se chamava Ricardo, era um argentino, da publicidade, e ele não abriu o bico, que não era ele. Foi preso, aí o Odylo me liga: “Olha, Milton, acabaram de prender o Ricardo aqui, eu tenho a impressão que era você. Some!”. E eu desapareci durante um mês sem ser de férias, e a editora Abril bancava o meu salário. Ferreira Gullar ficou no exílio recebendo salário d’O Estado de S. Paulo. Não era como correspondente não, entendeste? Mas a editora pagava, bancava. Porque, naquela época, a editora Abril era progressista (Milton Temer, 2012)

A Folha de S. Paulo não se moveu absolutamente por mim, nada: nenhum telefonema para os meus pais, não constituiu advogado, não me visitou, não me pagou salário⁹⁶. E, depois, mais à frente, anos depois, casei, tenho uma filha que se formou em Direito, e ela resolveu que eu seria o primeiro cliente dela. E, como eu não tinha entrado com nada de papelada de negócio de anistia, ela resolveu que ia levantar a documentação e está lá rolando, nem sei quando é que isso vai ser resolvido. E acabou descobrindo que, no dia 30 de janeiro de 76, quando eu estava preso, eu estava preso há quatro meses, eu fui demitido por abandono de emprego. A Folha de S. Paulo me demitiu, e isso está escrito lá no livro de registro de funcionários. Depois, eles datilografaram dizendo: sem efeito (Sergio Gomes, 2014).

Sergio Gomes contou que, após sair da prisão, voltou ao trabalho na redação da Agência Folhas, onde trabalhava, mas não lhe era passada nenhuma pauta para fazer. A pressão era para que se demitisse⁹⁷: atitude radicalmente diferente do apoio da editora Abril a Milton Coelho e Milton Temer. Aqui, imbricam-se a posição hierárquica ocupada pelos jornalistas e o posicionamento político de cada uma das empresas de comunicação.

Embora praticamente toda a imprensa tenha apoiado o golpe de 1964, com variantes na intensidade e no momento em que isso aconteceu, ela quase toda também passou a contestar a ditadura em alguma medida. Fosse para se adaptar ao público no período da abertura, por divergências com os generais ou por defesa de bandeiras

⁹⁶ Refere-se à sua prisão, em 1975, no mesmo processo repressivo da prisão e assassinato de Vladimir Herzog.

⁹⁷ Segundo Oscar Pilgallo: “De modo geral, [a Folha] manteria o apoio ao governo, adotando o ‘silêncio tático quando aos destemperos da nova ordem militar’” (Pilgallo, 2012, p. 173).

liberais, como a liberdade de expressão, esses veículos passaram a abordar temas que não eram abordados e a permitir outras vozes em suas páginas.

Isso foi feito, contudo, dentro de limites estabelecidos não só pela ditadura, mas pelos próprios jornais e revistas.

E a coisa que é importante é o seguinte: todo mundo fala da censura dos milicos, dos militares. Agora acontece o seguinte: eu nunca vi um militar dentro de uma redação. Eu trabalhei no Globo sete anos, nunca vi ninguém lá dentro, milico. A censura era feita pelos próprios jornalistas, entendeu? Os próprios jornalistas é que exerciam a censura. Eu leio aí, eu sei que houve pressão, eu sei que houve jornalistas, muitos jornalistas presos, por exemplo, o pessoal do Pasquim algemado indo para a cadeia. Tudo isso eu sei, mas lá dentro d'O Globo quem fazia a censura eram os chefetes. Havia um chefão, que era o secretário de redação, o editor do jornal e tal, que falava direto com o patrão (Carlos Jurandir, 2014).

Diferentemente dos comunistas do Globo, dos pseudocomunistas do Globo, que foram caras que se adaptaram muito à linha do Globo, Roberto Marinho. Serviram ali, aquilo era um emprego garantido, que era difícil ter emprego se você por ser comunista, por ser de esquerda, por ter sido militante, por ter sido preso, mas esse grupo que tava no Globo era um grupo muito... Ficou muito comandado ali pelo Roberto Marinho. A ponto do Roberto Marinho uma vez chegar a dizer “que os meus comunistas...”, quer dizer, uma grande aberração. Roberto Marinho ter comunistas. Mas ele tinha. Entendeu? Serviam a ele, e não ao Prestes (Álvaro Caldas, 2015)

Carlos Jurandir, que trabalhou como repórter contratado n'O Globo de 1970 a 1977, enfatiza principalmente os limites, incorporados pelos editores e chefe de redação, de forma que o proprietário, Roberto Marinho, não precisasse interferir diretamente. Esse aspecto é abordado de maneira ainda mais forte pelo jornalista Alvaro Caldas, que era filiado ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Narrativa com o mesmo sentido foi construída pelo historiador Marco Morel, neto do repórter Edmar Morel (atuante nos anos 1930, 1940 e 1950) e que havia sido repórter antes de optar pelo trabalho de historiador:

[...] quando trabalhei no Globo a primeira vez, em 1979, tinha 19 anos, e ainda era ditadura, até 1983 ainda era ditadura, nesta época não havia censor, não ninguém vinha de fora proibir isso ou aquilo, mas eles próprios exerciam autocensura no jornal. Nesse sentido, a censura às vezes é tratada como bode expiatório de coisas que foram assumidas pelas próprias empresas de jornalismo e por muitos jornalistas individualmente (Marco Morel, 2008).

Já Dênis de Moraes coloca em relevo a ocupação de brechas, no mesmo período mencionado por Morel:

Havia muito isso: “Vamos ver qual vai ser a reação do dr. Roberto Marinho”. Era uma frase típica naqueles anos. “Vamos ver o quê que o dr. Roberto vai dizer”. Mas já se tinha vencido uma etapa, que era convencer o diretor da redação de que era possível, com habilidade [com ênfase], colocar certas matérias e temas em discussão⁹⁸. Com habilidade por quê? Porque a gente ouvia vários segmentos da sociedade, da direita à esquerda. Do meio empresarial ao meio militar. Mas aí conseguia colocar os “contrabandos”, entre aspas: os líderes sindicais emergentes, líderes estudantis emergentes, líderes políticos emergentes, intelectuais progressistas (Dênis de Moraes, 2014).

O período da ditadura, portanto, fazia uma diferença marcante nas possibilidades de atuação nas redações e nas experiências dos jornalistas do PCB, além de ter permitido a convivência entre comunistas de diferentes gerações e diversos acúmulos políticos e profissionais. Contudo, não explica, isoladamente, as percepções e construções de sentido que os repórteres dão ao comportamento da imprensa, de seus chefes e às possibilidades (ou impossibilidades) de resistência.

5.2. Tênuas fronteiras entre militância e trabalho: a atuação dos jornalistas do PCB

O que o operário produz para si próprio não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. O que ele produz para si próprio é o salário; e a seda, o ouro e o palácio reduzem-se, para ele, a uma determinada quantidade de meios de subsistência, talvez a uma roupa de algodão, a umas moedas, a um quarto no porão. E o operário – que, durante 12 horas tece, fia, perfura, torneia, constrói, cava, talha a pedra e a transporta etc. – valerão para ele essas 12 horas de tecelagem, de fiação, de trabalho com o arco de pua, ou com o torno, de pedreiro, ou escavador, como manifestação da sua vida, como sua vida? Ao contrário. A vida para ele começa quando termina essa atividade, à mesa, no bar, na cama (Marx 2006b, p. 36, 37).

A explicação de Marx sobre a diferença entre trabalho e vida, a necessidade de sobrevivência material e aquilo que dá significado à existência, não deixa dúvidas de que a relação dos jornalistas do PCB com seu meio de subsistência era diferente daquela do operariado, de acordo com a teoria marxista. Certamente a vida desse grupo não se

⁹⁸ Refere-se à experiência como repórter da editoria de Política do jornal O Globo, quando Milton Temer, de volta do exílio, era editor, no período do último governo ditatorial, conduzido pelo general Figueiredo.

iniciava apenas quando encerrada sua atividade laboral, embora seja indubitável também que ela era necessária para conseguir recursos materiais.

A palavra usada para tratar das atividades dos jornalistas do PCB nesta tese é, prioritariamente, *atuação* nas empresas jornalísticas. Ao usar este termo, fica em aberto se se trata de *militância* ou de *trabalho*. Caso usasse o próprio referencial teórico dos comunistas, ficaria óbvio que o que eles faziam na redação era um trabalho: do ponto de vista marxista, a venda da mão-de-obra por quem não detém os meios de produção. A realidade, porém, é mais complexa e entrelaça essas duas esferas que teoricamente deveriam estar separadas⁹⁹.

Então a militância política é um lazer. Você faz porque você quer. Isso eu aprendi outro dia com o pai de um amigo meu, que é um português. Ele falou assim: “Vocês, que quase só fazem o que gostam, qual é a diferença entre lazer e trabalho? Para quem não faz o que gosta é muito simples [diferenciar] o que é lazer do que é trabalho. Mas vocês, do jornalismo, da política, etc...” (Sergio Gomes, 2014).

Essa confusão entre política e militância faz sentido quando se observa algumas das atividades dos jornalistas do PCB. Elencamos pelo menos cinco diferentes que são mencionadas pelos entrevistados. Apenas duas delas eram feitas de forma desconectada das redações, mas ainda assim, não totalmente. Uma seriam as reuniões nas chamadas “bases de jornalistas”, em que recebiam as orientações e avaliações do partido de algum militante que estivesse na função de secretariar aquela base e se encontravam para analisar a conjuntura à luz da linha partidária. Também era o momento de receber o jornal Voz Operária e prestar contas das vendas dos exemplares anteriores. Feitas fora do ambiente de trabalho, as reuniões, porém, eram organizadas em grupos de determinada redação.

Claro, havia uma difusa frente comum pela democracia. Estávamos todos no mesmo barco. E o Miguel [Urbano Rodrigues] teve certa ascendência, pela idade, enfim, bagagem intelectual. Então ele foi trazendo gente para a [revista] Visão. [...] E o Miguel trouxe para a Visão, por exemplo, um cara que já faleceu, no ano passado, que era militante, e militava na Petrobrás, pra você ter uma ideia, antes do golpe de 64. É o Rodolfo Konder. Então ali se formou um pequeno núcleo, uma base, que era ele, eu, o Vlado [Herzog], um jornalista, que hoje está no Estadão, Marco Antonio Rocha. E tínhamos um

⁹⁹ Fenômeno semelhante acontecia na imprensa partidária, como discutido no Capítulo 03: alguns funcionários de gráficas do PCB, organizadas como empresas, acabavam tendo função militante.

contato no Rio, tipo um cara de capa preta que era uma espécie de ligação da gente, que era uma coisa que, no fundo, do ponto de vista de militância *strictu sensu*, o sujeito trazia a Voz Operária, fazia um pouco de finanças pro Partido, recolher dinheiro, muito pouco além disso (Luiz Weis, 2015).

Outros depoimentos que dão conta de uma atividade muito semelhante mostram que essa organização por base acontecia em outros veículos, sempre que houvesse um número suficiente de pessoas para isso. As demais atividades eram feitas de maneira muito mais intrínseca com o trabalho nas redações. Uma delas era a venda do Voz Operária entre colegas de trabalho, o que é uma atividade simples, mas que demonstra que havia uma rede de solidariedade formada por simpatizantes do PCB: pessoas que não militavam no Partido, ou talvez não militassem em nenhum ambiente, mas consideravam justo colaborar financeiramente e eram também leitores em potencial das matérias e análises feitas pelo PCB.

Ao longo de décadas, se você levantar essa história, além das coisas relevantes, conhecidas, espetaculares, de deferência, não existiu um dia sequer durante todo o tempo da ditadura que não tivesse alguém, alguma pessoa, muitas pessoas, fazendo coisas contra a ditadura. Seja acolhendo pessoas, seja recolhendo dinheiro, seja denunciando, distribuindo panfleto, constituindo um advogado, fazendo uma denúncia (Sergio Gomes, 2014).

O relato de Sergio Gomes abordava outra solidariedade praticada por colegas de redação, que era receber militantes perseguidos pela repressão para que dormissem algumas noites em suas casas. Apesar de ser algo completamente afastado do jornalismo, é uma demonstração de que o ambiente jornalístico, no que concerne às pessoas que o formavam – não às instituições – era de apoio à resistência contra a ditadura.

Outra atividade político-jornalística era o trânsito entre matérias de veículos empresariais para os alternativos. Uma matéria não publicada no local de trabalho era levada para um jornal ou revista alternativo, cuja linha editorial contestatória condizia com temas mais contundentes em suas informações contrárias à ideia de sucesso do milagre econômico brasileiro ou de nação pacífica. Um produto, então, feito dentro da lógica econômica do trabalho, transformava-se em ação militante a partir do momento em que esse jornalista ultrapassava uma mera obrigação – ele poderia simplesmente acatar a não publicação da matéria – e esse produto deixava de ser vendido e passava a

ser disponibilizado gratuitamente, demonstrando que o objetivo principal dos jornalistas pecebistas era tornar públicas aquelas informações.

Os jornalistas do PCB estavam preocupados também com a organização da categoria e a disputa de entidades de classe. Isso aconteceu na segunda metade dos anos 1970 em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde, em aliança com outras forças de esquerda e de centro, retomaram os sindicatos do peleguismo.

Uma das coisas que nós fizemos, que os jornalistas comunistas fizeram, foi a criação do chamado MFS: Movimento de Fortalecimento do Sindicato. Que era convencer os jornalistas todos, inclusive os mais esquentados, de que era um erro político confundir a diretoria com a entidade. “Ah, eu não vou ficar sócio de um sindicato pelego, filho da puta!”. Sim, mas, se você não ficar sócio, quando chegar na época da eleição, você não pode votar. E vamos continuar perdendo. Então, se faz esse movimento durante três anos e monta-se uma chapa que tem Audálio Dantas na cabeça. Essa chapa foi basicamente articulada pelo pessoal que era do Partido, embora, na diretoria, praticamente não tivesse ninguém ligado ao Partido, que era também uma forma clássica de atuação do Partido na área sindical, que era de não partidarizar a atividade sindical. Parece uma contradição, mas não é. Até hoje essa é uma política, vamos chamar, sofisticada, de entendimento difícil: como é que é possível um partido político trabalhar para não partidarizar uma entidade de classe (Sergio Gomes, 2014).

Segundo Roxo, em São Paulo, a chapa vencedora nas eleições de 1975 era formada por integrantes de diferentes tendências ideológicas: do PCB, da Ação Popular, do Partido Socialista Brasileiro, trotskistas, liberais de centro e de centro-esquerda (Roxo, 2013, p. 82-83). O presidente Audálio Dantas estaria nesse último grupo e não era filiado a nenhum partido. Na Guanabara, Dênis de Moraes participou da segunda chapa eleita após a “retomada do sindicato do peleguismo”, conforme ele mesmo aponta, como suplente. O mandato foi de 1981 a 1983, já durante o governo Figueiredo:

Em 78, eu me sindicalizei, que foi quando o sindicato foi retomado do peleguismo. Foi uma grande filiação para poder remover os pelegos, e aí eu entrei no sindicato dos jornalistas. E depois as assembleias para eleger uma chapa de oposição, que foi vitoriosa... Depois da vida sindical é que eu tive uma visão do quê que era o partido no meio jornalístico. Era um partido forte (Dênis de Moraes, 2014).

No Rio de Janeiro, Dênis de Moraes apontou para a disputa entre PCB e PT no período de abertura. Nesse Estado, foi eleito, em 1978, o presidente Carlos Alberto Caó.

Diferente dos relatos acima, os jornalistas que não eram do PCB são críticos quanto à atuação dos pecebistas no movimento sindical jornalístico:

Na greve dos jornalistas, o PT não existia ainda, a greve dos jornalistas foi no começo de 79. Mas praticamente uma boa parte daqueles que estiveram à frente da greve foram aqueles que foram para o PT. Então você tinha, quem está formando o PT era o pessoal mais combativo, era o pessoal mais militante, o pessoal mais radical de esquerda, o pessoal inclusive, que fugia da lógica do Partidão. (Hamilton Octávio de Sousa, 2015)

Eu participava [do movimento sindical] com um grupo de ultraesquerda do PT, principalmente do PT, contra as posições do Partidão, que achava que aquilo seria um erro, como foi, porque não se ganhou nada e se perdeu tudo. Foi uma coisa muito mal organizada, um negócio de esquerda. Que também tem dessas coisas: quando a esquerda é tomada por esses “radicaizinhos”, as coisas se tornam inconsequentes (Enio Squeff, 2015).

Embora os relatos dos jornalistas que não eram do PCB não neguem as narrativas dos pecebistas, eles dão outra ênfase às experiências de militância daquele grupo, ressaltando seu aspecto moderado. Independente disso, são narrativas que evidenciam uma atuação política organizada dos jornalistas do PCB fora dos ambientes das redações, mas, ao mesmo tempo, intrinsecamente ligada a eles. É ali que se constrói capital político para a organização da classe, nos sindicatos e na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e as disputas sindicais.

Reuniões das bases de jornalistas, venda do jornal Voz Operária, colaboração com a imprensa alternativa e mobilização da classe de jornalistas são quatro das atividades dos jornalistas do PCB que listamos a partir das entrevistas realizadas. A quinta seria a disputa pela linha da cobertura jornalística e será discutida a seguir, observando-se já quais os múltiplos sentidos construídos em torno dela.

5.3. Os múltiplos sentidos da atuação nas redações

As três variantes usadas no tópico anterior (geração, posição hierárquica e veículo) explicam as diferentes narrativas dos jornalistas do PCB entrevistados para essa pesquisa. Com elas, apontamos para o seguinte caminho: as diferenças nas narrativas se devem a especificidades na vivência de cada um. Esse caminho, porém, embora faça bastante sentido, pode nos levar a trilhar uma linha de falsa coerência e unicidade. Colocando-o como o único caminho possível, transferimos a ilusão

biográfica de que fala Bourdieu para a coletividade. Corremos o risco de construir a ilusão de uma memória coletiva coesa e sem conflitos.

Essa ilusão consiste, segundo Bourdieu, em considerar a vida uma história, organizada de forma linear, com começo, meio e fim “no duplo sentido, de término e de finalidade” (Bourdieu in Ferreira; Amado, 2006, p. 183). Temos a tendência de organizar nossa vida – e dos entrevistados – dessa forma, conferindo-lhe uma coerência que se apresenta, por exemplo, em termos como “desde criança”, “sempre”, para reafirmar que certas características conferem lógica à trajetória. Porém, por mais que seja difícil fugir dessa forma de organização da narrativa, é preciso demarcar que se tratam de *narrativas*, não do mundo prefigurado, como será discutido adiante a partir de Paul Ricoeur (1994).

Essas narrativas dão materialidade às memórias dos jornalistas comunistas. Tais memórias, como já foi dito, embora sejam de um grupo com diversas experiências e características em comum, não formam um bloco homogêneo. A partir de Maurice Halbwachs, entende-se que a ideia de *memória coletiva* enfatiza a construção social da memória, com a qual estou plenamente de acordo, mas também a unicidade natural da memória de determinado grupo social, visto que ela seria “uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém” (Halbwachs, 2006, p. 102). Essa noção, contudo, subestima as disputas memoráveis, que acredito serem fundamentais para a discussão desse tema.

Chamando a memória dos grupos sociais hegemônicos de *memória enquadrante* e a dos demais de *memórias subterrâneas*, por sobreviverem através de redes quase invisíveis até haver condições político-sociais para que emerjam à esfera pública, Michael Pollak analisa as disputas e reivindicações memoráveis de sobreviventes de campos de concentração. Amplio aqui as ideias de Pollak para pontuar que, entre as memórias subterrâneas, também existem enquadramentos e que as disputas para dar certo sentido a essas memórias acontecem *entre* elas, não apenas em relação à memória enquadrante.

Olhando primeiramente para o que essas memórias subterrâneas têm em comum, evidencia-se então que a geração, a posição hierárquica na redação e o posicionamento político do meio de comunicação são tanto fios condutores quanto fronteiras que enquadram o horizonte de possibilidades desses jornalistas. Para Alessandro Portelli, a

história oral “não nos oferece um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias” (Portelli, 1996, p. 72). O que nos conta um indivíduo não necessariamente aconteceu com todos daquele grupo, mas muito provavelmente esteve no horizonte ou campo de possibilidades dos demais sujeitos deste grupo.

O termo também é utilizado, de forma semelhante, por Gilberto Velho: “existe um campo de possibilidades que, se não é exclusivo, é bastante típico desta sociedade, aparecendo fortemente solidário com o desenvolvimento de ideologias individualistas” (Velho, 1994, p. 98-99). Atentando agora para as divergências, cada um dos jornalistas entrevistados, dentro dos marcadores de enquadramento e de certo campo ou horizonte de possibilidades, tem liberdade para construir sentidos diversos sobre suas diversas experiências.

Partindo dessa premissa, podemos olhar com mais afinco para essas narrativas, que são, afinal, a forma material como os jornalistas constroem suas memórias, sempre em interação comigo, pesquisadora, pois a entrevista é justamente um espaço *entre*. Com isso, adicionei como marcadores de enquadramento, não da experiência vivida (*mimese I*), mas da narrativa sobre ela (*mimese II*), minha postura como entrevistadora e o que expliquei para eles sobre a pesquisa.

De acordo com Paul Ricoeur, é através da narrativa que o tempo se torna tempo humano (1994, p. 15). É com ela, portanto, que se operacionaliza um mundo prefigurado, que ele chama de *mimese I* e que ganhará sentido a partir da *mimese II*, retornando ao leitor/ouvinte/espectador a partir do contato deste com a narrativa, na *mimese III*. O termo “mimese” significa imitação ou representação e, com ele, Ricoeur enfatiza a capacidade criadora de todos os tipos de narrativa, nos diferentes momentos de sua elaboração.

Assim, alguns jornalistas buscavam entregar-me análises, tecendo uma narrativa afastada de si mesmos e mais focada em explicações sobre a conjuntura da época. Esses entrevistados remetiam-se à tese, de forma direta ou não.

Conta-se até uma lenda, que é uma coisa de muito mau gosto, mas se conta na época, que o Roberto Marinho, discutindo com os Mesquitas porque o Globo estava ascendendo em êxito, e o Estadão estava com problema, então o Roberto Marinho aí teria dito – isso não funciona em tese, é só uma piadinha que eu estou contando pra você, não vale

pra tese, porque não sei nem se é verdade ou se é lenda! (Milton Temer, 2012)

Bom, então, em linhas gerais, o que eu acho é isso aí que você acabou de ver. E isso está disponível em resistirepreciso.org.br, é uma fonte que eu acho que você não deveria desprezar. A outra são as publicações. Aí você tem material para vários dias (Sergio Gomes, 2014)¹⁰⁰.

Tais intervenções mostram o quanto esses jornalistas já elaboravam suas experiências de maneira analítica, numa postura condizente com um grupo com educação formal e atividade intelectual.

Outros pautavam suas falas em suas experiências pessoais e, entre esses, alguns as tratavam coletivamente, colocando-se no lugar de fala de um grupo, não apenas de si. Usavam mais a primeira pessoa do plural ou “a gente” do que “eu”. Esses deram importante contribuição à construção, por mim, de um mapa das atividades políticas realizadas por esse grupo, mesmo em sua diversidade.

Em 51, *eu* entrei pra Juventude do Partido. Então, *nós* tínhamos um grupo, alguns continuaram, foram para o mesmo caminho do jornalismo, como o próprio Maurício Azedo. *Nós* éramos do mesmo grupo, ele já faleceu ano passado. Ele comandou de certa maneira o núcleo dos comunistas jornalistas durante certo período (Fichel Davit Chargel, 2014, grifo nosso).

O jornalista Fichel Davit relatou suas experiências principalmente no plural, enfatizando as ações coletivas desenvolvidas pelo grupo de jornalistas do PCB. Outros focavam em suas próprias trajetórias. Com esses últimos, era mais comum que contassem “causos”, histórias curiosas que não necessariamente tivessem relação com o tema pesquisado.

O único carro que tive na minha vida: um fusca de 64. Era em 68. Aí, quem dirigia o carro era o Garrincha. Quem foi me levar ao aeroporto para a viagem a Helsinque foi o Garrincha. E, depois, tem um fato que o Rui Castro conta, na biografia do Garrincha, tem umas três páginas que ele fala da minha amizade com o Garrincha e a Elza Soares. E ele conta esse episódio, que eu fiquei sabendo depois, que o Garrincha ficou com meu carro, andava com meu carro pra cima e pra baixo, porque eu ainda não dirigia. Depois, passei a dirigir quando voltei da clandestinidade. E aí o Garrincha usava o carro, lógico. Ele, uma vez,

¹⁰⁰ Após mostrar um trecho do depoimento dado por ele para o projeto do Instituto Vladimir Herzog “Resistir é preciso”.

foi buscar a Elza, ali na Lagoa. Ela se apresentou num lugar. E o carro foi fechado pela polícia. Fechado por causa do número, da placa. Ele e Elza foram interrogados sobre mim, porque eles estavam com o meu carro. Um carro subversivo. Carro subversivo (Arthur Poerner, 2014).

Ao mesmo tempo em que esses narradores pareciam querer agradar-me, contando episódios interessantes e inusitados, também se percebe que colocam em relevo sua *história de vida*. Aqueles que se posicionavam prioritariamente de forma coletiva, por mais que tivessem em suas próprias trajetórias o fio condutor da narrativa, evidenciavam certa *memória coletiva* – mesmo que se saiba que se trata de uma possibilidade de construção de *memória subterrânea* – dos jornalistas do PCB.

Era comum que os entrevistados que focavam em sua trajetória individual tivessem uma narrativa mais dura, já pronta, por estarem acostumados a repetir esses “causos”. A princípio, encarei essa característica como negativa, mas fui alertada por um dos transcritores: “Esse entrevistado *queria* falar, queria contar aquelas histórias a você”. Histórias divertidas, trágicas, emocionantes, cheias de reviravoltas. Talvez para elas houvesse condições de escuta por parte de uma jornalista, pesquisadora, bem mais jovem que eles, que não viveu aquele momento político.

Esse é outro importante marcador que, não tenho dúvidas, conduziu as narrativas dos entrevistados: nossa diferença de geração e, junto com ela, de gênero. O primeiro caso aparecia explicitamente quando, com frequência, era proferida, em forma de observação ou pergunta, a seguinte frase ao relatar determinado acontecimento: “Você ainda não era nascida”. Durante muitos momentos também se certificavam se eu conhecia ou não determinado acontecimento ou personagem, procurando saber mais da minha bagagem sobre o tema e tentar diminuir, assim, a distância entre nós. Também era comum que me perguntassem se eu era militante ou de uma família de militantes de esquerda, buscando conhecer o terreno no qual pisariam pelas próximas horas, qual a possibilidade de se criar uma relação de empatia – e, provavelmente, o que consideravam que podia ou não ser dito.

Quanto à questão de gênero, é importante lembrar a difícil relação do PCB com o feminismo. No documento “Os comunistas e a questão da mulher”, do Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, de 1982, uma autocrítica sobre a reprodução de relações de gênero desiguais aponta para a dificuldade de apropriação das ideias feministas na organização interna do Partido:

Afastamos dele [do trabalho de massa com as mulheres] os melhores quadros, por serem "bons demais" para o trabalho feminino. As demais foram relegadas às tarefas de infraestrutura do coletivo (tesoureiras, caseiras, tradutoras, datilógrafas) ou permaneceram simples donas de casa, a pretexto de constituírem a retaguarda de seus maridos e filhos. O machismo, o paternalismo, o patriarcalismo milenares refletiram-se em nossa concepção sobre o papel da mulher na sociedade, o que levou à subestimação de suas potencialidades políticas e à aceitação da velha divisão de trabalho por sexo também dentro do Coletivo (Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas in Ribeiro, 2013, p. 140).

O atravessamento da questão de gênero no momento das entrevistas não é trivial: trata-se não apenas de algo comum a quaisquer relações homem/mulher na sociedade, mas de um tema especialmente problemático e muitas vezes contraditório dentro do PCB. Esse atravessamento era, às vezes, explicitado pelo tratamento dado a mim por outras pessoas que estavam no local da entrevista (“uma moça quer falar com o senhor”; “sei que você prefere dar atenção a essa moça bonita, mas temos compromisso”) e, mais raramente, pelos próprios entrevistados, na escolha dos vocativos (“meu bem”) ou mesmo como um elogio/brincadeira ao fim da entrevista (“você tem algo a acrescentar?” / “que você é uma gracinha!”). Em geral, contudo, a marcação de gênero era mais sutil, de maneira que em alguns momentos demorei a percebê-la e seria quase impossível reproduzi-la de maneira tangível a quem não viveu a experiência da entrevista.

E no que implicam esses marcadores de geração e de gênero entre mim e os entrevistados? Mais do que meras curiosidades de bastidores, acredito que eles têm a capacidade de inverter uma relação de poder que pode ser dar entre entrevistador(a) / entrevistado. Enquanto eu era a dona das perguntas, a condutora da conversa, por outro lado, eles eram homens mais velhos. Isso, somado a outro recorte também fundamental para compreendê-los, o fato de serem parte de um grupo intelectualizado, colocava-os em condições de serem o lado mais forte nessa interação que, se não se trata de uma disputa, também nem por isso prescinde totalmente dela.

Era comum, portanto, um ar professoral, que variava entre o paternal, o analítico, o palestrante com narrativa unidirecional e o dialético. Afinal, realmente, era preciso explicar-me muitas coisas. Para compreender o passado, o mais difícil não é conhecê-lo, mas esquecer o que conhecemos depois dele. O discurso professoral, portanto, buscava muitas vezes alertar-me para não escorregar em anacronismos, como por vezes a

pergunta inicial (“Como ser comunista e trabalhar numa redação de empresa jornalística?”) podia ser interpretada, o que já foi mencionado no início deste artigo.

A postura professoral tem relação também com minha decisão de não interromper um entrevistado ou confrontá-lo com informações que o contradissem, ao menos não antes de deixá-lo construir sua narrativa, de forma semiestruturada pelas minhas perguntas. Foi então dentro desses marcadores de enquadramento que esses jornalistas construíram, junto a mim, sentidos diversos, ora mais distintos, ora mais semelhantes uns aos outros, sobre sua atuação nas redações.

Esses sentidos variam entre a resistência e a adaptação. Parecem pólos opostos, mas eles se misturam nas narrativas dos jornalistas do PCB, tanto entre os entrevistados, quanto dentro de cada relato. Em certos momentos, um ou outro são pintados com cores mais fortes.

Mas, na verdade, você entrar num partido naquela época não significava você fazer uma ficha ou coisa parecida, não tinha nada disso, era apenas assim: [como quem fala para alguém] “De agora, em diante sou do partido”. Acabou, não precisava [de mais nada]. Assim como você podia dizer: “De agora em diante, não sou mais do partido”. Acabou também. [titubeia] É engraçado isso, né? Porque havia evidentemente alguma coisa de ideologia, mas havia mais a ideia da patota, porque vários amigos meus eram comunistas e tal, e eu queria ficar perto deles. Eu queria ficar, curtir com eles aquela história, que não me acrescentava muito também porque nós éramos comunistas muito... muito curiosos. Porque não tinha nada, não tinha nenhum radicalismo, nós todos curtíamos o cinema americano adoidados, entre nós havia conhecedores profundos do cinema americano, eu adorava jazz, como adoro até hoje. E eram os Estados Unidos o grande inimigo da União Soviética. Mas éramos, resolvemos ser comunistas (Sérgio Cabral, 2014).

Sérgio Cabral, ao mesmo tempo em que minimiza a militância dos jornalistas do PCB – na verdade, dos demais militantes do Partido – também evidencia duas características: a de que não eram comunistas ortodoxos e a de que estavam ligados também pela dimensão afetiva. Essa última já tinha sido evidenciada no trecho da narrativa de Luiz Weis citado na primeira parte deste capítulo: a militância, segundo ele, era uma maneira de “não estar, simplesmente, morto enquanto a ditadura corria”. Já a diminuição da importância da atuação do PCB aparece com outros argumentos em narrativas de outros jornalistas.

Bom, o Partido só se interessava pelo jornalista por conta do que recebia de contribuição, pô! Era [o jornalismo] um mercado de trabalho para os comunistas, ponto. Mas não tinha uma organização de jornalistas. Os jornalistas não agiam... Quer dizer, a gente não influenciava no jornal, como jornalista. O jornal era do patrão. A gente trabalhava no jornal. A gente era comunista a partir do jornal. O que não impedia você de fazer a sua atividade jornalística comunista na mídia alternativa, independente (Milton Temer, 2012).

Milton Temer resume a atuação nas empresas jornalísticas a uma relação profissional, deslocando para a imprensa alternativa as possibilidades de militância. Em outros momentos da entrevista, ele citou também os sindicatos e a ABI, ou seja, a organização da classe, de modo a sempre afastar as redações como um possível campo político para os jornalistas do PCB. O que Milton não mencionou, contudo, foi seu trabalho como editor do caderno O País do jornal O Globo, considerado por Dênis de Moraes, repórter da editoria, como um grande avanço na abordagem de temas caros à democracia. Segundo ele, tratavam-se dos “grandes temas do país que estavam amordaçados. O que é democracia? O que é uma Constituinte? O que é liberdade sindical? O que é pluralismo?” (Dênis de Moraes, 2014).

Pelas páginas do Globo aos domingos de dezembro de 1979, materializa-se o relato de Dênis de Moraes. O tema principal era o retorno ao pluripartidarismo e sua implicação na acomodação de grupos e posicionamentos políticos. As matérias do dia 02 de dezembro de 1979, um domingo, “Nome de partido: uma escolha difícil”, sobre o novo nome do MDB, e “Brizola revendo remotos anos 70”, em que um dos líderes da oposição compara as transformações do país às acontecidas nos anos 70 do século anterior, mostram a presença do tema da democracia e a volta de *personae non gratae* à ditadura para as páginas do noticiário. A reorganização da Arena, partido do governo, e a criação do PT também foram noticiadas neste dia.

Porém, algumas matérias dão um tom conservador ao caderno, evidenciando as contradições da abertura controlada. “Comunistas sob controle” era uma delas.

Além de concordar em “gênero, número e casa” com os enérgicos e advertentes pronunciamentos dos chefes militares nas homenagens das vítimas da intentona de 1935, o presidente Figueiredo reiterou de forma muito clara, e essencialmente democrática, a posição do seu governo em relação à atividade comunista no Brasil.

O presidente rejeita a legalização do PC porque a Constituição não permite e porque se trata de uma doutrina, de uma ideologia e de uma

militância antidemocráticas. Assim, embora anistiados e com ampla liberdade de movimentos no País, os comunistas estão fora da política de conciliação nacional pregada por Figueiredo, uma mão estendida que se dirige a adversários do Governo, mas nunca a adversários do regime (O Globo, 02 de dezembro de 1979, p. 04).

Utilizar-se do trabalho intelectual de comunistas não impedia o jornal de publicar textos absolutamente contrários à liberdade de organização política deles, como no caso acima, em contradição inclusive com outras matérias publicadas pelo próprio jornal, como aquela que traça um perfil de Roberto Marinho por ocasião do prêmio Homem de Visão 1979. Depois de dar muita ênfase às possibilidades de resistência, Dênis de Moraes buscou amenizar esse tom da sua narrativa com uma explicação sobre o contexto da abertura:

Era o momento propício. O início da abertura, com o lusco-fusco da abertura, o quê que se podia, o quê que não se podia, como é que os jornais iam se adaptar a isso, sem o AI-5 e tudo... Com um presidente da República, um general que dizia que ia fazer, depois foi concedida a anistia, capenga, mas foi. Enfim, era esse o cenário em que o trabalho dentro das organizações de mídia, não apenas n'O Globo, se tornou factível. Agora, claro que com enormes limites. Não tenhamos ilusões e não cedamos a qualquer tipo de grandiloquência. Era um trabalho muito difícil [com ênfase], sob censura empresarial, sob mecanismos de controle ideológico inclementes e diários. O que havia era uma tentativa de burlá-los, isso sim (Dênis de Moraes, 2014).

Dênis também ponderou, ao longo da entrevista, o uso do termo “infiltração”, que ele afirmava haver (dos jornalistas pecebistas nos meios de comunicação). Apesar de sempre colocar a infiltração como benéfica, diferenciando assim o termo de sua conotação negativa, ligada ao seu uso pelo aparato repressivo, Dênis de Moraes considerou que falar de uma inspiração seria mais adequado.

Para o historiador (ex-repórter d'O Globo) Marco Morel, não se tratava de mera inspiração. Embora não use o termo “infiltração”, Morel é enfático ao afirmar que houve uma aliança – forte e duradoura – entre PCB e O Globo. Para ele, não seria um acaso a presença de comunistas na redação do jornal do “dr. Roberto”, e essa parceria viria de longa data, iniciada com Pedro Motta Lima, comunista que mereceu obituário extremamente elogioso nas páginas do jornal, em 1966¹⁰¹.

¹⁰¹ Cf. Capítulo 03.

[...] desde muito tempo, pelo menos no meio dos anos de 1940 a 1950, quando o Roberto Marinho estava na frente da redação do O Globo, eles tinham uma aliança que não era formalizada, mas era muito intensa entre O Globo e o Partido Comunista do Brasil¹⁰², o PCB, e durante a ditadura de 1964 ela ficou mais intensa ainda. Os quadros jornalísticos do PCB eram a principal mão-de-obra do O Globo. E, por outro lado, o O Globo dava uma certa proteção a essas pessoas. É evidente que dentro do jornal, elas não assumiam seus pontos de vista e escreviam aquilo que o jornal mandava. Em troca, elas ganhavam um bom emprego, salário e também um apoio das Organizações Globo para não serem presos, reprimidos etc. Então foram duas ou três gerações de jornalistas, desde os anos 1940/50 até a década de 80, que eram comunistas e que participavam ativamente do Jornal O Globo. Não eram um ou dois, era um esquema, realmente, e assim a redação era organizada. [...] Essa foi uma aliança que só acabou porque o PCB acabou mesmo. Mas O Globo não acabou (Marco Morel, 2008).

Se havia uma aliança específica entre PCB e O Globo, ela não foi exclusiva, visto que havia forte presença de comunistas em outros veículos. O termo “aliança” talvez dê uma conotação excessivamente conciliadora para o fenômeno. Mas é importante pontuar que os jornalistas comunistas formavam *redes* de atuação, não atuavam isoladamente. Pode-se inferir a existência destas redes a partir dos documentos do Partido sobre a inserção na imprensa burguesa, da organização dos jornalistas em bases por local de trabalho, dos relatos sobre as atividades que realizavam e da solidariedade entre eles.

Durante a abertura política, era interessante para a imprensa abrir-se aos temas da redemocratização, buscando estar afinada com o novo momento da sociedade brasileira. Mesmo num jornal bastante afinado com a ditadura militar, como é o caso da Folha de S. Paulo, foi desenvolvida uma experiência de jornalismo contestador. De 1977 a 1989, o caderno Folhetim, feito de forma quase independente, era encartado semanalmente na Folha.

Aí, trabalhando como repórter na Agência Folhas, isso foi na época em que se criou o Folhetim, um projeto do Tarso de Castro, que foi um dos criadores do [jornal] Pasquim. E era um projeto muito heterodoxo, porque era um jornal alternativo, era um tablóide, encartado na Folha de S. Paulo, era um jornal da Folha de S. Paulo, mas com o Tarso com uma grande autonomia para decidir sobre a pauta, quem seria entrevistado e tudo o mais. Então era quase como se fosse um jornal de esquerda dentro de um jornal tradicional, e ele circulava aos domingos, que era o dia de maior tiragem. [...] E o Tarso

¹⁰² Antigo nome do Partido Comunista Brasileiro.

de Castro foi chamado pela Folha, pelo Cláudio Abramo, para desenvolver esse projeto chamado Folhetim. E ele passa então a ser editor do Folhetim, que era essa publicação semanal, esse jornal dentro do jornal, de alguma maneira reproduzindo, de outro jeito, o que o Barão de Itararé tinha feito, o Aparício Torelly, lá na década de 30, em que ele cria A Manhã, que é um jornal humorístico encartado dentro do jornal A Manhã, era esse trocadilho (Sergio Gomes, 2014).

Ao acessar as edições da Folha de dezembro de 1979, é possível identificar o Folhetim com as temáticas e também a estética dos jornais da imprensa alternativa, o que corrobora o relato de Sergio Gomes.



Figura 18: capa e página 04 da edição do Folhetim de 02 de dezembro de 1979; capa e página 03 da edição do Folhetim de 09 de dezembro de 1979.

As imagens acima permitem que se tenha uma noção da linha do Folhetim. Mesmo temas aparentemente apolíticos, como o futebol, eram mote para se abordar a necessidade de democracia. A mudança de postura na política externa brasileira era também uma maneira de fazer uma crítica quanto à relação da ditadura com o governo dos Estados Unidos. Além disso, as fontes das matérias e os entrevistados eram intelectuais de esquerda, incluindo ex-exilados políticos ou professores que foram aposentados compulsoriamente pela ditadura, como Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes.

A colocação de temas que, se não contestavam a ditadura de forma explícita, procuravam colocar em xeque o Brasil sem problemas, sem corrupção e com grande vigor econômico ou ainda abordar temas mais ousados do ponto de vista moral, foi feita também na TV Cultura, segundo os relatos dos que trabalharam no setor de jornalismo da emissora, que chegou a ser considerado por setores do governo ditatorial ou ligados a ele como uma “célula comunista”. A prisão e o assassinato de Vlado foram precedidos

por uma campanha anticomunista publicizada especialmente pela coluna de Cláudio Marques no hoje extinto jornal Shopping News. A morte de Herzog marcou não só o PCB e o jornalismo, mas todo o contexto da abertura política e as disputas internas entre os generais “linha dura” e “castelistas”.

Ali se fazia um jornalismo incômodo. Você não vai denunciar a ditadura, coisa que você não poderia de qualquer maneira, mas você podia dizer que a vida das pessoas era uma merda. Você pagava o pedágio de fazer o jornalismo com umas matérias oficiais, “o presidente Geisel fez isso e aquilo...”, mas você tinha uma coisa de fazer matérias sobre a vida... Era uma denúncia indireta. Não vamos chamar de denúncia social, denúncia sem você falar em ditadura. E contrariava aquela coisa toda, e isso é importante, toda aquela máquina de propaganda do milagre brasileiro. Basicamente, neutralizava qualquer jornalismo chapa branca que você fizesse (Luiz Weis, 2015).

Luiz Weis pontua em que medida se dava a resistência dentro de uma tevê ligada ao governo do Estado de São Paulo. Ela tinha de ser sutil e não podia estar presente em todo o noticiário: era pincelada em meio à cobertura de atividades oficiais em que a voz predominante ou única era a de representantes do governo. Carlos Jurandir tece uma narrativa que vai no caminho oposto, especialmente se comparada à de Dênis de Moraes, que também trabalhou no O Globo. Primeiro, ele nega que o Partido tivesse algum objetivo em ter seus militantes nas empresas jornalísticas. Porém, a sequência da sua resposta mostra que, se não havia um objetivo explícito ou uma atuação orgânica¹⁰³, existia uma linha de pensamento que orientava essa atuação.

- O Partido tinha algum objetivo em ter militantes seus nas redações? Você acha?

Objetivo não podia ter, né? O objetivo era um partido clandestino que tentava interferir para melhorar as condições. Veja bem, então, se está disputando essa geração, era a geração que recebia todas as informações que você imagina quais sejam. Então, a gente tentava mostrar o outro lado da questão, entende? A gente atuava na redação procurando tentar fazer a cabeça das pessoas para as melhores coisas (Carlos Jurandir, 2014).

¹⁰³ Inclusive, como afirmou Sérgio Cabral, as filiações eram informais, já que o Partido estava na clandestinidade. Não se assinavam fichas, não havia o famoso “comunista de carteirinha”. Nesse contexto, é difícil caracterizar a militância como orgânica *stricto sensu*.

Milton Coelho da Graça, na condição de diretor de jornalismo ou editor durante quase toda a ditadura, negou atuar politicamente nas redações ou fazer militância sindical, por sua posição como chefe. Na conversa relatada abaixo, entre ele e Roberto Marinho, fica evidente a postura acima de tudo profissional, em detrimento de convicções ideológicas. Marinho teria vindo reclamar que a editoria Internacional estava publicando um noticiário com viés comunista; Milton Coelho argumentou que as matérias eram compradas de agências de notícias internacionais:

Depois de uns 20 minutos dessa conversa que não ia pra lugar nenhum: “Ô, Milton, me tira dessa. Eu não estou aguentando mais minha mulher, a Ruth. Ela é mais de direita que o Salazar, ela é salazarista, e fica me amolando todo dia com isso. Que são os comunistas que estão escrevendo a notícia internacional”. “Eu garanto ao senhor que não estão”. “Mas como é que pode?” “O senhor dá um editorial dizendo isso. Vamos fazer um editorial dizendo que O Globo acredita que esse cara [que havia cometido um atentado contra o Papa João Paulo II] é agente comunista. O senhor é dono do jornal, o senhor escreve o que o senhor quiser. A opinião o senhor pode dar. Deve dar. Escreve esse editorial”. “Tá ótimo! Perfeito. Ela não vai mais me encher o saco”. Eu escrevi. Eu escrevi sabendo que era mentira porque ele é meu patrão. Se ele quiser escrever dizendo que foram dois comunistas que atiraram, eu boto, ele tem o direito de fazer isso. O jornal é dele, e eu sou empregado dele. Se eu não quiser, eu peço demissão e vou embora, mas eu não quero, eu quero continuar trabalhando no jornal. Porque isso daí eu sei que faz parte da minha vida, do que eu estou fazendo ali. Do trabalho que eu escolhi (Milton Coelho da Graça, 2014).

Milton Coelho, contudo, fazia jornais clandestinos do Partido. Ao explicar que conhecia Vlado Herzog, mas não sabia que ele era do PCB, desenvolveu-se o seguinte diálogo:

- Vocês não se reuniam? Não tinha reuniões do partido, mesmo clandestinamente?

Nunca reuni nada com o Partido de jornalista. Por isso é que eu só apareci como o cara que editava o jornal. Isso eu fazia. O que eu fazia era isso.

- Mas você fazia os jornais clandestinos em diálogo com quem?

Ah, cada vez era um lugar... Um era uma graficazinha de um americano bêbado. Perdeu o navio, era um marinheiro americano que tinha perdido o navio.

- Mas a decisão de fazer os jornais era de quem?

Era do Partido. Deve ter sido o Marco Antônio. Pensou naquilo, veio a mim e disse: “Olha, está havendo isso aqui. O quê que você acha de a

gente fazer [matéria sobre] o negócio da poliomielite¹⁰⁴” (Milton Coelho da Graça, 2014).

A negação a qualquer tipo de envolvimento mais profundo com a militância partidária parece uma incorporação do modo clandestino de vida que permanece ainda hoje. O relato de Milton Coelho também se foca em sua trajetória, deixando bem demarcada a diferença entre ele e o grupo de jornalistas do PCB. Ele seria apenas “o cara que editava o jornal”, prevalecendo, em sua narrativa, o silêncio no que diz respeito às reuniões realizadas e a qualquer iniciativa coletiva.

Apesar dos múltiplos sentidos das diferentes narrativas, uma característica está presente em todas elas, de forma explícita ou sutil: a defesa da correção da linha adotada pelo PCB.

Então a única organização de esquerda que tinha uma posição diferente com relação a isso¹⁰⁵ era o Partidão. E, nesse sentido, a nossa atuação dentro dos sindicatos, nas redações, era extremamente dificultada, porque de um lado você tinha o interesse da censura, da repressão e tal, e do outro da extrema esquerda, que dizia “esses caras são moderados, reformistas, conservadores, os reacionários, os vendidos”, todas aquelas ofensas e coisas que poderiam fazer. Mas se você olha a história do Brasil você vai ver, quem é que ganhou essa batalha? Fomos nós. A preço alto, mas fomos nós. Foi a nossa proposta. “Nossa”, eu digo, no passado, né? (Paulo Markun, 2015).

A coesão entre as diferentes narrativas no que tange à defesa da vitória política do PCB, no sentido de que teria sido a luta organizada, não a luta armada, a derrubar a ditadura une os diferentes entrevistados para a pesquisa. Ao encarnar essa ideia, Markun faz, contudo, uma pontuação importante: trata-se do passado. Hoje, esses jornalistas flutuam em diferentes matizes do espectro ideológico. Alguns permanecem na militância partidária; nenhum deles, dentro do PCB, embora haja os que defendem a linha do Partido e sua filiação afetiva a ele. Há os que se afirmam comunistas sem titubeio; outros que explicam que depende da concepção de comunista. Os múltiplos sentidos construídos por eles, portanto, estão diretamente associados à posição de cada um no presente. Nesse entrelaçamento de diferentes temporalidades, a memória não é somente passado, mas a articulação entre o olhar de hoje sobre o jornalista e militante de ontem com a imagem que se deseja legar ao futuro.

¹⁰⁴ Segundo Milton Coelho, a ditadura havia proibido a imprensa de tocar no tema do surto de poliomielite. O jornal feito por ele abordava esse e outros temas censurados.

¹⁰⁵ Refere-se ao uso da violência como tática de enfrentamento à ditadura.

Conclusão

Enquanto as empresas de jornalismo equilibravam-se entre resistências e acatamentos na relação com o governo ditatorial, em seu interior, ou a partir delas, jornalistas comunistas desempenhavam papel profissional, mas também militante. O anticomunismo não impediu a inserção de quadros oriundos do comunismo como profissionais de jornalismo. Esses quadros exerceram funções diversas e atravessaram as hierarquias constitutivas da disciplina do trabalho na imprensa. Apesar de nem todos os entrevistados para esta pesquisa concordarem que havia uma ação organizada dos jornalistas do PCB na imprensa, todos narraram alguma forma de militância imbricada com o trabalho jornalístico. A atuação deles não aconteceu de forma isolada: estavam conectados em rede, através da internalização da linha partidária e também das relações estabelecidas entre eles.

É mencionada, nestas narrativas, a ocupação de possíveis brechas para uma contestação que, vista à luz do tempo, parece sutil. Porém, é importante pontuar que não se tinha o conhecimento que se tem *a posteriori*, o que faz com que as atividades desenvolvidas pudessem ser consideradas mais ousadas por quem viveu o período. Constituíam-se testes de limites mal delineados, e mesmo no momento da abertura, não havia ainda qualquer segurança de que o aparato repressivo deixaria de utilizar sua força. Especialmente os pecebistas tinham razões para duvidar que a abertura lhes garantiria não sofrer violência da ditadura, considerando-se o assassinato de integrantes do Comitê Central, do jornalista Vlado Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, todos já no período da “distensão lenta, gradual e segura”.

Apesar de todos os limites, vê-se que havia – ou parte do PCB acreditava haver – espaços a serem ocupados a partir de uma ideia de processo, que se relaciona com a noção de revolução sem ruptura, feita através das instituições – e não as derrubando. Com a aproximação de parte dos militantes do Partido do eurocomunismo nos anos 1970 – em especial inspirado no Partido Comunista Francês e no Partido Comunista Italiano, dois dos principais apoiadores dos comunistas brasileiros – esta ideia de processo se fortalece ainda mais dentro de uma das “correntes” do Partido¹⁰⁶. Na disputa interna do PCB, os eurocomunistas formavam um grupo considerado à direita de outras tendências, como os prestistas, em parte por sua defesa de atuação através das

¹⁰⁶ Embora o Partido Comunista se baseasse no centralismo democrático, que não permitia a formação de frações, correntes ou tendências internas, na prática essa divisão acabou acontecendo, com agrupamentos formados a partir de maiores afinidades políticas.

instituições burguesas¹⁰⁷, consubstanciada na defesa da democracia como valor universal, como defendeu Carlos Nelson Coutinho (1979) em artigo de referência no debate do período.

Em concordância com estas ideias, os jornalistas do PCB se conectavam com sua militância política a partir dos locais de trabalho, na organização de movimentos de oposição às diretorias dos sindicatos do Rio de Janeiro e de São Paulo; na venda do jornal Voz Operária e na arrecadação de colaborações financeiras para as famílias de presos políticos. Ligada mais diretamente à atividade jornalística, a disputa de linha editorial – um dos temas mais controversos no entendimento dos entrevistados – poderia ser considerada uma forma de aliar trabalho e militância, ou melhor, demonstravam a totalidade da atuação daqueles sujeitos históricos.

Quando a cobertura pautava temas caros à redemocratização, dava espaço equilibrado para Arena e MDB, ouvia líderes e intelectuais contestadores do regime e colocava em xeque, mesmo que de maneira sutil, a imagem de Brasil do milagre econômico, a integralidade jornalista-militante se formava sem conflitos. Em caso contrário, as narrativas reforçavam a diferença entre trabalho e militância, separavam-nos em duas esferas distintas, acionando a noção de *jornalista profissional*. A responsabilidade pela cobertura, quando não defendia os princípios democráticos, era atribuída à necessidade de ser profissional, no caso dos que exerceram cargo de chefia, ou aos chefes – chamados pejorativamente de *chefetes* – pelos repórteres. Os fatores externos, como censura e perseguição por parte da ditadura, não ganharam relevância em nenhum dos dois tipos de relatos, apontando para uma convicção na possibilidade de autonomia dos agentes.

A luta sindical aparecia nas narrativas como uma atividade à parte, e a única capaz de quebrar o pacto silencioso entre jornalistas do PCB e donos de jornais burgueses. Jornalistas de diferentes gerações – década de 1960 e de 1970 – narraram a impossibilidade de se reivindicar direitos trabalhistas e permanecer nos veículos de comunicação. Tentativas de greve foram motivo de demissão antes da ditadura (em 1961 e 1962) e no fim dos anos 1970, embora, em ambos os casos, esses tenham sido momentos também de ruptura nas diretrizes do Partido e na identidade de comunistas disciplinados. Ou seja, esse tipo de confronto era indesejado tanto por patrões quanto pelo PCB. As tensões e negociações deveriam se limitar ao fazer jornalístico, e atitudes

¹⁰⁷ Cf. Capítulo 02.

que extrapolassem essa disputa levando-a para a área econômica representavam a impossibilidade – ao menos temporária e pontual – de manutenção da aliança o PCB e a imprensa burguesa.

As memórias construídas a partir das narrativas dos jornalistas do PCB são diversas. Caso separasse em tipos puros, teríamos *memórias de resistência* e *memórias de adaptação*. Porém, esses dois perfis se misturam numa mesma narrativa. A exceção são as narrativas de alguns jornalistas que não foram do PCB e buscam na construção memorável sobre o “outro” sublinhar o acatamento às normas, ao invés da subversão. Os dois tipos de memória dialogam com as identidades ideais de comunistas e jornalistas, embora não se encaixem plenamente em nenhuma delas. A disciplina é uma das características menos contempladas nos relatos dos jornalistas do PCB quando se refere à severidade com que a moral comunista seria seguida. Esta normatização era rompida quando se referiam às redes de afeto formadas em torno de jornais, revistas e clubes (Cineclube Macunaíma e Clube do Choro) como ambientes de encontro descontraído. Ainda assim, são demonstrações da totalidade jornalista-comunista, da vivência da militância como experiência integral que dava sentido inclusive aos aspectos da vida ligados ao lazer e à cultura (esta última, espaço privilegiado de disputa de “corações e mentes”). Neste ponto, os jornalistas do PCB se aproximam mais da identidade boêmia dos jornalistas, mesmo que ela não coincida completamente com as representações de profissionais e militantes bem *preparados*, mais ligada ao processo de modernização do jornalismo, como veremos adiante.

Por outro lado, a disciplina está muito presente ao se associar à narrativa do profissionalismo, no caso das *memórias de adaptação*. Encaixa-se aqui o perfil do militante tarefeiro, que cumpre a missão que lhe é designada. Este é o comunista de confiança dos patrões, o que respeita os limites tácitos do que pode e do que não pode ser tencionado em relação às coberturas jornalísticas. A identidade da disciplina partidária desloca-se para as relações de trabalho, superando a divisão de classes (patrões x funcionários).

A tese da “preparação”, embora seja uma das chaves para o entendimento da aceitação dos comunistas por donos de jornais burgueses, não é suficiente para compreender o fenômeno da atuação dos comunistas na imprensa burguesa. Para isso, é fundamental combinar a questão das identidades (de jornalista e de comunista) com o papel central da imprensa nos partidos comunistas e a orientação política do Partido no

período. Além dos documentos reforçarem a estratégia de se constituir uma frente ampla contra a ditadura, o Informe do Comitê Central ao VI Congresso do PCB, em 1967, menciona de forma direta a ocupação da imprensa comercial, como vimos no último capítulo.

A orientação de realizar atividades legais nessa esfera da imprensa condiz tanto com a condição da imensa maioria dos jornalistas do PCB quanto com a experiência do Partido durante a ditadura: mesmo no caso da elaboração, impressão e distribuição clandestinas de jornais, revistas e panfletos do PCB, os jornalistas costumavam conciliá-las com uma vida legal. O PCB se inseria assim numa disputa por hegemonia na sociedade civil, numa tentativa de derrotar a ditadura atuando através das instituições existentes, e não as suplantando previamente. As semelhanças entre a identidade de jornalistas e de comunistas foram fundamentais para que esses atores sociais, convencidos da correção das teses do Partido, mas também de sua função como profissionais da imprensa, agissem como agentes modernizadores no jornalismo.

A presença dos jornalistas pecebistas nas redações coadunava com a ideia de modernização defendida pelo Partido. Como já foi reiterado, em sua concepção etapista, o PCB defendia que a revolução, no Brasil, se daria em duas etapas, e a primeira delas seria a revolução burguesa. Ou seja, era preciso ainda aprofundar o capitalismo para que as contradições dele permitissem sua superação. No microcosmo das redações de empresas jornalísticas, pode-se dizer que houve uma aliança entre comunistas e burguesia, a burguesia detentora dos meios de comunicação. A essa burguesia também interessava a modernização do país, para ampliar o mercado de notícias. Além disso, o ideal modernizador está presente em diferentes momentos da história do jornalismo brasileiro como uma característica positiva ou um objetivo a ser alcançado. À burguesia midiática não interessava – assim como ainda não interessa – contudo, o aprofundamento dessa modernização. Trata-se, portanto, de um processo controlado de modos a manter-se seu caráter conservador.

Fez parte desse processo a reorganização das funções dos jornalistas nas redações. Relatos memorialísticos apontam para um grande hiato em termos de preparação para o trabalho (especialmente de escrita) entre os jornalistas antes das reformas modernizadoras: havia um grande grupo de pessoas com uma formação deficitária, que não tinham condições de entregar as matérias prontas para serem publicadas, e uma elite

formada pelos jornalistas com perfil intelectual. Os primeiros eram repórteres, e os segundos formavam o corpo de redatores ou copidesque.

No processo de racionalização do trabalho jornalístico que constitui uma das facetas da modernização dessa atividade, essa divisão do trabalho deixou de existir. Era preciso, portanto, que uma mesma pessoa fosse capaz de colher as informações (reportagem) e organizá-las num texto pronto para ser impresso (redação). Isso demandava “uma formação cultural muito forte”, e o Partido Comunista, com sua prática de formação política – que incluía o envio de militantes para a escola de quadros da União Soviética, mas passava também por atividades mais simples, como reuniões e debates – e seu embasamento num aparato teórico que servia de instrumento para a interpretação da realidade (o marxismo), acabava se constituindo numa seara de profissionais bem preparados.

Apesar da difícil relação entre o Partido e seus intelectuais, de atração e desconfiança, e do afastamento de muitos deles com a crise gerada a partir do relatório Krushev, o PCB ainda era, nos anos 1960 e 1970, um importante espaço de aglutinação e formação de intelectuais – além de o seu raio de influência atingir indiretamente figuras do âmbito da cultura sem vinculação formal com o Partido. Especificamente sobre os jornalistas, a centralidade do papel atribuído ao jornalismo pelos partidos comunistas também reforça a ligação entre comunistas e jornalistas de boa qualidade.

Foi justamente na transição para a democracia que o PCB perdeu sua força de influência nos rumos políticos e intelectuais do país. O surgimento do PT como um partido mais ligado aos anseios de participação social após mais de 20 anos de ditadura, com sua posição autônoma em relação a velhos agentes, como o MDB, é um dos fatores do enfraquecimento do PCB. Sua perda de capacidade de leitura da conjuntura e insistência na frente ampla em torno do MDB mesmo com a legalização do pluripartidarismo colocou sua política a reboque da manutenção desta frente, desconsiderando os novos ares da democracia. No que diz respeito ao jornalismo, a regulamentação da profissão atrelada ao diploma universitário instalou uma nova maneira de se formar jornalistas. Somado esse fato à tendência oligopolista do setor de comunicação, o que implica em menos diversidade de veículos e de cobertura, e à predominância do ideal de jornalismo apolítico estabelecido a partir das reformas da Folha de S. Paulo, o perfil de jornalistas do PCB deixa de ser interessante para a imprensa burguesa.

O conjunto diverso de narrativas de jornalistas comunistas, mesmo em sua polissemia, aponta para um sentido acerca da relação entre jornalismo e política durante a ditadura e a transição democrática: ela foi complexa, esteve imbricada a microespaços e contou com a participação ativa de agentes que são, por vezes, desconsiderados ao se olhar para a história da imprensa brasileira apenas do ponto de vista macro. Acredito que foi esboçada, nesta tese, o que chamo de uma história subterrânea da imprensa durante a ditadura militar. O termo é uma apropriação do conceito de memórias subterrâneas, de Michael Pollak (1989). Talvez vá contra a ideia de memória e história como processos diferentes. De fato, seria uma apropriação incabível caso se pensasse na concepção positivista de história, numa história única, verdadeira, oficial, em oposição à pluralidade de memórias de diversos indivíduos e grupos que formam a sociedade. Desde a Escola dos Annales, porém, com a ampliação da ideia de história e de documentos, a diferença entre memória e história ficou mais tênue.

A história subterrânea que proponho seria uma história contada a partir das memórias subterrâneas, mas não só isso. Uma história subterrânea ela mesma, no sentido de não ter sido ainda explorada, de estar submersa à espera de escafandristas. A história da imprensa brasileira foi contada de diferentes formas. Sua maior obra de referência é a “História da Imprensa no Brasil”, de Nelson Werneck Sodré (2011), que abarca um amplo período histórico, do Brasil Colônia ao início da ditadura, e aborda diferentes subtemas (imprensa burguesa, imprensa proletária, imprensa partidária, etc). Com uma abordagem marxista, associa a história da imprensa com a história do surgimento e fortalecimento da burguesia no país, além de tratar da relação entre imprensa e Estado ao longo dos séculos.

Após o pioneirismo desse estudo, muitos outros vieram, especialmente os monográficos, que, por isso mesmo, tinham condições de aprofundar os subtemas relacionados à história da imprensa ou abranger períodos menores. Porém, nesses estudos, a imprensa comunista ou partidária e a imprensa burguesa – para ficar com os termos usados por Sodré – não dividem a mesma pesquisa. Ou se estuda um veículo, um período ou um fenômeno relacionado à imprensa burguesa ou à comunista. O termo história subterrânea ganha aqui então mais um sentido: é a história que se desenrolava no subterrâneo da história da imprensa burguesa, assim como no subterrâneo da história da imprensa partidária e no subterrâneo da história do movimento sindical de

jornalistas. Porém, a partir desta história subterrânea, e num diálogo entre ela e as demais, pode-se vê-las todas a partir de uma perspectiva diferente.

O que a história subterrânea da imprensa burguesa no período da ditadura tem a nos ensinar, entre outras coisas, é a ponderar o afastamento do jornalismo moderno e profissional da esfera política. Essa proximidade permaneceu, não apenas na relação entre periódicos e Estado, mas também na atividade de agentes que operavam na ocupação de brechas a partir de uma identidade compartilhada, a identidade dos comunistas do PCB.

Porém, com todo seu desejo de transformação social e disponibilidade para a militância, os limites da tática aliancista do PCB o fizeram, contraditoriamente, conservador em alguma medida. Modernização e conservação, resistência e adaptação, brechas e limites: esses pares aparentemente opostos mesclam-se, então, nas diversas experiências e nos múltiplos sentidos construídos a partir delas pelas narrativas memoráveis de jornalistas do Partido Comunista Brasileiro durante a ditadura de 1964.

Bibliografia

ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (org.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ALBUQUERQUE, Afonso de. *Aconteceu num Carnaval: algumas observações sobre o mito de origem do jornalismo brasileiro moderno*. ECO-PÓS, v.11, nº 2, agosto-dezembro 2008, pp. 95-116.

_____. “A identidade jornalística no Brasil: algumas questões teóricas e metodológicas”. E-Compós, 2004. [on line] Disponível em <http://www.compos.org.br/e-compos>. Acessado em 15 de maio de 2011.

_____. “On Models and Margins: Comparative Media Models Viewed From a Brazilian Perspective”. In HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo (org). *Comparing Media Systems Beyond the Western World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ALBUQUERQUE, Afonso; SILVA, Marco Antonio Roxo da. *Preparados, leais e disciplinados: os jornalistas comunistas e a adaptação do modelo de jornalismo americano no Brasil*. E-Compós, 2007. [on line] Disponível na internet em <http://www.compos.org.br/e-compos>. Acessado em 05 de maio de 2011.

ALVIM, Thereza Cesário (org.). *O golpe de 64: a imprensa disse não*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

AMADO, Jorge. *O cavaleiro da esperança*. Rio de Janeiro: Record, 1981a.

_____. *Suor*. Rio de Janeiro: Record, 1981b.

_____. *Navegação de cabotagem: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural de Imprensa do Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARRETO, Lima. *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*. São Paulo: Ática, 1995.

BOBBIO, Norberto. *O conceito de sociedade civil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

_____. *Os intelectuais e o poder*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Usos e abusos da história oral*, pp. 183-192. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório. Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014.

CALDAS, Álvaro. *Tirando o capuz*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

CAREY, James W. *Communication as culture: essays on media and society*. Boston: Unwin Hyman, 1989.

CARONE, Edgard. *O PCB*. Vol. 1, 2 e 3. São Paulo: Difel, 1982.

CARTOGRAFIAS da Ditadura. *Associação Brasileira de Imprensa (ABI)*, 2014. [on line] Disponível em <http://www.cartografiasdaditadura.org.br/mapa/associacao-brasileira-de-imprensa-abi>. Acessado em 23 de novembro de 2015.

CELSO Frederico. *A recepção de Lukács no Brasil*. s/d [on line] Disponível em http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=430:a-recepcao-de-lukacs-no-brasil&catid=2:artigos. Acessado em 1º de fevereiro de 2016.

CHALABY, Jean K. *Journalism as an Anglo-American invention: a comparison of the development of French and Anglo-American journalism, 1830s-1920s*. European Journal of Communication, London [etc], 1998.

CHILCOTE, Ronaldo H. *O Partido Comunista Brasileiro*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

COUTINHO, Carlos Nelson. “A democracia como valor universal”. In SILVEIRA, Ênio, et. al. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. “Gramsci no Brasil: recepções e usos”. In MORAES, João Quartim de (org). Campinas: Editora da Unicamp, 1998. *História do marxismo no Brasil* vol. III. Campinas: Editora da Unicamp, p. 123-157, 1998.

CZAJKA, Rodrigo. “Os IPMs e a construção da subversão nos meios intelectuais no Brasil”. In REIS, Daniel Aarão; ROLLAND, Denis (org). *Intelectuais e modernidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

DANTAS, Audálio. *As duas guerras de Vlado*. Da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos na França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DINES, Alberto. In ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (org). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DÓRIA, Carlos Alberto. “O dual, o feudal e o etapismo na Teoria da Revolução Brasileira”. In: MORAES, João Quartim de (org). *História do marxismo no Brasil* vol. III. Campinas: Editora da Unicamp, p. 201-244, 1998.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

FALCÃO, Frederico José. *O “Relatório Secreto” de Krushev e o Partido Comunista do Brasil (PCB): desestalinização e crise*. Anais da Anpuh, 2006. [on line] Disponível na internet em:
<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/conferencias/Frederico%20Jose%20Falcao.pdf>. Acessado no dia 09 de agosto de 2008.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2006.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EdUFF.

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (org). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRANÇOIS, Etienne. “A fecundidade da história oral”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 03-14.

GRABOIS, Maurício. *Agitação e Propaganda Para Milhões, Fator Decisivo Para a Vitória do Programa do Partido: Intervenção no IV Congresso do Partido Comunista do Brasil – PCB*. [on line] Disponível em
<http://www.marxistsfr.org/portugues/grabois/1954/11/agitacao.htm>. Acessado no dia 12 de agosto de 2008.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GATTAI, Zélia. *Um chapéu para viagem*. São Paulo: Record, 1982.

GERRATANA, Valentino. “Stalin, Lenin e o marxismo-leninismo”. In HOBSBAWM, Eric. *História do marxismo*. Vol. 09. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

IMPrensa POPULAR: Jornal do Partido Comunista Brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Dinarco Reis, ano VI, n. 36, mar. 2012.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo (org). *Comparing Media Systems Beyond the Western World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

HALLIN, Daniel C. e MANCINI, Paolo. *Comparing media systems: three models of media and politics*. Cambridge, New York etc: Cambridge University Press, 2004.
Jornal do Brasil, 13/10/1965, p. 11

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

IASI, Mauro Luís. *O PT e a revolução burguesa no Brasil*. [on line] Disponível na internet em
https://docs.google.com/file/d/0B_s4202oxQXfNzkxN2hWb2VQSIE/edit?pli=1
Acessado no dia 03 de agosto de 2014.

IMPrensa revolucionária: o jornal como agente politizador / Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria, 2008.

JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil*. São Paulo: Global, 2005.

KONDER, Leandro. *A democracia e os comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

_____. *Memórias de um intelectual comunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. [on line] Disponível na internet em <http://www.vermelho.org.br/img/obras/doenca.asp>. Acessado em 06 de janeiro de 2009.

_____. *Que fazer?* As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1979. [on line] Disponível na internet em <http://www.vermelho.org.br/img/obras/quefazer.asp>. Acessado no dia 28 de outubro de 2007.

_____. *Um passo em frente, dois passos atrás*. s/d [on line] Disponível na internet em <http://www.vermelho.org.br/img/obras/passo.asp>. Acessado em 06 de janeiro de 2009.

LOPES, Fernanda Lima. *Ser jornalista no Brasil: identidade profissional e formação acadêmica*. São Paulo: Paulus, 2013.

LOWENTHAL, David. *Como conhecemos o passado*. In: Projeto História, revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, p. 63-201. São Paulo: EDUC, 1981.

LÖWY, Michael. *Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários*. São Paulo: Lech, 1979.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. “Práticas e estilos de pesquisa na história oral contemporânea”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 15-26.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. São Paulo: Global, 1980.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá: Clacso, 2008.

MARINONI, Bruno. *Burguesia radiodifusora no Brasil: propriedade privada e direção da produção cultural*. Recife, 2013. 230 pp. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

MARKUN, Paulo. *Meu querido Vlado*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

MARX, Karl. *Liberdade de imprensa*. Porto Alegre: L&PM, 2006a.

_____. *Trabalho assalariado e capital & Trabalho, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2006b.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: E-books, 1999.

_____. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MOORE Jr., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORAES, Dênis de. “Graciliano no fio da navalha: cooptação, engajamento e resistência”. In: ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (org). *Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012.

_____. *O imaginário vigiado: a imprensa e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MOREL, Edmar. *Histórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, FAPESP, 2002.

MOURÃO, Mônica. *A esquerda bem informada: a estratégia de comunicação política do PCdoB em dois tempos*. Niterói, 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, 2009.

NASCIMENTO, Maria Paula. *A esquerda fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

NAPOLITANO, Marcos. “O PCB e a resistência cultural comunista (1964-1968)”. In ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (org). *Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012.

_____. *No exílio, contra o isolamento: intelectuais comunistas, frentismo e questão democrática nos anos 1970*. In *Estudos Avançados* 28 (80), 2014, pp. 41-58.

NORRIS, Pippa. “Preaching to the converted? Pluralism, Participation and Party Websites”. *Party Politics*, Londres (Reino Unido), v. 9, n. 1, p. 7-31, 2003.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. *Ser intelectual comunista... Escritores brasileiros e o comunismo. 1920-1945*. Campinas, 1997. Dissertação (Mestrado em História) Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1997.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

POERNER, Arthur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. *Memória e identidade social*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Parma, 1979.

PORTELLI, Alessandro. *The death of Luigi Trastulli and other stories*. New York: State University of New York, 1991.

_____. “A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais”. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 59-72.

PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. Rio de Janeiro: Record, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos Anos 50*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor; SILVA, Marco Antonio Roxo da. *O PCB e a modernização midiática: propostas para a análise das relações entre comunistas e a televisão nos anos 1970*. In: Em Questão, Porto Alegre, v. 15, n. 2, pp. 65-80, jul./dez. 2009.

RIBEIRO, Maria Rosa Dória. “As comunistas e o feminismo”. In Revista Perseu: as esquerdas e o comunismo nos séc. XX e XXI: conflitos e confluências. Nº 09, ano 07, p. 117-143, 2013.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. *Tempo e narrativa* (tomo 01). Campinas, SP: Papyrus, 1994.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo; Fapesp; Ed. 34, 2000.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Artistas da revolução, do CPC à era da TV. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIVIÈRE, Claude. *Liturgias políticas*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1989.

ROLLEMBERG, Denise. “As Trincheiras da Memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964-1974)”. In ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no Século XX. Vol. 2: Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROXO, Marco. *Companheiros em luta: a greve dos jornalistas de 1979*. Niterói: Editora da UFF, 2013.

ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (org). *Intelectuais partidos: os comunistas e as mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012.

SACRAMENTO, Igor; SILVA, Marco Antonio Roxo da; RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *O PCB e a modernização midiática: propostas para a análise das relações entre comunistas e a televisão nos anos 1970*. In: *Em Questão*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 65 - 80, jul./dez. 2009.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. “Partidos e Trabalhadores na Transição Democrática: A Luta pela Hegemonia na Esquerda Brasileira”. In DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, nº 3, pp. 787-826, 2012.

SANTOS, Raimundo (org). *Caio Prado Jr.: dissertações sobre a Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, Fundação Astrojildo Pereira, 2007.

SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.

SCHUDSON, Michael. *Discovering the news: as social history of American Newspapers*. New York: Basic Books, 1978.

SERRA, Sônia. *Jornalismo político dos comunistas no Brasil: diretrizes e experiências da “Imprensa Popular”*. Anais do II Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, 2007. [on line] Disponível na internet em http://www.fafich.ufmg.br/compolitica/anais2007/gt_jmp-sonia.pdf. Acessado no dia 10 de dezembro de 2007.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. *Mil dias: os bastidores da revolução em um grande jornal*. São Paulo: Trajetória Cultural, 1988.

SIRINELLI, Jean-François. “A geração”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, pp. 131-138.

_____. “Os intelectuais”. In RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 231-270.

SMITH, Anne-Marie. *Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUSA, Miranda Bartira Tagliari Rodrigues Nunes de. *O Clube do Choro de São Paulo: Arquivo e Memória da Música Popular na década de 1970*. São Paulo, 2009. 255 p. Dissertação (Mestrado em Música). Programa de Pós-Graduação em Música do Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2009.

SOUSA, Raimundo Alves de. *Os desconhecidos da História da Imprensa Comunista*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2005.

THIAGO, Cristiane Muniz. *O componente individual na trajetória do Sindicato dos Gráficos nos anos de exceção (1964-1985)*. Anais do XXV Simpósio Nacional de História (ANPUH). Fortaleza, 2009.

TOLEDO, Caio Navarro de. “Intelectuais do Iseb, esquerda e marxismo”. In: MORAES, João Quartim de (org). *História do marxismo no Brasil* vol. III. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, p. 245-274.

VÁRIOS Autores. *Documentos do Partido Comunista Brasileiro*. Lisboa: Edições Avante!, 1976.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VINCENT, Gérard. “Ser comunista? Uma maneira de ser”. In PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (org). *História da vida privada*, vol. 05. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp.427-458.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

WORONTZOFF, Madeleine. *Nome: Lenine. Profissão: Jornalista*. Lenine e a imprensa revolucionária. Lisboa: Antídoto, 1977.

Filmes

76 anos, Gregório Bezerra, comunista. Luiz Alberto Sanz e Lars Säfström, Suécia, 1978, 30min.

Cabra-cega. Direção: Toni Ventura. Brasil, 2005. 107 minutos.

O Pasquim: a subversão do humor. Direção: Roberto Stefanelli. Brasil, 2004. 44 minutos.

Sérgio Cabral: a cara do Rio. Direção: Dermeval Netto. Brasil, 2008, 60 minutos.

Vlado: 30 anos depois. Direção: João Batista de Andrade. Brasil, 2005, 85 min.

Fontes

INQUÉRITO Policial Militar nº 01/76. *Relatório final*. Departamento de Polícia Política e Social. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1976.

INQUÉRITO Policial Militar nº 02/75. *Relatório final*. Departamento de Polícia Política e Social. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1975.

Livro de Atas Nº 08 (23/01/1963 a 26/11/1965). Sindicato dos Jornalistas da Guanabara.

Livro de Atas Nº 10 (01/08/1966 a 22/12/1971). Sindicato dos Jornalistas da Guanabara.

Livro de Atas Nº 11 (03/01/1972 a 11/08/1975). Sindicato dos Jornalistas da Guanabara.

Livro de Atas Nº 12 (11/08/1975 a 26/10/1978). Sindicato dos Jornalistas da Guanabara.

O PARTIDO – instrumento fundamental da transformação revolucionária, 1997.

PRESTES, Luiz Carlos (Pelo Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil) Rio, 1º de agosto de 1950. In *Voz Operária*. Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1950.

SERVIÇO Nacional de Informações (SNI). *O problema da infiltração de esquerda nos meios de comunicação de massa em São Paulo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1976.

Fontes orais

BERABA, Marcelo. Entrevistadores: Carla Siqueira e Caio Barreto Briso. Rio de Janeiro, 24 out. 2008.

BEZERRA, Gregório. Entrevistador: Luiz Alberto Sanz. Estocolmo, Suécia, 1978.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Entrevistadores: Projeto Resistir é Preciso. São Paulo, 2011.

CALDAS, Álvaro. Entrevistadora: Mônica Mourão. Rio de Janeiro, 20 jan. 2015.

CABAN, Henrique. Entrevistadores: Carla Siqueira e Caio Barreto Briso. Rio de Janeiro, 2008.

CABRAL, Sérgio. Entrevistadora: Mônica Mourão. Rio de Janeiro, 14 jan. 2014.

CHARGEL, Fichel Davit. Entrevistadora: Mônica Mourão. Rio de Janeiro, 06 out. 2014.

DINES, Alberto. Entrevistadora: Mônica Mourão. São Paulo, 04 fev. 2015.

FILHO, Henrique Cordeiro. Entrevistadora: Mônica Mourão. Rio de Janeiro, 24 nov. 2014.

GOMES, Sergio. Entrevistadora: Mônica Mourão. São Paulo, 17 jun. 2014.

GRAÇA, Milton Coelho da. Entrevistadora: Mônica Mourão. Rio de Janeiro, 29 ago./24 set. 2014.

JURANDIR, Carlos. Entrevistadora: Mônica Mourão. Rio de Janeiro, 18 nov. 2014.

MARKUN, Paulo. Entrevistadora: Mônica Mourão. São Paulo, 3 fev. 2015.

MORO, Marco Antonio. Projeto Resistir é Preciso. São Paulo, 2011.

MORAES, Dênis de. Entrevistadora: Mônica Mourão. Rio de Janeiro, 10 abr. 2014.

MOREL, Marco. Entrevistadoras: Ana Paula Mansur, Cibele Borba e Yasmin Narcizo. Rio de Janeiro, 2008.

PESSOA, Frederico. Entrevistadora: Mônica Mourão. Niterói, 21 dez. 2015.

POERNER, Arthur José. Entrevistadora: Mônica Mourão. Rio de Janeiro, 11 abr. 2014.

SOUZA, Hamilton Octavio de. Entrevistadora: Mônica Mourão. São Paulo, 05 fev. 2015.

SQUEFF, Eni. Entrevistadora: Mônica Mourão. São Paulo, 05 fev. 2015.

TEGON, Ruth Leal. Projeto Resistir é Preciso. São Paulo, 2011.

TEMER, Milton. Entrevistadora: Mônica Mourão. Rio de Janeiro, 29 out. 2012.

WEIS, Luiz. Entrevistadora: Mônica Mourão. São Paulo, 5 fev. 2015.258

Periódicos

A IMPRENSA, abril de 1951

APOIO editorial ao golpe de 64 foi um erro. *O Globo*. Rio de Janeiro. 13 de agosto de 2013

EDITORIAL: 1964. *Folha de S. Paulo*. São Paulo. 30 de março de 2014

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1965

MANIFESTO de agosto de 1950. *Voz Operária*. Rio de Janeiro. 05 de agosto de 1950

O GLOBO Expedicionário e a morte de Pedro Mota Lima. *O Globo*. Rio de Janeiro. 24 de novembro de 1966

O SUCESSO não se improvisa. *O Globo*. Rio de Janeiro. 16 de dezembro de 1979

COMUNISTAS sob controle. *O Globo*. Rio de Janeiro. 02 de dezembro de 1979

VOZ OPERÁRIA, nº 10, outubro de 1965

_____, nº 12, dez 1965

_____, nº 123, abril de 1976

_____, nº 125, junho de 1976

_____, nº 127, setembro de 1976

_____, nº 48, fevereiro de 1969

_____, nº 49, março de 1969

_____, nº 50, abril de 1969

_____, nº 51, maio de 1969

_____, nº 53, julho de 1969

_____, nº 55, setembro de 1969

_____, nº XLVII, janeiro de 1969

_____, nº 156, março de 1979

_____, nº 159, junho de 1979

_____, numero speciale in occasione del Festival Nazionale de L'Unità di Firenze (29 agosto – 14 settembre 1975)

_____, Suplemento do CE da Guanabara, nº 08, fev 1969

_____, Suplemento Especial, ago 1969